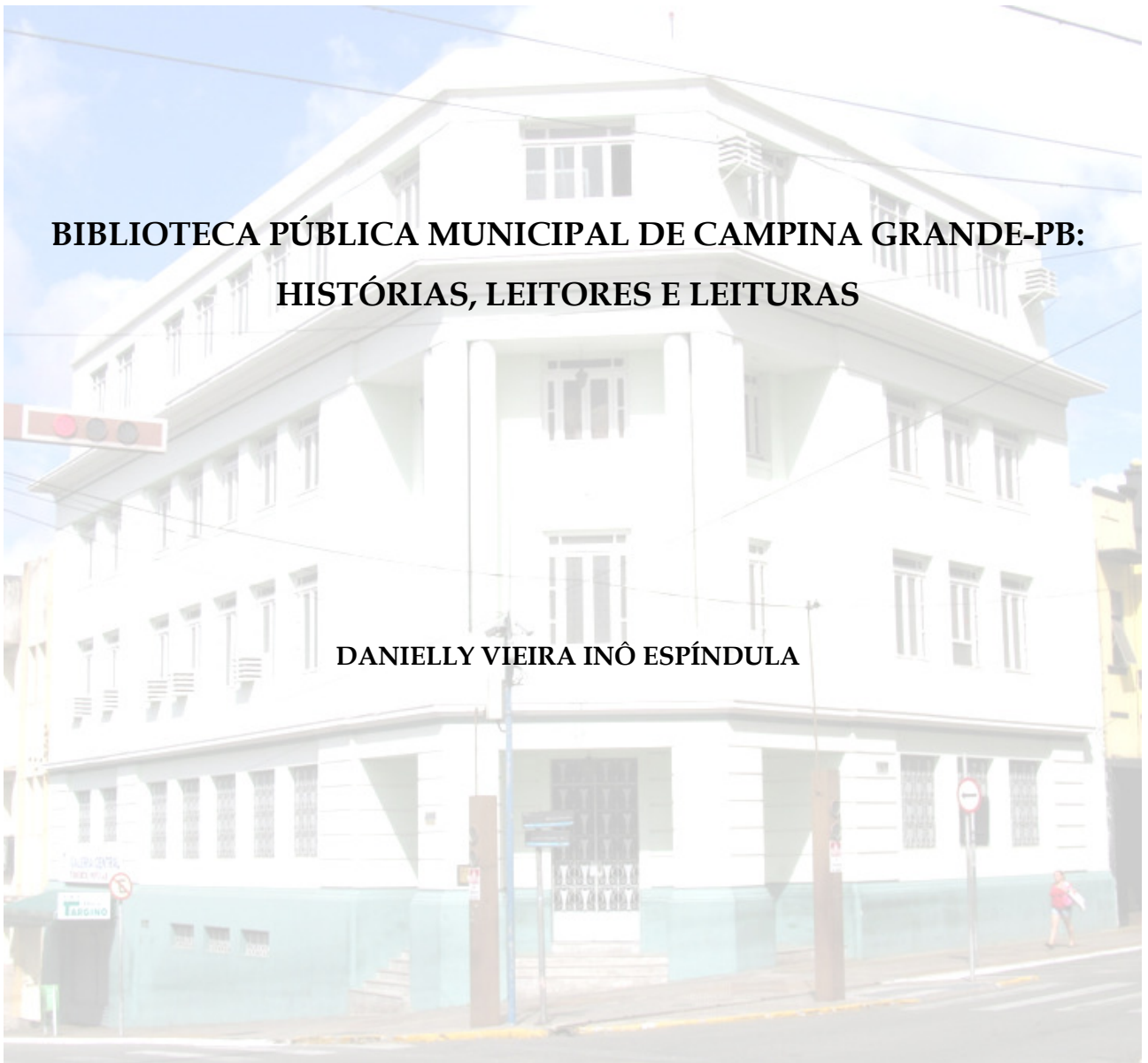


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA - PROLING

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB:
HISTÓRIAS, LEITORES E LEITURAS

DANIELLY VIEIRA INÔ ESPÍNDULA



JOÃO PESSOA-PB, MARÇO/2015

**BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB:
HISTÓRIAS, LEITORES E LEITURAS**

DANIELLY VIEIRA INÔ ESPÍNDULA

Pesquisa de Doutorado elaborada por Danielly Vieira Inô Espíndula e apresentada ao PROLING/UFPB, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Linguística desta universidade, para obtenção do grau de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Linguística e Práticas Sociais
Linha de Pesquisa: Discurso e Sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ester Vieira de Sousa

JOÃO PESSOA-PB, MARÇO/2015

E77b Espíndula, Danielly Vieira Inô.
Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB:
histórias, leitores e leituras / Danielly Vieira Inô Espíndula.-
João Pessoa, 2015.
283f. : il.
Orientadora: Maria Ester Vieira de Sousa
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHL
1. Linguística. 2. Linguística e práticas sociais. 3. Biblioteca
pública - leitores. 4. Práticas de leitura. 5. História da leitura.

UFPB/BC

CDU: 801(043)

**BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-
PB: HISTÓRIAS, LEITORES E LEITURAS**

DANIELLY VIEIRA INÔ ESPÍNDULA

JOÃO PESSOA-PB, MARÇO/2015

DANIELLY VIEIRA INÔ ESPÍNDULA

**BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-
PB: HISTÓRIAS, LEITORES E LEITURAS**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Maria Ester Vieira de Sousa
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Orientadora

Prof^ª. Dra. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Pedro Farias Francelino
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Prof. Dr. José Hélder Pinheiro Alves
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Aprovada em ____/____/____

À minha bisa, Ozinha, que nunca aprendeu a ler a palavra escrita,
mas sabia ler meu coração como ninguém.

AGRADECIMENTOS

*Sim, cabe ao amor te aliviar
Do que te cansa
(Oswaldo Montenegro, Amores)*

Relendo o texto de agradecimento escrito anos atrás, na dissertação de mestrado, me deparei com uma feliz constatação, que me deixou bastante emocionada: muitas das pessoas importantes para mim naquele momento permanecem até hoje exercendo um papel significativo na minha vida. Então, meu primeiro agradecimento é dedicado à permanência dessas pessoas especiais – familiares, amigos e colegas de trabalho –, que estiveram ao meu lado desde sempre, dando sentido a cada nova conquista.

Entre os que permaneceram, agradeço, em primeiro lugar, à minha família: minha bisá, que não está mais fisicamente entre nós, mas está sempre comigo; minha tia-mãe, Neves, meu porto seguro de todas as horas; meu marido, William, por seu amor incondicional, e também a toda a sua família, que se tornou a minha. Foram vocês que me ampararam, quando, desanimada, eu voltava pra casa de mãos vazias, após uma manhã pesquisando nos arquivos públicos; e foram vocês que vibraram a cada novo dado encontrado, pois sabiam da importância dessa pesquisa para mim. Obrigada por tanto amor!

Em segundo lugar, às A.M.I.G.A.S. – Noelma, Karine e Márcia – que dividem comigo, desde a graduação, essa aventura que é ser gente que sonha, que luta, que cai e levanta, sempre na esperança de ser alguém melhor e, sobretudo, mais feliz. Estar com vocês, para mim, é parte imprescindível dessa felicidade. Agradeço especialmente a Noelma, pela revisão atenta do texto final dessa tese; os erros que por ventura persistiram são fruto exclusivo da minha teimosia ou falta de atenção.

Agradeço à minha orientadora, Ester, por acreditar na minha capacidade e confiar (por duas vezes consecutivas) no meu trabalho como pesquisadora. Minha admiração pela pessoa e pela profissional que você é só aumenta!

Aos professores Socorro Barbosa e Helder Pinheiro; à primeira, por ter me apresentado, durante o mestrado, o fascinante caminho da História da Leitura; ao segundo, pela presença em diferentes etapas da minha vida e por ser sempre uma mão amiga disposta a oferecer um livro (por vezes, aquele livro que você tanto procurava).

Por fim, aos amigos do Núcleo de Dança Passo a Passo – alunos e professores –, por contribuírem para que, em meio às obrigações e burocracias, houvesse espaço para

aquele devaneio tão necessário para que tudo o mais faça sentido, ou, ao menos, se torne mais leve. Sem a dança, eu seria uma doutoranda muito menos feliz!

É verdade que algumas pessoas, por circunstâncias diversas, não figuram mais nesta lista de agradecimentos, embora permaneçam guardadas na minha memória. Mas como a vida pode ser muito generosa, outros amigos passaram a fazer parte da minha caminhada, transformando-se em verdadeiros presentes... Cris e Brenda, obrigada pelas viagens, conversas e risadas, regadas a café ou vinho, que tornaram os momentos mais amenos e felizes. Marcelo e Aldinida, obrigada por suas palavras de incentivo, ainda que à distância (às vezes, lá de além-mar, não é, Nida?). Joci e Raquel, obrigada pela partilha e pelas discussões francas e inteligentes, que me renovavam a cada encontro e me ensinavam tanto! Thiciany, obrigada pela torcida e por querer sempre o meu bem. Fábio e Angela, obrigada pelo bom humor nessa reta final e por me lembrarem que a melhor atitude é rir de nós mesmos, pois tudo passa... Aos amigos virtuais, que acompanharam pelas redes sociais o meu processo de escrita e não hesitaram em enviar seu carinho: meu muito obrigado!

Entre as pessoas que começaram a fazer parte do meu caminho durante a pesquisa, gostaria de agradecer imensamente a alguns que foram uma espécie de “anjos da guarda”. A Vanêssa Lenier, funcionária da Biblioteca Átila Almeida (UEPB), por sua incrível generosidade, que tornou possível a existência de todo o primeiro capítulo dessa tese. A Rosineide Régis, diretora da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB no início da pesquisa, que não mediu esforços para me auxiliar e nem colocou obstáculos à minha busca por dados a respeito dos leitores daquela instituição. A Mabel Amorim, atual diretora da Biblioteca, que assumiu a instituição num período bastante delicado (durante a reforma, ainda em andamento), mas que, por ser uma sonhadora incansável, com certeza dará importantes e definitivas contribuições para esse espaço de leitura, pois inspira a todos que a cercam. Ao professor Iranilson Buriti e a Bruno Gaudêncio, pela generosidade ao compartilhar seus textos. A todos os funcionários das instituições cujos acervos eu consultei, com a esperança de resgatar a história da Biblioteca, entre as quais destaco o Arquivo do Museu Histórico de Campina Grande-PB, especialmente Fátima Nóbrega; o Arquivo Público Municipal desta cidade, o Arquivo Público Estadual (situado em João Pessoa) e o Arquivo da Câmara Municipal. Em todos esses lugares, encontrei mais que funcionários públicos: encontrei grandes colaboradores, sempre dispostos a ajudar.

Meu muito obrigado aos entrevistados nesta pesquisa, cujas palavras foram essenciais para contar uma parte da história da Biblioteca; agradeço especialmente aos leitores, por terem me recebido e me apresentado sua relação tão particular com a leitura e a biblioteca. Conhecê-los foi uma das maiores alegrias durante esse percurso.

Obrigada aos professores Alarcon Agra e Socorro Barbosa, pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições na banca de qualificação; e também aos professores que aceitaram participar da banca final, disponibilizando seu tempo e seu conhecimento para o aperfeiçoamento desse trabalho.

Por fim, agradeço à Universidade Estadual da Paraíba, por investir na formação de seus professores e aprovar meu afastamento das atividades como docente, para que eu pudesse me dedicar integralmente a essa pesquisa, dispondo, assim, de tempo para ficar “só” estudando (como diriam alguns).

Una biblioteca, un libro, es algo que se ofrece, una hospitalidad que se ofrece. Dan hacia otro lugar, también introducen a otra manera de habitar el tiempo, a un tiempo propio. Un tiempo en el que la fantasía puede brotar libremente, y permite imaginar, pensar.

(PETIT, 2001, p. 114)

É provável que as bibliotecas persistam e sobrevivam, na medida em que continuemos a emprestar palavras ao mundo que nos cerca e a preservá-las para leitores futuros. Tanta coisa foi nomeada, tanta coisa ainda será nomeada, que nem mesmo nossa estupidez poderá fazer que abandonemos esse pequeno milagre que nos garante uma ilusão de entendimento.

(MANGUEL, 2006, p. 192)

RESUMO

As bibliotecas, espaços criados para armazenar as obras produzidas, mas também para protegê-las e difundi-las, tiveram sempre um destino incerto, entre a construção e a destruição, e finalidades distintas – entre a guarda do livro como tesouro e a abertura para o público. Ao tentar recuperar a história de instituições dessa natureza, raramente temos acesso a informações sobre quem eram seus leitores e como se apropriaram desse espaço de leitura. Essa mesma condição se aplica à Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB, fundada em 1938 e sobre a qual há poucos registros que comprovem as diferentes etapas pelas quais passou essa instituição ao longo do tempo. Sobre os seus leitores, temos referências apenas a partir da década de 1950, quando estes passam a ser mencionados em textos de jornais locais, mas apenas para terem sua ausência na biblioteca destacada e suas práticas rejeitadas. A presente pesquisa – que se insere na linha de estudos denominada *História da Leitura* (CHARTIER, 1996; 2002; 2003; 2012) e entende leitura como *prática social* – discutiu as seguintes questões: qual a história da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB (BPMCG) e de que forma essa instituição se inseriu no contexto cultural da cidade, em três diferentes momentos – nos primeiros anos após sua fundação, na década de 1950 e nos dias atuais? Quem são os leitores que utilizaram o serviço de empréstimo entre julho/2008 e maio/2011, quais suas práticas de leitura e formas de apropriação da Biblioteca? O nosso objetivo geral foi, portanto, registrar a história da Biblioteca Municipal de Campina Grande-PB, em três momentos distintos, bem como descrever as histórias de leitura e as práticas realizadas pelos seus leitores nesse espaço ou em função dele: o que leem, como leem, por que leem, com que frequência etc. Contrariamente ao discurso historicamente construído a respeito da BPMCG, segundo o qual não há leitores utilizando a instituição, confirmamos nossa tese de que não apenas esses leitores existem, como têm sua forma particular de se apropriar da instituição e encontram nela um importante apoio para a construção da sua história particular de leitura. A existência desses leitores na biblioteca é, por vezes, negada e suas práticas são historicamente rejeitadas, condição esta que os condena a uma invisibilidade que, no entanto, não corresponde à apropriação efetiva desse espaço de leitura por parte de seus frequentadores.

Palavras-chave: Biblioteca pública; Leitores; Práticas de leitura; História; História da leitura

ABSTRACT

Spaces created to keep and protect mostly written works produced by men and also to publicize them, libraries always had an uncertain destiny – from its inception to its destruction – and different purposes – from keeping a book as treasure and make it available to the public. In the attempt to recover the history of these institutions we seldom have access to information about who were the readers and how they used this reading space. This is a condition shared by the Municipal Public Library of Campina Grande-PB, founded in 1938 and on which there are few records showing the different stages undergone by the institution over time. On its readers, we have only a few references from the 1950s, when they are to be mentioned in local newspapers texts, but just to have highlighted their absence in the library and their practices rejected. This research - which is a part of a line of studies called *History of Reading* (CHARTIER, 1996; 2002; 2003; 2012) and understands reading as a social practice - discussed the following questions: what is the history of the Municipal Public Library of Campina Grande-PB (BPMCG) and how this institution was inserted in the cultural context of the city, in three different times - the first years after its foundation, in the 1950s and today? Who are the readers who used the loan service between July / 2008 and May / 2011 and what are their reading practices and their forms of appropriation of the Library? Our overall goal was, therefore, to register the history of the Municipal Library of Campina Grande-PB, at these three mentioned times, and to describe reading stories and practices carried out by its readers in this space or because of it: what they read, how they read, why they read, and how often they read. Contrary to historically constructed speech about BPMCG, where by there are no readers using the institution, we confirmed our thesis that not only these readers exist, but they have their particular way of appropriating the institution and find in it an important support for building their particular reading history as well. The existence of these readers in the library is often denied and their practices are historically rejected, a condition which condemns them to an invisibility which, however, does not correspond to the actual appropriation of reading space by its regulars.

Keywords: Public Library; Readers; Reading practices; History; History of reading

RESUMEN

Las bibliotecas, espacios creados para guardarlas obras producidas, pero también para protegerlas y difundirlas, tuvieron siempre un destino incierto, entre la construcción y la destrucción, y fines distintos – entre la custodia del libro como algo precioso e la apertura para el público. En el intento de recuperar la historia de instituciones de esa naturaleza, raramente tenemos acceso a informaciones sobre quienes eran sus lectores y como se apropiaron de ese espacio de lectura. Esa misma condición se aplica a la Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB, fundada en 1938 y sobre la cual hay pocos registros que comprueben las diferentes etapas por las cuales ha pasado esa institución al largo del tiempo. Sobre sus lectores, tenemos referencias apenas a partir de la década de 1950, cuando ellos pasan a ser mencionados en textos de periódicos locales, pero simplemente para que se destaque su ausencia en la biblioteca e para que sus prácticas fueran rechazadas. Esta investigación – que integra el eje de estudios conocido como *Historia de la Lectura* (CHARTIER, 1996; 2002; 2003; 2012) y entiende la lectura como *práctica social* – debatió las siguientes cuestiones: ¿cuáles la historia de la Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB (BPMCG)? ¿De qué forma esa institución se insertó en el contexto cultural de la ciudad, en tres diferentes momentos – en los años inmediatamente posteriores a su fundación, en la década de 1950 y en la actualidad? ¿Quiénes son los lectores que han utilizado el servicio de préstamo entre julio/2008 y mayo/2011? ¿Cuáles son sus prácticas de lectura y formas de apropiación de la Biblioteca? Nuestro objetivo general fue, por lo tanto, registrar la historia de la Biblioteca Municipal de Campina Grande-PB, en estos tres momentos distintos, como también describirlas historias de lectura y las prácticas realizadas por sus lectores en ese espacio o en función de él: lo qué leen, cómo leen, por qué leen, con qué frecuencia lo hacen, etc. Contrariamente al discurso históricamente construido respecto la BPMCG, según el cual no hay lectores utilizando la institución, confirmamos nuestra tesis de que no solamente esos lectores existen, como tienen su forma particular de apropiarse de la institución y encuentran en ella un importante apoyo para la construcción de su historia particular de lectura. La existencia de esos lectores en la biblioteca es, por veces, negada y sus prácticas son históricamente rechazadas, condición esta que los condena a una invisibilidad que, sin embargo, no corresponde a la apropiación efectiva de ese espacio de lectura por parte de sus frequentadores.

Palabras-clave: Biblioteca pública; Lectores; Prácticas de lectura; Historia; Historia de la lectura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Anúncio do jornal <i>O Retalhista</i> (1938)	46
FIGURA 2 – Anúncio da revista <i>O Campo</i> (1938)	46
FIGURA 3 – Agradecimento por doação de revistas e jornais	48
FIGURA 4 – Decreto de criação da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB	55
FIGURA 5 – Notícia sobre a intenção de divulgar lista dos livros doados à Biblioteca	71
FIGURA 6 – Notícia sobre a incorporação da livraria de Clementino Procópio à Biblioteca (maio/1938)	75
FIGURA 7 – Notícia sobre a incorporação da livraria de Clementino Procópio à Biblioteca (junho/1938)	76
FIGURA 8 – Lista de doações e Movimento da Biblioteca no mês de Julho.....	77
FIGURA 9 – Decreto Municipal, determinando a construção de prédio para instalar instituições culturais (1955)	80
FIGURA 10 – Projeto de lei visando à construção de prédio para instalar a biblioteca (1957) .	81
FIGURA 11 – Projeto de lei, visando à reorganização da biblioteca (1948)	83
FIGURA 12 – Lei que atribui novo nome à Biblioteca (1975)	86
FIGURA 13 – Mensagem à Câmara de Vereadores, apresentando o projeto de criação da Biblioteca Pública Municipal	87
FIGURA 14 – Movimento da Biblioteca Pública da Paraíba (1891)	132
FIGURA 15 – Notícia do jornal <i>O Momento</i> (setembro/1950)	136
FIGURA 16 – Notícia do jornal <i>O Globo</i> (julho/1952)	139
FIGURA 17 – Notícia do jornal <i>O Globo</i> (agosto/1952)	141
FIGURA 18 – Notícia do jornal <i>Formação</i> (outubro/1953)	145

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Distribuição dos leitores, por categoria, entre os meses de Julho/2008 a Maio/2011	156
QUADRO 02 – Quantidade de empréstimo, segundo as categorias estabelecidas	166
QUADRO 03 – Volume de empréstimos de livros por faixa	167
QUADRO 04 – Lista de empréstimos por leitor <i>não estudante</i> (L-104)	171
QUADRO 05 – Lista de empréstimos por leitor <i>não estudante</i> (L-266)	173
QUADRO 06 – Lista de empréstimos por leitor <i>não estudante</i> (L-130)	175
QUADRO 07 – Lista de empréstimos por leitor <i>estudante</i> (L-151)	176
QUADRO 08 – Lista de empréstimos por leitor <i>estudante</i> (L-153)	178
QUADRO 09 – Lista de empréstimos por leitor <i>estudante</i> (L-133)	178
QUADRO 10 – Lista de empréstimos por leitor <i>estudante</i> (L-290)	180
QUADRO 11 – Autores mais lidos nos empréstimos realizados na BPMCG, no período estudado	180
QUADRO 12 – Lista de empréstimos por leitor <i>estudante</i> (L-149)	181
QUADRO 13 – Lista de empréstimos por leitor <i>estudante</i> (L-195)	183

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BPMCG– Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FUNESC – Fundação Espaço Cultural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

INL – Instituto Nacional do Livro

L- Leitor

P– Pesquisadora

CONVENÇÕES PARA A TRANSCRIÇÃO¹

(()) - Comentários do pesquisador

:: - Prolongamento de vogal

... - Pausa

[- Falas sobrepostas

/ - Período truncado

MAIÚSCULAS - Ênfase

¹ Elaboradas de acordo com Marcuschi (2004).

SUMÁRIO

Introdução	18
------------------	----

PARTE I

Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB: fragmentos de uma história	29
--	-----------

1. Do gesto simbólico de fundação ao ato político de manutenção

30

1.1. Entre a idealização e o despreço: usos e representações das bibliotecas ...	31
--	----

1.2. Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB: primeiras páginas dessa história	42
--	----

1.2.1. Entre o branco do algodão e o branco do papel: o espaço em branco a ser ocupado pela leitura.....	42
--	----

1.2.2. O primeiro ano de existência: as vozes na Borborema	53
--	----

1.2.3. Sobre a constituição inicial do acervo e sua movimentação pelo público leitor	70
--	----

1.2.4. A (des)continuidade dessa história	78
---	----

2. Os leitores de bibliotecas e suas práticas

89

2.1. História da leitura como <i>prática</i> : delimitando conceitos	89
--	----

2.2. Espaços da leitura e seus visitantes: o temido leitor e suas práticas moventes	96
---	----

2.2.1. Ser leitor de biblioteca: traçando movimentos nesse espaço	99
---	----

a) Os catálogos	107
-----------------------	-----

b) O acesso aos livros	115
------------------------------	-----

c) Os empréstimos	120
-------------------------	-----

2.3. Leitor de biblioteca: um leitor inexistente?	124
---	-----

2.3.1. A Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande no início dos anos 1950: o que noticiavam os jornais?.....	133
--	-----

PARTE II

Leitores da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB: lendo e tecendo histórias	148
---	------------

3. Numa folha qualquer: os registros de empréstimos na Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande

149

3.1. Os leitores e suas leituras: o que revelam os empréstimos	151
--	-----

3.1.1. Os leitores	151
--------------------------	-----

3.1.2. As leituras	165
--------------------------	-----

4. Histórias, práticas e discursos dos leitores da BPMCG: quando o desejo de ler encontra o seu lugar	188
4.1. Encontro com a leitura e o desejo de ler: primeiras referências	193
4.2. Lugares para ler: o encontro entre leitor e BPMCG	213
4.3. Práticas de leitura e formas de apropriação da BPMCG	234
4.3.1. A diversificação das formas de acesso à leitura: uma ameaça à biblioteca?	235
4.3.2. Velhas e novas leituras: as escolhas sobre <i>o que</i> ler e sua relação com a Biblioteca	249
Conclusão	268
Referências	274

Apêndices

- APÊNDICE A – Quadro de doações de livros à BPMCG (1938)
- APÊNDICE B – Roteiro da entrevista realizada com a funcionária da BPMCG
- APÊNDICE C – Roteiro da entrevista realizada com os leitores da BPMCG
- APÊNDICE D – Obras literárias indicadas para os vestibulares das universidades públicas paraibanas (2008-2011)

Anexos

- ANEXO A – Lei Municipal no. 836/82, que cria a BPMCG
- ANEXO B – Textos publicados no jornal *A Voz da Borborema* (1938)
- ANEXO C – Transcrição da entrevista realizada com a funcionária da biblioteca
- ANEXO D – Regulamento da Biblioteca Nacional (1824)
- ANEXO E – Notícias jornalísticas sobre a BPMCG em jornais diversos (1950)
- ANEXO F – Relatório da Direção da BPMCG (2004)
- ANEXO G – Página do caderno de empréstimos da BPMCG
- ANEXO H – Planilha geral de dados - empréstimos
- ANEXO I – Transcrições das entrevistas com os leitores da BPMCG

INTRODUÇÃO

A maioria de nós não pode sair correndo por aí, falar com todo mundo, conhecer todas as cidades do mundo. Não temos tempo, dinheiro ou tantos amigos assim. As coisas que você está procurando, Montag, estão no mundo, mas a única possibilidade que o sujeito comum terá de ver noventa e nove por cento delas está num livro.

Ray Bradbury, *Fahrenheit 451*.

Os livros sempre exerceram fascínio, antes mesmo de possuírem os formatos que conhecemos hoje. A partir do momento em que o homem passou a produzir conhecimentos e a registrá-los por escrito, começou uma trajetória em busca do domínio dos bens culturais advindos dessa produção escrita. O interesse pelo acúmulo² de textos escritos é anterior às encadernações *in folio*, quando os materiais utilizados ainda eram de origem animal (pergaminhos) ou vegetal (papiros e depois o papel, invenção chinesa). Símbolos de conhecimento e poder, os livros foram desejados, armazenados, contrabandeados, protegidos, roubados, caçados e destruídos de diferentes maneiras ao longo de sua história.

O mesmo caminho seguido pelo livro também foi percorrido por aqueles envolvidos de alguma maneira em sua existência: autores, editores, livreiros, colecionadores, distribuidores ou leitores estiveram ao longo do tempo à mercê das proibições e liberdades da leitura. As bibliotecas, espaços criados para armazenar as obras produzidas, mas também para protegê-las e difundi-las, tiveram o mesmo destino incerto, entre a construção e a destruição (esta destruição pode significar a derrubada do prédio em que funcionava, ou, mais recentemente, a ausência de manutenção e investimentos para garantir seu funcionamento).

Cada uma dessas ações, dirigidas aos livros, às bibliotecas e aos demais elementos que compõem o “ciclo de vida do livro” (descrito por Darnton, 2010a e 2010b), baseia-se na tentativa de destruição daquilo que é concreto e palpável, por não conseguir apreender nem capturar o que realmente interessa – a leitura. Se as instituições de poder (a Igreja, o Estado), em diferentes épocas, miraram o livro, foi por não poder acertar na leitura, esta prática fugidia (CERTEAU, 1994) que superou todas as proibições ao longo do tempo.

Neste contexto, é importante destacar que, embora fugidia, a leitura, entendida como prática ou como dispositivo de interpretação, não é livre, pois obedece a convenções – formuladas por grupos, em diferentes períodos no tempo, e possibilitada

^{2 2} Ver, a esse respeito: Manguel (1999) e Chartier (1999b).

por suportes variáveis. Chartier (1999a, p. 13) lembra que “[...] a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos”.

Se existem, portanto, espaços propícios para registrar o encontro dos leitores com os objetos de leitura, a fim de observar suas práticas, gestos e hábitos, um desses lugares é a biblioteca, especialmente, a pública. Ao mesmo tempo em que ela permite o acesso, este não é completamente livre, mas orientado, em primeiro lugar, pelas delimitações do acervo e, em segundo lugar, pelas regras de funcionamento de cada instituição e pelas regras de comportamento que passaram a existir junto a essas bibliotecas. Caberia, então, estudar como o leitor se movimenta entre a liberdade e o controle nesses espaços públicos de leitura, cujo objetivo é, em geral, promover o acesso à leitura.

Na Paraíba, registra-se atualmente um total de 106 bibliotecas públicas cadastradas no catálogo do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas³. Estas se dividem em bibliotecas escolares (por funcionarem em estabelecimentos de ensino e atenderem exclusivamente ao público destas escolas) e bibliotecas públicas municipais e estaduais. Segundo dados do 1º. Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2010), a Paraíba registrava, em 2009, 136 bibliotecas, distribuídas em 133 municípios do Estado. Ainda segundo o censo, a Paraíba tem uma média de 3,6 bibliotecas por cada 100 mil habitantes, o que a coloca em oitavo lugar no ranking nacional. Também foram observados, nesse Censo de 2010, quais assuntos costumam ser os mais consultados nas bibliotecas e com que finalidade os brasileiros costumam frequentá-las (verificou-se que prevalece, neste caso, a pesquisa escolar).

A Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB (BPMCG) é uma das 106 bibliotecas públicas municipais da Paraíba, identificadas pelo referido Censo Nacional de Bibliotecas Públicas (FGV, 2010). Fundada em 1938, ela foi escolhida para a realização desta pesquisa por constituir-se como a segunda biblioteca mais antiga em funcionamento no Estado (a primeira é a Biblioteca Pública Estadual Juarez Gomes Batista, fundada em 1857, na cidade de João Pessoa). Além disso, essa biblioteca atende ainda aos seguintes critérios: em primeiro lugar, por ser classificada como *biblioteca pública*, que, segundo documento publicado pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN, 2000, p. 18), caracteriza-se por “1) destinar-se a toda coletividade, ao contrário de

³ Criado em 1992 e mantido pela Fundação Biblioteca Nacional.

outras que têm funções mais específicas; 2) possuir todo tipo de material, (sem restrições de assuntos ou de materiais); 3) ser subvencionada pelo poder público (federal, estadual ou municipal)”.

Em segundo lugar, foi relevante também nesta escolha o fato de a instituição estar cadastrada na lista on-line da Fundação Biblioteca Nacional (2010)⁴, sob o código de funcionamento “em atividade”, ou seja, é uma biblioteca que continua em funcionamento atualmente. Foi levado em consideração ainda o fato de ela estar instalada na cidade de maior população do Estado no agreste paraibano, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010); não ser vinculada a estabelecimento de ensino, mas situar-se em uma cidade que oferece educação regular em todos os níveis de ensino, o que pode nos permitir compreender as possíveis relações entre educação formal e leitura; e, por fim, possuir serviço de empréstimo domiciliar de obras, cujo registro será relevante para a análise parcial das relações entre os leitores e suas leituras.

O objetivo do referido censo, realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2010, era o de mapear e registrar, estatisticamente, dados relativos às condições de funcionamento das bibliotecas públicas municipais brasileiras. Pesquisas exclusivamente quantitativas, como esta realizada pela FGV, embora inegavelmente importantes, mostram-se insuficientes para a compreensão das práticas de leitura realizadas nas bibliotecas, bem como da inserção dessas instituições na sociedade da qual fazem parte. Assim, uma vez promovido o acesso à leitura através da criação de bibliotecas públicas, é preciso compreender que relações os leitores estabelecem com elas, considerando a influência de diferentes fatores relacionados às modificações na conjuntura social, econômica e cultural ocorridas na Paraíba ao longo do tempo.

Refletir sobre essas questões, entre outras que nos ajudariam a registrar parte da história da leitura na Paraíba, não é tão simples como possa parecer. Buscar leitores nos arquivos, como sugere Darnton (2010a), nem sempre é possível, tendo em vista a ausência de documentos preservados (relatórios, regimentos, fichas de cadastros de leitores, leis de criação, etc.) sobre o funcionamento das bibliotecas públicas, os quais pudessem fornecer pistas sobre os leitores e suas práticas de leitura. Apesar da dificuldade, esta pesquisa justifica-se, entre outros aspectos, por reconstruir parte significativa da história da Biblioteca e pela sua contribuição ao registrar também a

⁴ Como parte das informações publicadas no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, disponível em <http://snbp.culturadigital.br>, acesso em agosto/2010.

história dos seus leitores (bem como suas práticas de leitura), uma vez que não há pesquisas sobre essa instituição e seus leitores.

A presente tese pretende, portanto, discutir as seguintes questões: qual a história da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB (BPMCG) e de que forma essa instituição se inseriu no contexto cultural da cidade, em três diferentes momentos – no primeiro ano após sua fundação; no início da década de 1950, ou seja, 10 anos após ter sido inaugurada; e nos dias atuais? Quem são os leitores que utilizaram o serviço de empréstimo entre julho/2008 e maio/2011, quais suas práticas de leitura e formas de apropriação da Biblioteca?

O nosso objetivo geral é, portanto, registrar a história da Biblioteca Municipal de Campina Grande-PB, em três momentos distintos, bem como descrever as histórias de leitura e as práticas realizadas pelos seus leitores nesse espaço ou em função dele: o que leem, como leem, por que leem, com que frequência etc.

Esses três recortes no tempo – 1938, início dos anos 1950 e o intervalo de 2008 a 2011 – não mantêm, necessariamente, uma relação de continuidade entre si. Antes, ao contrário, representam rupturas na história da biblioteca, que foi criada, recriada, teve diversos nomes e endereços, passando por momentos de fechamento ou de funcionamento em lugares improvisados ao longo dos anos, mas que nem sempre teve os documentos⁵ relativos a ela preservados. Da ausência desse registro documental, surgem lacunas a partir das quais se torna possível fazer apenas uma retomada de fragmentos de alguns dos fatos significativos a respeito da instituição. Tais lacunas foram determinantes para a definição do percurso seguido na escrita desta pesquisa, pois, como afirma Le Goff (1990, p. 468), a respeito desse tipo de pesquisa histórica, “[...] em lugar do fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua”.

Tendo em vista esse objetivo central, nossos objetivos específicos são:

- a) descrever as circunstâncias da fundação da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB, através da análise das matérias jornalísticas e dos

⁵ Adotamos aqui a noção de documento segundo proposta por Le Goff (1990, p. 470): “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”. Em outras palavras, os documentos utilizados ao longo da pesquisa não serão entendidos como atestados de verdade, mas como efeitos, como construções discursivas – portanto, indissociáveis dos fatores histórico-sociais que os produziram.

documentos oficiais publicados no jornal *A Voz da Borborema*, durante o ano de 1938;

- b) refletir sobre a relação entre, de um lado, as decisões referentes à inauguração/manutenção dessa biblioteca (que fatores e/ou pessoas motivaram sua fundação, quem eram os prováveis frequentadores, como se deu a constituição do acervo inicial, entre outros aspectos) e, de outro, a longa tradição registrada na história das bibliotecas (fatores que interferem no seu funcionamento e as representações sociais construídas a seu respeito);
- c) analisar a movimentação de empréstimos realizada pelos leitores entre julho/2008 e maio/2011, observando como se distribuem as leituras entre eles.
- d) registrar, através de entrevistas semiestruturadas, as histórias de leitura de usuários da biblioteca, a fim de analisar como se constrói sua relação particular com este espaço;

Esta é uma pesquisa de caráter *quantitativo* e *qualitativo* e se desenvolveu a partir de dois conjuntos de dados diferentes⁶. O primeiro tipo de dados é formado pelos diversos documentos relacionados à fundação e ao funcionamento da biblioteca pública estudada; são eles:

- a) documentos escritos sobre a fundação da biblioteca, tais como as leis de criação/instalação e as notícias jornalísticas sobre fundação, inauguração e funcionamento. Nesse sentido, serviram de fonte para a pesquisa os documentos arquivados pela diretoria da Biblioteca Pública Municipal (entre os quais se encontram projetos de lei, decretos e mensagens à câmara de vereadores sobre a biblioteca em diferentes períodos de sua história). Além destes, foram utilizados também os seguintes jornais: *A Voz da Borborema*, que durante todo o ano de 1938 publicou notícias referentes à biblioteca, incluindo documentos oficiais e relatos sobre a inauguração, além de listas dos livros doados pela população e dos nomes dos doadores; *O Estudante*, *Evolução*, *O Momento*, *O Globo* e *Formação*, os quais, no início da década de 50 do século XX, publicaram notícias sobre o funcionamento da biblioteca.

⁶ Tendo em vista o volume e a natureza do material analisado, todos os Apêndices e Anexos da pesquisa encontram-se armazenados no CD-Rom que acompanha esta tese, localizado no final do trabalho.

Essas informações, que fornecem pistas sobre como essa instituição se inseriu na sociedade ao longo do tempo, nos possibilitaram conhecer ainda as representações sociais da leitura e da biblioteca de Campina Grande vigentes nesses períodos;

- b) arquivos da biblioteca referentes ao seu funcionamento, tais como: o registro de movimentação de empréstimos de livros e relatórios anuais das atividades da biblioteca. Particularmente a respeito dos empréstimos realizados pelos leitores, foram coletados os dados referentes aos empréstimos realizados entre **julho/2008** e **maio/2011**, tendo em vista que os registros anteriores foram descartados pela direção da instituição. Esse controle dos empréstimos costuma ser realizado em cadernos comuns, nos quais os funcionários, manualmente, anotam informações sobre quem é o leitor que está realizando o empréstimo, a(s) obra(s) solicitada(s) e as datas de retirada e devolução. A fim de organizar e agrupar melhor esses dados, todos os cadernos foram digitados e transformados em uma planilha⁷. Esse procedimento será descrito em detalhes e os dados provenientes dessa compilação das informações serão analisados posteriormente, no Capítulo 3. Quanto aos relatórios anuais de atividades da biblioteca, dispomos apenas dos relatórios elaborados pela diretoria entre os anos de **2002** e **2011** (com exceção do ano de 2003, quando a biblioteca esteve fechada para reforma). Esses relatórios coincidem com o período de gestão de Rosineide Régis Alves, Chefe da Divisão de Biblioteca Municipal, que deixou o cargo no início de 2013, quando houve mudança de governo na prefeitura municipal de Campina Grande-PB. Os relatórios anteriores a esse período também não existem mais nos arquivos da biblioteca.

Quanto à biblioteca, esses documentos revelaram informações importantes para compreendermos como esse espaço foi concebido e organizado ao longo do tempo e de que maneira essa concepção e organização se relacionaram às maneiras de ler de seus

⁷ Os dados referentes aos empréstimos encontram-se organizados em uma Planilha Geral, que compõe o Anexo H; esta planilha, contudo, é formada por 5 (cinco) planilhas diferentes, de maneira a permitir o acesso a todos os empréstimos registrados, a partir da sua organização por *leitor* (todos os leitores, em ordem alfabética), por *autor* (todos os leitores, em ordem alfabética dos autores) ou por *categoria* (*estudantes*, *não estudantes* e *não informaram*, em ordem alfabética por leitor dentro de cada categoria). Os nomes completos dos leitores foram mantidos, junto à sua identificação por números; contudo, seus dados pessoais (endereço, número dos documentos e telefones) foram omitidos.

usuários. Quanto aos leitores, foi possível descobrir informações importantes sobre quem eles eram, o que liam (os tipos de obras e os temas preferenciais), com que frequência eles faziam empréstimos, se sua leitura era intensiva ou extensiva, se suas escolhas de leitura estavam ou não relacionadas ao seu momento de vida e a certas representações de leitura mais evidentes em cada momento histórico-social (como a leitura orientada pelas práticas escolares com vistas à aquisição de conhecimentos, a leitura como fonte de aperfeiçoamento profissional, ou a leitura ligada a possíveis atividades religiosas dos leitores, entre outras).

Contudo, essas fontes apresentam algumas limitações no tocante ao tipo de informação que elas nos fornecem e por isso foi necessário recorrer a outros tipos de dados, como sugere Le Goff (1990), a fim de complementar a análise e ampliar o alcance da pesquisa. Por serem fontes documentais extraídas dos arquivos da biblioteca, permitiram o acesso apenas às informações sobre a movimentação e leituras de (alguns) livros, uma vez que este costuma ser o suporte cuja retirada da biblioteca é permitida. Periódicos (jornais, revistas), obras de referência (como enciclopédias e atlas), vídeos, entre outros materiais, costumam estar disponíveis para consulta apenas no espaço da biblioteca e por essa razão seu uso fica registrado em outro tipo de documento: o registro de consultas. Uma vez que o leitor tem autorização de levar para leitura domiciliar apenas uma parte do acervo – pois algumas obras não podem sair da biblioteca –, considerar apenas os documentos da própria biblioteca referentes aos empréstimos poderia restringir o alcance da análise a ser desenvolvida nesta pesquisa, já que não analisamos as consultas feitas a esse acervo de uso restrito ao espaço da biblioteca. Por outro lado, a biblioteca não é a única fonte de acesso à leitura dos usuários e, para entender o papel dessa instituição na história de leitura deles é preciso entender que lugar a biblioteca ocupa entre as outras fontes e que práticas de leitura são realizadas pelo leitor *na* e *a partir* da biblioteca.

Por essa razão, incluímos o segundo conjunto de dados: o *relato oral* registrado através de *entrevista semiestruturada*. Esta foi realizada com os leitores, escolhidos entre os que realizaram empréstimos no período analisado (julho/2008 a maio/2011), a fim de registrar seus relatos sobre o funcionamento da instituição e as práticas de leitura realizadas por eles e outros leitores neste espaço. O critério de escolha dos leitores foi a quantidade de empréstimos: foram escolhidos aqueles que realizaram acima de 10 empréstimos neste período, ou seja, aqueles que tomaram de empréstimo 10 ou mais livros. Esse critério se justifica por acreditarmos que esses leitores revelaram um

vínculo maior com a biblioteca, devido a esse volume de empréstimos, se comparados àqueles que fizeram uma quantidade menor num prazo de quase 03 (três) anos. Assim, dos 36 (trinta e seis) leitores habilitados para responderem à entrevista por se inserirem nessa categoria, 06 (seis) realmente participaram da pesquisa, já que não foi possível localizar muitos deles devido à imprecisão no registro de seus dados na biblioteca (endereços incompletos ou errados, ausência do número de telefone ou número incorreto/desatualizado) e também pela necessidade de reduzir o número de entrevistados (tendo em vista a abordagem qualitativa dos dados).

Entre outras questões relativas à história de leitura dos entrevistados e aos modos de ler praticados por eles recentemente, através destas entrevistas foi possível descobrir, por exemplo, com que frequência os leitores visitam a biblioteca, ainda que não seja para fazer empréstimos de livros; quanto tempo costumam ficar neste espaço e como esse tempo é ocupado (leituras de periódicos? Quais? Pesquisas escolares? Consultas à internet? Conversas com os funcionários ou outros leitores?); onde costumam acomodar-se para ler; quais as impressões pessoais sobre a biblioteca (estrutura, acervo, instalações, funcionários); como costumam ler (silenciosamente, em voz alta, fazendo anotações, folheando rapidamente); e quais são as leituras desse leitor e de que forma tem acesso a elas.

Estas entrevistas contribuíram, portanto, para conhecer como se dá a relação leitor-biblioteca, como se constrói/construiu a história de leitura de cada um dos entrevistados, bem como de que maneira e em que momento essa história de leitura se encontra com a existência da biblioteca pública em Campina Grande-PB. Assim, as perguntas que compõem a entrevista estão divididas em dois grupos principais: perguntas centradas na relação entre leitor/leitura e entre leitor/biblioteca.

Evidentemente, não se pode perder de vista que as declarações dadas pelos leitores sobre suas práticas de leitura não são neutras, e, por essa razão, devem ser analisadas como indício ou resultado de uma representação de leitura que determina quais são as leituras legítimas a cada momento.

Portanto, os relatos orais coletados foram tratados como um efeito discursivo: se não podem revelar-se como reflexo exato da realidade das práticas de leitura, como em um espelho, podem ao menos indicar qual o discurso sobre a leitura vigente em cada período e como ele se reflete nas práticas que os leitores dizem ter, por acreditarem que, ao dizê-las, estão também construindo uma imagem positiva sobre si mesmos. Este cuidado necessário, sugerido por Bourdieu e Chartier (1996) não foi, portanto, ignorado

na interpretação desses relatos orais: se foi como discurso que eles se mostraram, foi numa perspectiva discursiva que os analisamos.

Após a análise desse conjunto de dados acreditamos poder responder não apenas a perguntas sobre *o quê, quem e quando* se lê ou lia, mas também sobre o *como* e o *porquê*, conforme sugere Darnton (2010a). Afinal, conhecer as práticas de leitura realizadas *na e a partir da* Biblioteca Pública de Campina Grande-PB (BPMCG), verificando sua importância na vida dos usuários e o modo como ela vem, ao longo do tempo, sendo utilizada pelos leitores, permite registrar uma significativa parcela da história da leitura na Paraíba.

Contrariamente ao discurso historicamente construído⁸ a respeito da BPMCG, segundo o qual não há leitores utilizando-se daquela instituição, defendemos a tese de que os leitores existem e alguns deles mantêm vínculo com a biblioteca durante períodos consideráveis, quer estejam vinculados à educação formal ou não. Essa suposta inexistência se dá por uma dupla invisibilidade das práticas realizadas por eles neste espaço: invisibilidade porque nem sempre suas leituras são realizadas nas salas da biblioteca, o que provoca em muitos visitantes uma sensação de abandono e esvaziamento da instituição por parte dos campinenses; e invisibilidade porque as práticas efetivamente realizadas na biblioteca e visíveis a qualquer visitante costumam estar relacionadas à preparação para concursos e esta parece ser considerada uma função ilegítima, ou menos nobre, quando comparada à leitura de literatura para fruição, por exemplo.

As práticas silenciosas, no entanto, como o empréstimo regular de livros, não são facilmente perceptíveis; entre outras razões, porque nem sempre os leitores costumam demorar-se no espaço da biblioteca e também porque nem sempre o registro desses empréstimos é preservado, de maneira a permitir a elaboração de estatísticas a respeito do modo como a instituição vem sendo utilizada.

A presente pesquisa sobre a Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande foi motivada por trabalhos anteriores sobre a Biblioteca Pública Municipal de Monteiro-PB, realizados sob nossa orientação e cujos resultados parciais foram divulgados em Espíndula e Santos (2009) e em Araújo (2010; 2011). Naqueles trabalhos, verificou-se que há um número relativamente pequeno de usuários cadastrados na biblioteca monteiroense; entre estes, a quantidade de empréstimos realizados é maior entre crianças

⁸ Esse discurso será abordado mais detidamente ao longo dos capítulos.

matriculadas de 1^a. a 4^a. séries, prevalecendo, por isso, a retirada de livros de literatura infantil; entre os usuários matriculados no ensino médio, a preferência é por livros de literatura brasileira relacionados ao conteúdo que está sendo estudado na escola; entre os usuários matriculados no nível superior, a preferência é por livros de literatura estrangeira (havendo registros também de literatura nacional, mas em menor frequência); são raros os cadastros de usuários que não mantenham vínculo com o ensino regular; a maioria dos cadastros se realizou por incentivo dos professores desses usuários cadastrados ou pela necessidade de realizar pesquisas escolares.

O que se verificou, portanto, foi o forte vínculo, nesta comunidade, da leitura como atividade relacionada quase exclusivamente ao trabalho escolar, o qual se constitui a razão principal para o contato do usuário com a biblioteca, juntamente à busca por atualização através dos jornais e revistas disponibilizados por este espaço. A escola é, então, a motivação maior que leva o leitor monteirense até a biblioteca, mas, uma vez encerrada a fase escolar, encerra-se também o interesse pelos livros constantes do acervo daquela instituição. As conclusões descritas em Espíndula e Santos (2009) e em Araújo (2010; 2011) despertaram o interesse de observar como se construiu a relação entre leitor e biblioteca na BPMCG ao longo do tempo.

Tendo em vista a distribuição dos dados nesta tese, o texto encontra-se dividido em duas partes: a primeira, dedicada à história da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB e, a segunda, às histórias de leitura dos leitores dessa instituição. A Parte I é constituída pelos Capítulos 1 e 2. No Capítulo 1, recuperamos brevemente o histórico das bibliotecas públicas no Brasil e na Paraíba, entre elas a Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB, a fim de discutir os usos e *representações* dessas instituições na sociedade, em cada lugar e momento. Para tanto, foram analisados documentos oficiais e notícias divulgadas em jornais locais, sobre o primeiro ano de funcionamento dessa instituição. Nossa principal fonte de dados nessa etapa são as edições de *A Voz da Borborema*, publicadas durante o ano de 1938 e que registram os atos oficiais de fundação da Biblioteca, como também o movimento social para garantir seu desenvolvimento e funcionamento (tais como as campanhas de doações de livros, os nomes dos doadores e das obras doadas).

No Capítulo 2, discutimos mais detidamente a noção de *práticas de leitura* para, a partir dela, identificarmos e refletirmos sobre a forma como os leitores da Biblioteca Municipal de Campina Grande, bem como suas práticas, são abordados em textos publicados em quatro jornais locais da década de 1950 (como *O Estudante*, *Evolução*, *O*

Globo e Formação) e em documentos oficiais sobre a instituição, desse mesmo período. É discutida também a relação entre as regras de organização da biblioteca e os modos de circulação permitidos aos leitores nesse espaço. Essas regras não se encontram registradas em nenhum documento escrito (não há, por exemplo, um texto contendo as normas ou o regulamento da instituição), são definidas informalmente entre os funcionários e transmitidas oralmente entre eles. Por essa razão, entrevistamos a funcionária mais antiga em atividade na BPMCG, para compreender como se dá o funcionamento da instituição quanto à catalogação do acervo, ao acesso aos livros e ao serviço de empréstimos.

A segunda parte da tese, voltada para os leitores da biblioteca e suas histórias de leitura, é constituída pelos Capítulos 3 e 4. No Capítulo 3, apresentamos a análise dos registros de empréstimos de livros realizados pelos leitores da biblioteca, visando identificar a partir deles o perfil dos leitores quanto ao seu vínculo com a educação formal (se estes se declararam *estudantes* ou não), quanto à quantidade de empréstimos realizados no período e quanto às leituras mais recorrentemente tomadas de empréstimos – neste último caso, por 10 (dez) dos leitores inseridos entre os que realizaram o maior número de retiradas de livros na Biblioteca.

No Capítulo 4, analisamos as entrevistas realizadas com 06 (seis) leitores (selecionados entre os dez, cujos empréstimos foram discutidos no capítulo anterior), a fim de registrar as suas práticas e histórias de leitura. Neste capítulo, procuramos refletir, principalmente, sobre o modo como a BPMCG se insere na história desses entrevistados – quais motivações os levaram a utilizar esse espaço; que outras formas de acesso à leitura possuem e qual o lugar da biblioteca entre elas; quais as formas de apropriação desse espaço pelos leitores, entre outras questões suscitadas pelas suas declarações.

Por fim, apresentamos as conclusões às quais chegamos ao final desse percurso, bem como considerações sobre as limitações desse trabalho e sugestões para pesquisas futuras.

PARTE I

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB: FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA



Foto: Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB. Acervo pessoal (2015).

1. DO GESTO SIMBÓLICO DE FUNDAÇÃO AO ATO POLÍTICO DE MANUTENÇÃO

Ficava essa biblioteca num antigo palácio cheio de escadas e colunas, descascado e desabando aqui e ali. Suas salas frias estavam repletas de livros, abarrotadas, em locais impraticáveis; só os ratos podiam explorar todos os cantinhos. O orçamento do Estado panduriano, onerado por ingentes gastos militares, não podia fornecer nenhuma ajuda.

Ítalo Calvino, *Um General na Biblioteca*.

Neste capítulo, pretendemos retomar uma parte da história da Biblioteca Municipal de Campina Grande, focalizando principalmente o seu processo de criação e seu primeiro ano de funcionamento. Nesse sentido, observaremos seu modo de inserção na sociedade e as representações construídas em torno da instituição. Paralelamente, pretendemos refletir, a partir dessa história, sobre como a Biblioteca se relaciona com o percurso seguido por outras instituições dessa natureza – percurso este que pode revelar muito sobre o modo como hoje lidamos com esses espaços de leitura (seja como leitores ou não).

Antes de delimitarmos essa discussão para o âmbito da leitura e das bibliotecas, é importante definir a noção de *representação* que guiará nossa abordagem e que tem por base os estudos propostos por Roger Chartier no campo da História Cultural francesa. Na perspectiva deste teórico, a representação é um conjunto de ideias, crenças e valores construídos pelos grupos sociais, que revela e propaga uma imagem sobre si mesmo e sobre o outro (CHARTIER, 2002). As representações são, portanto, efeitos sociais e não individuais; são simbólicas e, além disso, moldam as práticas e o modo de ver o mundo e de agir sobre ele. Em outras palavras, os grupos sociais veem o mundo a partir do filtro das representações, que consolidam o seu modo de estar na sociedade e o seu poder (ou a ausência dele) em relação aos demais grupos. Então, sobre este conceito, é importante lembrar que

As representações do mundo social [...], embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 2002, p. 17)

Ao serem inseridas no campo das disputas de poder, as representações colocam-se na tensão entre a *imposição* “das representações propostas por aqueles que detêm o poder de classificar e de nomear” (CHARTIER, 1991, p. 183) e a *aceitação/resistência* dos grupos sociais em relação às representações construídas por eles e sobre eles. Portanto, observar os conflitos existentes nessas classificações e delimitações é importante porque elas revelam pontos de confrontos sociais que, por sua natureza imaterial, costumam passar despercebidos.

Em se tratando de leitura, muitos foram os contrastes estabelecidos a partir de certas representações sobre o que era considerado leitura adequada ou inadequada para cada grupo social; ou sobre as leituras “do povo” em contraste com aquelas “da elite”; ou ainda sobre *quem, o que, quando, onde e como* se poderia/deveria ler. Mas, assim como as representações podem moldar as práticas, as práticas também podem mostrar-se como lugares de fuga e resistência. Observá-las pode ajudar a compreender a relação que se estabelece na vida cotidiana entre o que era esperado e o que acontece.

1.1. Entre a idealização e o despreço: usos e representações das bibliotecas

Algumas das representações construídas acerca das bibliotecas começaram a se formar ainda na antiguidade clássica e perduram até os dias atuais, mesclando-se com outras formas mais recentes de concebê-las. Em geral, essas construções se relacionam ao modo como as bibliotecas estão integradas à vida da sociedade, às outras instituições de poder (tais como o Estado, a Igreja, a Escola), e também ao modo peculiar, vigente em cada lugar e momento, de compreender o papel da cultura, de uma forma geral, mas especialmente da cultura letrada (escrita, leitura, livros etc) para o estabelecimento e a manutenção do poder.

Com base nessa rede de fatores à qual as bibliotecas se integram e nas representações mais gerais acerca desses espaços, podemos dizer que se construíram ao longo do tempo duas formas de ver ou conceber as bibliotecas e o seu papel na sociedade: uma **visão idealizada**, que associa estes espaços de leitura a uma avaliação relativamente positiva, pois é um lugar considerado importante e que impõe respeito. Contudo, ao mesmo tempo, é um lugar quase sagrado, um verdadeiro templo onde se guarda um tesouro e, por isso, mantém-se distanciado da maioria da população, pois se

entende que ele não pode/deve ser frequentado por qualquer leitor⁹. A outra forma corresponde a uma **visão depreciativa**, portanto, negativa, que associa as bibliotecas a lugares abandonados, mais próximos do que seriam depósitos de livros velhos e empoeirados, onde quase ninguém entra, mas não porque não pode e sim porque não se interessa – desestimulado, entre outras razões, pelas péssimas condições do lugar e do acervo (este, avaliado como desatualizado).

Longe de pretendermos estabelecer uma relação dicotômica entre essas duas representações sobre as bibliotecas, é importante esclarecer que, ao recuperá-las, reconhecemos sua coexistência e a impossibilidade de que uma substitua completamente a outra; reconhecemos ainda a probabilidade de que haja grupos sociais que se identifiquem com elas ou não e, ainda, que haja diferentes formas de lidar com elas dentro de um mesmo grupo social. Como afirmamos anteriormente, ao retomar Chartier (1991), as representações sempre lidam com a tensão entre imposição, de um lado, e aceitação/recusa, de outro.

Também não pretendemos cair nas redes do anacronismo ao colocar em confronto bibliotecas e representações tão antigas, de épocas e lugares os mais diversos, como se fossem resultado de um mesmo processo e contexto histórico. No entanto, é inegável que essas histórias dialogam entre si e essas representações foram se sedimentando e persistem até os dias atuais, ressignificadas pelas novas condições de produção dos discursos que as recuperam.

Além disso, é, evidentemente, difícil precisar *como* e *onde* surgiram essas representações acerca das bibliotecas, pois, sem dúvida, tais ideias foram se constituindo ao longo do tempo em diferentes lugares do mundo, mas há alguns fatos que nos fornecem elementos para compreendê-las melhor e, assim, compreendermos também o papel das bibliotecas na história da leitura, afinal, “[...] em suas diferenças de objetivos, datas, leitores, as bibliotecas têm uma história que informa o presente e age sobre ele” (MCKITTERICK, 2008, p. 106). Feitas essas ressalvas, falemos um pouco mais sobre essas duas perspectivas, então.

⁹ Segundo Manguel (2006), os leitores negros dos Estados Unidos, proibidos durante muito tempo de entrarem nas bibliotecas públicas (até o começo do século XX), permaneceram com receio de entrar nessas instituições até a década de 1950, como se elas se constituíssem ainda um território proibido para eles. O autor apresenta o seguinte exemplo: “O jovem James Baldwin lembrava-se de ficar parado na esquina da Quinta Avenida com a rua 42, admirando ‘os leões de pedra que guardavam o prédio principal da Biblioteca Pública’. O prédio lhe parecia tão vasto que jamais ousara entrar; tinha pavor de se perder num labirinto de corredores e degraus de mármore, sem jamais encontrar os livros que queria. ‘E então todo mundo [...], todos os brancos ali dentro sabiam que ele não estava acostumado a grandes construções ou a tantos livros, e olhariam para ele com compaixão’” (MANGUEL, 2006, p. 215).

No primeiro caso – a visão idealizada –, as bibliotecas são vistas como centros de referência e reverência ao saber; são consideradas símbolos de cultura e desenvolvimento de um povo, valorização que se reflete ora na imponência de sua arquitetura, na sua localização (geralmente no centro das cidades e próximas ou mesmo anexadas aos prédios governamentais e palácios), ora na visibilidade que lhe é dada pelo governo a fim de, a um só tempo, tornar visível a nação diante dos outros povos. A partir desse ponto de vista, as bibliotecas são quase templos sagrados e, como tais, acessíveis apenas a homens também cultos e iniciados no mundo dos livros e das línguas. Lembremos que houve um momento em que, no Brasil, era comum os acervos serem compostos, predominantemente, por obras em línguas estrangeiras¹⁰.

Assim, nessa representação, os leitores estão, na verdade, restritos à categoria de estudiosos que buscam a biblioteca para, nos livros, encontrar respostas para as grandes questões que preocuparam cada povo nos mais diferentes momentos. Impossível dissociar essa imagem de biblioteca das grandes instituições da antiguidade clássica, como as bibliotecas de Alexandria e Pérgamo, ou ainda das grandes bibliotecas reais europeias, como a francesa e a portuguesa, da qual a nossa Biblioteca Nacional é herdeira. Alexandria, por exemplo, surge como “[...] uma biblioteca de Estado, mas sem público, cuja finalidade não é a difusão filantrópica e educativa do saber na sociedade, e sim a acumulação de todos os escritos da Terra, no centro do palácio real que, por ele mesmo, constitui um bairro da cidade” (JACOB, 2008, p. 45).

Ao afirmar que a biblioteca de Alexandria era uma biblioteca “sem público”, Jacob (2008) está se referindo ao fato de que esta não era uma biblioteca *pública* no sentido que conhecemos hoje, tendo em vista que o acesso a ela não era permitido a qualquer leitor, mas a uma elite, autorizada a utilizá-la sob circunstâncias especiais que incluíam o devido controle:

[...] a biblioteca torna-se, em Alexandria, um negócio de Estado, é posta sob o patrocínio do rei, que lhe assegura o funcionamento, lhe define a missão e lhe controla o acesso. [...] A Biblioteca de Alexandria é um tesouro que partilham alguns leitores privilegiados, provavelmente sob forte vigilância (JACOB, 2008, p. 47).

¹⁰ Tanto em bibliotecas públicas (SOARES, 2011; FERRONATO, 2012; MENEZES, 1982; SCHWARCZ, 2002) quanto particulares (VILLALTA, 1999 e 2002; MORAES, 2006). Sobre a formação do acervo das bibliotecas públicas na primeira república, Gomes (1983, p. 51), afirma: “As bibliotecas públicas e populares reuniam ‘obras de ciência, literatura e quaisquer outras publicações vulgarizadoras do conhecimento humano’. Observa-se, entretanto, pelos títulos de obras citadas, a predominância de livros na língua francesa, principalmente os livros destinados ao ensino.”

A Biblioteca de Alexandria, se não permaneceu enquanto estrutura física visível aos olhos, perdura até hoje no imaginário coletivo como símbolo do desejo de universalidade e de todo o poder que o saber representa. Foi, talvez, o primeiro grande projeto político que colocava uma biblioteca, ou seja, uma instituição cultural, no centro do desenvolvimento de uma cidade, mesmo de uma nação. Mas esse pensamento fez escola e, muito tempo depois, do século XV ao XVIII, verifica-se uma proliferação de bibliotecas reais na Europa, as quais, em certa medida, compactuam de um projeto semelhante ao de Alexandria: embora o objetivo não seja mais o de armazenar todos os livros do mundo, permanece o desejo de acumular o melhor e mais respeitado acervo a fim de demonstrar a riqueza (econômica, política e cultural) da nação através desse gesto. É o que acontece, por exemplo, com as já citadas Biblioteca do Rei (França) e Real Biblioteca (Portugal), constituídas na esteira do pensamento vigente no período, resumido por Gabriel Naudé¹¹ em *Advis pour dresser une bibliothèque* (1627)

[...] bien qu'il n'y auoit aucun moyen plus honneste & asseuré pour s'acquérir une grande renommee parmy les peuples, que de dresser de belles & magnifiques Bibliothèques, pour puis apres les vouer & consacrer à l'vsage du public. [...] Et ne veux point d'autres preuues & tesmoins de mon dire que ces grands Roys d'Egypte & de Pergame, ce Xerces, cet Auguste, Luculle, Charlemagne, Alphonse d'Arragon, Matthieu Coruin, & ce grand Roy François premier, qui ont tous affectionné & recherché particulièrement [...] d'amasser grand nombre de Liures, & faire dresser des Bibliothèques tres-curieuses & bien fournies.¹² (p. 18-19)

Essa concepção de biblioteca como representante simbólica do saber e do poder de um povo gerou, portanto, a criação de medidas para a ampliação dos acervos, como as cópias de todos os livros que passassem pelos portos, a obrigatoriedade de envio de um exemplar de todas as obras publicadas (o depósito legal) e incentivou até mesmo atitudes menos dignas, como a apreensão indevida de livros que eram transportados por viajantes, sob o pretexto de copiá-los (mas que jamais eram devolvidos, ou se lhes devolvia a cópia no lugar do original) ou mesmo o roubo deliberado de livros. Além, é

¹¹ O livro completo, em francês, foi digitalizado e está disponível para download no site da ENSSIB (École Nationale Supérieure de Sciences de l'Information et des Bibliothèques), no seguinte endereço: <http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/48749-advis-pour-dresser-une-bibliotheque-par-gabriel-naude.pdf>.

¹² “[...] Não há nenhum meio mais honesto e seguro para adquirir uma grande fama entre os povos que construir belas e magníficas bibliotecas, para depois devotá-las e consagrá-las ao uso público [...] E não quero outras provas e testemunhos de minhas afirmações além desses grandes reis do Egito e de Pérgamo, esse Xerxes, esse Augusto, Lúculo, Carlos Magno e esse grande Francisco I, porque todos, sem exceção, gostaram e procuraram particularmente [...] acumular grande número de livros e mandar construir bibliotecas muito curiosas e bem providas” (p. 18-19, tradução nossa).

claro, de práticas mais legítimas, como a doação e a compra constante de obras e até mesmo a aquisição de bibliotecas particulares inteiras para enriquecer o acervo dessas grandes bibliotecas.

No caso francês, por exemplo, as bibliotecas do monarca se enriqueceram em virtude de recursos diversos: pelo confisco de guerra, pelos acervos de membros da família real, pela obrigação do depósito de exemplares por parte dos livreiros e impressores, por troca, por aquisição, ou ainda por doação (SCHWARCZ, 2002, p.132).

No caso de Portugal, o acervo era ainda formado por obras censuradas pelos tribunais da Santa Inquisição, que eram apreendidas e ficavam sob a custódia do Estado. Contudo, segundo Schwarcz (2002), nos primeiros anos da biblioteca o Santo Ofício representava um forte entrave ao poder do monarca e, entre outras proibições, impedia a circulação das obras, de maneira que a biblioteca as possuía, mas não podia exibi-las, por terem sido condenadas pela Igreja.

Todo esse interesse em manter as bibliotecas e alimentar seus acervos se justificava por uma razão: as bibliotecas eram instrumentos de propaganda do Estado.

Portugal não ficou de fora dessa voga que fez com que os Estados modernos criassem suas próprias bibliotecas. Será, também, por meio de sua Real Biblioteca que os monarcas portugueses irão se lembrar e se vangloriar de suas glórias passadas, de suas memórias longínquas e da cultura de uma nação que, afastada dos centros de decisão, distante dos padrões humanistas e afeita a demonstrações de fervor religioso, procurava chamar para si uma imagem de erudição. Com tantos livros para exibir, Portugal pretendia diminuir seu afastamento e mostrar como, redimido pela cultura, fazia parte de um idioma comum e europeu. Nada como “expulsar a barbárie” com base na construção de uma biblioteca ideal. (SCHWARCZ, 2002, p. 134)

A Real Biblioteca de Portugal surge, assim, com o intuito de conquistar para a terra lusitana o respeito dos outros países europeus. Mais do que um depósito de livros, essa instituição se converte, assim como a de Alexandria, em um projeto político. Nesse sentido, então, havia investimento para que elas fossem dotadas de boas instalações, de uma arquitetura imponente e de um acervo cuja extensão e raridade determinava o valor de uma biblioteca em face das outras. Mesmo após o terremoto que destruiu Lisboa em 1755, a biblioteca foi reerguida e, posteriormente, transportada cuidadosamente para o Brasil quando da transferência dos monarcas e de sua corte para terras brasileiras¹³.

¹³ A história da transferência da Real Biblioteca Portuguesa para o Brasil e dos primeiros anos da Biblioteca Nacional Brasileira pode ser conferida em Schwarcz (2002) e também, mais resumidamente, em El Far (2006).

Deparamo-nos, portanto, com um círculo em cujo cerne se encontra a visão idealizada das bibliotecas: os soberanos criam e custeiam bibliotecas por acreditar que elas trarão consigo uma avaliação positiva sobre o país, mas elas trazem essa avaliação positiva justamente porque se baseiam no ideal de que a cultura escrita, representada pelo livro, confere um verniz de ilustração e sabedoria (portanto, de poder) aos que a dominam. E por que ela confere esse verniz? Justamente porque não está ao acesso de todos nestes espaços, ou seja, ela guarda um saber que é para poucos.

Por isso essa visão idealizada é positiva apenas em certa medida, porque a partir desse ponto de vista a biblioteca serve aos interesses da autoridade instituída, mas não corresponde à ilustração do homem do povo, pois na maior parte dos casos essa ilustração inexistia (afinal, *ter* os livros não significa que eles tenham sido lidos).

O que está em jogo, portanto, é uma *aparência* de saber/poder assentada sobre uma valorização da cultura letrada, a que muito poucos tinham acesso na realidade. A leitura e a escrita, assim, são atividades quase sagradas que uns poucos iniciados dominam. O livro também é um objeto sagrado, não apenas porque muitas vezes é sacro (no sentido religioso mesmo, já que as leituras legítimas durante muito tempo tinham caráter religioso), como também por conter mistérios decifráveis apenas por alguns. A biblioteca, então, converte-se em um templo que guarda os tesouros sagrados a serem reverenciados por aqueles poucos que sabem reconhecer o seu valor porque são capazes de decifrá-los.

Constrói-se, assim, o que estamos chamando de **visão idealizada** de biblioteca, em parte devido a esses fatos, mas, como dissemos, estes servem apenas como indícios e não podem ser apontados como única causa ou associados numa relação de causa e consequência unidirecional, tendo em vista que muitos fatores, de ordens distintas, entram em cena quando se discute a história da leitura e das bibliotecas, dentre os quais fatores sociais, econômicos, educacionais e principalmente políticos (GOMES, 1983).

Mas cabe-nos perguntar: como se passou de uma visão idealizada para uma **visão depreciativa** das bibliotecas? É evidente que a história dessas instituições não conhece apenas a valorização e o investimento; muitos são os exemplos que nos levam a ver as bibliotecas equilibrando-se entre construção e destruição, entre preservação e eliminação, pois, como “guardiãs” dos livros, elas acompanharam por vezes o mesmo destino dado a estes.

Paralelamente à situação de proteção e custeio por parte dos monarcas ou dos governos, é comum a existência de bibliotecas que funcionam precariamente, sem livros

ou instalações adequadas; bibliotecas que passam por mudanças sucessivas de um prédio a outro por não terem um local fixo que tenha sido projetado para acomodá-la (o que pode até colaborar para a deterioração do acervo devido às péssimas condições de armazenamento e transporte dos livros, sujeitos à umidade, à luz e temperatura inadequadas, às pragas). Há, inclusive, inúmeras delas que se veem obrigadas a fechar as portas por falta de condições de funcionamento. Como afirma Battles (2003, p. 158), embora os incêndios tenham sido um destino comum para muitas bibliotecas, “queimar uma biblioteca não é a única maneira de destruí-la” e estas instituições conheceram muitas formas de destruição ao longo do tempo. Além dos desastres naturais (como terremotos e enchentes), muitas delas sucumbiram em bombardeios durante guerras ou, caso tenham resistido a estes, não escaparam dos saques e da depredação proveniente do caos de uma guerra ou de uma revolução. É o caso, para citar um exemplo mais recente, da Biblioteca Nacional de Bagdá, que foi alvo de sucessivos saques após a invasão americana e a queda do ditador Saddam Hussein, em 2003 (BÁEZ, 2006).

Mas, sem dúvida, essa realidade de quase abandono, embora possa ter atingido as grandes bibliotecas em algum momento da sua história, está muito mais relacionada a bibliotecas de menor porte, especialmente aquelas de caráter público. Como veremos mais adiante (na continuidade deste capítulo e no seguinte), essa é uma condição que também se verificará na história da BPMCG. Estamos, então, diante de um aparente contra-senso: por um lado, no início da história destas instituições, os Estados eram os maiores entusiastas em criar e manter as bibliotecas (como já discutimos), por outro, é comum no Brasil encontrarmos bibliotecas públicas que se encontram em más condições de funcionamento. Um dos fatores que pode ter contribuído para esse abandono por parte dos poderes públicos (mas não dos leitores) foi o desenvolvimento de práticas de leitura diferentes, decorrentes elas mesmas de formas distintas de se conceber/representar a própria leitura e, consequentemente, as bibliotecas.

O acesso ao livro, promovido a partir dos ideais iluministas e da multiplicação de impressos no período da revolução industrial, por exemplo, provocou mudanças nas práticas de leitura: de uma *leitura intensiva*, na qual se lia o mesmo livro diversas vezes, para a *leitura extensiva*, na qual se lia uma quantidade maior de obras (CHARTIER, 1999b). Além disso, há mudança também nos tipos de obras lidas, que passam a ser não apenas livros, mas também periódicos. Muda também o *onde* se lê: a partir do século XIX, devido às transformações nos suportes da escrita, o leitor pode ler em qualquer lugar.

É neste contexto, na segunda metade do século XIX, com a multiplicação dos impressos, que a expressão “biblioteca pública”, conforme entendida na atualidade (como sinônimo de proporcionar acesso aos livros a outras parcelas da população), se vê fortalecida (BATTLES, 2003). Contudo, essa preocupação de tornar pública a biblioteca não surge sem que se percebam as relações, sempre correntes na história da leitura, entre *saber* e *poder*, conforme mencionamos anteriormente. Na Inglaterra, foi aprovada, em 1850, uma lei de criação de bibliotecas públicas, apoiada por um grupo de utilitaristas que diziam que

[...] as massas “não sabiam fazer cálculos” e “careciam de bom senso prático”, mas que uma boa educação iria ensiná-las a fazer cálculos corretos, transformando seus membros em consumidores moderados, sensatos, e em trabalhadores bem treinados e cheios de aspirações (BATTLES, 2003, p. 138).

O objetivo era, portanto, educar as massas para adequar suas ações ao pensamento capitalista vigente na época. O caminho encontrado para tanto foi a promoção da leitura, através da criação de bibliotecas:

Os utilitaristas perceberam que, numa biblioteca bem cuidada, o valor que cada livro tem para a sociedade cresce, na medida em que mais e mais pessoas têm acesso a ele. Ao contrário do livro privado, cujo uso funcional termina quando é lido e devolvido à estante pela última vez, um livro de biblioteca pode seguir abrindo portas. (BATTLES, 2003, p. 139)

A biblioteca pública como lugar de democratização e promoção da leitura, consequentemente, do conhecimento, foi utilizada como argumento na disputa de classes naquele momento e como instrumento para a propagação de uma ideologia que garantia a manutenção do poder nas mãos da sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que promovia sua forma de pensar e explicar o mundo – seus valores – como os mais adequados e justos para a sociedade da época.

Os utilitaristas “[...] esperavam que as bibliotecas canalizassem as exigências subversivas de uma classe baixa, a quem sempre fora negado o acesso à cultura” (BATTLES, 2003, p. 139), em outras palavras, as bibliotecas e a leitura mais uma vez serviriam como instrumentos de controle e de poder. É interessante perceber que a própria existência desse discurso de democratização do acesso ao conhecimento reforça a sua distribuição desigual entre as classes, bem como o fato de que as bibliotecas públicas surgiram como aparelhos do Estado para corrigir essa desigualdade histórica –

observável não só na história da humanidade como um todo, mas também (e talvez principalmente) na história destas instituições, afinal, esse caráter público das bibliotecas não foi sempre evidente nestes espaços. Com a BPMCG não será diferente, pois ela surge com o intuito de possibilitar esse acesso à cultura escrita valorizada por aqueles que a fundaram.

Ao se tornarem públicas, as bibliotecas passaram, então, de instrumento de propaganda externa do Estado a instrumento de propaganda e dominação interna; de nicho restrito a sábios e intelectuais, a espaço para instrução das classes mais baixas da população. Talvez tenham nascido aí os fatos que levaram a uma **visão depreciativa** destas instituições no imaginário coletivo, afinal, se o objetivo não é mais a ostentação, não há razão para tanto investimento. Além disso, do ponto de vista do governo, interessa que o povo aprenda apenas o estritamente necessário para desempenhar sua função no sistema econômico, não se trata de, na prática, oferecer-lhe o mesmo acesso aos bens culturais pertencentes à elite. Nessa realidade contrastante, enquanto se desenvolvia, por exemplo, o projeto de reorganização e catalogação da Biblioteca Britânica,

[...] havia milhões de ingleses atolados na pobreza. Foi nesses anos de conflito de classes e de terror econômico que o movimento pela biblioteca pública tomou conta da Inglaterra, com a elite progressista da nação reconhecendo que as luzes da energia intelectual e cultural faziam falta na vida do homem do povo (BATTLES, 2003, p.137).

Em outras palavras, tratava-se de reforçar o modelo cultural de certa elite letrada, através das bibliotecas. Certeau (1994), analisando a desigualdade cultural na França do século XX, se opõe a essa visão de que às massas caberia apenas se deixar moldar pelos valores culturais de uma elite: a elite é vista como produtora de cultura, e de uma cultura valorizada justamente pelo fato de ser produzida pela elite, enquanto a massa é, erroneamente, vista apenas como consumidora de cultura e, por não ter acesso aos bens culturais valorizados pela elite, apenas recebe passivamente os produtos culturais (de baixa qualidade, segundo este grupo social) propagados pelos meios de comunicação de massa. Segundo esse ponto de vista, contra o qual se coloca Certeau (1994), a tábua de salvação para essa realidade seria a educação das massas a partir dos valores culturais próprios da elite:

Em geral, esta imagem do “público” não se exhibe às claras. Mas ela costuma estar implícita na pretensão dos ‘produtores’ de *informar* uma população, isto é, ‘dar forma’ às práticas sociais. Até os protestos contra a

vulgarização/vulgaridade da mídia dependem geralmente de uma pretensão pedagógica análoga: levada a acreditar que seus próprios modelos culturais são necessários para o povo em vista de uma educação dos espíritos e de uma elevação dos corações, a elite impressionada com o “baixo nível” da imprensa marrom ou da televisão postulado sempre que o público é modelado pelos produtos que lhe são impostos (CERTEAU, 1994, p. 260).

Assim como se postula hoje uma função educativa para os meios de comunicação de massa, na Inglaterra do século XIX, a leitura tinha função educativa, utilitarista, e o leitor era aquele a quem se devia educar através da leitura, alguém a quem se deveria ensinar o ideal capitalista para evitar que as “exigências subversivas” de seu grupo social pudessem resultar na insurgência contra o poder instituído. As leituras valorizadas passam a ser aquelas que contribuem, portanto, para o exercício das profissões e para a compreensão da vida econômica da sociedade (veja-se a importância dada à habilidade de calcular), o que se justifica facilmente pelo desenvolvimento industrial ocorrido à época.

O que se vê, pois, é o livro deixando de ser, gradativamente, um objeto sagrado e de estar sob o domínio exclusivo de autoridades religiosas, da nobreza ou dos poucos sábios que essa classe financiava. Desde a invenção da imprensa até os dias de hoje esse processo se intensificou: se não podemos dizer ainda que os livros, jornais, revistas, ou seja, que a palavra impressa está ao alcance de todos, podemos dizer que está ao alcance de muitos.

É evidente que o livro e a cultura impressa, ao se democratizarem, não perderam o seu poder, mas hoje esse poder se dá de maneira diferente, se comparado a momentos anteriores da história. Ainda assim, apesar do desenvolvimento das técnicas de produção e da maior circulação de livros, o acervo das bibliotecas reais permanecia, durante o século XVIII e início do século XIX, inacessível à população. No entanto, é preciso considerar que mesmo elas passaram a atender, paulatinamente, às novas exigências e também tornaram-se públicas com o tempo. Elas também modificaram o seu papel e passaram de símbolo de poder entre nações, para símbolo da generosidade do governo para com seu povo, pois este disponibilizava através delas uma riqueza cujo acesso era, antes desse gesto de abertura, impensável para a maioria das pessoas. O governo assume, dessa forma, o papel de benfeitor que vai prover livros e cultura para a população. As bibliotecas públicas passam a ser uma ferramenta de propaganda interna e não mais exclusivamente externa.

Acrescente-se a essas mudanças, nas funções da leitura e nas formas de acesso ao livro/à cultura impressa, a força crescente do modelo econômico capitalista, que impõe outros mecanismos de disputa pelo poder entre as nações, mais voltados para as leis de mercado. Dessa forma, os interesses se modificaram e as ações que davam visibilidade a um país e promoviam o respeito deste em relação aos demais estavam relacionadas principalmente ao poderio econômico, fazendo com que a biblioteca, com seu ideal de ilustração, saísse de foco nessa disputa pelo poder.

Em resumo, essas transformações, como vimos, provocaram mudanças no papel das bibliotecas e na forma como estas se inseriam na sociedade a cada momento. Aparentemente, há uma perda de poder, contudo, na realidade, essas instituições se modificam a tal ponto que deixam de ser um instrumento de poder na mão de poucos e se tornam acessíveis a outros grupos sociais – ainda que isso não tenha ocorrido de forma massiva, a princípio, pois esbarrou em outros entraves, como, por exemplo, as altas taxas de analfabetismo.

Podemos afirmar que, mais recentemente, as duas visões sobre as bibliotecas – a **visão idealizada** e a **depreciativa** – se mesclam. Assim como existem bibliotecas mantidas com esmero pelos governos, há outras abandonadas à própria sorte e às doações de alguns cidadãos (não coincidentemente, estas costumam ser aquelas devotadas às camadas mais humildes da população) e isso se reflete no modo como as pessoas passam a conceber e usar esses espaços. Em decorrência da visão idealizada, ainda há, por um lado, aqueles que se sentem à margem da cultura letrada e não se reconhecem nas bibliotecas, acreditando que elas são templos do saber, espaços destinados apenas a estudiosos e cientistas, ou seja, a leitores especializados; por outro lado, em decorrência da visão depreciativa, há quem acredite que as bibliotecas não lhes têm nada a oferecer, pois são sinônimos de abandono, de lugares empoeirados, com livros velhos, entregues às traças e ao mofo e sob a guarda de funcionários mal-humorados e despreparados para a função. No entanto, também há aqueles que, embora possivelmente reconheçam essas duas visões impregnadas nas bibliotecas públicas, percebem a fonte inesgotável de conhecimento que uma biblioteca pode ser e como ela pode auxiliar na inserção social daqueles leitores do povo que, de outra maneira, não teriam acesso a certos bens culturais, entre eles, o livro.

Não acreditamos que seja possível relacionar cada uma destas perspectivas a um grupo social específico, pois estas são representações que ultrapassaram o tempo e persistem até hoje, circulando na sociedade de um modo geral, através dos mais

diferentes dispositivos e nas mais diversas situações de interação social, não se identificando com um único grupo. Talvez a força dessas representações resida justamente na ausência de um centro: não se trata de uma disputa entre povo e elite, por exemplo; não há mocinhos, nem vilões. O que há são modos de conceber a leitura, os leitores e as bibliotecas, que determinam, direta ou indiretamente, as práticas esperadas, as práticas possíveis e as efetivamente realizadas.

No Brasil, desde as primeiras bibliotecas de que se tem registro, percebe-se a mesma tensão (que está na raiz dessas duas representações mencionadas) entre proteger e destruir essas instituições, entre promover o acesso à leitura através delas ou proibi-lo/restringi-lo. Em Campina Grande, a biblioteca pública municipal foi fundada no final dos anos 1930 e, embora não conheça proibições, enfrentou outros obstáculos no cumprimento do seu papel.

1.2. Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande: primeiras páginas dessa história

Nesse item, vamos encontrar a BPMCG nos seus primeiros anos de existência e observar, através dos documentos oficiais publicados no jornal *A Voz da Borborema*, como se deu o processo de fundação/inauguração desse espaço de leitura. Antes, contudo, é preciso retomar um pouco do contexto cultural da cidade nesse período, a fim de melhor refletir sobre como a biblioteca se inseriu nele e ao mesmo tempo contribuiu para sua constituição.

1.2.1. Entre o branco do algodão e o branco do papel: o espaço em branco a ser ocupado pela leitura

Na década de 30 dos anos XX, Campina Grande era, no discurso dos letrados que publicavam nos jornais locais, uma cidade em pleno desenvolvimento, sustentada pela cultura e comércio do algodão (conhecido como “ouro branco”). Sua localização estratégica, entre o sertão e o litoral do Estado, era uma das justificativas para esse destaque, pois contribuía para que houvesse grande movimentação comercial. Contudo, essa imagem de cidade em crescimento não condizia, em muitos aspectos, com a vida do cidadão campinense, pois Campina se ressentia com a falta de serviços básicos importantes, como abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica regulares.

Segundo Câmara (1988, p. 129), em 1938, a cidade possuía apenas 8.141 casas. Apesar de o serviço de fornecimento de energia elétrica ser oferecido desde 1919, ele era instável e não atingia a todas as áreas da cidade, o que impossibilitava o desenvolvimento de diversas atividades, de lazer ou trabalho, nos espaços públicos ou privados (BRANDÃO, 2008). Por essa razão, paralelamente aos textos que exaltavam os avanços que, segundo os letrados, colocavam Campina Grande entre as principais do Nordeste, os jornais também publicavam constantemente a insatisfação da população em relação a esses serviços. No dia 5 de março, por exemplo, quatro dias antes da inauguração da biblioteca, lê-se no jornal *A Voz da Borborema* (edição de 05 de março/1938): “Há mais de três anos Campina Grande vem experimentando sensível falta de luz. A empresa [...] tem-se limitado a promessas que nunca se cumprem. Os motores prometidos não chegam. Os que chegam são velhos [...]”. E ainda, em edição de 02 de abril, lê-se:

[...] Quem dará a luz a Campina? Campina que terá brevemente a sua boa água e o seu leite saudável e puro, continuará a ser a cidade da escuridão. A luz que ilumina é uma pilheria. Antes não existisse. Só ouvem rádio aqueles que possuem aparelho de bateria. Às 10 horas da noite, quando a luz se faz desnecessária, ei-la aparecendo clara e forte. Na hora do silencio é que a cidade se ilumina. Para que? (LUFERRI. Nota do Dia - *A Voz da Borborema*, 02/04/1938).

Essa instabilidade afetava o comércio, as indústrias, as casas e a iluminação pública, cuja ausência impedia o aproveitamento de espaços de sociabilidade, tais como as praças e, posteriormente, a biblioteca. Durante todo o ano de 1938, várias edições deste jornal registram a má qualidade dos serviços prestados pela empresa fornecedora de energia elétrica, bem como suas consequências para a população campinense.

As publicações nos jornais apresentavam, portanto, uma tensão entre dois discursos acerca da cidade: aquele que reconhecia e valorizava os avanços supostamente alcançados em decorrência da produção e do comércio do algodão, avanços estes que justificavam uma imagem de município em pleno desenvolvimento; e aquele que denunciava os graves problemas ainda enfrentados pela população, que não dispunha de serviços básicos para garantir-lhe condições de vida satisfatórias. Embora aparentemente contraditórios, esses discursos, na realidade, convergiam para a defesa de um mesmo ideal: o de uma cidade moderna e bem desenvolvida. Alguns textos destacavam os aspectos positivos desse progresso (ainda que aparente), enquanto outros chamavam a atenção para os problemas existentes, mas os seus autores sempre se

posicionavam como cidadãos desejosos de que Campina resolvesse essas falhas, para de fato fazer valer seu pertencimento à categoria das cidades “grandes”.

Influenciados por esse pensamento e pelas reformas urbanísticas realizadas em grandes centros do Brasil, entre os anos 1920-1940, os administradores de Campina Grande (cujo principal representante foi Verniaugd Wanderley, prefeito por duas vezes entre os anos 30 e 40) colocaram em ação diversas transformações em vários aspectos: no modelo de suas edificações (especialmente aquelas localizadas na área central), nas avenidas (alargadas para receber os automóveis cada vez mais numerosos) e na construção de lugares (como mercado público e grupos escolares) que atendessem aos ideais médico-higienistas vigentes na época (OLIVEIRA, 2009).

Mas alterar a infraestrutura da cidade não era a única medida necessária; era preciso, sobretudo, segundo os discursos defendidos pelos letrados nos jornais, mudar hábitos.

[...] em seus desejos de modernização, ao condenar e demonizar hábitos populares arraigados e, ao mesmo tempo, reivindicar para Campina Grande um modelo de cidade que lhe era estranho, a elite letrada campinense [...] nada mais fez que projetar imaginariamente um modelo de cidade que estava ainda longe de concretizar-se. (CABRAL FILHO, 2009, p. 53)

Esses hábitos iam desde a maneira de criar animais (porcos, por exemplo) nas casas, passando pelos modos de circular, comprar e vender na feira livre, e até mesmo pelas formas condenáveis (segundo os letrados) de utilizar as ruas da área central da cidade com arruaças, gritarias e bebedeiras (SOUSA, 2006). Esse comportamento era entendido como sintoma da ignorância, uma doença a ser combatida através da educação.

Era preciso, portanto, remover os obstáculos que estavam atravancando esse tão almejado progresso e essa modernidade. A camada letrada (composta por jornalistas, médicos, advogados, estudantes e professores), que era aquela que possuía voz nos jornais locais, defendia que era preciso vencer o atraso, cuidando da higiene física e mental dos campinenses, pois na opinião deles as práticas de parte da população contribuíam para o atraso (ou para uma aparência de atraso) da cidade. “Para tanto, uma das estratégias do governo e das elites locais era alfabetizar a Rainha da Borborema [...], tirando-a do seu atraso, da cegueira intelectual e do vírus incontestado da falta de instrução pública” (OLIVEIRA, 2009, p. 192).

A alfabetização possibilitava a leitura e esta, por sua vez, permitia a disseminação desses “novos” valores defendidos pelos letrados no projeto de cidade que desejavam

construir e que era divulgado implicitamente nos textos que eles escreviam para os jornais. Assim, na voz da elite¹⁴ letrada, “educação se faz sinônimo de agência de civilização, de veículo catalisador do progresso e da prosperidade” (OLIVEIRA, 2009, p. 202). Essa não é, contudo, uma ideia surgida nas décadas de 30 ou 40. Discutindo alterações sugeridas na forma da escrita a ser utilizada nas escolas mineiras do início do século XX, Faria Filho (1998, p. 141) afirma:

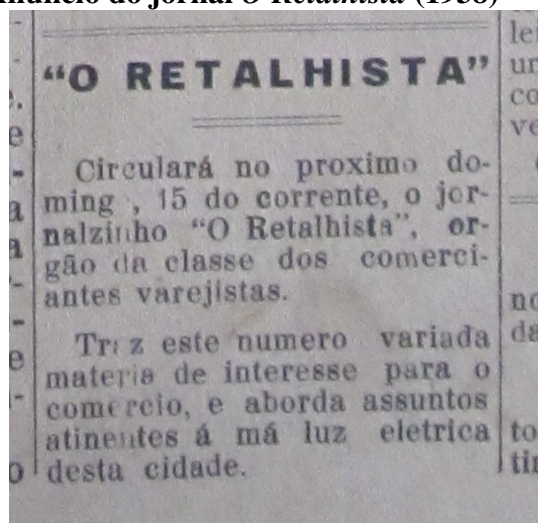
[...] o processo de homogeneização da cultura coloca-se, pois, para a escola, como algo necessário diante da profunda heterogeneidade das práticas culturais no interior da cidade, da sociedade. Para realizá-lo, busca-se, por meio de variados mecanismos de escolarização dos corpos, a transformação da corporeidade da criança em corporeidade do aluno.

Na transformação da criança em aluno, os velhos hábitos (relacionados ao atraso) deveriam ser substituídos por novas práticas, associadas à modernidade. Para as escolas mineiras da década de 1910, essa reforma deveria contemplar, inclusive, o tipo de letra a ser utilizado pelas crianças nas aulas (FARIA FILHO, 1998): era preciso garantir que a forma de escrita adotada refletisse os ideais modernos de homogeneidade, higiene, clareza e racionalidade. Era preciso, pois, alfabetizar e fazer da escola (e da leitura) um veículo para a disseminação dessas práticas valorizadas pela elite.

No caso de Campina Grande, o município contava, culturalmente, com uma rede de valorização da cultura letrada a que essa elite tinha acesso (GAUDÊNCIO, 2012), mas que não necessariamente estava ao alcance de todos (o analfabetismo era, sem dúvida, um dos pontos de entrave a esse acesso): havia livrarias e pontos de venda de jornais e revistas, a exemplo da *Livraria Campinense*, da *Livraria Moderna* e da *Casa Brasil*. Havia ainda a publicação de periódicos locais, como é o caso de *O Rebate* e *A Voz da Borborema*, este último um jornal publicado duas vezes por semana (às quartas-feiras e aos sábados); e publicações especializadas, como *O Retalhista* (destinada aos comerciários) e *O Campo* (que abordava assuntos relacionados à agropecuária). A existência dessas instituições pode ser observada, por exemplo, através de pequenos anúncios divulgados em jornais, como exposto nas Figuras 1 e 2, a seguir:

¹⁴ Em alguns momentos, ao longo deste trabalho, utilizaremos o termo “elite” para nos referir a esse grupo de letrados, composto por professores, estudantes, médicos, advogados e jornalistas, entre outros. Essa escolha se deu porque esse é um termo muito comum nos jornais desse período, cujos textos são abundantes em passagens nas quais há referência a uma elite formada pela camada letrada da população. Outros termos comuns são ainda “culto(a)” e “intelectual”, associados a “elite”. Contudo, adiantamos que essas expressões, ao serem utilizadas na presente pesquisa, não assumem qualquer juízo de valor e nem significam uma relação necessária com o poder econômico desses indivíduos.

Figura 1 - Anúncio do jornal *O Retalhista* (1938)



Fonte: Jornal *A Voz da Borborema* (14/05/1938), disponível no acervo da Biblioteca Átila de Almeida (UEPB)

Figura 2 - Anúncio da revista *O Campo* (1938)



Fonte: Jornal *A Voz da Borborema* (16/03/1938, p. 3), disponível no acervo da Biblioteca Átila de Almeida (UEPB)

De acordo com levantamento feito por Gaudêncio (2012), entre os anos de 1913 e 1953 circularam em Campina Grande dezenas de jornais, mantidos por instituições diversas – desde associações esportivas, políticas, comerciais e estudantis, entre outras. Mais especificamente na década de 30, o autor registrou a circulação de um total de 17 (dezessete) jornais, entre os quais se destacam os já mencionados *O Rebate*, *Formação* e *A Voz da Borborema*. Segundo Gaudêncio (2012), uma das principais características desses jornais publicados nesse período era a efemeridade, pois eles funcionavam

durante curto período de tempo e logo eram extintos devido a dificuldades financeiras e também técnicas. Apesar disso, *O Rebate* demonstrou ser uma exceção, por ter funcionado até a década de 1960, e, como os outros dois jornais citados, estava em circulação em 1938, ano de fundação da Biblioteca Pública de Campina Grande. *A Voz da Borborema*, no entanto, apesar de sua relevância como veículo de comunicação do governo vigente, não fugiu à regra da efemeridade e funcionou apenas entre 1937 e 1939, tempo suficiente para registrar fatos importantes sobre o espaço de leitura que ora estudamos.

Havia ainda a publicação de livros:

[...] os prosadores campinenses publicaram um bom número de produções em formato de livros. Encontramos uma variada quantidade de juristas, historiadores, memorialistas, cronistas, ensaístas, além de relatórios e boletins de natureza institucional que colaboraram para a trajetória da cultura impressa na primeira metade do século XX. Geralmente os autores publicavam por gráficas e editoras locais e em alguns casos em outros centros como o Recife [...]. (GAUDÊNCIO, 2012, p. 148)

Contudo, ainda segundo Gaudêncio (2012), a produção literária em prosa era bastante escassa e as principais publicações correspondiam a obras não-ficcionais. A literatura era contemplada principalmente por aqueles que se dedicavam à poesia e publicavam seus textos nos jornais, revistas e almanaques, entre outros suportes que circulavam na cidade. Contrariamente aos escritores de prosa, os poetas pouco conseguiram publicar seus textos no formato de livro. Para Gaudêncio (2012, p. 148), isso ocorreu devido a dois fatores:

[...] (1) a dificuldade de publicação em formato de livro, principalmente por ser um investimento caro e pela ausência quase total de uma cultura tipográfica, com uma rede mínima de editoras, gráficas e distribuidoras; (2) os periódicos enquanto verdadeiros celeiros de poetas, visto que acreditamos que os jornais e revistas, constituídos pelas amizades literárias, foram as válvulas de escape destas produções.

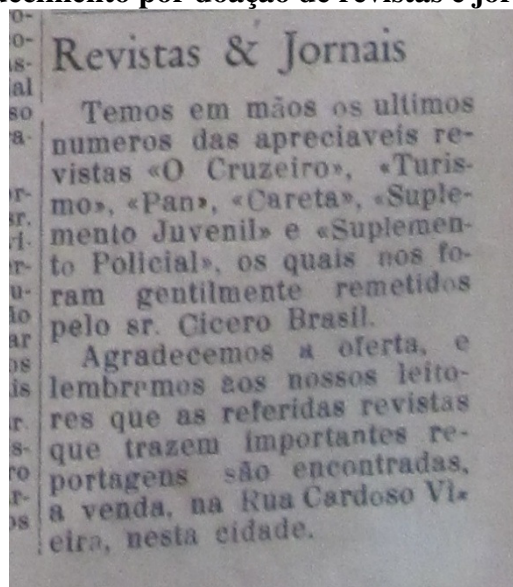
Entre os poucos nomes que conseguiram levar seus versos para o livro, está o de Mauro Luna, que, em 1924, publica (não sem enfrentar alguma dificuldade durante o processo) o livro de poemas *Horas de enlevo*, considerado o primeiro desse gênero publicado em Campina Grande. Assim como Mauro Luna, Félix Araújo foi outra figura importante das letras campinenses e que teve seu nome ligado à Biblioteca Municipal;

ele também logrou êxito ao ultrapassar as publicações em jornais (numerosas e constantes) e conseguir levá-las para o formato de livro, publicando *Tamar* (1945).

O interesse pelo livro, pela escrita e pela leitura era cultivado e incentivado em diversos locais de socialização na cidade, onde se reuniam esses letrados para conversar sobre política e sobre suas leituras/escritas¹⁵. A existência de associações culturais, artísticas (como a Associação Beneficente dos Artistas de Campina Grande, fundada em 1929) e desportivas (a exemplo do Clube Ypiranga e dos clubes de futebol) também movimentava o cenário cultural, promovendo festas populares (como carnaval e São João) e reuniões frequentes entre seus membros¹⁶.

Nos jornais, além dos anúncios dos impressos disponíveis para assinatura ou compra, era prática comum que os estabelecimentos, onde eram vendidos os periódicos vindos de outros Estados, ofertassem alguns exemplares aos jornais, de maneira que estes divulgavam nota de agradecimento. Essa nota, exposta normalmente num canto de página, em tamanho reduzido, servia a um só tempo como agradecimento em si, mas também como propaganda daquele ponto de vendas. Esse gesto permite que hoje, após todos esses anos, possamos verificar alguns dos suportes de textos e gêneros que circulavam naquele ano de 1938 em Campina Grande, como sugere a imagem a seguir:

Figura 3 – Agradecimento por doação de revistas e jornais



Fonte: Jornal *A Voz da Borborema* (02/04/1938), disponível no acervo da Biblioteca Átila de Almeida (UEPB)

¹⁵ A fruteira de Cristino Pimentel, o caldo de cana de Hortensio Ribeiro e a Livraria Pedrosa (inaugurada no final dos anos 40) são exemplos desses lugares. Esses e outros espaços são analisados por Gaudêncio (2012).

¹⁶ Sobre os clubes sociais como espaços de socialização dos campinenses, especialmente nas décadas de 1940-50, ver Souza (2009).

Pelo que se pode inferir através dessas informações dispersas no jornal, havia, portanto, certa elite cultural letrada, que não apenas consumia leitura, como também produzia/escrevia. Não pretendemos incorrer no erro de construir uma dicotomia e afirmar que apenas essa camada da população consumia e produzia material de leitura, principalmente porque os outros grupos sociais, sem dúvida, possuíam sua forma de se relacionar com a cultura escrita – seja lendo ou produzindo, para trabalho ou lazer (ver, por exemplo, os folhetos de cordel vendidos nas feiras, frequentadas por pessoas de diferentes grupos, ou ainda os cartazes de divulgação de eventos).

Contudo, a divulgação de idéias através dos jornais impressos parece mesmo ter ficado a cargo da elite intelectual da cidade, pois era ela, inclusive, a responsável por fundar e administrar esses meios de comunicação naquele período. O jornal campinense *A Voz da Borborema*, por exemplo, foi fundado em 1937 e pertencia à família de Argemiro de Figueiredo, interventor federal no Estado da Paraíba (CABRAL FILHO, 2009). Mais especificamente, esse periódico era dirigido pelo advogado Acácio Figueiredo, irmão do interventor e também do prefeito Bento Figueiredo. Isso explica muito do teor das matérias publicadas e da escolha dos articulistas que escreviam para o jornal, como será discutido nos próximos itens.

Na perspectiva defendida por essa camada da população, era preciso fazer circular em outros espaços e grupos, de maneira mais efetiva, essa cultura letrada produzida por ela, para que assim os valores promovidos por esse grupo pudessem alcançar diferentes camadas da população e, indiretamente, contribuir para a modernização da cidade através da mudança de hábitos que a instrução/educação promoveria.

Segundo Oliveira (2009, p. 203),

A relação estabelecida entre alfabetização e higiene, cultura escolar e saúde, era visível e dizível nos discursos [...] de muitos articulistas locais, um apelo feito para que os responsáveis ensinem os conhecimentos vinculados ao corpo e à saúde, carregado de um forte sentido normativo e moralizador.

Mas, e quanto à existência de bibliotecas? Essa elite cultural conservava em suas casas as suas próprias bibliotecas particulares, fato que será confirmado depois, através das doações feitas por cidadãos ilustres à biblioteca municipal. No entanto, não sabemos afirmar ao certo se havia bibliotecas destinadas ao público em geral, que ainda estivessem em funcionamento nos meses que antecedem a inauguração da Biblioteca Pública Municipal.

As informações coletadas no jornal *A Voz da Borborema*, no início do ano em que a BPMCG é fundada, levam a crer que a cidade já não possuía mais um espaço que cumprisse com a função de uma biblioteca. Em janeiro de 1938, foi publicado no jornal *A Voz da Borborema* o seguinte apelo:

Club Campinense de Cultura

Eu vi o artigo appello do dr. Hortensio Ribeiro e a mocidade campinense entusiasmada.

Interprete dos anseios de cultura que uma roda assídua proclamava, o intellectual n. 1 da cidade, ergueu primeiro o grito conclamando os jovens estudiosos a se congregarem, estimulando-se mutuamente no cultivo das letras e da sciencia.

Interrompera-se ha já algum tempo as tradições culturaes de nossa terra, onde nunca faltara uma associação de estudos entre as quaes cito com saudade o Gabinete de Leitura 7 de Setembro.

Toda uma geração estava intellectualmente desamparada. Mas o ardente entusiasmo com que foi recebida a nota do dr. Hortensio correspondeu ao vigor do appello. E a minha geração não continuará desmembrada e inutil demonstrando no quanto deve o quanto póde.

Campina Grande necessita de uma vida intellectual á altura de sua vida econômica. Já conta por milhar o número de alumnos de suas escolas. Tem já um bom jornal como esta “Voz da Borborema”. Professores, advogados, médicos, dentistas, engenheiros, etc, são já em grande numero. Tudo isto reclama uma bibliotheca, um salão de conferencias, um estímulo á cultura.

Iniciemos hoje o anno novo combinando, ajustando um Club de Cultura, para que tenhamos neste 38 de tantas esperanças, um ambiente intellectual mais arejado e mais lucido.

O toque de reunir já foi dado, resta agora cerrar fileiras com a força estuante de nossa mocidade.

Ergamos o nível intellectual campinense instituindo entre nós um centro de cultura. (MELLO, Honorio de. *Jornal Voz da Borborema*, 01/01/1938, p. 5. Grifos do autor).

É interessante observar dois dados importantes nesse texto: o primeiro deles é a referência à existência do Gabinete de Leitura 7 de Setembro¹⁷ na cidade, o qual havia sido extinto, deixando “toda uma geração [...] intellectualmente desamparada”, como afirma o autor, Honorio de Mello. O Gabinete surgiu quando

[...] um grupo de intelectuais, ansiosos por socializarem suas idéias e valores, criou uma instituição, que durante pouco mais de 20 anos centralizou boa parte das atividades artísticas e culturais do município, pois dentro de sua estrutura organizacional, possuiu biblioteca, jornal, revista, escola pública gratuita, etc. promovendo sempre festas cívicas e literárias, para um público específico: uma elite política e econômica. (GAUDÊNCIO, 2012, p. 54-55)

¹⁷ O Gabinete de Leitura Sete de Setembro situava-se, segundo Costa (2012), na Rua Maciel Pinheiro, onde “estavam localizados desde as primeiras décadas do século XX, além dos primeiros cinemas [...], ‘Apolo’ e ‘Fox’, teatros, os mais elegantes clubes sociais” (p. 31), e onde eram realizadas feiras, festas de carnaval e procissões.

A biblioteca mantida pelo Gabinete é considerada a primeira biblioteca pública de Campina Grande, pois não apenas os sócios dessa instituição poderiam ter acesso a ela. Contudo, considerando o grau de escolaridade de boa parte da população, é provável que apenas uma parcela pequena usufruísse desse espaço.

Além do importante *Gabinete de Leitura 7 de Setembro*, pelo menos duas das instituições já citadas – a Associação Beneficente dos Artistas e o Treze Futebol Clube – também possuíam bibliotecas destinadas aos seus associados. A Associação Beneficente dos Artistas manteve a *Biblioteca Antenor Navarro*, a partir do ano de 1932:

Com um perfil filantrópico, relacionado à formação do trabalhador do comércio e das atividades domésticas das mulheres, a biblioteca possuiu um acervo específico para este grupo social. No ano de 1935, a biblioteca incorporou definitivamente os exemplares pertencentes ao acervo da *Biblioteca do Gabinete de Leitura 7 de Setembro* quando do fechamento desta última instituição. (GAUDÊNCIO, 2012, p. 119. Grifos do autor)

Ainda de acordo com o autor citado, os sócios dessa instituição poderiam realizar empréstimos das obras disponíveis no seu acervo. Não encontramos registro sobre até quando funcionou esse espaço de leitura ligado à Associação.

Quanto à biblioteca do Treze Futebol Clube, denominada Olívio Barreto (um dos fundadores desse clube esportivo), teve sua data de fundação registrada em nota publicada no jornal *A Voz da Borborema*¹⁸, em maio de 1938; portanto, dois meses após o marco inicial da biblioteca pública do município. Um marco, portanto, na história de todas essas instituições, foi a efemeridade. Assim como eram efêmeros os jornais publicados na cidade, também eram as instituições culturais destinadas à leitura.

O segundo aspecto importante no texto de Honório de Mello diz respeito às justificativas para que se crie uma biblioteca: de um lado, a necessidade de que se atinja, culturalmente, o mesmo desenvolvimento que se acreditava ter alcançado na economia: “Campina Grande necessita de uma vida intelectual á altura de sua vida econômica”. Em outras palavras, a biblioteca seria símbolo desse progresso, servindo de evidência de que a cidade progredia em todos os setores e que a sua população era não apenas economicamente exitosa como culturalmente desenvolvida (tinha, assim, ares de ilustração que a colocavam lado a lado dos grandes centros).

¹⁸ Biblioteca Olívio Barreto. *A Voz da Borborema*. 18 de maio de 1938.

De outro lado, há também a própria existência de um público que anseia por uma biblioteca. Neste aspecto, fica claro que o movimento em prol da fundação da biblioteca é iniciado por uma parcela da população cujos integrantes são identificados como intelectuais, representados “pelo intelectual n. 1 da cidade”, a quem se deveriam somar os “jovens estudiosos”, segundo palavras do jornal. Ou seja, não se trata, em princípio, de uma solicitação que envolva várias camadas da população campinense, mas é na verdade uma iniciativa dirigida a atingir os anseios de pessoas específicas: estudantes (“já conta por milha o número de escolas”), jornalistas (“tem já um bom jornal”) e profissionais liberais (“professores, advogados, médicos”), pois “tudo isto reclama uma biblioteca”.

No entanto, a justificativa para essa ação, como se discutirá posteriormente, mantém relação com esse projeto de transformar Campina em uma cidade progressista e moderna. Para tanto, embora tenha surgido para atender “toda uma geração [que] estava intelectualmente desamparada”, vinculada à camada letrada da população, a biblioteca precisará alcançar cada vez mais cidadãos a fim de atingir seu fim último de educar para modernizar.

Nesse aspecto, os interesses subjacentes à fundação da biblioteca estão de acordo com o que se registra em relação a outras grandes bibliotecas, pois elas também não foram iniciativa das camadas mais desprestigiadas da população. Contudo, elas surgiram, como no caso da Biblioteca Pública da Bahia, por exemplo, com o disfarçado propósito de educar os cidadãos e contribuir, como consequência, para um maior desenvolvimento local (SOARES, 2011).

Assim, de um lado, a Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande parece surgir, no discurso dos letrados, para coroar um suposto desenvolvimento (cultural e econômico) já alcançado pela cidade, mas ainda insuficiente. Ela seria, então, um símbolo dessa condição contraditória representada em duas imagens diferentes: uma, de cidade em pleno desenvolvimento; outra, de cidade que precisa se adaptar ao modelo de modernidade adotado pelos grandes centros. Para alcançar o propósito de colocar Campina entre as cidades mais desenvolvidas, não bastava, como dissemos, a reforma urbanística. Alargar ruas, alinhar casas e calçadas, entre outras ações, precisava estar em consonância com “um ambiente intelectual mais arejado e mais lucido”, conforme defendido no texto citado. Transferia-se, então, a noção de “arejamento”, aplicada aos espaços urbanos, para um “arejamento” de ideias; essa transferência resultava no desejo de que houvesse mudanças também no ambiente intelectual, que deveria deixar para trás

discursos retrógrados e tradicionais para encher os pulmões com o que há de mais “moderno” em ser morador de uma cidade progressista como Campina pretendia ser.

Assim, é como símbolo que a biblioteca surge no contexto campinense e esse é o aspecto destacado no texto publicado em *A Voz da Borborema*: havia um cenário favorável para a criação de uma biblioteca e esta seria mais um símbolo do progresso apresentado como evidente no discurso dos letrados da cidade. Ao mesmo tempo, poderia servir de ferramenta para a disseminação dos ideais da elite letrada, embora esse objetivo não fosse declaradamente assumido, mas implicitamente percebido na escrita desse grupo social.

1.2.2. O primeiro ano de existência: as vozes na Borborema

Poucos meses após a publicação do texto de Honório de Mello em *A Voz da Borborema*, foi fundada, em 09 de março de 1938, a tão esperada Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande, através de um projeto de lei assinado pelo prefeito da cidade, Bento Figueiredo. Embora não tenhamos obtido acesso direto à lei de fundação, que não foi localizada porque o arquivo da Câmara Municipal da cidade guarda documentos datados a partir de 1947 e a biblioteca também não possui uma cópia da lei, a data da fundação é confirmada por diversos outros registros em jornais que deram destaque a esse ato do prefeito, especialmente o jornal *A Voz da Borborema*, que recupera o decreto oficial publicando-o no mesmo dia em que a biblioteca foi inaugurada.

A história da Biblioteca Municipal de Campina Grande, desde a sua fundação até os dias atuais, apresenta muitos aspectos em comum com a história de outras bibliotecas brasileiras¹⁹, especialmente quanto ao descaso das autoridades responsáveis por manter esses espaços de leitura em boas condições de funcionamento, mas também no que diz respeito à escassez de documentos que registrem seu percurso. E essa inexistência de documentos que registrem a história desses espaços não é privilégio das instituições mais antigas: mesmo as mais recentes também prescindem dessa documentação. A

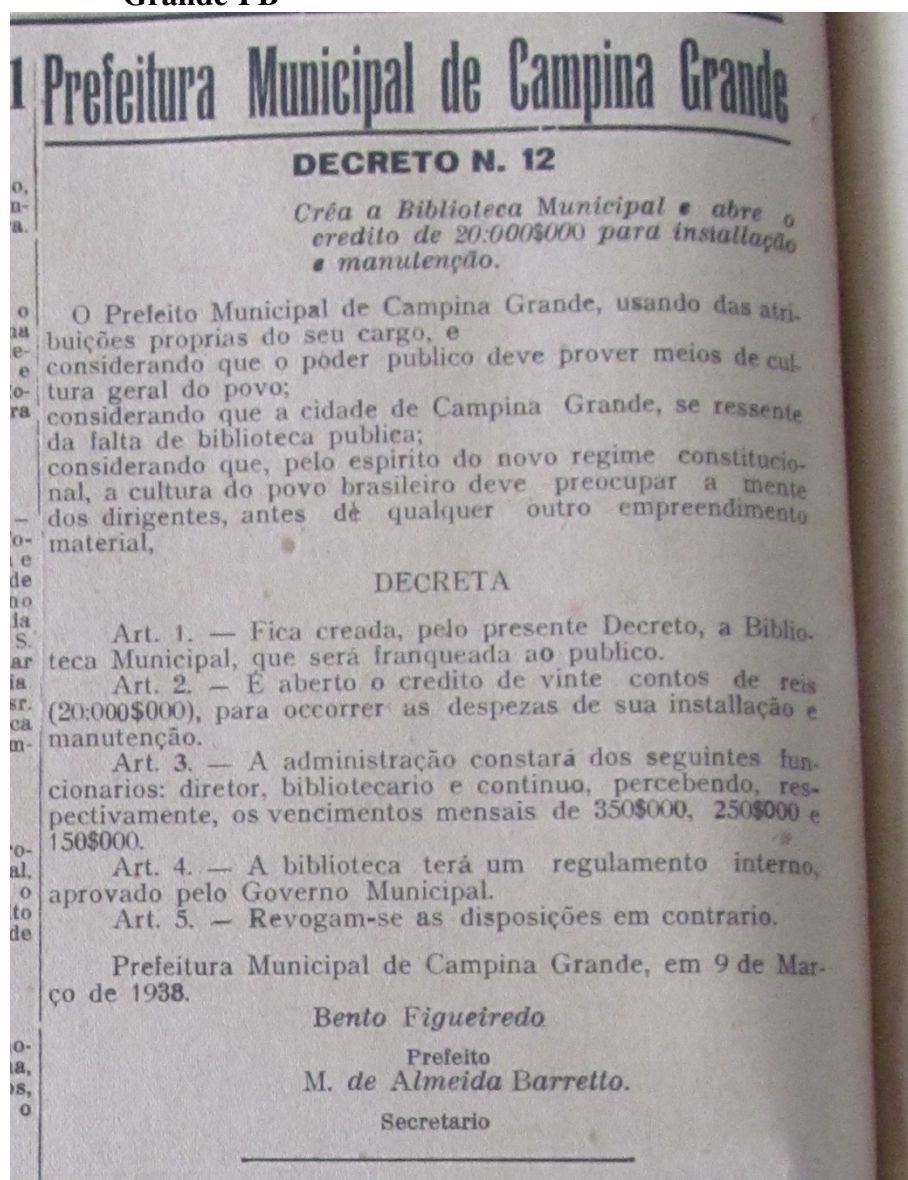
¹⁹ Como, por exemplo, a Biblioteca Pública da Paraíba, fundada em 1857 e vinculada, nesse início, ao Lyceu Paraibano. Nas diversas mensagens dos presidentes da província e nos relatórios dos diretores da instrução pública elaborados desde a fundação até o início dos anos 1900, é possível registrar as constantes reclamações em relação à falta de livros e de estrutura nessa biblioteca. As condições em que ela se encontrava permitiam, inclusive, que por diversas vezes algumas autoridades se perguntassem se, de fato, seria possível dizer que havia uma biblioteca na Paraíba, já que ela não funcionava a contento. Ver, sobre esse assunto, Ferronato (2012) e Menezes (1983).

Biblioteca de Valinhos-SP, cuja história foi recuperada por Latância (2011), também está repleta dessas lacunas, apesar de sua inauguração ter se dado em 1971 (o que a coloca entre as instituições mais jovens desse setor). Segundo a pesquisadora, numa primeira visita à Biblioteca ela constatou “[...] uma total ausência de documentos que pudessem contar a criação e constituição deste espaço ao longo do tempo. A Biblioteca nada tinha sobre sua própria história” (LATÂNCIA, 2011, p. 17). Essa realidade a obrigou a buscar outras fontes que pudessem ajudá-la a reescrever a história daquele espaço de leitura.

Devido a essa inexistência de documentos, na própria BPMCG, que pudessem nos ajudar a recuperar sua história nos primeiros momentos de sua existência, foi necessário recorrer a notícias publicadas no jornal *A Voz da Borborema*, principalmente no ano de 1938, devido à recorrência de informações importantes neste jornal sobre o funcionamento da instituição e sobre sua acolhida pela população campinense.

Como afirmamos anteriormente, foi através de publicação feita neste periódico que tivemos acesso ao texto do decreto oficial, assinado pelo prefeito, documento que recuperamos a seguir, tal qual publicado no referido jornal:

Figura 4 – Decreto de criação da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB



Fonte: Jornal *A Voz da Borborema* (09/03/1938), disponível no acervo da Biblioteca Átila de Almeida (UEPB)

O “novo regime constitucional” mencionado no decreto é o Estado Novo, instituído no final de 1937 com o golpe que colocou Getúlio Vargas no poder e que ficaria em vigência até 1945. Embora o decreto assinado pelo prefeito de Campina Grande reconheça, em consonância com o “novo regime constitucional”, a importância de incentivar a cultura, é preciso ressaltar que não se tratava de qualquer cultura, mas aquela valorizada por uma elite intelectual e que estivesse de acordo com os valores da época, mas, principalmente, com o projeto de modernização do país e de controle do povo pelo governo. Nesse sentido, o projeto de uma biblioteca se encaixa bem:

primeiro, porque serviria como instrumento para propagar as ideias da elite intelectual (que, em muitos casos, foi fundadora ou iniciou o movimento de fundação de instituições dessa natureza); e segundo porque estava previsto, na constituição de 1937, o incentivo à criação de instituições culturais sob a justificativa de oferecer formação ao povo, mas cujo objetivo principal, não explicitado, era construir uma imagem positiva do governo vigente. A partir desse ponto de vista oficial, muitas bibliotecas foram criadas nos diversos Estados brasileiros, durante esse período (LEITÃO, 2011).

Se, por um lado, o governo aparecia como o grande incentivador da cultura, por outro, aperfeiçoou as formas de censura através da criação de órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Instituto Nacional do Livro (INL). Este último, embora não tenha surgido para atuar como órgão censor, foi o responsável pelo controle da produção e circulação de livros durante o governo Vargas. Além de decidir pela publicação ou não de uma obra ou jornal, esses órgãos também determinavam o teor dos textos, seu tema e posicionamento ideológico (principalmente em relação às decisões governamentais).

Em pesquisa sobre a censura em relação às bibliotecas públicas, na Era Vargas e Regime Militar, Leitão (2011) conclui que as bibliotecas não eram alvo da censura, uma vez que não havia controle direto sobre as obras que compunham os acervos ou ordens expressas para a sua retirada do alcance do público leitor. Mas, se por um lado não havia preocupação direta com elas, por outro lado, as remessas do INL eram as principais responsáveis pela formação do acervo dessas bibliotecas. Sendo assim, o controle do que se lia ou do que era oferecido como leitura aos usuários era, indiretamente, exercido, já que apenas os livros aprovados pelo INL poderiam circular e eram adquiridos para envio àquelas instituições.

O ato de fundar uma biblioteca em Campina Grande encontra, então, respaldo político oficial, além de um terreno propício no âmbito social (tendo em vista a ausência de bibliotecas na cidade e o anseio da elite intelectual). Todo esse contexto serve de justificativa no documento assinado pelo prefeito Bento Figueiredo, no ato de fundação da biblioteca campinense.

Além de publicar os documentos oficiais relacionados à biblioteca (tais como o Decreto já mencionado e as portarias de nomeação do diretor e dos demais funcionários), o jornal *A Voz da Borborema* registra a fundação dessa instituição através da seguinte notícia:

Bibliotheca Municipal

Por decreto divulgado em nossa edição de hoje, o prefeito Bento Figueirêdo, houve por bem brindar a sua terra com a fundação de uma bibliotheca publica, que tem por sede o salão principal do prédio onde funciona esta folha.

A novel instituição, que vem merecendo applausos de toda a nossa gente culta, será solememente inaugurada hoje mesmo, ás 16 horas, em homenagem á data natalícia do illustre campinense que tão sabiamente vem governando a Parahyba.

É uma homenagem, realmente, expressiva e condigna prestada, neste dia tão significativo para Campina Grande, ao Sr. Interventor Federal, visto como a maior satisfação de s. excia. tem sido sempre ver realizadas obras que tenham por escopo o bem de seus contrerrâneos.

Incalculável é o proveito que resulta, num meio como o nosso, de uma instituição dessa natureza. Não só proporciona horas de sadio deleite, como offerece, aos espíritos ávidos de conhecimentos, todo o elemento necessário á sua elevação cultural.

Animado dessa convicção e inflammado de entusiasmo em face della, é que o prefeito Bento de Figueirêdo, num gesto que muito o recommenda ao apreço daqueles que não são alheios ás coisas da intelligencia, fundou a Bibliotheca Municipal e com um carinho todo especial para com a mesma, envida esforços no sentido de incentivar o seu desenvolvimento.

É de ver, pois, que a culta população de Campina Grande, que tão bem comprehende a magnitude dessa nobre idealidade, dispense à Bibliotheca Municipal todo o seu apoio, concorrendo assim para que ella se torne opulenta e corresponda plenamente á sua finalidade.

Deixamos vasada, aqui a expressão sincera do nosso entusiasmo, em face do gesto tão bem comprehendido do Sr. Bento Figueiredo. (*A Voz da Borborema*, 09/03/1938)

Essa notícia fornece alguns dados importantes sobre as circunstâncias da fundação da biblioteca. O primeiro deles diz respeito ao local onde ela foi, inicialmente, instalada: “o salão principal do prédio onde funcionava esta folha”, ou seja, no mesmo prédio de *A Voz da Borborema*, situada na Rua Afonso Campos, número 70, no centro da cidade. Assim como ocorreu com outras bibliotecas brasileiras, a de Campina Grande também não funcionava em um prédio próprio e adaptado corretamente para esse fim, uma vez que dividia espaço com o jornal. Essa ausência de um lugar apropriado para a instalação de uma biblioteca é uma constante na história dessas instituições no Brasil.

A Biblioteca Pública da Bahia, por exemplo, foi inaugurada no dia 13 de maio de 1811, em homenagem ao príncipe regente, que aniversariava nesse dia. Foi uma iniciativa do intelectual baiano Pedro Gomes Ferrão Castello Branco, logo acatada por Dom Marcos de Noronha e Britto, então governador da Capitania da Bahia. Contudo, assim como ocorreu com a Real Biblioteca de Portugal que daria origem à Biblioteca Nacional Brasileira (SCHWARCZ, 2002), a iniciativa política de fundar uma biblioteca em Salvador não significava que havia uma estrutura pronta para recebê-la. Uma das primeiras questões que preocupavam o seu fundador era: onde instalá-la? A decisão inicial foi de que ela passasse a ocupar a antiga Livraria do Colégio dos Jesuítas, situada

em cima da sacristia da igreja hoje conhecida como Catedral Basílica (SOARES et. al., 2011). Como era de se esperar, a biblioteca cresceu e o espaço se tornou inapropriado para acomodar o acervo e os leitores que a procuravam. O prédio era antigo e a falta de reparos resultou no desabamento do telhado, em 1846. Pela falta de lugar próprio, ela passou por sucessivas transferências e manteve essa peregrinação durante mais de 100 anos da sua existência, a despeito dos constantes apelos dos seus diretores. Ela só teria sua primeira sede própria entregue no ano de 1919.

Trajetória semelhante teve a primeira Biblioteca Pública da Paraíba, fundada em 1857 na então cidade da Parahyba, atual João Pessoa. Os diversos relatórios dos presidentes da província no final do século XIX e as mensagens do início do século seguinte registram, para além das tão conhecidas críticas às péssimas condições da biblioteca, o fato de que ela enfrentou períodos até mesmo de fechamento, como o ocorrido no ano de 1913, quando teve que ceder o prédio para dar lugar à Secretaria do Governo, devido à reforma realizada no Palácio do Governo. Na mensagem de 1913, apresentada por João Pereira de Castro Pinto à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, lê-se o seguinte:

Esta mesma preocupação mereceu-me a Bibliotheca Pública do Estado, simulacro de repartição pública, triste exemplo de decadência em um tão precioso ramo do serviço administrativo, não obstante o zelo esclarecido de alguns cidadãos a quem se tem confiado a respectiva direcção. Encontrei-a nas mais desoladas condições, méro pretexto de verbas orçamentárias, tão alheia e inútil ao público legente, que nem mesmo os jornais do paiz se encontram alli regularmente colleccionados. Grande parte das obras, dadivosamente offerecidas pelos particulares, truncadas, parando incertamente, em mãos desconhecidas, os volumes que de pouco servirão a esses depredadores impunes da Fazenda Estadoal, habito aliás menos raro do que parece nos nossos costumes. Fez-se seleccionar os livros que ainda podiam ser utilizados, organisou-se a relação dos restantes, adquiram-se novos. *Uma circunstância de força maior interrompeu essa medida por se ter transferido a Secretaria do Governo para o predio onde funciona a Bibliotheca, enquanto não se acabam as obras a que se procede no Palacio do Governo.* É bem possível que nesses próximos mezes tenhamos uma Bibliotheca installada convenientemente, que satisfaça ao publico, correspondendo às exigencias de um tão importante instituto de cultura social²⁰. (1913, p. 13-14, grifos nossos)

²⁰ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba na abertura da 2ª. sessão ordinária da 7ª. legislatura pelo Dr. João Pereira de Castro Pinto, presidente do Estado. Estabelecimento Graphico Torre Eiffel. Parahyba do Norte, 1913. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>.

Se os livros doados pela população estão mal conservados, não há “nem mesmo os jornais do paiz”, a biblioteca se mostra “alheia e inútil ao público legente” e se configura, na opinião de Castro Pinto, em um “simulacro de repartição pública”, pois não cumpre em nada seu papel. Assim, as péssimas condições em que se encontrava a Biblioteca, descritas na mensagem citada, terminam por autorizar sua desativação a fim de que o prédio seja utilizado de maneira mais útil pelo Estado.

Segundo informações divulgadas na página do Fundação Espaço Cultural (FUNESC), disponível na internet²¹, anos depois, em 1939, a biblioteca funcionou em um prédio na Av. Gal Osório, no centro de João Pessoa, e foi transferida para o endereço atual (nas dependências do Espaço Cultural) apenas em 1982, por determinação do governador Tarcísio Burity. Neste ano, passou a atender pelo nome de *Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista*. Apesar de instalada em um espaço próprio, ela ainda contava com muitos dos problemas estruturais mencionados durante todos os anos de sua história; até que, em 2003, ela foi fechada para uma reforma que duraria longos sete anos. Em 21 de junho de 2010, foi reaberta ao público com uma estrutura modernizada, apropriada para garantir o conforto do público visitante e a boa manutenção do acervo (que contava então com 93 mil livros, incluindo obras em braile).

A Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande também segue um percurso parecido. Começou a funcionar em um lugar provisório, que era ainda dividido com o jornal *A Voz da Borborema*. Ao longo de sua história, ela passará por sucessivas mudanças (que serão posteriormente listadas e comentadas), até ser instalada no atual endereço, no edifício Anézio Leão, situado à Rua Maciel Pinheiro e interditado para reforma desde o segundo semestre de 2012.

Contudo, a localização no centro da cidade é um fator que possivelmente facilitou o acesso da população num primeiro momento, pois a área urbana de Campina Grande não correspondia a um perímetro muito extenso (lembramos que o número de casas, segundo Câmara (1988), era de apenas 8.141 em 1938) e mesmo as áreas consideradas periféricas estavam localizadas nas proximidades do centro. A região conhecida por Mandchúria, por exemplo, onde se localizavam os bordéis e moravam muitos trabalhadores das classes menos privilegiadas (SOUSA, 2006), ficava a cerca de 300m do largo da Igreja Matriz e este, por sua vez, estava à mesma distância do endereço inicial da biblioteca (R. Afonso Campos, 70). Além disso, há que se considerar ainda o

²¹ Site da Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC): www.funesc.pb.gov.br, acesso em 12/03/2013.

fato de que a divisão entre centro e periferia não impedia que os cidadãos residentes em uma e outra área frequentassem mutuamente espaços das duas regiões e construíssem, com esses deslocamentos – a princípio não previstos e por vezes mesmo rejeitados/condenados em cada grupo social –, uma cartografia particular da cidade (SOUSA, 2006). Segundo o autor, as relações de lazer e de trabalho contribuíam em grande parte para que esses grupos e as cartografias decorrentes delas dessem a Campina Grande ares de cidade múltipla, opondo-se a essa imagem de cidade bipartida entre elite e periferia, presente nos textos escritos pelos letrados campinenses.

Campina Grande aparecia, em grande parte do discurso e da propaganda das elites, ambiguamente, como um lugar em franca expansão e cheio de mazelas, mas onde o progresso e a civilização deitavam raízes. Dissecar e esquadrihar a cidade, trazendo à tona sua diversidade, é mostrar também como as elites tentaram hierarquizar espaços e intervieram em territórios, buscando instituir valores que mantivessem o *status quo*, ou que o modificassem apenas superficialmente para incorporar novos grupos e interesses. (SOUSA, 2006, p. 112)

Da mesma maneira como os cidadãos ditos “ilustres” frequentavam os espaços de socialização localizados na periferia da cidade e a recíproca também acontecia, o fato de a biblioteca estar situada no centro não deve ter sido impedimento para que pessoas moradoras de outras regiões a frequentassem. Ao menos não havia impedimento geográfico; contudo, sem dúvida, havia impedimentos de outra natureza, como o analfabetismo e a ausência de familiaridade com práticas letradas relacionadas à leitura de livros.

Outro dado que essa notícia reforça é a já mencionada relação da biblioteca com uma parcela específica da população, considerada culta pelo jornal e cujos integrantes receberam com grande reconhecimento e satisfação o ato do prefeito Bento Figueiredo: “a novel instituição vem merecendo aplausos de toda a nossa gente culta”. Não apenas nesta, mas em outras notícias que veremos posteriormente é recorrente o uso do adjetivo *culta* para se referir às pessoas a quem a biblioteca atingiu e agradou, bem como a referência a essas pessoas como *intelectuais*. Esse é um dado interessante porque aponta, em princípio, para uma relação entre a biblioteca e essa elite letrada da população; inclusive, como já afirmamos, o próprio movimento de sua fundação não foi fomentado pelas camadas mais humildes da população ou mesmo orientado para atingi-las, e sim por um público letrado, composto por autoridades reconhecidas na área das letras (como escritores e jornalistas), como apontam indiretamente as notícias do jornal

A Voz da Borborema – semelhantemente ao que ocorreu também, por exemplo, na história da Biblioteca Pública da Bahia, segundo Soares (2011).

Ainda sobre essa notícia do dia 09/03, é interessante observar que, associado ao gesto de fundação de uma instituição dessa natureza, está o reconhecimento do prefeito como um generoso benfeitor, por parte daqueles que “não são alheios às coisas da inteligência”. Além disso, verifica-se o uso da biblioteca como forma de homenagem a uma autoridade, neste caso a Argemiro de Figueiredo, o que reforça, então, o caráter simbólico que os livros, e por consequência a biblioteca, têm. Basta observar a avaliação positiva feita pelo jornal a respeito da fundação desse espaço de leitura: “Incalculável é o proveito que resulta, num meio como o nosso, de uma instituição dessa natureza. Não só proporciona horas de sadio deleite, como oferece, aos espíritos ávidos de conhecimentos, todo o elemento necessário á sua elevação cultural”. Há, pois, nesse trecho, a valorização do ato de fundação da biblioteca e também a definição da finalidade que se atribui a ela – *deleite e elevação cultural*. Assim como na Campina grande e moderna as ideias deveriam ser agora “arejadas”, o deleite também deveria ser “sadio”, ou seja, estar relacionado a práticas consideradas saudáveis. Mais uma vez é possível perceber aí a transferência/influência do discurso médico-higienista aplicado a diversas áreas naquele período e interessado em propagar novos hábitos com base na ideia de saúde e limpeza. As horas de lazer deveriam ser utilizadas para o divertimento, desde que este fosse considerado “saudável” e, conseqüentemente, “útil”; estavam excluídas desse rol de “sadio deleite”, pois, as já conhecidas práticas populares de se entregar às bebedeiras nos bares da cidade e aos jogos (como o bilhar).

Em edição posterior (do dia 12/03/1938), é feito o relato de toda a solenidade de inauguração da biblioteca, tendo em vista que ela se deu por ocasião do aniversário de Argemiro de Figueiredo e junto às comemorações relativas a essa data. Transcrevemos a seguir trechos desse relato que, embora extenso, registra informações importantes sobre esse momento da história da biblioteca:

A inauguração da Bibliotheca Municipal

Entre as solenidades levadas a efeito, em homenagem ao transcurso do natalício do governador Argemiro de Figueirêdo, destacamos a inauguração da Bibliotheca Municipal, no salão onde vinha funcionando a redacção desta folha, não só pelo brilhantismo de que a mesma se revestiu, mas, sobretudo, pela magnífica ideia do prefeito Bento Figueirêdo, fundando uma instituição que veio preencher uma lacuna sensível, de há muito, aos espíritos bem formados, na terra campinense.

O acto verificou-se às 16 horas, quando já era grande a assistencia, que se compunha de pessoas do maior destaque em nossa sociedade.

A sessão, que se revestiu de muito brilhantismo, foi presidida pelo prefeito Bento Figueirêdo, tendo s. s. convidado para tomares parte na mesa os drs. Julio Rique, juiz de direito da 2ª. vara, nesta cidade, Edealo Sila, presidente da Associação Commercial, Hortensio Ribeiro, 2º. promotor publico e nosso illustre collaborador, e a professora Otilia Xavier.

O prefeito Bento Figueirêdo usa então da palavra e diz, em palavras simples, mas expressivas, do motivo daquella reunião, inaugurando por fim a Bibliotheca Municipal de Campina Grande. [...]

Após, levantou-se o dr. Hortensio Ribeiro, que pronunciou um brilhante discurso.

O illustre homem de letras fez um retrospecto da vida social campinense, salientando os vultos que igualmente ao prefeito Bento Figueirêdo idealizaram e fundaram bibliothecas em nossa terra, entre as quaes o “Gabinete de Leitura 7 de setembro”, verdadeiras escolas de instrucção, que não obstante muito terem concorrido para maior incremento das cousas do espírito, no meio ambiente, feneceram por nunca lograrem merecer as atenções dos poderes municipaes. [...]

A seguir o prefeito Bento Figueirêdo manda que o seu secretário, professor Almeida Barreto, leia o Decreto da criação da Bibliotheca e as portarias de nomeação dos seus directores, o que foi feito sob a attenção geral da assistencia.

Quando o prof. Almeida Barreto articulou o nome do professor Mauro Luna, escolhido pelo sr. prefeito para director da Bibliotheca, a sua voz abafada por estrepitosa salva de palmas.

Terminando o secretario do prefeito a leitura dos actos officiaes, discursou o prof. Luiz Gil, director do nosso confrade “O Rebate”.

O nosso collega de imprensa expressou a sua satisfação em face da nobre iniciativa do prefeito Bento Figueirêdo, referindo-se a seguir com palavras commovedoras á escolha do professor Mauro Luna para director da Bibliotheca Municipal, que foi, como elle afirmou, das mais acertadas e justas.

[...] É quando, commovido, ergue-se o prof. Mauro Luna, sob applausos da assistencia. [...]

Referiu-se á predilecção do illustre chefe parahybano para com os intellectuaes, a quem, sempre, atendera com especial deferencia, no sentido de facilitar-lhes o exito merecido, – a predilecção esta manifestada, também, pelo prefeito campinense, um entusiasta das coisas do espírito. A prova estava na fundação da Bibliotheca Municipal, fructo embrionário que seria, mais tarde, um motivo de orgulho para Campina Grande. [...] (A passagem do anniversario natalício do interventor Argemrio [sic] de Figueirêdo. *A Voz da Borborema*, 12/03/1938).

Neste texto verifica-se o mesmo discurso enaltecendor sobre o gesto do prefeito, o que fica evidenciado pela escolha dos adjetivos empregados para se referir à sua decisão, avaliada como uma “magnífica ideia”, que vem preencher uma “lacuna sensível” na cidade, lacuna esta sentida pelos “espíritos bem formados”. Em outras palavras, havia um espaço em branco nas letras campinenses, a ser preenchido pela biblioteca. São reforçadas ainda duas informações importantes: a existência de instituições de leitura anteriores, mas que não se mantiveram devido à falta de investimento do governo, e a forte ligação entre o gesto de fundação da biblioteca e a elite intelectual campinense, como se pode observar no último parágrafo, no qual a

biblioteca é colocada como prova de que o prefeito Bento Figueiredo segue o exemplo de Argemiro de Figueiredo na “predilecção do illustre chefe parahybano para com os intellectuaes”. Aliás, o próprio prefeito é descrito como um *illustre homem de letras* pelo jornal.

Outro homem ilustre que aparece vinculado à história inicial da Biblioteca Municipal nesse primeiro momento de sua existência é Mauro Luna, que deixa o cargo de fiscal do município junto à empresa de Luz e Força para assumir a direção da Biblioteca, segundo as portarias número 12 e 13, publicadas na mesma edição de 12/03/1938, ora comentada. Mauro Luna (1897-1943) foi professor de duas importantes escolas particulares de Campina Grande (o Colégio Pio XI e o Imaculada Conceição/Damas, tendo sido o autor do hino deste último educandário); fundou, em 1915, o jornal *Renascença*, que circulou por três anos na cidade; aos quinze anos, tornou-se redator do jornal *A Voz da Borborema* e em 1924, conforme já mencionado, publicou o elogiado livro *Horas de Enlevo*; em 1942, foi eleito membro da Academia Paraibana de Letras²². Era, portanto, um nome que tinha ligação direta com as elites culturais e políticas da época, já exercendo cargo no governo municipal antes de ser nomeado para a direção da biblioteca.

Para finalizar, é apresentada, nesta mesma matéria jornalística, uma lista das pessoas que compareceram à solenidade de instalação da biblioteca, que conferiram, segundo o jornal, “muito brilhantismo” à sessão, pois esta foi prestigiada por “pessoas do maior destaque na sociedade”. De fato, na lista publicada estão registrados nomes de figuras ilustres da história de Campina Grande, entre professores, jornalistas e políticos:

[...] Damos abaixo, pela ordem, os nomes dos presentes á installação da Bibliotheca Municipal e que assignaram a respectiva acta:

Prefeito Bento Figueirêdo, dr. Julio Rique, dr. Edesio Silva, dr. Hortensio de Souza Ribeiro, professora Otilia Xavier, dr. Severino Barbosa Leite, acadêmico Hiaty Leal, professor Severino Loureiro, dr. Acacio Figueirêdo, Genaro Cavalcanti, Abelardo Fonseca, por si e pelo Banco do Commercio, João da Camara Moura, dr. Antonio Telha de Mendonça, dr. José de Farias, dr. Aloysio Affonso Campos, dr. João Tavares Cavalcanti, José Pereira de Castro, cel. José Mauricio da Costa, Mario Pinheiro de Mendonça, acadêmico Anastacio Honório de Mello, João Barbosa da Silva, João Climaco Ximenes, Antonio Borges da Costa, dr. Luiz Gomes Peixe, Octacilio Gomes, Tertuliano Barros, poeta Silva Andrade, Gervasio Ferreira da Silva, professor Luiz Gil, Antonio Correia Lima, pelo gerente do Banco do Brasil e a A. E. no Commercio, Octacilio Colaço da Costa, jornalista José Lopes de Andrade, Luiz Sodré Filho, jornalista Pedro Aragão, professor Antonio de Oliveira,

²² Informações divulgadas pelo blog *Retalhos Históricos de Campina Grande*, disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2010/02/o-professor-mauro-luna.html#.U079PfldWip> consultado em 30/março/2014.

Severino Rodrigues de Almeida, professora Apolonia de Amorim, senhoritas Antonieta Macedo, Inalda Macêdo e Francisca Rosado, professora Maria Amenaíde Pimentel, professor Mauro Luna, por si e pelo sr. José de Barros Ramos, Possídio Rodrigues de Almeida e jornalistas Raymundo Vianna, Adaucio Rocha e Elyalo Nepomuceno. (A passagem do aniversário natalício do interventor Argemrio [sic] de Figueirêdo. *A Voz da Borborema*, 12/03/1938).

A fundação da biblioteca foi notícia também no jornal *A União*²³, de 23 de março de 1938:

Por iniciativa do operoso prefeito Sr. Bento de Figueiredo, vêm a ser fundada, em Campina Grande, a Biblioteca Municipal, que terá papel saliente na educação e ilustração daquela cidade.

A inauguração da Biblioteca Municipal de Campina Grande teve lugar no dia 9 corrente, em homenagem à data aniversária do interventor Argemiro de Figueiredo.

Somente aplausos merece o ato do prefeito Bento de Figueiredo e folgamos de registra-los para que seja exemplo vivo de patriotismo e compreensão da verdadeira noção educativa de que, na época presente, todos se devem capacitar em benefício da coletividade.

Os objetivos – educação e ilustração –, atribuídos à biblioteca nesta notícia divulgada em *A União*, são diferentes em relação àqueles veiculados por *A Voz da Borborema*, citados anteriormente, ou seja, a notícia é construída a partir de outra perspectiva, destacando outras funções para a biblioteca inaugurada. Ainda que não tenha nascido vinculada a uma instituição de ensino, como ocorreu com a primeira biblioteca pública fundada em João Pessoa, segundo *A União*, a instituição campinense surge aos olhos da sociedade com esse propósito, reforçado no primeiro e último parágrafos do texto. A biblioteca seria, então, um dos instrumentos para garantir a educação do indivíduo e, assim, beneficiar a coletividade. Ou seria, ao menos, um instrumento para garantir que se construísse uma imagem positiva do governo vigente, reconhecido a partir desse ato como uma administração preocupada em oferecer cultura e contribuir para o desenvolvimento da população. Como se vê, nos dois textos jornalísticos que noticiam a inauguração da Biblioteca Municipal, há duas representações de biblioteca subjacentes: de um lado, a biblioteca aparece como símbolo de ilustração e desenvolvimento intelectual, destinada à “gente culta”, aos “espíritos ávidos de conhecimento”, que reconhecem seu valor e aplaudem esse gesto por verem nela um mecanismo de “sadio deleite” e também de “elevação cultural”. De outro lado, na matéria veiculada em *A União*, a biblioteca aparece como instrumento de

²³ Jornal disponível no acervo do Arquivo Público da Paraíba (João Pessoa-PB).

educação, uma vez que a “capacitação” do povo é premente para o “benefício da coletividade”. Em ambos os casos, tem-se uma proximidade com a visão idealizada a respeito dessas instituições.

Cabe, portanto, retomar parte do pensamento de Chartier (2002, p. 17) sobre a noção de representação, já citado no início do capítulo:

As representações do mundo social [...], embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...].

Em certa medida, as duas representações a respeito da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande, veiculadas implicitamente nos dois jornais não são neutras, mas servem para justificar e legitimar, nas palavras de Chartier (2002), o projeto reformador da sociedade, simbolizado pela inauguração dessa instituição. Assim, ao surgir nesse contexto de busca por modernidade e passar a, indiretamente, tomar parte em um projeto de cidade progressista, a biblioteca se transforma a um só tempo em ferramenta e símbolo desse processo que visava a garantir a expansão do progresso por todas as áreas, incluindo a educação. Não basta ser, portanto, a cidade do comércio vitorioso, é preciso ser também a cidade “ilustrada”, para que ela tenha uma imagem com a qual os letrados (não necessariamente relacionados a atividades de comércio) possam se identificar e da qual possam se orgulhar. Essa perspectiva é trazida dos modelos adotados por outras grandes cidades brasileiras, a exemplo do Rio de Janeiro. Segundo Oliveira (2009, p. 194),

Esse conjunto de representações elaborado por uma parte da intelectualidade brasileira são “regimes de verdade” que possuem forças na construção de novos comportamentos, formando um tipo de governo dos homens que provoca discontinuidades com os padrões antigos de sociabilidade. O futuro era imaginado num contexto de louvação à modernidade, vista e dita como o desejo de emancipação ou obscurantismo e dos preconceitos.

Ao mesmo tempo em que aparece como um discurso novo, esse ideal de educação/ilustração como a solução para todos os males e o uso de bibliotecas como símbolo dessa aparência de sabedoria é, na verdade, bastante antigo e muito recorrente na história dessas instituições. Com a biblioteca de Campina Grande parece não ter sido

diferente. Se não podemos afirmar com toda certeza que este foi o principal propósito de sua criação (já que identificamos através dos textos jornalísticos citados ao menos dois discursos em relação a esse aspecto, os quais não são excludentes), é interessante pensar sobre a opção do governo de inaugurar uma biblioteca pública num município onde faltavam muitos outros serviços básicos para a população, como abastecimento regular de água e energia elétrica.

Nesse contexto de falta de energia elétrica, apenas a inauguração da biblioteca não se mostra suficiente para que de pronto passe a ser utilizada pela população, que vê o horário de visitação limitado pela falta de luz naquele espaço, conforme se pode verificar em notícia publicada em *A Voz da Borborema*:

Hoje, que a administração brilhante do snr. Bento de Figueirêdo criou para o povo campinense uma obra de incomparável valor, intelectual – a Biblioteca Pública Municipal – somos, a maior parte das noites, impossibilitados de freqüenta-la, dada a deficiência de luz. (*A Voz da Borborema*. De Mal a Peor a Luz de Campina. 14/05/1938)

Assim, se por um lado as luzes da ilustração começam a se fazer presentes e se verem reforçadas pela existência de uma biblioteca, por outro lado, o cumprimento desse objetivo de promover o conhecimento esbarra na ausência de condições básicas apropriadas para isso, como a luz elétrica. Contudo, Bento Figueiredo é apontado como um dos grandes reformadores da cidade de Campina Grande, juntamente a outro prefeito, Verniaugd Wanderley, que administraram o município entre as décadas de 30 e 40 e se empenharam por dotar Campina com ares de modernidade (CABRAL FILHO, 2010), o que inclui reformas desde a arquitetura da cidade, passando pela melhoria nos serviços básicos (como água e energia elétrica) e pela criação e construção de instituições educacionais/culturais, entre as quais, sem dúvida, figura a biblioteca municipal.

Essas ações são reconhecidas pela população campinense, mas é na voz da imprensa que elas tomam aparência de propaganda política ao serem amplamente elogiadas pelos letrados que publicam nos jornais. Durante todo o ano de 1938, várias edições do jornal *A Voz da Borborema* divulgam matérias elogiosas ao governo de Bento Figueiredo e colocam a biblioteca como um dos principais empreendimentos do seu primeiro ano de administração, como se pode verificar, por exemplo, no texto a seguir:

Apologia á Administração do Sr. Bento Figueiredo

SEVERINO ALMEIDA

Incontestavelmente tem sido a administração do Snr Bento Figueiredo á frente do povo campinense, digna de incalculáveis elogios.

Dentre as muitas realizações de s.s. salienta-se a criação, ultimamente, da Biblioteca Pública, cujo valor é incomparável para um povo que sabe tão bem reconhecer o valor deste estabelecimento de cultivo intelectual.

Campina Grande, cidade que hoje pôde ser contada no número das civilizadas, não podia, por mais tempo, continuar privada dessa incomparável fonte de educação intelectual, para aquêles que bem sabem empregar suas horas desponíveis.

Mas tudo tem o seu dia felis, que ficará gravado nos lauréis da história, como mais um degrau galgado em seu progresso. O dia 9 de março, não obstante já encerrar em si uma grande epopéia pela passagem do aniversário do seu grande filho e bemfeitor Argemiro de Figueiredo, será, de hoje por diante, mais lembrado ainda, por ter sido a data da criação do que tanto Campina necessitava.

Hoje, já não mais se dirá “Campina não tem a onde se empregarem as horas de descanso”; quem souber dar valor ao que é bom e proveitoso, certamente não deixará de ir a uma Biblioteca, onde nada mais fará, do que colher maravilhosos frutos, para ir a um bilhar, perder não tão somente o tempo, como o dinheiro, sem dalí tirar o menor proveito.

O gesto do s. s. criando a Biblioteca Pública Municipal, foi um dos mais louváveis e louvável também seria, para todos os campinenses que bem sabem reconhecer o valor de tão rica fonte de sabedoria, a oferta de um livro apenas, para em pouco tempo termos um avultadíssimo número de obras, que imortalizariam, por sua oferta o reconhecido povo dessta terra de visões tão largas para os degraus do progresso. (*A Voz da Borborema*, 10/11/1938)

Não por acaso, o texto tem no título a palavra *apologia* e, assim como os demais publicados no jornal, exalta os feitos do governo naquele primeiro ano de mandato. Mas merecem atenção principalmente as expressões utilizadas para se referir à biblioteca, as quais revelam uma representação da leitura e da biblioteca que se aproxima da **visão idealizada** que mencionamos no início do capítulo: “estabelecimento de cultivo intelectual, fonte de educação intelectual e fonte de sabedoria”, que representa para Campina Grande “mais um degrau galgado em seu progresso” e que garante à cidade o seu pertencimento ao “número das civilizadas”. A BPMCG é descrita, portanto, como símbolo de ilustração e progresso do município; e o prefeito, como responsável pelo avanço de “que tanto Campina necessitava”, é o seu grande benfeitor, imortalizado por esse gesto. Por outro lado, algumas expressões utilizadas deixam entrever a atribuição de diferentes funções da biblioteca junto aos seus leitores, pois além de ser considerado um lugar de desenvolvimento intelectual (como ilustram as expressões “fonte de educação intelectual” e “fonte de sabedoria”), ela também se destina àqueles “que bem sabem empregar suas horas desponíveis” ou por quem sabe “dar valor ao que é bom e proveitoso”, mas antes não tinha onde empregar as “suas horas de descanso”. Ou seja, a biblioteca é vista como uma alternativa de lazer, mas principalmente um lazer que

confere ao seu frequentador um status de alguém que sabe reconhecer o que é bom e proveitoso – quem não lê e não vai à biblioteca, portanto, não sabe.

Por consequência, a leitura é vista também como uma atividade a ser desenvolvida nas horas de descanso porque é considerada proveitosa, quando comparada a outras, geralmente realizadas nas horas de ócio, como o bilhar, por exemplo. Nesse sentido, a instituição poderia se tornar um instrumento a mais no projeto de tornar Campina realmente “grande”, pois as horas de lazer seriam aproveitadas de maneira “útil” na leitura de textos que possivelmente valorizariam os ideais morais, educativos e comportamentais defendidos pela camada letrada da população. Conforme será discutido no Capítulo 2, talvez por isso, ao ver que o uso inicialmente previsto por ela no ato de fundação da biblioteca não estava sendo respeitado, essa mesma elite letrada passe a elaborar, anos depois, duras críticas dirigidas às práticas “ilegítimas” realizadas pelos leitores naquele espaço, corrompendo-o.

Aos poucos, então, a biblioteca de Campina Grande vai se transformando, cada vez mais intensamente, em símbolo de progresso e desenvolvimento intelectual. Mesmo quando o jornal se refere a ela como um lugar propício para empregar as horas de lazer, ele só o faz porque esse lazer é avaliado como *bom e proveitoso*. Assim, não tardaria para que essa instituição fosse mais explicitamente associada à educação e tivesse sua utilidade ressaltada. No final de 1938, o jornal publica um texto de avaliação do governo de Bento Figueiredo e, na área de cultura, destaca:

A municipalidade campinense tem a preocupação da cultura, no sentido de melhorar a situação geral do Município, elevando o nível da vida de sua densa população. É uma preocupação conciente e efetiva, que já se traduziu brilhantemente em duas realizações úteis e concretas: o Campo de Demonstração Municipal e a Biblioteca Pública. [...] Com a Biblioteca Pública, cuja utilidade é incontestável, o Sr. Bento Figueiredo quiz ir ao encontro das necessidades espirituais de uma população de 48 mil almas, entre as quais cerca de 4 mil estudantes primários e secundários. Estes espíritos em formação necessitam de fontes de saber e cumpre ao Estado Novo, em cuja comunhão a municipalidade campinense se integrou, graças à esclarecida visão do seu joven dirigente, prover estas inteligências sequiosas dos necessários meios, no intuito de aparelhar as gerações que conduzirão a nacionalidade amanhã. (*A Voz da Borborema*, 14/12/1938)

Nesse sentido, a BPMCG, que surge como anseio de uma elite intelectual, dentro de alguns meses aparece retratada no jornal como uma das *necessidades espirituais de uma população de 48mil almas*, ou seja, como anseio de toda a população do município.

Reforça-se, assim, seu caráter público no sentido que conhecemos hoje (da universalidade do acesso), mas principalmente o início da relação dessa instituição com um público leitor vinculado à educação formal, pois o texto destaca, sobretudo, a existência de *4 mil estudantes primários e secundários*, que necessitam de uma instituição para lhes fornecer as ferramentas necessárias à sua formação e, em última instância, para melhorar o nível de vida da população campinense (conforme mencionado logo nas primeiras linhas do trecho citado). Dessa maneira o prefeito tem, então, reforçada a imagem de grande benfeitor da população ao, pioneiramente, fundar uma instituição pública dessa natureza e com essa importância.

Evidentemente, é possível que tantas publicações elogiosas não passem de manobra política do próprio governo ou ainda que sejam fruto do controle exercido pelo Estado em relação aos órgãos de imprensa, os quais, nesse período, eram proibidos de fazer críticas ao governo vigente. No âmbito local, essa perspectiva positiva sobre as ações do governo também é, evidentemente, resultado do vínculo do jornal com a família do prefeito. Como afirmamos no item anterior, *A Voz da Borborema* foi fundado por Acácio Figueiredo, irmão de Argemiro de Figueiredo, interventor do Estado e homenageado na matéria citada, e também de Bento Figueiredo, prefeito de Campina Grande em 1938 (CABRAL FILHO, 2009). Portanto, é de se supor que as matérias veiculadas pelo jornal atenderiam em grande parte aos interesses políticos dessa família, o que justificam os textos sempre elogiosos dirigidos a essas duas figuras ilustres da Paraíba: Argemiro de Figueiredo e Bento Figueiredo.

A biblioteca aparece, assim, como mote para elogiar o prefeito: como ela é sempre vinculada a ele, o foco central dos textos publicados parece ser muito mais a valorização da figura do prefeito que propriamente a biblioteca. Talvez por essa razão e também porque ela atende a um anseio dos letrados (eles mesmos responsáveis pelo conteúdo do jornal), as matérias que mencionam essa instituição costumam ocupar, nesse primeiro momento, um espaço considerável no jornal, tanto pela extensão quanto pelo local privilegiado de sua publicação na página (geralmente, no topo, em destaque, ou como matéria central).

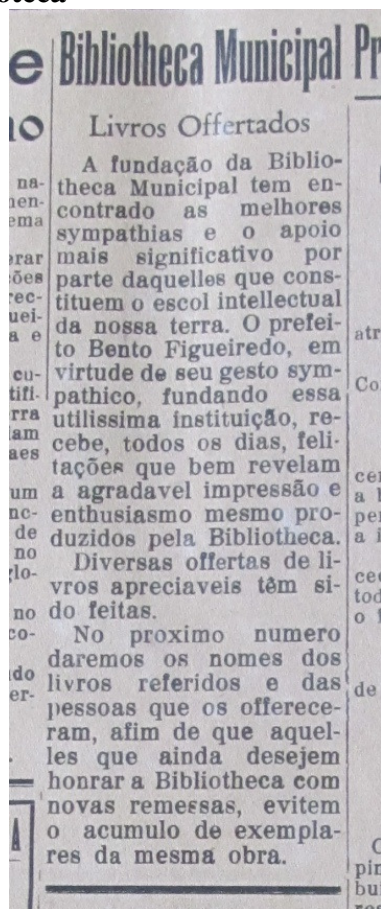
De qualquer maneira, se existem esses textos valorizando a fundação da biblioteca e associando a imagem do prefeito à sua fundação, é porque tais textos vinculam-se a um discurso anterior de que as bibliotecas são sinônimo de cultura, conhecimento e progressos, e aqueles que a provêm são visionários generosos para com a população. Tal forma de avaliar a existência/fundação da biblioteca se aproxima (embora não em

todos os aspectos) de uma *visão idealizada* desses espaços, conforme discutimos no início deste capítulo, pois não deixa de reconhecer a biblioteca como símbolo de saber e de poder.

1.2.3. Sobre a constituição inicial do acervo e a sua movimentação pelo público leitor

A acolhida da população em relação à biblioteca não se dá apenas através do reconhecimento da importância do gesto do prefeito campinense; os cidadãos campinenses querem, de alguma forma, colaborar para que a biblioteca cresça e, conseqüentemente, querem também garantir que seu nome seja associado a esse crescimento, como benfeitores da cultura local. Assim, atendendo aos apelos reforçados nos jornais (ver, por exemplo, a matéria publicada em *A Voz da Borborema* do dia 10/11/1938, mencionada anteriormente), são muitos os cidadãos ilustres e as instituições que se dispõem a ajudar no propósito de fazer a biblioteca prosperar, doando, para tanto, livros ao acervo. Os livros doados, bem como o nome dos doadores, passam a ser publicados recorrentemente no jornal *A Voz da Borborema*, sob a seguinte justificativa:

Figura 5 – Notícia sobre a intenção de divulgar lista dos livros doados à Biblioteca



Fonte: Jornal *A Voz da Borborema* (12/03/1938), disponível no acervo da Biblioteca Átila de Almeida (UEPB)

Como essa publicação dos livros doados ocupa várias edições do jornal ao longo do ano de 1938, e como em cada edição são vários os títulos e os doadores, decidimos por reunir essas informações numa tabela (disponível integralmente no Apêndice A), identificando a edição do jornal, o doador e as respectivas obras. O levantamento desses dados e a construção da tabela trazem informações importantes sobre a biblioteca em três diferentes aspectos: a construção inicial do acervo, composto em grande parte por essas doações; a circulação de determinadas obras na cidade, pois nos indica que obras estavam sob a posse desses doadores; e a apropriação dessas obras por outros leitores, através da biblioteca.

Em resumo, o que pudemos observar é que, de março a novembro de 1938, foram doados ao todo 283 obras, além de diversos números de jornais e revistas, por 75 doadores, constituídos por cidadãos comuns e instituições. No que diz respeito aos doadores, verificamos que é possível supor o status social de alguns deles, tendo em vista que seus nomes são precedidos, na publicação, por títulos como “Dr.” ou “Prof.” e

alguns têm seu vínculo religioso revelado, ao serem identificados como “padre” ou “cônego”. Entre eles, é possível identificar algumas das figuras ilustres da história de Campina Grande, como a professora Apolonia Amorim e Félix de Sousa Araújo, este último que viria, posteriormente, a dar nome à biblioteca municipal. O próprio prefeito não é sequer identificado pelo nome, mas apenas pelo cargo que ocupa, em cuja sintonia estão as obras doadas por ele: *Álbum das realizações do Governo Argemiro Figueirêdo* e dois volumes de *O estado autoritário e a realidade nacional*.

Há ainda as doações realizadas por instituições públicas e/ou particulares, tais como livrarias (Moderna, H. Antunes, Campinense e Casa Brasil), editoras (Cia Editora Nacional, Vecchi Editora, Livraria Editora da Federação, Casa Editora Cruseiro do Sul, F. Brigueit & Cia, Livraria Editora Jacinto – Rio de Janeiro), além do Rotary Clube e de órgãos do governo, como a Prefeitura Municipal e o Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado. Ao observarmos os títulos oferecidos por esses doadores, verificamos que pode haver, implícitos ao gesto, dois fatores que orientaram a escolha a respeito de quais obras doar: o primeiro deles pode ter sido a conveniência de doar obras de fácil acesso para o doador ou que não representassem um gasto/custo elevado para ele.

A partir disso, se verifica, por exemplo, que as livrarias tendem a oferecer obras as quais costumavam comercializar (como é o caso da Casa Brasil, responsável pela doação de diversos exemplares de revistas variadas); as editoras doam as produções do seu próprio catálogo (a Livraria Editora Jacinto, por exemplo, doa principalmente livros didáticos, e a Livraria Editora da Federação privilegia a oferta de livros espíritas); os órgãos públicos (como a prefeitura) oferecem majoritariamente obras de publicação do próprio governo ou de temática relacionada à política nacional (a exceção neste caso é a Secretaria do Palácio da Redenção, que doa também a obra de literatura *Histórias da Velha Totônia*, do paraibano José Lins do Rego); e instituições privadas, como o Rotary Clube, doam os boletins informativos produzidos por elas. Quanto aos particulares, não é fácil perceber os perfis desses doadores quanto ao tipo de doações realizadas, mas é provável que fosse mais conveniente doar obras relacionadas às suas respectivas áreas de atuação (as quais não lhes fizessem falta para a realização do seu trabalho) ou ainda de literatura.

O segundo critério provavelmente levado em conta (talvez não conscientemente) é o fato de que o doador teria seu gesto publicizado através do jornal, com a divulgação do seu nome, seguido da identificação de qual obra foi por ele doada. Assim, a obra

doadas também representa que imagem esse doador queria construir de si como benfeitor, ou seja, não bastava, nesse caso, a doação em si como forma de se promover, mas a escolha da obra também poderia representar o status e a erudição do doador, além de demonstrar que obras ele considerava úteis para a comunidade usuária da biblioteca. Nesse sentido, é curioso observar, por exemplo, a doação de livros em língua francesa, sobre Filosofia, Religião e Medicina, como *Philosophie – deux mois* Eu e *La Sociologie* (doados pelo Dr. José de Farias), *Manual d'Histoire Ecclesiastique* (dois volumes doados pelo Cônego José Delgado), e *Maladies Blennorrhagique* e *L'infection Gonococcique* (doados por Dr. Apuichio Vieira).

Entre os livros que predominam na lista de doações, os romances e os livros de história apresentam certo destaque. Vale ressaltar, contudo, que, dos 283 títulos doados, apenas 17 pertencem a grandes autores da literatura brasileira e estrangeira, cujos nomes permaneceram até os dias atuais: Monteiro Lobato (02), Machado de Assis (01), Oscar Wilde (01), Graciliano Ramos (02), Victor Hugo (02), José Lins do Rego (01), F. Dostoiévsky (01), Menotti Del Pichia (01), William Shakespeare (01), Camilo Castelo Branco (01), Rachel de Queiroz (01), L. de Tolstói (01), Humberto de Campos (01) e uma coletânea de contos com diversos autores (como José de Alencar, Mario Alencar e Visconde de Taunay). Os demais são de autores pouco conhecidos hoje em dia, como *O perfume de Querubina Doria* (de Téo Filho) e *A conquista amorosa de Casanova* (de Claudio de Souza).

Mesclam-se, portanto, nessa lista de doações, dois tipos de livros: o primeiro deles, formado por títulos que poderiam contribuir para a (in)formação dos cidadãos, para sua formação moral e religiosa, em última instância, para a sua *educação*; o segundo tipo é formado pelos livros relacionados a uma representação de leitura como forma de lazer valorizada pela gente dita “cultura” (no caso da literatura). A partir dos dois tipos de livros, uma forma “útil” de ocupar o tempo livre: através da leitura.

Esse recurso às doações dos cidadãos ou das instituições para a constituição do acervo inicial, bem como a publicação, em jornal, da lista de obras doadas e dos nomes dos respectivos doadores também foi registrado em relação à Biblioteca Pública Olegário Vale (Caicó-RN), entre os anos 1918 e 1920:

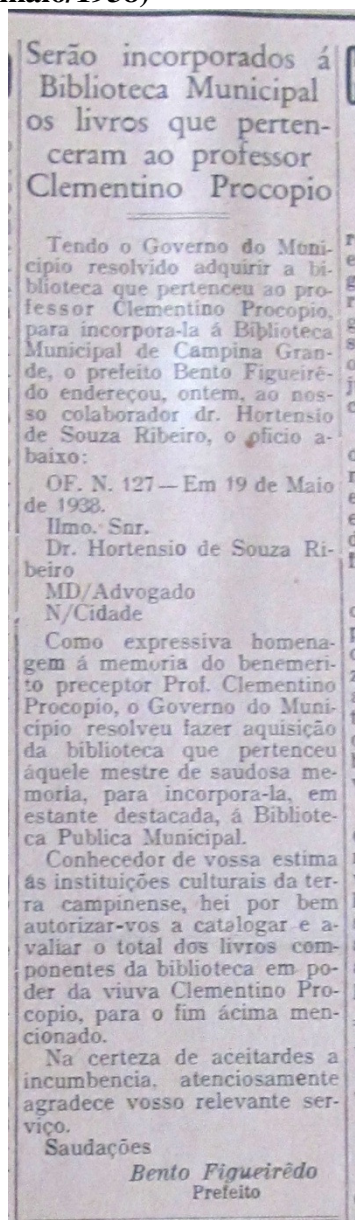
[...] o periódico *O Seridoense* divulgava a movimentação das doações de livros para a *Biblioteca Olegário Vale*, que atingiram cento e onze novos títulos de autores estrangeiros, nacionais e regionais, incluindo-se livros de religião — dentre eles, o *Novo Testamento* — e obras filosóficas, científicas, históricas, didáticas, pedagógicas, técnicas, jurídicas e literárias (contos,

crônicas, conferências, poesias, romances, novelas). (ARAÚJO; MEDEIROS, 2006, p. 5)

Assim como ocorreu anos depois com a Biblioteca Pública de Campina Grande, naquela biblioteca caicoense a lista dos doadores era formada por cidadãos comuns e também por instituições, a exemplo da Biblioteca e do Museu Nacionais. Contudo, em ambas, o maior volume de obras doado era registrado entre os particulares.

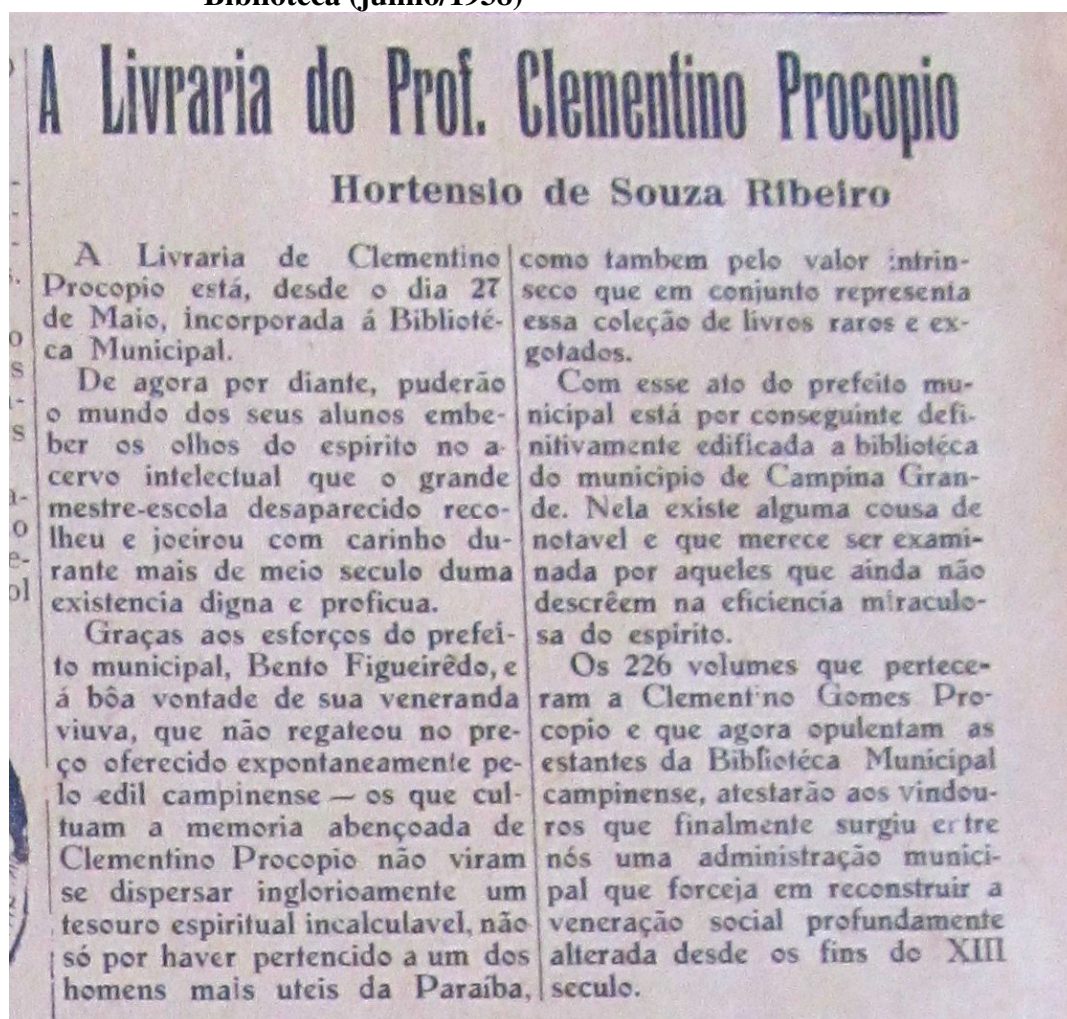
Além das doações de livros realizadas pela população, o acervo da biblioteca municipal de Campina Grande vai sendo constituído também através das bibliotecas de particulares ilustres, adquiridas pelo governo após o falecimento do proprietário. É o caso, por exemplo, da livraria de Clementino Procópio, adquirida ainda durante o ano de 1938 e cujos 226 volumes foram avaliados e catalogados por Hortensio de Souza Ribeiro, a pedido do prefeito Bento Figueiredo (conforme consta em notícias publicadas em *A Voz da Borborema*, recuperadas nas Figuras 6 e 7, abaixo). A biblioteca terá outras aquisições semelhantes ao longo de sua história.

Figura 6 – Notícia sobre a incorporação da livraria de Clementino Procópio à Biblioteca (maio/1938)



Fonte: Jornal *A Voz da Borborema* (21/05/1938), disponível no acervo da Biblioteca Átila de Almeida (UEPB)

Figura 7 – Notícia sobre a incorporação da livraria de Clementino Procópio à Biblioteca (junho/1938)



Fonte: Jornal *A Voz da Borborema* (01/06/1938), disponível no acervo da Biblioteca Átila de Almeida (UEPB)

Como vimos até aqui, durante todo o seu primeiro ano de existência a biblioteca pública municipal foi notícia em várias ocasiões em *A Voz da Borborema*. Além de todas as matérias já citadas, merecem destaque ainda publicações relacionadas à movimentação da biblioteca, tanto quanto ao número de leitores e de consultas, quanto aos eventos que se realizavam no seu salão de leitura, organizados pelo Centro Cultural Campinense, que ali passa a funcionar no mesmo ano de fundação da biblioteca. Tais eventos movimentavam o espaço dessa instituição, que ampliava sua atuação ao não se restringir a funcionar apenas como sala de leitura. Em relação aos leitores, são escassas as informações sobre suas atividades na biblioteca (tendo em vista que a própria instituição não guarda esses dados). Em quatro edições de *A Voz da Borborema* (em 06/08, 31/08, 08/10 e 10/11/1938, conforme se pode conferir no Anexo B), registramos informações sobre a quantidade de visitas e de obras consultadas, mas não há nenhum

documento que explicita o tipo de obras consultadas, quem eram esses leitores, nem as suas práticas na biblioteca. Temos apenas números que nos indicam ao menos que esses leitores existiam. Essas informações apareciam da seguinte forma no periódico, conforme ilustra a Figura 8:

Figura 8 – Lista de doações e Movimento da Biblioteca no mês de Julho

Biblioteca Municipal	
Movimento do mez de Julho	
Obras oferecidas por:	José Fernandes Dantas, Felix de Souza Araújo, Lopes Gundim e pelo dr. Geronimo Rodrigues — 10; Revistas: Livraria Campinense — 6; Boletins circulares: Rotari Clube — 2.
Periodicos:	jornais — 2; revistas — 2
Visitas	— 151;
Obras consultadas	— 172.

Fonte: Jornal *A Voz da Borborema* (06/08/1938), disponível no acervo da Biblioteca Átila de Almeida (UEPB)

A publicação desses dados se referia sempre ao mês anterior à data da publicação no jornal. Então, segundo esses dados, o número de visitas realizadas em julho (como se pode verificar no recorte acima, de 06/08/1938), foi de 151 pessoas. Nos meses de agosto, setembro e outubro, registraram-se, respectivamente: 148, 290 e 168 visitas. Já a quantidade de obras consultadas em cada um desses meses foi, respectivamente: 172, 137, 309 e 113 obras. Leitores havia, mas, por hora, não é possível saber quem eles eram, o que buscavam e como usavam esse espaço.

Em resumo, nesse primeiro momento de existência da Biblioteca Municipal, segundo o que pudemos constatar através dos registros de *A Voz da Borborema*, o sentimento era de euforia e entusiasmo da população campinense, que se mostrou bastante receptiva à criação deste espaço de leitura. Devido a essa receptividade, houve o engajamento dos mais diversos segmentos da sociedade (imprensa, poder público, profissionais liberais) em torno da biblioteca, a fim de garantir-lhe o bom funcionamento, através do ato de doação de obras. Há, tanto na iniciativa do prefeito de atender a aclamação de uma elite intelectual quanto na reação popular, traços da visão

idealizada das bibliotecas, vistas como símbolos de poder e ferramentas para a educação e formação do espírito do povo. Se de fato ela serviu às diferentes camadas da população, não é possível saber, uma vez que não temos informações sobre o perfil dos leitores que a frequentavam nesse início (conforme já salientado).

Evidentemente, tamanho entusiasmo em torno da inauguração da biblioteca e do gesto do prefeito, tão exaltado em matérias do referido jornal, pode ser efeito da postura proibitiva do Estado Novo em relação às críticas a autoridades, ou mesmo resultado do comprometimento político do jornal *A Voz da Borborema* com o governo naquele momento. De qualquer forma, esse foi o discurso registrado durante todo o primeiro ano de existência da biblioteca, o que nos fornece dados importantes sobre como se deram as circunstâncias de sua fundação. Essa mesma euforia, contudo, não será percebida em publicações de décadas posteriores, conforme se verá mais adiante, no Capítulo 2.

1.2.4. A (des)continuidade dessa história

Os anos que se seguiram desde a fundação da biblioteca, em 1938, até os dias atuais, são de descontinuidade em diversos aspectos. Em primeiro lugar, descontinuidade de registros das principais decisões envolvendo a instituição e das fontes onde essas informações são registradas, o que nos leva a ter que recorrer a fontes distintas (como jornais, decretos, publicações no semanário oficial, etc.) para tentar diminuir a quantidade de lacunas a respeito dos fatos acerca deste espaço de leitura. Apenas para ilustrar essa descontinuidade, ao consultarmos duas décadas (1960 e 1970) de publicações do *Semanário Oficial da Prefeitura de Campina Grande* em busca de dados sobre a biblioteca, constatamos o quanto são raras as referências aos atos oficiais relacionados a essa instituição (em 1970, por exemplo, não há nenhum registro). Essa ausência nos incita à reflexão sobre a sua quase invisibilidade, uma vez que desconhecemos se o registro não ocorreu porque os governos vigentes não tomaram quaisquer decisões sobre a administração da biblioteca, ou se estas decisões não eram consideradas relevantes para serem publicadas como atos oficiais. Em qualquer um desses casos, a biblioteca estaria à margem da política local.

Em segundo lugar, descontinuidade das próprias decisões (as poucas de que se tem registro), envolvendo a biblioteca: é comum a existência, em documentos variados, de informações sobre mudanças de endereço, sobre períodos de fechamento para a realização de reformas ou por outros motivos, sobre alterações no nome e até mesmo

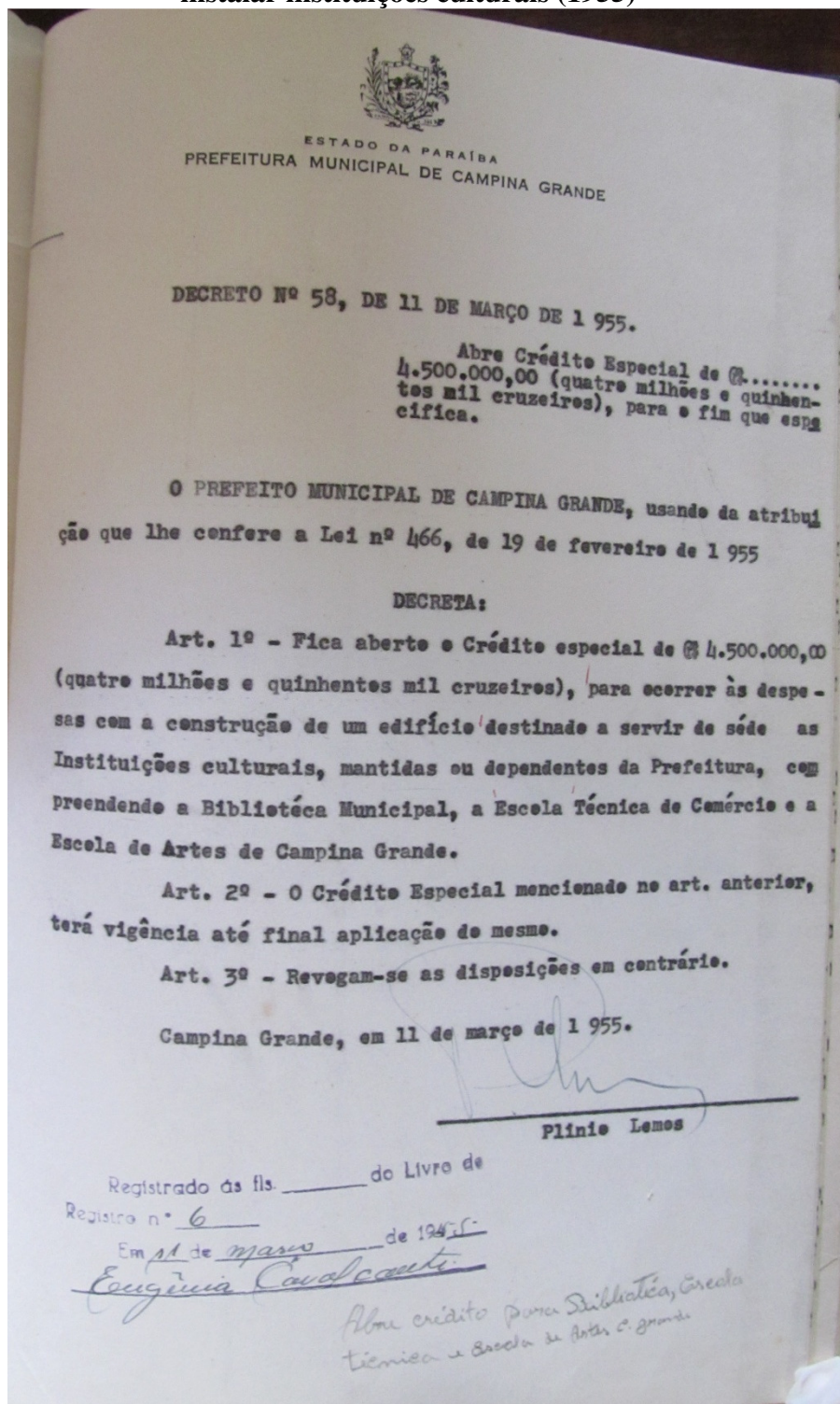
sobre a “criação” de uma biblioteca pública municipal em datas posteriores a 1938. Então, se, por um lado, as lacunas são muitas, por outro os registros encontrados, ainda que escassos e temporalmente irregulares, revelam uma história cheia de incertezas e luta constante para que a biblioteca se mantenha em funcionamento.

Ao longo dos anos, a Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande foi instalada em diferentes locais. Como vimos, no seu primeiro ano, funcionou no mesmo prédio do jornal *A Voz da Borborema*, à R. Afonso Campos. Mas, segundo relatório elaborado em 2004 pela então diretora, Rosineide Régis Alves, ela passou pelos seguintes locais: prédio da Faculdade de Administração (1955), localizada na Rua Getúlio Vargas, onde atualmente funcionam instalações da Casa Brasil/UEPB; porão do Teatro Municipal Severino Cabral (1979-1982); Centro Cultural (1983-1995); prédio do antigo Cinema II (1996-2003), atual Câmara de Vereadores, situada na Av. Santa Clara; e, por fim, no Prédio Anézio Leão, (a partir de julho de 2004 até os dias atuais), na Rua Maciel Pinheiro. Esse prédio que serve de sede para a biblioteca foi inaugurado em 1942 e já foi sede da prefeitura municipal e da câmara dos vereadores (ver Anexo F). : Neste último caso, houve uma permuta: a Câmara foi transferida para o antigo Cinema II, onde a biblioteca funcionava, e esta veio para o prédio da Câmara, bem no centro comercial da cidade. Neste endereço, funcionou até julho/2012, quando foi mais uma vez transferida para que o prédio passasse por uma reforma. Durante esse período, ela funcionou em uma sala do Centro Cultural e, posteriormente, numa sala do antigo Museu de Arte Assis Chateaubriand, onde hoje funciona a Secretaria de Cultura.

Tantas mudanças para instalações em prédios improvisados e inadequados para receber uma biblioteca (como o porão do Teatro Municipal Severino Cabral, por exemplo), sem dúvida, interferiram na qualidade dos serviços prestados e atuaram como fator de deterioração da instituição, não apenas quanto à sua imagem perante a população, como também de seu patrimônio e, neste, principalmente do seu acervo. Como se sabe, as mudanças de instalações das bibliotecas são recorrentes na história dessas instituições no país e é comum a perda de parte do acervo no processo de mudança (seja por danos aos livros ou pelo desconhecimento da localização final dos volumes transportados). Conforme já mencionado anteriormente, assim como ocorreu com outras bibliotecas brasileiras, a Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande nunca contou com prédio próprio, projetado para recebê-la. Em 1955, o prefeito Plínio Lemos assinou um decreto que visava à construção de um prédio para abrigar as

instituições culturais mantidas pelo município, como se pode verificar na Figura 9, abaixo:

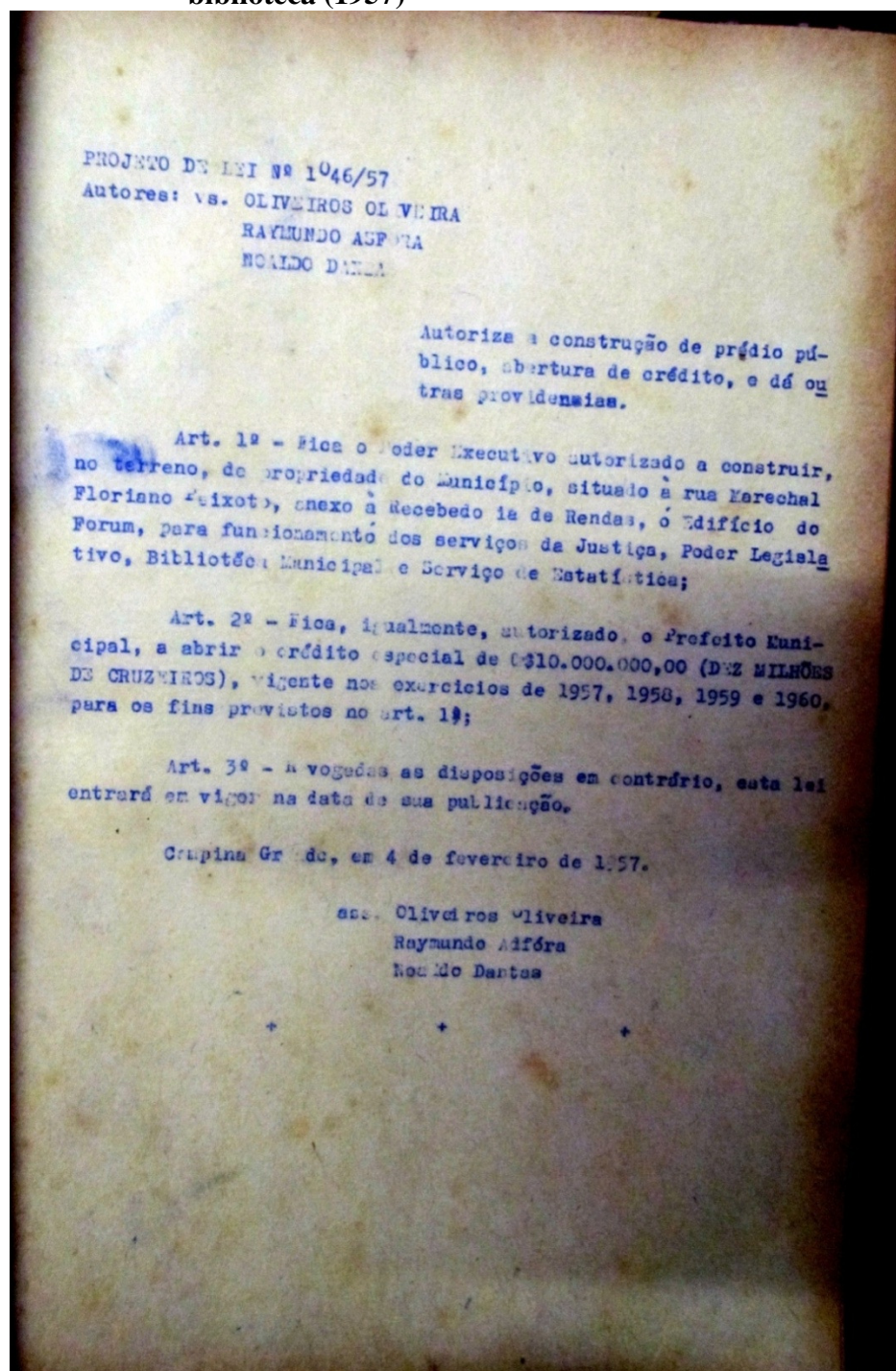
Figura 9 – Decreto Municipal, determinando a construção de prédio para instalar instituições culturais (1955)



Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Campina Grande-PB.

Contudo, não encontramos indícios de que esse prédio tenha sido construído e, principalmente, que a biblioteca tenha sido, em algum momento, instalada em um complexo cultural dessa natureza. No entanto, localizamos nos arquivos da Câmara Municipal, o seguinte projeto de lei, datado de 1957 (dois anos depois):

Figura 10 – Projeto de lei visando à construção de prédio para instalar a biblioteca (1957)



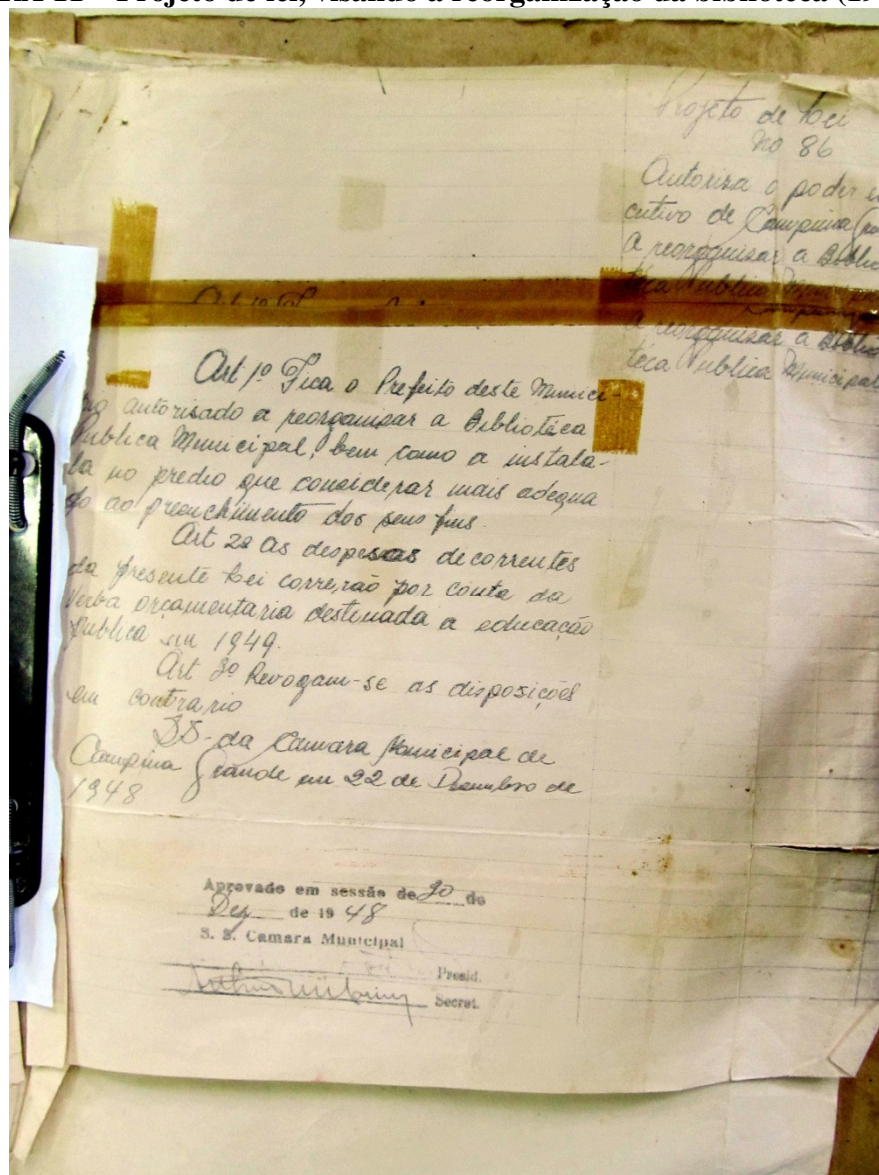
Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Campina Grande-PB.

Esse documento autoriza a abertura de crédito para a construção de um prédio com finalidade semelhante e especifica o local onde esse prédio seria construído, mas também informa que a biblioteca seria instalada nesse local junto a outras instituições que não tinham caráter cultural. Tal documento atesta, portanto, que a biblioteca seguia sem sede própria, dois anos após a assinatura do decreto pelo prefeito Plínio Lemos, que previa a construção de um prédio exclusivo para as instituições culturais do município.

A localização se constituiu ao longo do tempo um problema sério para o funcionamento da biblioteca. Desde os anos 1980 até hoje, a biblioteca já se mudou para três diferentes locais, conforme mencionado anteriormente. Como se vê, há certa instabilidade no funcionamento da instituição, devido às mudanças constantes de endereço. Sem dúvida, isso interfere na frequência dos leitores, tendo em vista que a localização é um fator importante para que o público conheça o espaço e decida visitá-lo.

A descontinuidade a que nos referimos anteriormente também pode ser percebida nos momentos em que esta instituição precisou ser fechada para reforma, ou reorganizada, como atestam alguns documentos, a exemplo do projeto de lei no. 86, de 1948, exposto a seguir:

FIGURA 11 – Projeto de lei, visando à reorganização da biblioteca (1948)



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande (documentos reunidos pela diretora Rosineide Régis Alves)

Outros registros podem ser encontrados em notícias publicadas no *Jornal Evolução*, de 1958, e no *Semanário Oficial*, de 1964. Na primeira notícia, lê-se o seguinte:

Fechada a Biblioteca Municipal

Encontra-se fechada, há alguns meses, a Biblioteca Pública Municipal, sob pretexto de reforma interna. Segundo informações colhidas, somente no próximo ano é que será reaberta ao público. Fazendo eco às reclamações recebidas, apelamos para o Diretor de Educação do Município no sentido de providenciar logo uma solução para o assunto, restaurando aquele importante setor da administração municipal, de vez que o pequeno número de livros de seu patrimônio não justifica, de maneira nenhuma, o seu fechamento por tempo indeterminado, a pretexto de reformas. (*Jornal Evolução*, 07 a 14/10/1958, p. 8)

Não temos informações precisas sobre o local onde a biblioteca funcionava no ano de 1958, mas, como sabemos, houve um período posterior ao ano de 1955 em que ela funcionou no prédio da Faculdade de Administração; então, é provável que em 1958 ela estivesse instalada nesse mesmo local, de onde foi transferida para o porão do Teatro Municipal anos depois (1979). É possível observar nessa notícia a referência ao pequeno número de livros do acervo, fazendo supor que esta seria a justificativa para que a biblioteca fosse fechada para reforma por tempo indeterminado, sem maiores prejuízos à população; ou seja, o redator insinua que o fechamento ocorreu “sob o pretexto de reforma interna”, mas que se prolonga porque o governo municipal acredita que esta instituição não faria falta aos cidadãos, tendo em vista que seu acervo era bastante limitado e provavelmente a instituição já não exercia a contento o seu papel.

Outro momento de fechamento/reabertura é mencionado em publicação do *Semanário Oficial*, de junho de 1964:

Biblioteca “Félix Araújo” será reaberta ao público

Dentro de poucos dias será reaberta ao público a Biblioteca Municipal Félix Araújo, que se encontrava fechada há algumas semanas para reparos indispensáveis.

Todas as suas mesas de leitura foram remodeladas na marcenaria do município e a sala principal foi repintada de modo a tornar mais agradável o ambiente aos que a freqüentam.

A Secretaria de Educação e Cultura está empenhada em criar mais um turno de funcionamento da Biblioteca Municipal à noite, de 19h às 22 horas, para facilitar sua freqüência aos que trabalham ou estudam durante o dia.

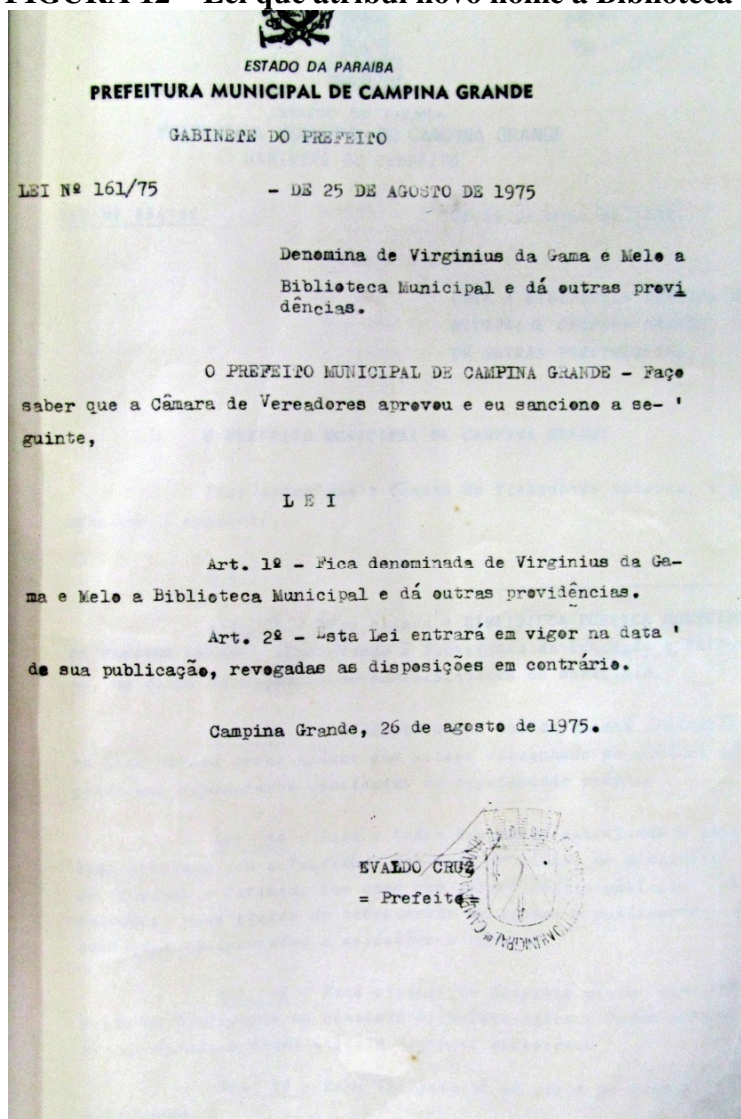
Ainda no intuito de melhor atender ao serviço mais eficiente da Biblioteca, o prefeito João Jerônimo da Costa acaba de autorizar a designação da funcionária Fleuriza Andrade para diretora da casa, o que certamente será recebido como um ato de justiça diante dos relevantes serviços e dedicação daquela servidora do Município na Biblioteca Félix Araújo.

A próxima meta da Secretaria de Educação em relação à biblioteca será a ampliação de seus livros. Aliás o livreiro José Pedrosa há algum tempo pretende iniciar, em acordo com a Secretaria, uma campanha de aquisição de livros para a Biblioteca Municipal através de doações de amigos de Campina Grande e amigos da juventude estudiosa de nossa cidade. (*Semanário Oficial*, 06/06/1964)

Como vimos, as reformas estruturais, na parte física da biblioteca, vez por outra eram alvo de investimento do governo municipal; contudo, a biblioteca ainda permanecia sem um prédio próprio, o que fazia com que essas reformas fossem sempre destinadas a pequenos reparos (como remodelamento de cadeiras e pinturas das paredes), e não chegassem a atingir o acervo através da aquisição regular de livros. Esse interesse é mencionado ao final da notícia do *Semanário*, mas note-se que, embora seja

mencionado o interesse na aquisição de livros, a ênfase maior recai sobre a iniciativa do livreiro José Pedrosa em iniciar campanha para doação. Não é uma realidade muito diferente do que constatamos atualmente, quando a biblioteca encontra-se fechada desde julho/2012, para reforma total no Edifício Anésio Leão, mas cujas obras só começaram de fato em agosto/2013.

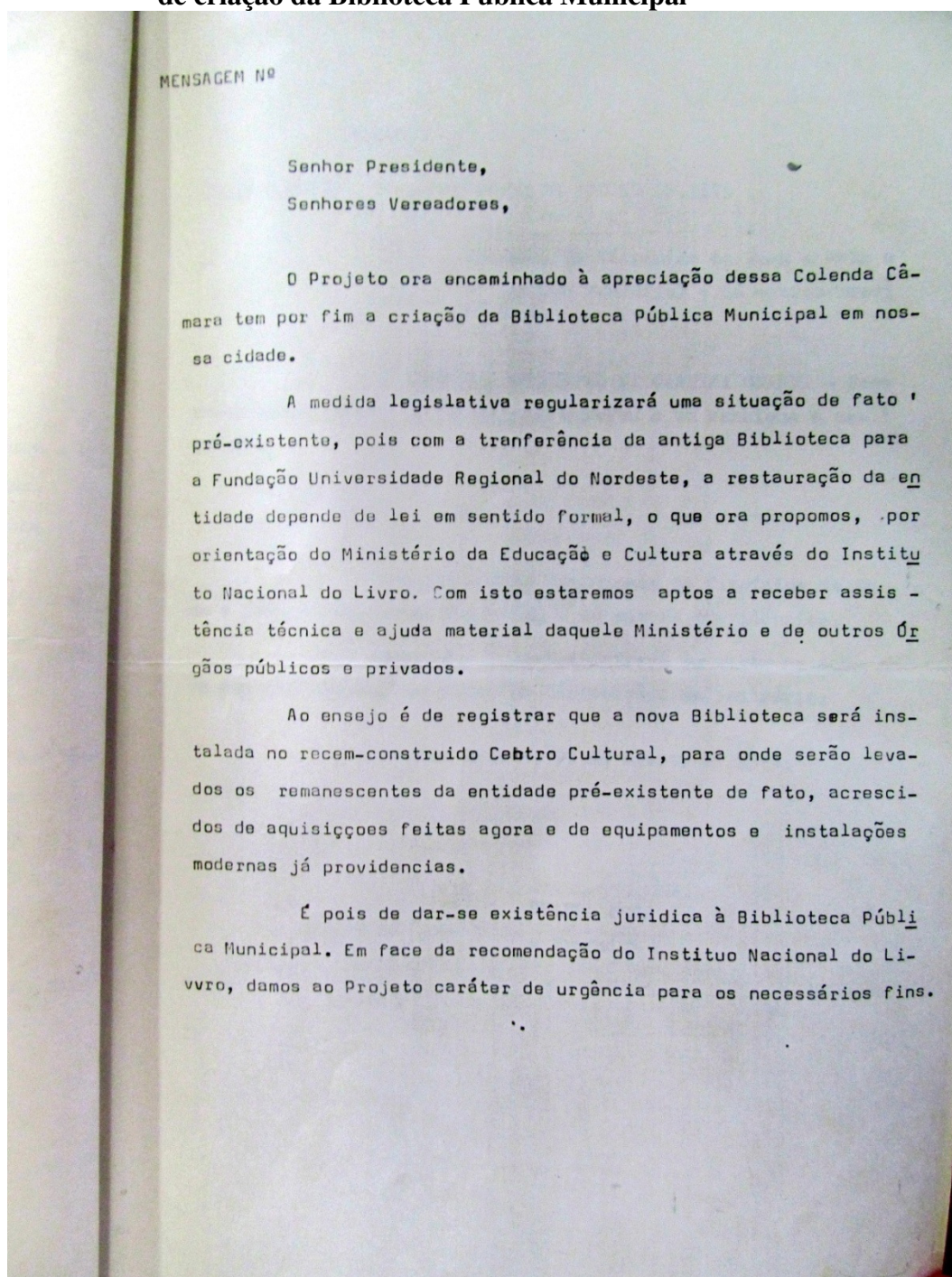
Além dos fechamentos, reaberturas, reorganizações, mudanças de endereço e recriações, há ainda as mudanças de nome: ela foi fundada como Biblioteca Pública Municipal, mas ao longo do tempo foi tendo seu nome alterado, conforme o interesse de cada administração. Como é possível observar nos documentos já citados até aqui, ela recebeu o nome de Biblioteca Municipal Félix Araújo (provavelmente como parte das homenagens póstumas a este homem público, que foi assassinado em 1953), mas passa a se chamar, Virgínius da Gama e Melo em 1975, como comprova o decreto abaixo (ver Figura 12), assinado pelo prefeito Evaldo Cruz. Segundo informações obtidas através de funcionárias da biblioteca, ao reorganizar esta instituição e instalá-la no prédio do Cinema II, em 1996, o então prefeito Félix Araújo Filho retomou o nome que homenageava seu pai, Félix de Souza Araújo, nome que permanece até os dias atuais. Devido a essas diferentes fases, com nomes diferentes, optamos sempre por nos referirmos a esta instituição nesta pesquisa como Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande.

FIGURA 12 – Lei que atribui novo nome à Biblioteca (1975)

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande (documentos reunidos pela diretora Rosineide Régis Alves)

Um dado que chama a atenção na Figura 13, a seguir, é a referência ao fato de que o acervo da Biblioteca Pública Municipal tenha sido incorporado à FURNE. Essa incorporação se configurou como um momento de ostracismo daquela biblioteca, a tal ponto de ser necessária uma lei “criando-a” novamente, a fim de dar existência jurídica a ela. Ou seja, é como se a biblioteca, naquele momento, tivesse deixado de existir oficialmente. Essa Mensagem é prontamente atendida pelo prefeito Enivaldo Ribeiro, que, em 05 de maio de 1982, assina a Lei No. 836/82, criando novamente a Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande (ver Anexo A).

FIGURA 13 – Mensagem à Câmara de Vereadores, apresentando o projeto de criação da Biblioteca Pública Municipal



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande (documentos reunidos pela diretora Rosineide Régis Alves)

É importante retomar todos esses fatos porque eles revelam a integração da biblioteca na vida cultural do município: tamanhas descontinuidade e instabilidade apontam para o descompasso entre o gesto simbólico de sua fundação e o ato político de manutenção: assim como ocorreu na história de outras bibliotecas brasileiras, essas duas decisões nem sempre são correspondentes. Enquanto a fundação é sempre festejada e

seu caráter simbólico de desenvolvimento cultural é celebrado, o entusiasmo inicial tende a não se converter em investimento dos governos para que a instituição atinja seus objetivos a contento.

Assim, vemos as bibliotecas (incluindo aí a Biblioteca em estudo) se transformarem, em alguns casos, de promissoras instituições culturais e educativas, em depósitos inúteis de livros “velhos e empoeirados”, espaços nos quais o cidadão não se sente convidado a entrar e com o qual não conta para a sua formação. Na própria história destes espaços, vemos, portanto, fases em que a visão depreciativa e a idealizada se alternam e por vezes se mesclam, numa luta constante das bibliotecas para sobreviverem, a despeito das decisões (ou da falta delas) a seu respeito. Não é de estranhar, portanto, a quase invisibilidade da biblioteca como instituição cultural na cidade, o que se mostra, por exemplo, na ausência desta no livro *Paraíba – Memória Cultural*, de Pereira (2011), sobre o patrimônio histórico paraibano desde o início da história da Paraíba, no século XVI, até os dias atuais. Embora o livro seja bastante amplo e recupere informações de diversas áreas da cultura paraibana, a Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande sequer é mencionada. Sem dúvida, essa ausência é bastante representativa do *status* desse espaço de leitura no contexto cultural do Estado e do município.

2. OS LEITORES DE BIBLIOTECA E SUAS PRÁTICAS

Leitor, é hora de sua agitada navegação encontrar um ancoradouro. Que porto pode acolhê-lo com maior segurança que uma grande biblioteca? Certamente haverá uma na cidade da qual partiu e à qual retorna depois de uma volta ao mundo de um livro a outro. Resta-lhe ainda uma esperança, a de que os dez romances que se volatilizaram entre suas mãos, assim que empreendeu a leitura, se encontrem nessa biblioteca.

Ítalo Calvino, *Se um viajante numa noite de inverno*.

No capítulo anterior, recuperamos parte da história Biblioteca Municipal de Campina Grande, mais especificamente o seu primeiro ano de existência. Além disso, discutimos a forma como as bibliotecas públicas foram e vêm sendo vistas/avaliadas, em diferentes momentos e lugares, e apresentamos alguns indícios que nos ajudam a compreender como as visões *idealizada* e *depreciativa* sobre elas se constituíram ao longo do tempo, a partir dos usos e da forma como elas se inserem na sociedade a cada momento e lugar. No capítulo 1, muito pouco se falou sobre os leitores de bibliotecas: sobre quem são eles e quais suas práticas.

Neste segundo capítulo, dedicar-nos-emos a tentar recuperar um pouco dessa relação entre os leitores e as bibliotecas, já que temos nada mais que vestígios e referências indiretas a *quem* são esses leitores e *o que* fazem no interior das bibliotecas ou em função delas. Para tanto, ele foi dividido em três momentos: um primeiro, no qual se explicita a noção de leitura enquanto *prática*; um segundo, dedicado a discutir as relações entre os espaços e a leitura, bem como as práticas do leitor nas bibliotecas públicas, principalmente na biblioteca em estudo; e um terceiro, no qual são analisadas notícias sobre a Biblioteca de Campina Grande, publicadas em jornais locais no início da década de 1950, a fim de discutir se a ausência de leitores nas bibliotecas, que aparece associada ao discurso da falta de leitura no Brasil²⁴, também é atribuída (enquanto discurso) à biblioteca em estudo.

2.1. História da leitura como *prática*: delimitando conceitos

Para dar continuidade à nossa discussão, é necessário antes retomar a noção de *práticas de leitura*, mencionada já na introdução. A leitura passou a ser estudada dentro do conjunto das práticas culturais, a partir dos trabalhos desenvolvidos por

²⁴ Ver, a esse respeito, Abreu (2001) e Lajolo e Zilberman (2009).

pesquisadores ligados à terceira geração²⁵ do movimento francês denominado *Escola dos Annales*, associado à publicação da revista de história *Annales* – criada em 1929, por Lucien Febvre e March Bloch, os quais foram seguidos por Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff, Pierre Bordieu, Michel de Certeau, Roger Chartier, entre outros. Esse movimento tinha como pressuposto fundamental uma mudança de foco dos estudos históricos, pois defendia que a atenção deveria se voltar para a história do homem comum e não apenas para a grande história (dos grandes acontecimentos e personalidades). Ele propunha

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas da história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, e tantas outras. (BURKE, 2010, p. 12)

Tornaram-se interesse dos historiadores, então, fatos não necessariamente relacionados à política e que antes passavam despercebidos, como a história das práticas religiosas, da família e da moralidade, a partir do ponto de vista dos usos do homem comum. Segundo Burke (2010, p. 143),

[...] a mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade [...].

Dentro desse contexto, um grupo de pesquisadores, entre os quais destaca-se Roger Chartier, dedica-se a estudar as leituras do homem comum, investigadas enquanto práticas culturais, ou seja, as pesquisas empreendidas por eles observam *quem lê, o que lê, como e por quê*. Além disso, nesses estudos, o modo de empreender as investigações “[...] opôs-se à abstração operada naqueles trabalhos [anteriores], entendendo que os suportes nos quais eles se fazem ler, ouvir ou ver tomam parte na construção do sentido” (ABREU, 2003, p. 8-9).

Ao se voltar para os leitores comuns, esses estudos começaram a registrar uma multiplicidade de práticas de leitura nos mais diferentes grupos sociais e a perceber que

²⁵ Esta divisão do movimento dos *Annales* em gerações é proposta por Burke (2010).

a leitura só pode ser compreendida/descrita em sua relação com diversos fatores: sociais, históricos, econômicos e culturais. Tais fatores determinam, a cada época e lugar, as leituras legítimas e o modo correto de realizá-las, assim como, por consequência, as leituras ilegítimas e o modo escolhido pelos leitores para burlar esse controle, nem sempre visível.

No capítulo anterior, algumas dessas práticas foram mencionadas: a leitura monástica; a leitura intensiva e a extensiva; a leitura oral e a silenciosa; a leitura religiosa e a laica; leitura de livros, mas também de periódicos, folhetos, etc. Como foi possível perceber, elas foram sendo modificadas ao longo do tempo, sendo registrados períodos em que práticas diferentes permaneciam sendo utilizadas simultaneamente e algumas vezes por grupos sociais diferentes. Em outras palavras, as “mesmas” leituras (uma mesma obra, por exemplo) podiam ser objeto de apropriação por diferentes leitores e submetidas a práticas distintas.

Dentre as correntes de estudo que procuram traçar o percurso do livro e dos impressos desde o momento de sua produção até a sua apropriação pelo leitor, encontra-se a linha de estudos denominada História da Leitura, na qual esta pesquisa se insere. Na tentativa de compreender *quem lê, o quê, em que épocas, onde, como e por quê*, os teóricos dessa área escolheram caminhos distintos, mas todos pautados nas mesmas constatações, como aponta Darnton (2010a):

- a) a leitura tem uma história;
- b) ela não foi sempre a mesma em todos os lugares e tempos;
- c) ela revela as relações entre saber e poder; e
- d) é resultado de um complexo de fatores (sociais, econômicos, políticos, etc.) que exigem seu estudo a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

Diante dessas constatações e da certeza de que, como afirma Darnton (2010a, p. 124), o campo de estudos sobre a história da leitura se tornou “Tão rico, de fato, que agora, mais do que um campo, parece uma exuberante floresta tropical. O explorador mal consegue atravessá-la [...]”, uma pergunta se impõe: como recuperar essa história?

Segundo Chartier (1999a), essa história foi contada a partir de três diferentes polos, relativos à delimitação do objeto a ser estudado, dentre as inúmeras possibilidades abertas pela pergunta acima:

[...] de um lado, a *análise dos textos*, sejam eles canônicos ou profanos, decifrados nas suas estruturas, nos seus objetivos, nas suas pretensões; de outro lado, a *história do livro*, além de todos os objetos e de todas as formas que toma o escrito; finalmente, o *estudo de práticas* que se apossam de maneira diversa desses objetos ou de suas formas, produzindo usos e significações diferenciados. [...] (CHARTIER, 1999a, p. 12, *grifos nossos*)

O terceiro pólo, entre os reconhecidos por Chartier (1999a), refere-se à história da leitura a partir das diferentes maneiras com que cada grupo de leitores realiza/atualiza esta prática, considerando as determinações sobre o que pode ser lido, por quem e como em cada grupo social ou período do tempo. Nesse caso, a leitura será estudada a partir de sua relação com os dispositivos de interpretação que se interpõem entre o texto e o leitor. Tais dispositivos são definidos socialmente e variam de acordo com as funções e valores que cada grupo atribui à leitura.

Por essa razão, “[...] uma história das maneiras de ler deve identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leitura” (CHARTIER, 1999a, p. 13). A leitura religiosa, por exemplo, foi considerada, durante muito tempo, apenas uma prática de recitação de um texto já conhecido e não era permitido ao leitor construir uma interpretação individual, pois, tendo em vista o caráter sagrado dos textos, a interpretação autorizada era feita pela Igreja e qualquer visão diferente poderia ser compreendida como heresia. Essa afirmação é verdadeira principalmente se considerarmos, entre outros lugares e momentos, a Europa na Idade Média, mas, talvez, para os leitores atuais ela já não se aplique em sua totalidade, ou se aplique a alguns grupos religiosos e a outros não. No entanto, ainda podemos encontrar resquícios desta prática no ritual da missa, nas igrejas católicas: *a palavra* é lida sempre em voz alta, com respeito e reverência, por um representante dos fiéis, mas cabe apenas ao pároco (ou outra autoridade religiosa presente) fazer a interpretação do texto lido para a assembleia. Aos fiéis, neste momento ritualístico, não é dado nem o direito de comentar o texto bíblico, nem o de encontrar-se com ele numa leitura silenciosa – a leitura é sempre em grupo, oralizada e interpretada por outro que detém a autoridade para tanto. Evidentemente, esses mesmos “leitores” que se encontram nas igrejas para esta prática, ao saírem de lá e participarem de outros grupos, poderão ter suas maneiras de ler também modificadas, em função de outros dispositivos que lhes serão apresentados.

Portanto, a leitura, nesta última perspectiva, é abordada procurando-se identificar “[...] as normas e as convenções de leitura que definem, para cada comunidade de

leitores, os usos legítimos do livro, as maneiras de ler, os instrumentos e procedimentos da interpretação. [...]” (CHARTIER, 1999a, p. 13).

A partir das pesquisas realizadas nesta linha de estudos, foi possível chegar a conclusões importantes sobre a história das práticas de leitura e sobre sua relação com as injunções sociais, econômicas e políticas que envolvem o acesso à cultura escrita em diferentes épocas.

Chartier (1999a) recupera os passos já dados na história da leitura, organizando-os a partir das diferentes delimitações que os teóricos fizeram quanto a seu *objeto* de estudo dentro desse campo tão vasto. Darnton (2010a) também recupera esses passos, mas organiza a sua exposição sobre a história da leitura a partir dos *métodos* utilizados pelos historiadores na apreensão do objeto. Segundo este autor, os estudos nessa área se dividem em dois tipos: macroanalíticos e microanalíticos.

O primeiro tipo de estudos é de base quantitativa e procura, a partir da análise baseada em números e estatísticas sobre a circulação de impressos, descrever *o quê* se lia. Nessa linha, há trabalhos que analisam os catálogos das feiras de livros, como a de Frankfurt, os registros dos direitos do livro, o *dépôt légal*, o desenvolvimento do mercado livreiro (o que inclui o estudo dos títulos publicados e do volume das vendas de livros), a posse de livros através da análise dos inventários póstumos e da listagem de títulos das bibliotecas particulares, entre outros aspectos.

Contudo, apesar de a macroanálise ter contribuído significativamente para a compreensão de parte da história da leitura e ter permitido o levantamento de outras questões a partir dos dados descobertos, ela apresenta algumas limitações. Para Darnton (2010a), as principais delas são o risco das generalizações e as distorções causadas pela vagueza das categorias utilizadas como critério para agrupamento dos dados. Para Chartier (1999a), o problema está na definição prévia de categorias sociais para analisar a produção/circulação de objetos culturais, como se, após realizado o recorte do universo social a ser investigado, fosse possível fazer afirmações categóricas sobre as práticas de um grupo, como, por exemplo, a *elite* e o *povo*. Na verdade, *elite* e *povo* são categorias bastante heterogêneas e podem ser redimensionadas e divididas em outras categorias, a partir de diferentes critérios, importantes para a compreensão da relação com a escrita e a leitura: por exemplo, a participação em grupos religiosos, ou em grupos comunitários, além das diferenças entre sexo e faixa etária. O estudo desses e de outros inúmeros fatores, sem dúvida, alteraria os resultados encontrados para o que antes era abordado apenas a partir da definição de uma única categoria.

Além disso, ao se ocupar dos inventários póstumos, por exemplo, a macroanálise construía uma definição de leitura e de leitor a partir do critério “posse de livros”, procurando observar quantos títulos e a que classe social pertenciam os seus donos. Contudo, este leitor representado no inventário (assim como outros que sequer tinham seus bens inventariados) podia não ler as obras às quais estava exposto ou ainda ter acesso a diversas outras formas de leitura e a outros suportes da escrita em seu cotidiano que não podiam ser apreendidos por esse tipo de documento, o que o torna o inventário, portanto, uma fonte importante, mas parcial, sobre a história de leitura desse indivíduo e mais ainda de sua classe.

O segundo tipo de estudos, a microanálise, tenta suprir as lacunas do método quantitativo, ao procurar observar esses desdobramentos das práticas de leitura que a outra perspectiva acabava por não se ocupar em explicar. Àquele conjunto de fontes documentais, outras se juntaram: a movimentação de empréstimos de livros em bibliotecas públicas; a constituição do acervo destas instituições; a observação das práticas de leitura nesses e em outros espaços, públicos ou privados etc. Passou a ser relevante observar não apenas como cada grupo social concebia e realizava a leitura, mas também como um “mesmo” texto poderia ter diferentes formas de apropriação, poderia ser lido diferentemente, a depender da época, dos leitores e das injunções aos quais estes estavam submetidos ao interpretarem este texto (CHARTIER, 1999a). Essa mudança de ponto de vista tornou possível, por exemplo, esclarecer alguns equívocos.

Mornet [...] comprovou que o estudo dos catálogos das bibliotecas poderia gerar conclusões que questionavam alguns lugares-comuns da história literária. [...] As bibliotecas estavam cheias de obras de autores que foram completamente esquecidos, e não dava nenhuma base para vincular determinados tipos de literatura (a obra dos filósofos, por exemplo) a determinadas classes de leitores (a burguesia). (DARNTON, 2010a, p. 176)

Essa relação unívoca entre estratificação social e a distribuição e circulação de bens culturais entre os grupos resultantes dessa divisão em classes é herdeira de uma tradição de estudos da sociologia histórica da cultura (CHARTIER, 1996), que tendiam a correlacionar a produção e circulação de certos bens culturais como próprias e exclusivas de certos grupos sociais. Assim, segundo estes estudos, as leituras eruditas estariam relacionadas a grupos sociais de elite, e, contrariamente, as leituras tidas como populares seriam próprias apenas de leitores das camadas mais pobres da população. Contudo,

A circulação dos mesmos objetos impressos, de um grupo social a outro, é, sem dúvida, mais fluida do que sugeria uma divisão sócio-cultural muito rígida, que fazia da literatura apenas uma leitura das elites e dos livros ambulantes apenas a dos camponeses. De fato, hoje estão bem atestados tanto o manuseio de textos eruditos por leitores que não o são, quanto a circulação, nem exclusiva nem mesmo majoritariamente popular, dos impressos de grande difusão. (CHARTIER, 1996, p. 79)

Para fugir a esse impasse e evitar conclusões precipitadas sobre a história da leitura, o autor sugere que à observação sobre a presença dos livros nos diferentes grupos sociais seja acrescentado o estudo sobre as diferentes maneiras de apropriação dos livros e demais impressos no interior de cada grupo social, a fim de registrar os contrastes e contradições nas maneiras de ler, contrastes estes frutos das relações particulares que cada grupo mantém com a leitura enquanto prática.

Para Darnton (2010a), uma história da leitura que se pretenda coerente e justa em relação à complexidade do tema precisa considerar os diferentes elementos/sujeitos envolvidos na produção/circulação do livro, e as diversas formas de articulação entre esses elementos, quais sejam: autores, editores, gráficos, fornecedores, distribuidores, livreiros, leitores, entre outros. Nesta pesquisa, dedicar-nos-emos ao estudo de apenas alguns dos elos entre esses elementos que compõem o ciclo do livro, a saber: os leitores, as bibliotecas e as práticas de leitura, articulados com os fatores que ocupam o centro do diagrama proposto por Darnton (2010a): as influências intelectuais, a conjuntura econômica e social e as sanções políticas e legais.

Ao se inserir nesta linha de estudos, portanto, a presente pesquisa aborda a leitura a partir do complexo de fatores envolvidos na sua compreensão enquanto prática cultural (portanto, social, histórica, ideológica), procurando valer-se das contribuições que os métodos *quantitativo* e *qualitativo* podem dar para a abordagem desta temática. Se, como sugere Certeau (1994), o leitor é um caçador em terras alheias, cabe-nos observar seus procedimentos de caça e os movimentos utilizados por ele para capturar a sua presa. No caso específico desta pesquisa, como esse leitor/caçador atua no espaço da biblioteca? Quais suas práticas e táticas de “captura” e como estas contribuíam para definir *o que é* ser um leitor de biblioteca em cada momento? É o que discutiremos nos próximos itens.

2.2. Espaços da leitura e seus visitantes: o temido leitor e suas práticas moventes

No interior dos mosteiros, nos gabinetes, nas bibliotecas particulares, nos banhos públicos, na intimidade do quarto, ao ar livre, em praças públicas, em pontos de ônibus, dentro dos meios de transporte, em cafés ou consultórios... A leitura tem sido uma atividade realizada nos mais diferentes espaços e, em certa medida, as mudanças nos suportes da escrita podem ser consideradas com um dos fatores que contribuíram para essa diversidade, pois quanto mais portáteis os objetos de leitura, maior a liberdade do leitor para decidir *onde* ler. Dos rolos de papiro e pergaminho – que sequer permitiam que o leitor transportasse consigo uma obra completa (ao menos não sem algum transtorno) tendo em vista que ela poderia ocupar vários rolos –, passando pelos pesados volumes *in-quarto*, comuns na Idade Média, e pelos formatos de livros de bolso editados em diferentes momentos, até chegarmos aos dias atuais (com seus e-books, possíveis de serem lidos nos mais diversos suportes, como netbooks, tablets, celulares, etc.), o movimento foi crescente em direção à facilidade no transporte e no acesso às leituras, para, cada vez mais, garantir que se possa ler em qualquer lugar, a qualquer momento.

Na Europa dos séculos XVII e XVIII, pressupunha-se que os livros deveriam ser lidos no interior de uma biblioteca pública ou particular. No século seguinte, os editores publicavam livros que se destinavam a ser levados para fora, livros feitos especialmente para viajar. Na Inglaterra, a nova burguesia desocupada e a expansão das ferrovias combinaram-se para criar um súbito anseio por viagens longas, e os viajantes letrados descobriram que precisavam de material de leitura com conteúdo e tamanho específicos. (MANGUEL, 1999, p. 166-167)

Então, a própria mudança de hábitos concorre, junto ao desenvolvimento das tecnologias, para que haja uma mudança também nos suportes da escrita, a fim de suprir as necessidades dos leitores impostas por novas situações do seu cotidiano.

Evidentemente, a escolha do lugar da leitura não está a cargo exclusivo da vontade do leitor e nem depende apenas do suporte. Numa instância mais ampla, a própria concepção de leitura e de leitor, e do que se acredita ser a sua função, também determina o *onde* da leitura. Manguel (1999), por exemplo, ao mesmo tempo em que afirma que a cama é um dos lugares onde gosta de ler, reconhece que “nem todos os livros eram adequados para ler na cama” (p. 177). Como as leituras que ele realizava na

cama tinham o objetivo de garantir-lhe um sono tranquilo, acreditava que os romances policiais e contos do sobrenatural eram os mais indicados.

Assim, de certa forma, livros e lugares de leitura podem selecionar-se mutuamente; e não apenas porque cada suporte exige um gesto de leitura, um engajamento do corpo que orienta o lugar ideal para realizá-lo, mas porque o conteúdo também pode determinar onde o livro pode/deve ser lido. Se pensarmos, por exemplo, nas leituras proibidas em um dado momento, ou naquelas consideradas ilegítimas por diversas razões, é fácil imaginar que elas não serão lidas abertamente em locais públicos sem que esta atitude seja vista como uma transgressão, e o leitor, na melhor das hipóteses, como um ignorante, inculto, ingênuo ou irreverente.

Há, portanto, leituras que, por ajudarem a construir uma imagem positiva de quem as lê, tendem a ser escolhidas para serem lidas em locais públicos, nos quais os leitores sabem que serão vistos realizando-as e, por isso, serão avaliados positivamente ao se deixarem ser vistos durante esta prática. Por outro lado, há leituras que não são assumidas publicamente por seus leitores, não são mencionadas por eles nem lidas diante de outras pessoas, a fim de evitar que recaia sobre si a avaliação negativa que aquela obra traz consigo.

Em suma, o espaço/lugar da leitura é determinado pela forma do objeto a ser lido, pelo conteúdo e também pela representação social que determinado grupo constrói em torno das obras: a depender disso, haverá livros para serem lidos em locais públicos e outros que se restringirão à intimidade dos locais privados. Afinal,

Quer escolhamos primeiro o livro e depois o cantinho apropriado, quer encontremos o canto e depois decidamos qual o livro adequado ao clima do lugar, não há dúvida de que o ato de ler no tempo requer um correspondente ato de ler no espaço, e a relação entre os dois atos é inextrincável. (MANGUEL, 1999, p. 177-178)

É preciso considerar, ainda, que há uma relação, embora nem sempre clara, entre as leituras e os espaços/lugares onde elas são disponibilizadas, o que significa haver uma suposição de que aquelas obras são destinadas àqueles leitores que frequentam aquele ambiente específico. Não deixam de ser curiosos, por exemplo, os materiais de leitura expostos em salas de espera de consultórios médicos, em salões de beleza, cafés, bem como aquelas disponíveis para venda em gôndolas de supermercados, junto a outros produtos, semelhantemente ao que ocorria nas boticas do século XIX.

Nessa reflexão sobre os espaços da leitura, caberia também perguntarmo-nos: há leituras que tendem a ser realizadas apenas em lugares determinados para aquele tipo de leitura? Possivelmente poderíamos encontrar ao longo do tempo exemplos de leituras relacionadas a espaços específicos. Numa referência mais antiga, há os antifonários, missais e corais produzidos por volta do século V pela Igreja Católica, cujo tamanho extravagante permitia o cumprimento de sua função nas missas, mas também impedia que fossem transportados com facilidade:

[...] expostos sobre um atril no meio do coro, permitiam que os leitores seguissem as palavras ou notas musicais sem nenhuma dificuldade, como se estivessem lendo uma inscrição monumental. [...] Alguns desses livros eram tão imensos que tinham de ser postos sobre rodinhas para que pudessem ser movidos. No entanto, muito raramente saíam do lugar. Decorados com latão ou marfim, protegidos com cantos de metal, fechados por fivelas gigantescas, eram livros para serem lidos comunalmente à distância, desautorizando qualquer leitura íntima ou sentimento de posse individual. (MANGUEL, 1999, p. 155)

Assim, não apenas pelo seu volume e peso, mas principalmente devido à sua função, não havia interesse ou necessidade de retirá-los para locais distintos, pois traziam um conteúdo para ser lido em comunhão com outras pessoas, numa situação específica (durante uma celebração) e diante das autoridades religiosas instituídas.

Mais recentemente, com a multiplicação dos objetos de leitura e a diversidade de seus formatos e funções, também podemos encontrar exemplos de leituras estritamente relacionados ao lugar onde se lê. Atualmente, os pesados antifonários e missais foram substituídos por folhetos distribuídos antes das missas nas igrejas e devolvidos ao final; os programas de espetáculos, por sua função de guia da apresentação, também costumam ser utilizados durante esse momento nos locais onde se realiza o evento, sendo muitas vezes esquecidos ou abandonados pelo público neste mesmo local, tão logo o espetáculo termine; há também as leituras relacionadas às profissões, que costumam ser, predominantemente e a depender de cada profissão, realizadas no ambiente de trabalho, entre outros exemplos. Em todas essas situações e em muitas outras, é possível que essas leituras sejam levadas a outros locais, o que romperia essa relação entre *o que* se lê e *onde* se lê; contudo, majoritariamente, elas costumam seguir os limites impostos pela sua utilização em um determinado espaço, no qual sua existência faz sentido.

Contudo, se há um espaço destinado por excelência à leitura, este é, sem dúvida, a biblioteca, seja ela pública ou particular. Embora os livros em uma biblioteca possam

estar ali reunidos com o propósito principal de serem guardados e não necessariamente para que sejam, de fato, lidos, apenas a reunião de tantos objetos de leitura (e aí não apenas o livro) em um único lugar, já o transforma potencialmente em um lugar para ler, é um convite a que se leia. No entanto, muitos são os leitores e diversas são as suas práticas; ler na biblioteca não é o único modo encontrado por eles para se relacionar com ela, nem com a leitura através dela. É sobre essas práticas que passaremos a discutir no próximo item.

2.2.1. Ser leitor de biblioteca: traçando movimentos neste espaço

Uma vez entendida a noção de leitura enquanto *prática* e discutida a possível relação entre a leitura e o *onde* ler, precisamos agora nos voltar para as práticas realizadas no espaço das bibliotecas públicas. Considerando toda a diversidade de espaços, bem como a maior liberdade de escolha do leitor a respeito de *onde* ler, o que significa ser um leitor de biblioteca pública e como este lida com essa instituição? Discutiremos neste item, entre outros aspectos, quem é esse leitor; o que procura numa biblioteca; como usa este espaço; e por que busca a biblioteca, entre tantas outras fontes disponíveis – especialmente na atualidade²⁶.

Sem dúvida, a expressão *leitor de biblioteca* não teve sempre o mesmo sentido nos diferentes lugares e contextos. Ser leitor na biblioteca de Alexandria, ou nas bibliotecas dos mosteiros, nas bibliotecas reais europeias ou ainda nas primeiras bibliotecas públicas brasileiras não é o mesmo que ser leitor de uma biblioteca pública hoje. *Quem* poderia frequentá-las e suas *motivações* para fazê-lo, bem como as *leituras* e os *modos* de realizá-las, são alguns dos aspectos dessa diferenciação.

Segundo Jacob (2008, p. 54), os leitores da biblioteca de Alexandria eram “profissionais do saber e da pena” e suas práticas se orientavam tanto por essa condição erudita quanto pelos suportes da escrita disponíveis naquele momento. Devido a esse perfil dos leitores, as práticas em Alexandria estavam relacionadas à erudição e eram indissociáveis da escrita: ler para escrever, esta era, segundo Jacob (2008), a função da leitura nessa biblioteca. Associada à escrita, a leitura tinha, então, por finalidades: a *cópia*, para garantir a manutenção e ampliação do acervo desta que almejava ser a maior e mais completa biblioteca da antiguidade; o *cotejo* de obras e, num primeiro momento,

²⁶ Perguntas dessa natureza motivarão a nossa discussão no capítulo 4, sobre a relação do leitor com a Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB.

sua *correção*, prática substituída posteriormente pela elaboração de obras paralelas, denominadas *comentários*.

A multiplicação dos livros, os problemas de atribuição e autenticidade, a proliferação das variantes na ausência de qualquer norma de estabelecimento e de reprodução dos textos explicam a emergência das técnicas da edição filológica, uma das atividades essenciais da erudição alexandrina. (JACOB, 2008, p. 61)

O desejo de acumulação dos livros e de posse do mais rico e volumoso acervo estimulou, inicialmente, a prática da cópia de obras, conforme já assinalamos. Contudo, essa multiplicação de livros trouxe consigo problemas que geraram a necessidade de outra prática: a da edição filológica. Com o tempo, essa edição serviu cada vez mais como guia para a leitura das obras, uma vez que ela passou a não interferir no texto, corrigindo-o, mas interferia na leitura ao estabelecer um conjunto de marcas às margens do texto para assinalar um trecho como problemático ou como merecedor de discussão em uma obra autônoma – os comentários produzidos por esses leitores profissionais de Alexandria. Para a produção dessas marcas eram utilizados diversos símbolos – tais como asteriscos, sigma, antesigma, entre outros – que indicavam a repetição de linhas, a ocorrência de versos que se encontravam deslocados de seu lugar original, a discordância, ou destacavam uma curiosidade ou um enigma a ser estudado (JACOB, 2008). Portanto, a edição, neste caso, não correspondia à redação de um novo texto, inserindo modificações no original, mas servia de diálogo entre aquele que realizava a edição e o leitor, este também um erudito conhecedor do assunto.

Com Aristarco, a crítica textual alexandrina não altera o texto, mas o cerca com uma franja de signos que o balizam, modalizando-o, e sugerem deslocamentos, supressões ou comentários. Trata-se de uma estrita economia gráfica, regida por um sistema de pictogramas que cada editor podia adaptar e personalizar. [...] O rolo de papiro assim marcado por signos marginais sobrepunha o traço visível de uma leitura, ou mesmo de leituras múltiplas, reiteradas e recorrentes, à linearidade do texto [...]. A decisão final – incorporar ou excluir um verso, deslocá-lo no corpo do texto – cabia ao leitor, que podia ou não aceitar a proposta do editor. Esse leitor era, ele próprio, um profissional da filologia homérica, ou mesmo um editor potencial e não o “grande público”, nem mesmo o público letrado que, como testemunham os papiros contemporâneos, ainda lia Homero através das formas pré-alexandrinas de seu texto. (JACOB, 2008, p. 63)

Além das decisões sobre aceitar ou não as indicações do editor, o leitor também se deparava com a necessidade de recorrer à consulta dos comentários produzidos sobre a obra, estes registrados em outros escritos devido à falta de espaço suficiente nas

margens. Essa prática sugere a leitura simultânea de pelo menos dois rolos de papiro e o cruzamento de diferentes conhecimentos: o do texto original, das marcas do editor, dos comentários produzidos em torno da obra e também da longa tradição oral acumulada na memória desse leitor erudito que buscava a biblioteca. Evidentemente, é preciso considerar a dificuldade no manuseio desses objetos de leitura, ampliada pela prática de associar leitura e escrita e de fazer anotações.

Em suma, conforme já comentamos em vários momentos deste trabalho, os leitores de Alexandria não correspondiam ao leitor comum, mas ao perfil de um sábio ou “profissional” que, por essa condição, desenvolvia práticas de leitura consideradas eruditas na biblioteca, dado seu caráter de preservação e correção, bem como sua indissociabilidade da escrita: “[...] quer dizer que, desde a origem, a biblioteca ilustra essa verdade de que os livros nascem dos livros, que o saber não se desenvolve a não ser por novas maneiras de estabelecer relações entre eles” (GOULEMOT, 2011, p. 29). Além disso, boa parte das obras consultadas geralmente se inseria na cultura helênica, referência para os egípcios naquele momento. Assim, essa biblioteca fornece suas respostas bem particulares às perguntas sobre *quem eram, o que e como liam* os seus leitores.

Talvez caiba nesse momento a pergunta sobre o porquê de recorrermos a Alexandria para discutir as práticas de leitura dos leitores de biblioteca. Sem dúvida, não é apenas por sua tradição e pela força do seu mito, mas, sobretudo, por ser possível reconhecer naquela biblioteca egípcia algumas práticas de leitura que persistiram ao longo do tempo e que, com algumas modificações, são utilizadas até os dias atuais, “[...] pois um leitor em bibliotecas é evidentemente um leitor alexandrino, leitor e comentador, herdeiro de uma longa prática do livro e da leitura” (GOULEMOT, 2011, p. 26). Repensando essa afirmação de Goulemot (2011), diríamos que esse leitor alexandrino é apenas um dos inúmeros perfis encontrados nas bibliotecas atualmente, tendo em vista que nem todo usuário vai até aquela instituição com o objetivo de pesquisar ou estudar e a finalidade com que se busca a biblioteca interfere no modo como ela será utilizada e como a leitura será realizada.

Séculos depois, encontramos indícios dessa influência, por exemplo, na preocupação de Pedro Ferrão em oferecer aos leitores da Biblioteca Pública da Bahia “[...] papel e tudo mais necessário para escripta” (SOARES et. al., 2011, p. 22), determinação que está registrada no regulamento desta instituição elaborado no ano de 1829, no qual se determina que sejam oferecidos aos usuários “material para suas

anotações (papel, tinta e penas)” (SOARES et. al., 2011, p. 38). O mesmo hábito foi observado também na Biblioteca Nacional brasileira, por Kidder (2001), segundo o qual

de um extremo a outro vêem-se mesas forradas com panos sobre as quais se acham dispostos materiais para escrever e estantes para sustentar os volumes pesados. [...] Pode-se pedir qualquer volume da biblioteca, sentar-se à mesa e ler ou tomar apontamentos à vontade (p. 102).

Atualmente, embora não esteja previsto que caiba às bibliotecas fornecerem o material para a escrita dos seus consulentes, elas costumam permitir que estes entrem nas suas salas portando esse material (cadernos, blocos de anotações, notebooks, entre outros). Essa concessão demonstra o reconhecimento de que o trabalho de leitura a ser desenvolvido não costuma prescindir do apoio da escrita (semelhantemente ao que se via em Alexandria).

Como vimos a partir do caso da famosa biblioteca egípcia, uma das primeiras questões com que se depara o pesquisador ao tentar descrever as práticas de leitura realizadas em bibliotecas é: *quem* pode ter acesso a essas instituições? Em uma primeira instância, a resposta é permeada pela noção de *autorização*: nem todos estavam autorizados a entrar nesses espaços e usufruir de seu acervo. O controle exercido nesse sentido durou muitos séculos e foi objeto de poder nas mais diferentes mãos: desde monarcas, religiosos ou mesmo cientistas e sábios que cuidavam das bibliotecas. Como não poderia deixar de ser, essa autorização para ler em bibliotecas estava em sintonia com as tensões sociais existentes em cada época e lugar. Apenas para citar um exemplo, nos EUA

[...] não havia bibliotecas públicas para negros até o começo do século XX. Faculdades negras frequentemente disponibilizavam seus recursos para a comunidade e, às vezes, treinavam bibliotecários para atuar em bibliotecas públicas. Mas mesmo nos estados mais bem servidos por bibliotecas, o espaço público reservado aos negros era praticamente inexistente. A Geórgia, por exemplo, tinha cinquenta e três bibliotecas em 1936, só cinco das quais serviam à comunidade negra” (BATTLES, 2003, p. 182).

Essa proibição se dava com base na crença de que a leitura não era adequada para algumas pessoas e de que o acesso a certos livros deveriam mesmo ser proibidos, a fim de não alimentar os anseios de progresso pessoal de indivíduos pertencentes a alguns grupos, como os negros. Assim, concordamos com Battles (2003, p. 180), quando afirma que as bibliotecas “[...] também podem transformar-se em instrumentos de

opressão e de genocídio, na medida em que disponibilizem os cânones que alimentam anseios de pureza étnica e fantasias de um nacionalismo místico”.

Nas primeiras bibliotecas públicas do Brasil, o acesso era dado a apenas alguns membros da sociedade, através de um documento assinado pela autoridade competente. Mas essa noção de autorização também pode se impor de maneira tácita: na Biblioteca Nacional, por exemplo, mesmo após ter sido aberta à visitação pública, havia a indicação de que nela “[...] serão admitidas todas as pessoas, que se apresentarem decentemente vestidas, e sem capote²⁷”. Essa orientação sem dúvida impunha padrões de decência e de vestuário de um grupo social específico, que nem sempre estava ao alcance de uma considerável parcela da população, podendo configurar-se, como defende Schapochnik (2002), um obstáculo à frequência do público àquele local. Interessante observar que o mesmo tipo de orientação quanto à forma de se vestir pode ser observado nos regulamentos da Biblioteca Pública da Bahia, publicados em 1829 e 1839.

Mas, superado esse momento da *autorização* para ler numa biblioteca, a resposta a quem de fato poderia fazê-lo depende ainda de outro fator – o *domínio de uma habilidade*, a leitura – cuja ausência distinguia o acesso à leitura entre os que sabiam ou não ler e limitava o alcance das bibliotecas, tendo em vista que nem todos os cidadãos estavam aptos a frequentá-la. Além disso, há ainda o fato de que, no Brasil, boa parte do acervo disponível nas primeiras bibliotecas públicas correspondia, majoritariamente, a obras produzidas em línguas estrangeiras (em especial o francês), o que exigia um público letrado não apenas em sua própria língua e reduzia mais ainda o número de leitores aptos a frequentar esses espaços.

Mas o principal obstáculo era, de fato, o alto índice de analfabetismo. Em se tratando de Brasil no século XIX e início do XX, época em que surgiram as primeiras bibliotecas, o número de pessoas alfabetizadas era bastante diminuto e este foi um entrave ao acesso à leitura, durante muitas décadas no país. Como esperar que os brasileiros desenvolvessem o gosto pela leitura, se a luta era anterior a esta: era a de permitir, primeiramente, que eles adquirissem o domínio da escrita e da habilidade de ler?

²⁷ Regulamento da Biblioteca Nacional, de setembro de 1824, pertencente ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional – seção de manuscritos.
Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1286777/mss1286777.pdf.

De acordo com Gomes (1983), a parcela de analfabetos no país atingia, em 1872, o índice de 84,2% da população total; este número foi decrescendo com os anos e apresentou uma pequena redução para 75,5% em 1920, mas ainda se revela um índice muito alto. No estado da Paraíba, o número de analfabetos registrado nestes mesmos anos foi, respectivamente, 89,0% e 68,8% da população. Segundo a autora, “[...] o alto índice de analfabetismo do País representava falta de leitores para forçar a demanda de bibliotecas públicas. Reside também aí a falta de tradição de bibliotecas na cultura brasileira” (GOMES, 1983, p. 81). Assim, o desenvolvimento de um sistema educacional organizado estaria entre as condições sociais que estimulam a criação de bibliotecas e exercem influência positiva sobre elas. A ausência desse sistema justifica o fato de que, conforme percebido pela autora, tenha sido bastante reduzido o número de bibliotecas públicas criadas no período da primeira república no Brasil – totalizando 47, entre federais, estaduais e municipais, nos anos de 1890 a 1930 (GOMES, 1983).

Outro argumento que demonstra a relação entre a criação de bibliotecas e a educação formal é o aumento, neste mesmo período analisado pela referida autora, do número de bibliotecas escolares:

A porcentagem de bibliotecas escolares no período de 1900 a 1909 indica que o movimento de expansão escolar, resultado das primeiras reformas de ensino, repercutiu na instalação desta categoria de bibliotecas. A implantação do currículo enciclopédico, consequência da ideologia positivista que norteou a primeira reforma, pode ter motivado a criação de bibliotecas junto às escolas para atender às novas disciplinas. (GOMES, 1983, p. 65)

Embora esse tipo de biblioteca não seja o foco da nossa pesquisa, é interessante recuperar essa informação porque, apesar da legislação vigente, nem todas as escolas possuíam biblioteca (realidade que vem mudando, mas ainda está longe de uma situação ideal). Essa falta estimulou a procura pelas bibliotecas públicas por parte dos estudantes. Assim, estas últimas iniciaram uma forte ligação com leitores vinculados à educação formal, o que é bastante perceptível até os dias atuais, inclusive na Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB, conforme se verá posteriormente. O movimento de promoção da leitura se intensificou, principalmente, na década de 70, a partir da lei 5692/71, que sugeria a inserção da prática da pesquisa nas escolas. Essa lei gerou, entre outras consequências, a criação de espaços de leitura que cumprissem essa finalidade: as bibliotecas escolares (MILANESI, 1985). Assim, apesar de já ser percebida muitos anos antes (inclusive na própria Biblioteca Nacional-RJ), a frequência dos alunos nas

bibliotecas públicas tem um aumento considerável nesse período, tendo em vista a insuficiência de bibliotecas escolares que cumprissem com esse papel:

A partir de 1971 as bibliotecas públicas foram, praticamente, transformadas em bibliotecas escolares. É nessa data que as pesquisas passaram a se constituir numa obrigação escolar. E como os estabelecimentos de ensino não dispunham de bibliotecas em condições mínimas de uso, as bibliotecas públicas, sempre um pouco melhores, passaram a receber os estudantes. Daí nasceu a necessidade de adaptar a velha biblioteca pública a essa nova demanda. A primeira medida foi a compra de obras adequadas: as enciclopédias. Antes dessa drástica mudança, a biblioteca era uma iniciativa que tinha claras intenções de aprimorar a vida cultural do município ou até mesmo estimular a boa leitura. Depois, ela passou a ser um serviço oferecido aos estudantes, principalmente aos que não dispusessem de recursos para ter a sua própria biblioteca em casa. Ou seja, uma espécie de “ajuda aos alunos pobres”. Dessa forma elas passaram a ser vistas mais claramente como instituições de utilidade. (MILANESI, 1985, p. 54-55)

As discussões realizadas no capítulo anterior, sobre a fundação da BPMCG, revelam que esse percurso seguido pelas bibliotecas, citado por Milanese (1985), esteve presente também na história daquela instituição: inicialmente, os discursos sobre a Biblioteca de Campina Grande a descrevem como um estímulo à vida cultural da cidade e como um mecanismo para suprir as necessidades da população no acesso à (boa) leitura; no entanto, logo esse discurso se modifica e ela é transformada numa ferramenta necessária para a educação das camadas mais pobres da população.

É possível, a partir desse movimento, reconhecer uma maior valorização da biblioteca pública pela sociedade – que passa a perceber a sua utilidade. Contudo, parece haver na constatação de Milanese (1985) certo tom de desagrado, como se houvesse ocorrido uma depreciação das bibliotecas, que deixaram de ter o caráter “nobre” de “estimular a boa leitura” para atender a uma finalidade menos nobre – a pesquisa escolar.

A partir desse momento, percebe-se, então, outra mudança em relação a *quem* utiliza as bibliotecas públicas. De um lado, ela já havia deixado de ser uma questão de autorização, ou seja, de permitir acesso apenas a certos grupos sociais ou a quem tivesse permissão concedida pela autoridade competente; de outro lado, o critério da habilidade, embora continuasse a existir (e exista até hoje), também se enfraquece com o desenvolvimento da educação formal; passa a prevalecer a partir daí o critério da necessidade gerada a partir do desenvolvimento da rede escolar e da prática da pesquisa exigida dos escolares. Modifica-se, portanto, o perfil do público (que deixa de ser representado exclusivamente por alguns poucos eruditos interessados na “boa leitura” e

passa a ser formado também pelos estudantes preocupados em cumprir as atividades escolares) e com isso também as práticas realizadas por eles nestes espaços. Evidentemente, essa mudança não é radical e não exclui a existência de leitores com perfis distintos e práticas diversificadas. Aliás, um mesmo leitor de biblioteca, dependendo dos objetivos que motivam a sua visita àquela instituição, pode realizar diferentes práticas em cada uma delas. No entanto, não se pode negar que houve um aumento considerável na prática da pesquisa escolar, a partir dessa frequência maior de estudantes nessas instituições de leitura.

Uma vez definido *quem* pode entrar na biblioteca, ou seja, uma vez aceito que o indivíduo tem as habilidades para tanto, desenvolveu o interesse e se encaixa no perfil delineado pela instituição para ser considerado leitor deste espaço, que práticas ele pode realizar? Sem dúvida, a depender da biblioteca, haverá algumas liberdades e muitas proibições (mas é sempre bom lembrar que onde há limites, há burla): passear pelas estantes até encontrar o livro ou permitir que o livro o encontre; pedir o livro pelo título, diretamente a um funcionário; pesquisar em algum terminal de computador o lugar onde se encontra o livro e ir, ele mesmo, em busca da estante; ler a obra nas salas de leitura, de pé entre as estantes, sentado ao chão, em mesas individuais ou coletivas, ou ainda levar o livro consigo para ler em outros lugares de sua preferência, fora da biblioteca. A escolha sobre *como*²⁸ e *onde* ler nunca fica a cargo exclusivamente do leitor, mas não se pode negar que também há liberdade e não apenas proibição.

Na verdade, ser leitor de biblioteca é entrar numa certa ordem (CERTEAU, 1994), sobre o que significa essa condição e adequar-se a ela, ao que se espera desse papel de leitor em cada momento e em cada instituição (afinal, cada biblioteca tem suas especificidades). O leitor precisa lidar, por exemplo, com os bibliotecários (que por vezes atuam como verdadeiros intermediários da leitura), com os outros leitores, com o acervo e suas possíveis limitações, com as normas gerais de utilização da biblioteca, até mesmo com a concepção de livro e de leitura, que, embora nem sempre clara ou explícita, costuma orientar como todos poderão/deverão lidar com os objetos de leitura dentro daquele espaço.

Assim, as bibliotecas, como consequência das mudanças ocorridas num âmbito mais amplo (social, político, econômico e cultural), também se transformaram em sua

²⁸ Esse *como ler* ao qual nos referimos nesse momento corresponde às possibilidades criadas entre o leitor e o espaço da leitura, o seu *onde*; portanto, não corresponde ainda às práticas de leitura no que diz respeito à relação entre o leitor o texto (ler fazendo anotações, grifando, pulando páginas, devagar/rápido, confrontando com outras obras, etc.).

organização e finalidade, a fim de atender às exigências de um público cada vez maior e mais diversificado. Neste aspecto, por exemplo, abriram-se para visitação de leitores antes proibidos ou não incentivados a frequentarem esses espaços; precisaram organizar catálogos que facilitassem a busca de obras por parte desses leitores e também definir normas de funcionamento²⁹ para garantir a ordem e preservar o acervo, sem prejudicar o acesso do leitor às leituras que eventualmente ele buscasse. Os regulamentos criados, explícitos ou não, determinavam em parte *como* as leituras deveriam ser feitas nas bibliotecas ou mesmo se elas poderiam ser realizadas em outro lugar, fora dali (MARTINS, 2001).

Vamos nos concentrar, então, em três desses aspectos que, segundo entendemos, podem regular as ações dos leitores: a) os catálogos; b) as formas de acesso ao acervo (se livre ou não); e c) a permissão para realizar empréstimos. Estes dois últimos itens estão diretamente relacionados aos regulamentos de funcionamento das bibliotecas, dirigidos ao público.

a) Os catálogos

A catalogação dos livros existentes em uma biblioteca sempre foi um aspecto que mereceu atenção, pois um catálogo falho poderia significar a perda permanente de uma obra, pela impossibilidade de que ela fosse localizada e também poderia dificultar a atividade do leitor na busca por um livro (MARTINS, 2001; BATTLES, 2003). Não pretendemos retomar aqui toda história dos sistemas de catalogação, que têm uma longa tradição, mas apenas recuperar alguns exemplos que demonstrem como essa ferramenta pode orientar as ações do leitor na sua relação com o acervo de uma biblioteca.

Tomemos como referência a Biblioteca Britânica, cujo primeiro catálogo impresso foi elaborado no ano de 1810 e correspondia apenas a uma lista em ordem alfabética dos livros pertencentes àquela instituição. A principal função desse catálogo era auxiliar o controle dos bibliotecários sobre as obras que estavam sob seus cuidados:

Todos os anos as bibliotecas ficavam fechadas por algumas semanas para que os bibliotecários conferissem se cada livro estava em seu devido lugar nas estantes. Os catálogos praticamente não tinham outra utilidade. Afinal de contas, os leitores costumavam vir para a biblioteca já preparados. Sabiam

²⁹ Sobre as normas e os gestos de leitura permitidos em algumas das bibliotecas públicas brasileiras em funcionamento no final do século XIX e início do XX (entre elas, a Biblioteca Pública do Paraná), ver Denipoti (2007). Estudo semelhante, já mencionado no Capítulo 1, é desenvolvido por Araújo e Medeiros (2006), a respeito da Biblioteca Olegário do Vale (em Caicó-RN, entre os anos 1918-1920).

que livros queriam consultar e o que desejavam encontrar nesses livros. (BATTLES, 2003, p. 132).

O catálogo naquela biblioteca não era, portanto, uma ferramenta disponível para o leitor, mas apenas para os funcionários, que deveriam controlar o acervo e a localização dos livros nas estantes. A partir desse catálogo, assim como os outros do mesmo período, se pode perceber que eles eram um recurso que previa a utilização por um leitor especializado – inicialmente, esse leitor era o bibliotecário, que servia de intermediário entre o leitor comum e os livros. Interessante observar, ainda assim, que esse leitor comum aparentemente já estava habituado com as práticas nesses espaços e procurava as bibliotecas já sabendo que obras eram de seu interesse e quais delas ele iria encontrar. No entanto, com o aumento da frequência e a diversificação do público, esse perfil muda e isso gera mudanças também na forma de organizar os catálogos, bem como na sua utilização.

Essa prática de um catálogo que ficava exclusivamente à disposição do bibliotecário indica que a tarefa de pegar o livro e trazer para o leitor ficava a cargo daquele funcionário, pois este saberia, através do catálogo, em que estante encontraria o livro. Em 1836, a Biblioteca Britânica passou a ser coordenada por Antonio Panizzi que propôs uma série de alterações no funcionamento da instituição. Ele foi o responsável por uma mudança profunda no sistema de catalogação utilizado, decisão que gerou muitas polêmicas. Para Panizzi, o leitor é quem deveria ter acesso ao catálogo para nele buscar a marcação da estante na qual se encontrava a obra que ele desejava ler; essa informação seria repassada ao bibliotecário, que se encarregaria de trazer o livro ao leitor:

O costume antigo era o leitor simplesmente requisitar o livro por título, e o bibliotecário encontrar a marcação de estante em sua própria versão dos catálogos. O livro apareceria num passe de mágica, como se tivesse saído de uma cartola. Com o método de Panizzi, os leitores deveriam saber a marcação de estante do livro e incluí-la na ficha que preenchiam e entregavam ao bibliotecário no balcão. (BATTLES, 2003, p. 135)

Essas mudanças propostas por Panizzi não ocorreram sem que a elas fossem feitas oposições severas, pois temia-se que esse método terminasse por dificultar o trabalho do leitor. O principal opositor de Panizzi, Nicholas Harris Nicolas, argumentava que a única exigência feita ao leitor deveria ser o título desejado, e que o trabalho de encontrar a localização do livro na estante era função do bibliotecário. Ainda segundo Battles

(2003, p. 135), “Nicolas sentia que Panizzi estava tentando produzir não apenas um novo tipo de catálogo, mas também um novo tipo de leitor – mais independente, mais consciente do sistema operante nas bibliotecas”. Sem dúvida, essa divisão do trabalho com os leitores não deve ter agradado aos bibliotecários e deve ter sido avaliada como uma certa perda de poder por parte desses funcionários, mas é interessante pensar nessa relação entre o tipo de catálogo e o tipo de leitor (esperado ou que se forma a partir do uso desse instrumento).

Outro nome importante quanto à catalogação de livros é o do americano Melvil Dewey. Anteriormente a Dewey, que lança seu sistema de classificação em 1876, cada livro tinha um lugar fixo nas estantes, o que era problemático porque a cada aquisição de novas obras, todo o catálogo precisava ser revisto para refletir a nova localização dos livros. A classificação proposta por Dewey será responsável por unir sistemas distintos, a fim de alcançar uma maior precisão nos catálogos e, dessa forma, facilitar que um livro seja encontrado. Resumidamente, sua proposta consiste em unir a classificação numérica à classificação das obras por áreas de conhecimento, ou seja, permite organizar os livros também em função da correlação entre seus conteúdos.

O que Dewey fez foi combinar os dois sistemas. Os números não se limitavam a rotular estantes; eles também repartiam as estantes entre os diversos campos dos conhecimento. A simplicidade do sistema de numeração decimal uniu-se, assim, a um esquema capaz de acomodar em compartimentos epistemológicos bastante intuitivos todos os livros – não só os que já haviam sido escritos, como também todos os que viriam a ser. (BATTLES, 2003, p. 141-142)

Esse sistema permitia, por exemplo, que o leitor procurasse a biblioteca sem necessariamente saber o título da obra que necessitava e pudesse consultar o catálogo através do assunto que o interessava, para, assim, chegar até a localização exata de uma determinada obra nas estantes. Por outro lado, essa classificação modificava também a relação entre o leitor e os bibliotecários, estes que assumiram por décadas a função de intermediários entre o leitor e os livros nas bibliotecas públicas e que, conforme se discutia, tinham por vezes o poder de orientar o leitor para aquelas leituras consideradas mais “adequadas”. Diante do crescimento dos acervos e da sua consequente diversificação (oferecendo uma maior variedade de obras e não apenas aquelas consagradas como patrimônios culturais), ressurgiu nesse período a preocupação, já registrada em outros momentos, de controlar quais obras seriam disponibilizadas para

que leitores. Esse foi o tema de uma conferência de bibliotecários realizada em 1876, da qual Dewey participou:

Bibliotecários reformistas, muitas vezes, tentavam interpor-se entre os livros e as massas, favorecendo leituras que consideravam apropriadas. Dewey estava de acordo com essa orientação, mas achava que, para as bibliotecas cumprirem esse papel, deveriam privilegiar menos os títulos dos livros que adquiriam e mais a maneira de organizá-los e de torná-los disponíveis. (BATTLES, 2003, p. 143)

Percebe-se, então, que a preocupação em “orientar” as leituras a serem realizadas nas bibliotecas já deveria estar presente no momento da organização do acervo. Com o acesso direto do leitor aos catálogos, os bibliotecários veem reduzido seu poder de selecionar as obras a que o usuário da biblioteca tinha acesso. Então, essa seleção deveria ser feita previamente, na própria elaboração do catálogo. Essa elaboração tendenciosa é um dos aspectos mais criticados no sistema proposto por Dewey, pois nele se vê o reflexo de alguns preconceitos e ideais defendidos pelo seu idealizador, como, por exemplo, certo favorecimento do Cristianismo em relação às outras religiões. Ainda assim, seu sistema decimal influenciou durante muito tempo a catalogação de documentos, especialmente em bibliotecas públicas, e serviu de referência para a criação de outros sistemas.

Em resumo, se, por um lado, os catálogos eram ferramentas utilizadas pelos bibliotecários para controlar o acervo das bibliotecas, por outro lado, ao serem manipulados também pelos leitores, contribuíram para o relativo aumento da liberdade destes, que passaram a decidir mais diretamente sobre as obras que pretendiam ler.

É interessante pensar um pouco sobre a elaboração dos catálogos no contexto da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e da Biblioteca Pública da Bahia, em Salvador. De acordo com Soares (2011), os primeiros catálogos da biblioteca baiana datam de 1818 – um manuscrito, que registra 5787 obras, e outro impresso, que registra cerca de 737 obras: “[...] nesses catálogos, as obras, em sua maioria em francês e português, eram arroladas em ordem alfabética, seguindo-se o nome da obra e o nome do seu autor” (p. 31). Eles estavam, portanto, em sintonia com o modelo de catalogação vigente naquele período e utilizado em outras bibliotecas da Europa, a exemplo da inglesa, já mencionada.

Quanto à Biblioteca Nacional, Schapochnik (2002) recupera informações extraídas de relatórios do diretor da Biblioteca em 1853, nos quais se percebe a

preocupação desse funcionário em rever a distribuição do acervo no espaço da biblioteca (que era distribuído em *salas*, como a *Sala das Sciencias* ou *Sala da História*), bem como sua classificação: “[...] visando economizar espaço físico e agilizar a localização das obras solicitadas pelos leitores, ele formulou uma curiosa taxionomia ancorada num sistema que combinava sinais gráficos e algarismos para numerar as estantes e os livros” (Schapochnik, 2002, p. 285).

No entanto, assim como ocorreu com relação a outros aspectos da estrutura de algumas bibliotecas brasileiras, a catalogação de obras foi muitas vezes negligenciada ao longo da história. Grings (2011) aponta que uma das dificuldades enfrentadas, no século XX, pela Biblioteca Nacional foi a manutenção de uma equipe especializada trabalhando, devido a restrições orçamentárias e até mesmo à falta de espaço.

No que diz respeito à Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande, o primeiro processo de catalogação de que se tem notícia foi realizado por Hortensio de Souza Ribeiro, a pedido do prefeito Bento Figueiredo, quando da aquisição da biblioteca de Clementino Procópio, conforme correspondência publicada no jornal *A Voz da Borborema* (ver Figura 6, no Capítulo 1). É importante registrar que a escolha do seu nome para essa função parece ter-se dado exclusivamente pela sua reconhecida condição de homem letrado, uma vez que ele não possuía formação na área de biblioteconomia, uma área relativamente recente àquela época no Brasil, tendo em vista que o primeiro curso de Biblioteconomia será criado apenas em 1910, no Rio de Janeiro. Hortensio Ribeiro era escritor, advogado e jornalista, e foi o responsável pela reedição do jornal *Gazeta do Sertão*³⁰. Professor de História em diversas escolas, escreveu para jornais locais – a exemplo de *A Voz da Borborema*, *A União* e *Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* (IHGP) –, e foi um dos fundadores da Academia Paraibana de Letras³¹. Sua relação, portanto, com a camada letrada da população era bastante evidente e é muito provável que por essa razão tenha sido escolhido para a função de catalogar as obras a serem adquiridas para a biblioteca.

Em notícia veiculada por *A Voz da Borborema* em 01/06/1938 (ver Figura 7, no capítulo anterior), tomamos conhecimento de que nesta ocasião foram adquiridos 226 volumes para a biblioteca, com a compra da livraria de Clementino Procópio. Contudo,

³⁰ O jornal *Gazeta do Sertão* foi fundado por Irineu Joffily, teve sua circulação interrompida no final dos anos 1890 e voltou a circular em Campina Grande no início dos anos 1920, em razão do esforço empreendido por Hortensio Ribeiro (GAUDÊNCIO, 2012).

³¹ Informações publicadas no Blog Retalhos Históricos de Campina Grande. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com.br/2012/09/gente-da-gente-hortensio-ribeiro.html#.U4SkfPldWio>, acesso em 27/05/2014.

sobre os títulos das obras e sobre o método de catalogação empregado por Hortensio de Souza, nada sabemos.

Não localizamos outras referências ao(s) processo(s) de catalogação de obras adotado(s) ao longo do tempo nesta biblioteca, embora, segundo relatórios elaborados entre os anos de 2002 e 2006, a catalogação seja uma prática realizada na biblioteca desde 1938, ou seja, desde a sua fundação. Contudo, essa é a única informação de que dispomos, não havendo, nestes relatórios, a descrição ou o detalhamento de como esse processo vem acontecendo ao longo do tempo.

Para conhecer melhor como ocorre esse processo nesta biblioteca atualmente, realizamos entrevista³² (Anexo C) com a funcionária mais antiga ainda em atividade na instituição, uma vez que não há regulamentos por escrito sobre como deve ser o funcionamento da biblioteca. A funcionária, que trabalha neste espaço de leitura há 26 anos, relatou que os funcionários do setor técnico, do qual ela faz parte, são responsáveis pelo registro das obras, uma vez que a catalogação já é previamente realizada no lançamento do livro. Ela descreve da seguinte forma esse processo:

F: e a gente trabalha com o código CD/CDU... que é o código decimal universal... né? porque:: ... é é amplo... e::: a classificação refere-se à à destinação do livro... se ele é... bio/de biologia se ele é de literatura... se ele é:: de de/prá quê ele vai servir... entendeu? aí ele é registrado... prepara::do e encaminhado para as estantes... e é onde fica nossa parte de pesqui::a e de leitura... no ca::so tem funcionários lá pra auxiliar... a pessoa que chega pra *pesquisar ou pra ler*... nessa:: nessa/nesse serviço técnico o livro é acompanhado de quatro fichas... é a ficha de registro... que essa fica guardada... porque

P: [fica com vocês

F: [é... porque a gente ainda não tem o serviço de... informatizado... né? mas:: agora nessa reforma provavelmente... a gente vai ter informatizada.... então a gente tem a ficha de regi::stro... tem a ficha de leitura... tem a ficha de assu::nto... e tem a ficha de autor... e você procurando ali você vai ver/só que ainda não tá exposto né? devido à reFOrma à preparação que a gente fez... então com com a ficha do leitor e do autor/do leitor e do assunto o leitor tem acesso mais rápido ao livro (Grifo nosso. Ver Anexo C)

Embora não seja o foco da nossa pesquisa neste momento, ainda assim é interessante registrar a diferença entre *pesquisar* e *ler*, presente na fala da funcionária, o que leva a crer que, para ela, a leitura é aquela realizada por prazer/lazer, enquanto a leitura para pesquisa não seria leitura. Quanto ao processo de registro das obras, merece

³² A entrevista realizada foi do tipo semi-estruturada e seguiu o roteiro constante no Apêndice B. A transcrição da entrevista pode ser conferida integralmente no Anexo C.

destaque o fato de que há quatro tipos de fichas para cada livro, contudo, nenhuma delas encontra-se disponível para o leitor e este precisa recorrer a um funcionário para saber se a obra de que ele precisa consta no acervo e onde ela está localizada. Isso acontece não só devido à falta de serviço informatizado, mas há algum tempo essas fichas não estão acessíveis ao leitor, apenas aos funcionários:

P: entendi... então ele chega... o leitor chega e tem acesso a essas fichas?

F: É... mas não tava tendo né? devido à reforma... então como tem o pessoal de apoio... qualquer pessoa que chegar na biblioteca... ele se dirige e:: o pessoal indica... tal assunto tal estante... onde lá nós temos a parte só de literatu::ra... é uma sala só pra literatura... aí na literatura é dividida né? a literatura brasileira literatura estrangeira... é é:::... poesia contos tudo é feito conforme o catálogo do livro... então a gente regi::stra. (Ver Anexo C)

Então, em certa medida, o leitor depende totalmente das informações prestadas pelos funcionários, não tendo autonomia no momento de consultar o acervo a fim de verificar a existência de uma obra e/ou sua localização nas estantes. Tanto é assim que as fichas de registro ficam arquivadas na sala de serviço técnico, lugar a que só a equipe da biblioteca tem acesso:

P: quando o leitor chega até a biblioteca... e ele:: quer buscar alguma coisa/saber SE a biblioteca TEM ou não tem determinada obra... então ele procura nessas fichas?

F: é... é... não... porque não tava sendo usada... ele ele se dirige ao pessoal de apoio

P: aos funcionários

F: aos funcionários na recepção... aí... ele sabe

P: e o funcionário consulta nas fichas também? se ele precisar

F: é... se precisar sim... né? mas como agora ta::... é é... reformando então nós vamos trabalhar com as fi::chas e co::m os dados no computador... toda ficha que for o livro registrado ele vai ter essa ficha no computador

P: uhum... certo... deixa eu ver se tem mais alguma coisa que você não... sim... essas fichas elas ficam onde?

F: elas ficam guardadas na sala de serviço técnico

P: aí só os funcionários têm acesso

F: é... só (Ver Anexo C)

Na fala da funcionária aparece, em diferentes momentos, a expectativa de que haja a informatização desse serviço, o que, sem dúvida, melhoraria o acesso às obras, pois agilizaria sua localização e garantiria uma maior precisão quanto às informações relativas ao acervo. Além disso, facilitaria também o controle acerca do estado em que se encontra esse acervo, pois, como afirma a funcionária, este é feito através da revisão dessas fichas:

P: com que frequência/ você sabe dizer se essas fichas são revisa::das constantemente?

F: SÃO... são revisadas sim... assim porque a gente tem o trabalho... de oLHAr... se o livro tá na estante... é o trabalho assim/vamos dizer tal título quantos exemplares tem... pra:: a gente de vez em quando faz esse:: pesquisa essa busca pra saber se foi extraviado algum li::vro... se desapareceu entendeu? pra ser dado baixa e colocado outro... no lugar... como a gente trabalha muito com doação... a gente recebe MU::Ito doação praticamente... faz muito tempo que foi comprado livro pra biblioteca. (Ver Anexo C)

Em resumo, a organização do catálogo, bem como sua função e o modo de utilização em cada biblioteca, determinam as formas possíveis que o leitor tem de consultar aquele acervo. Pode ser importante para definir que obras ele vai conseguir encontrar ou não, já que a forma de organização do catálogo determina os critérios de busca compatíveis com ele (ou seja, como o leitor vai achar a obra).

Como vimos, inicialmente, esses catálogos correspondiam a livros (manuscritos ou impressos) nos quais estavam registradas as obras disponíveis na biblioteca, bem como sua localização nas estantes. O leitor ou o bibliotecário precisavam, então, ter esse catálogo em mãos para consultá-lo, ou seja, para saber se uma obra fazia parte do acervo de uma biblioteca o leitor precisava ir até aquela instituição para verificar essa informação no catálogo. Nos dias de hoje, há vários outros recursos disponíveis, que eliminam, inclusive, o contato com o bibliotecário e/ou até mesmo a ida do leitor à biblioteca.

Com o desenvolvimento das tecnologias, em algumas bibliotecas é possível, por exemplo, que o leitor consulte o acervo em um terminal de computador, e verifique todas as informações referentes à obra que procura. A depender das normas da instituição, ele pode ir diretamente à estante e pegar o livro desejado. Sua relação com o bibliotecário só vai existir, nesses casos, se ele necessitar de algum outro serviço oferecido, como o empréstimo ou uma cópia do livro.

O alcance dessas novas tecnologias pode servir também para disponibilizar os catálogos da biblioteca na internet, o que modifica ainda mais profundamente a relação do leitor com esses espaços, uma vez que em princípio elimina até mesmo a necessidade da presença física do leitor na biblioteca. Praticamente todas as grandes bibliotecas públicas da atualidade possuem catálogos on-line, o que amplia o acesso a essas instituições por pessoas de diferentes partes do mundo, e permite um melhor aproveitamento do tempo do leitor, já que é possível saber através desse serviço se a biblioteca possui a obra desejada e em que estante ela se localiza, antes mesmo de ir àquele espaço. Esse serviço aumenta ainda a liberdade do leitor, que pode fazer quantas

consultas quiser, a partir do critério que ele escolher (nome do autor, da obra, assunto, data etc.) e a qualquer horário (inclusive naqueles em que a biblioteca está fechada). Toda essa comodidade sem ter que aborrecer nenhum funcionário com suas possíveis dúvidas ou indecisões. Então, é provável que esse leitor que vai à biblioteca após uma longa e minuciosa busca com o auxílio do catálogo on-line passe muito pouco tempo no espaço físico desta instituição, fato que pode gerar a falsa impressão de que não há leitores porque os salões da biblioteca estão vazios. Contudo, o esvaziamento do espaço físico da biblioteca não significa que os leitores não existam, que não utilizem esse espaço de acesso à leitura, ou ainda que a leitura não esteja sendo realizada.

Contudo, no estado atual em que se encontra a Biblioteca de Campina Grande, a única forma de saber se uma obra pertence ou não ao acervo, bem como saber sua localização, é consultando os funcionários do setor, já que as fichas de registro dos livros não estão disponíveis para o usuário e não há ainda um sistema informatizado de busca.

b) O acesso aos livros

Outro aspecto que precisa ser levado em consideração para entender *como* os leitores utilizam as bibliotecas públicas diz respeito à maneira como eles podem ter acesso aos livros. Conforme pudemos observar através da discussão realizada até aqui, embora haja formas cada vez mais simplificadas de o leitor ter acesso ao catálogo das bibliotecas (o que se mostrou um avanço importante para que ele pudesse escolher mais livremente suas leituras), na maior parte delas o mais usual ainda é que ele, após realizada sua escolha, peça a um funcionário da instituição para buscar o livro, ou seja, ele não tem acesso livre às estantes³³. Essa medida existe para garantir a preservação do acervo e manutenção da ordem dos livros nas estantes (mesmo nas bibliotecas onde o leitor tem acesso a elas, é comum também que lhe seja solicitado não colocar o livro de volta na prateleira, a fim de evitar que ele seja devolvido para outro lugar, fora da ordem estabelecida pela numeração do catálogo). Os regulamentos de cada instituição costumam deixar claros os limites das ações do leitor nesse sentido: até onde ele pode ir, qual é a sua autonomia na biblioteca como um todo e em cada seção especificamente,

³³ Em certo sentido, uma das maiores decepções para aqueles que têm fascínio por livros talvez seja, por exemplo, a visita à Biblioteca Nacional (RJ), pois, por razões evidentes de preservação, é vetado ao leitor o prazer de passear livremente entre as estantes e observar de perto os livros; folheá-los, então, é uma prática impensável.

pois pode haver seções nas quais o acesso direto aos livros seja permitido e em outras não. No regulamento da Biblioteca Nacional, de 1824, lê-se:

Prestar-se-lhes-ão todos os livros, que pedirem; [...]
A nenhum indivíduo será permitido tirar livro algum das estantes, nem pô-lo; mas dirigindo-se para os que quizer a qualquer dos Empregados, dêlle os receberá e a êlle terá obrigação de os entregar, quando acabar sua leitura. [...]
Ninguém passará além da Sala pública de leitura, sem expressa licença; e os que, para verem o Estabelecimento, a obtiverem, serão acompanhados por um Empregado. (FBN, Regulamento da Biblioteca Nacional, 1824)

Neste caso, o regulamento prevê como o leitor pode ter acesso às obras e como pode se movimentar no espaço da biblioteca, ou seja, até onde tem permissão de ir; mas em ambas as atividades – seja para pegar um livro ou para adentrar salas cujo acesso lhe é limitado – ele o fará sempre intermediado por um funcionário. O mesmo tipo de controle estava presente no regulamento da Biblioteca Pública da Bahia, publicado em 1839 (SOARES, 2011). O cumprimento dessas normas é levado tão seriamente nas bibliotecas que Battles (2003) registra a prisão de um leitor da Biblioteca Britânica, no final do século XIX, por retirar um livro da sala de leitura; por essa infração, o leitor foi condenado a passar doze meses na cadeia.

Martins (2001), discutindo o papel que as bibliotecas públicas modernas exercem na sociedade, destaca a sua mudança de status – de depósito de livros a serviço público. Como tal, para exercer as funções que essa nova condição impunha, as bibliotecas precisaram rever seus objetivos e atualizar suas seções, oferecendo serviços antes inexistentes (como coleções em Braille, mediatecas, bibliotecas infantis, etc.). Segundo o autor, essas instituições deixam de ser consideradas *públicas* apenas porque são mantidas pelo governo – ou mesmo por entidades particulares – e abertas a todos os interessados, e passam a corresponder a esse adjetivo no sentido de atender às demandas da população, como ocorre com outros serviços da mesma natureza: “[...] serviço público sem burocratização – eis o enigma proposto aos bibliotecários dos nossos dias. Serviço público no sentido de serviço posto permanentemente à disposição de todos; ‘à disposição’ quer dizer com real interesse de atendê-los” (MARTINS, 2001, p. 326).

A fim de garantir seu funcionamento como “serviço público”, a Biblioteca Pública de Campina Grande possui atualmente as seguintes seções, segundo a descrição da funcionária entrevistada:

P: [...] é:: você pode me dizer em que seções a biblioteca é dividida? por exemplo você já falou que tem a parte de literatu::ra aí tem a sala de pesqui::as... tem a sala de periódicos... é:: tem uma parte de obras raras também né?

F: tem... olhe... é é é:: porque a biblioteca é num prédio muito antigo né? onde funcionou a Câmara Municipal de Campina Grande... então... quando você chega na biblioteca... no no:: no térreo você vai ter a recepção... vai ter o salão que está até sendo reformado pra eventos... e tem a biblioteca infantil... ela ela/tem três andares o prédio... então esse é o térreo né? aí funciona a biblioteca infantil... NO:: primeiro andar ficam a sala de informática e tem mais duas salas de estudo... salinhas pro pessoal estudar individualmente... aí tem a sala de periódicos... tem a sala de serviços técnicos e tem a obra rara

P: e nessa seção de obras raras você encontra que tipo de obras lá?

F: olhe vo/é é variado... temos muitos livros antigos... da história de Campina Gra::nde a gente tem de literatu::ra... tem Vários é é... títulos... lá... como também temos jornais... jornais e revistas

P: antigos também?

F: isso... antigos... jornais revistas... e no segundo andar fica a parte de pesquisa e estudo e a sala de literatura também... e a pessoa *pode le::r pode estudar* pode ficar à vontade... e no terceiro anda::r tem o auditório... tem a sala onde funcionava a videoteca... que agora vai descer vai ficar embaixo... e tem a sala da direção. (Grifo nosso. Ver Anexo C)

Ainda de acordo com Martins (2001), as bibliotecas passam a refletir, em sua própria organização interna, esse caráter de serviço público. Um dos indícios dessa mudança é o *livre acesso* às estantes, adotado por algumas dessas instituições: “[...] ele consiste em dar aos leitores a possibilidade de escolher pessoalmente os livros nas estantes, de examinar, de folhear à vontade todos os volumes e se familiarizar com todos os gêneros de documentação que a biblioteca contém” (MARTINS, 2001, p. 328).

Evidentemente, do ponto de vista institucional, o livre acesso apresenta vantagens e desvantagens. Talvez uma das principais vantagens seja a possibilidade de provocar o encontro inesperado do leitor com o livro: ao passear pelas estantes em busca de alguma obra, é possível que o leitor se depare com outras cuja existência ele desconhecia ou das quais ele não se recordava; além disso, ele pode folhear o livro ali mesmo, entre as estantes, e decidir rapidamente se aquela leitura de fato o interessa ou não, sem ter que para isso realizar vários pedidos consecutivos a um funcionário e assim esperar o tempo normal do atendimento. Além disso, esse sistema garante uma maior liberdade de escolha por parte do leitor, que pode decidir que obras deseja ler, sem que haja interferência direta do bibliotecário.

As principais desvantagens, apontadas pelos críticos a essa forma de acesso, estão relacionadas à manutenção do acervo e da ordem dos livros nas bibliotecas: permitir que os leitores busquem os livros nas estantes pode contribuir para a deterioração do acervo, para a desordem dos volumes (o que dificultaria sua localização e uso por outro leitor)

e, principalmente, pode facilitar o roubo de livros, que é um problema grave enfrentado por esses espaços de leitura (MARTINS, 2001). Contudo, livros gastos e fora do lugar também são um sinal positivo de que aquele espaço está cumprindo seu papel, pois isso significa que eles foram usados.

O sistema de acesso livre pressupõe um tipo de leitor que já tenha definida a obra que procura e/ou que seja familiarizado com o funcionamento das bibliotecas e as formas de ler nestes espaços. Nem todo leitor que busca a biblioteca tem esse perfil, então, por essa e por outras razões (como a de manter o cuidado com a preservação de certas partes do acervo), muitas bibliotecas usam um sistema misto, permitindo o acesso livre em algumas seções e em outras não (neste caso, também por questão de preservação do acervo), e sempre disponibilizando funcionários para auxiliar a busca dos leitores.

No caso da Biblioteca Municipal de Campina Grande, como já afirmamos, não há regulamento escrito que normatize a utilização do acervo, mas existem algumas práticas que foram se tornando regras tácitas ao longo dos anos. No que diz respeito ao acesso ao acervo, ele é livre em todas as seções da biblioteca, segundo informações fornecidas pela funcionária entrevistada:

P: uma vez que esse livro... chega à estante... é:: qual é a forma de acesso do leitor? o leitor pode chega::r e circular livremente ou ele tem sempre que pedir ajuda a alguém?

F: não... tranquilamente... ele chega... sobe e vai pra pra::... porque o o público que frequenta a biblioteca já é um pessoal conhecido... SEMpre sempre tem os mesmos... estudantes

[
P: leitores

F: estudantes ou leitores... lá né? como também tem tem... a sala de periódicos... e muita gente vai pra ver uma revista... pra... ler um jornal diário entendeu? aí geralmente são as mesmas pessoas

P: e na sala de periódicos também... eles podem chega::r

[
F: podem... chegar e ficar à
vonta::de... o o o... lá em cima na sala de pesquisa... se alguém precisar de um livro pra xerocar po::de (Ver Anexo C)

Merece destaque na fala da funcionária a referência aos leitores da biblioteca: não apenas eles existem, como são visitantes frequentes, a ponto de serem um “pessoal conhecido”, segundo ela. Em outro momento da entrevista, a funcionária volta a fazer referência a essa assiduidade dos leitores e à familiaridade entre estes e os funcionários através das expressões “fregueses” e “amigos”, atribuídas a eles:

F: e sem::pré tem gente... têm os fregueses que a gente chama né? porque já são acostumado que::: a gente já conhe::ce... tem contato entendeu? se torna até amigo da gente

P: esses leitores que vão SEMpre... que estão sempre lá... mais ou menos qual é a faixa etária deles? Já deixaram a esco::la ou ainda estão estuda::ndo?

F: olhe.. mu::itos assim... já deixaram a universidade... né? aí vão se preparar pra concurso... OUtros assim... fazem universidade mas que::r fazer um concu::rso entendeu? aí é nessa faixa/são jovens... às vezes tem gente mais madu::ro... o público lá é variado... em termos de faixa etária (Ver Anexo C)

Apesar de a citada familiaridade ser um aspecto positivo, pois demonstra a um só tempo tanto a existência de vínculos entre a biblioteca e alguns dos seus frequentadores (que se tornam assíduos) quanto o afeto nos quais esses vínculos se baseiam, este não costuma ser um critério utilizado em instituições dessa natureza para permitir o livre acesso dos leitores a toda e qualquer seção. Tal permissão passa a existir a partir do momento em que não há regulamento escrito e regras claramente fixadas, ficando a critério de funcionários e leitores construírem uma relação de confiança a partir da qual seus papéis e suas práticas dentro da instituição serão delineados.

Conforme discutido anteriormente, o acesso livre ao acervo tem vantagens para o leitor, pois pode ser determinante na decisão sobre que leituras ele realizará e como se sentirá neste ambiente (livre para escolher o que vai ler ou limitado a ter de escolher a partir das informações constantes no catálogo ou das indicações dos funcionários). Entre outras vantagens, já mencionadas, a permissão para caminhar entre as estantes em busca dos livros pode ser muito útil para aqueles que não sabem exatamente o que procuram ou que não têm um título específico para consultar.

Na biblioteca em estudo, o acesso livre se torna uma prática particularmente interessante se considerarmos que não há serviço de consulta ao catálogo ou às fichas de registro disponível para o leitor e este possui duas opções: buscar por conta própria as obras ou pedir ajuda aos funcionários – estes, por sua vez, podem se valer da própria memória ou utilizar as fichas de registro que ficam arquivadas na sala de serviço técnico.

Em resumo, o que sabemos até o momento, então, é que, na Biblioteca Municipal de Campina Grande, o leitor não dispõe de catálogos e/ou serviços de busca informatizados para consultar o acervo (precisando recorrer aos funcionários, em caso de dúvidas) e que, por outro lado, ele pode circular livremente pelas estantes em todas as seções, tendo assim contato direto com todo o acervo de que dispõe a instituição. Já de posse do livro, outro aspecto importante a ser considerado sobre as práticas de leitura na biblioteca é *onde e como* esse leitor poderá realizar sua leitura.

c) Os empréstimos

Ao frequentar uma biblioteca pública, o leitor tem, de maneira geral, duas opções no que diz respeito a *onde* irá realizar sua leitura: ele pode ler em alguma sala de leitura na própria biblioteca, ou levar o livro para ler fora dali, no lugar e no momento em que mais lhe convier. Essa última possibilidade é prevista atualmente nos regulamentos de boa parte das bibliotecas, mas nem sempre foi assim e mesmo hoje em dia não atinge a totalidade do acervo (ou seja, por razões óbvias de preservação e pelo valor das obras, por exemplo, nem todas estão disponíveis para empréstimo).

No capítulo anterior, discutimos, entre outras questões, a representação da leitura como sagrada, do livro como produto de inspiração divina ou como preciosidade e, conseqüentemente, da biblioteca como templo para guardar esses tesouros. A partir desse modo de conceber livro/leitura/biblioteca, não era possível prever uma prática como a dos empréstimos, pois naquela perspectiva o interesse era limitar o acesso à leitura, e não de promovê-lo, bem como de controlar os modos de ler e não de dar maior liberdade ao leitor sobre *o que, como e onde* ler.

Na Biblioteca Real portuguesa (séc. XVIII), por exemplo, o empréstimo tinha caráter excepcional e, quando permitido, era uma prática com muitas restrições para que se garantisse a devolução do documento levado pelo leitor: era necessária uma autorização para retirada da obra e todos os detalhes sobre quem retirou e o estado da obra no ato do empréstimo eram anotados pelo amanuense a fim de evitar qualquer incidente que pudesse impedir a devolução e também para manter a conservação. Ao ser transferida para o Brasil, os empréstimos continuaram a ser controlados rigidamente (SCHWARCZ, 2002), mas aconteciam. Em regulamento publicado em 13 de setembro de 1824, lê-se: “A ninguém se emprestará livro algum para fora da Bibliotheca, sem licença de Sua Majestade o Imperador, e ordem escripta; a qual ficará guardada, para justificar o Bibliothecário, e servir de título à sua reclamação” (Regulamento da Biblioteca Nacional, 1824, ver Anexo D).

Essa restrição aos empréstimos persiste ao longo dos anos; é possível perceber isso, por exemplo, através das informações constantes no relatório apresentado pelo então diretor da Biblioteca Nacional, em 1910, sobre a movimentação na instituição durante o ano de 1909: enquanto o volume de consultas realizadas na biblioteca chega a ultrapassar a marca das 35000, a consulta domiciliar “constou de 10 obras em 15 volumes fornecidas a cinco leitores” (SILVA, 1914, p. 13). Evidentemente, essa diferença existe mesmo nos dias atuais, quando o empréstimo é uma prática estimulada

em boa parte das bibliotecas. No caso da Biblioteca Nacional, a quantidade de apenas 10 obras emprestadas durante todo o ano de 1909 é realmente um número bastante baixo dado o tamanho do acervo daquela instituição e revela o quanto esta não era uma prática incentivada.

Com as mudanças no caráter e na funcionalidade das bibliotecas, que passaram a ter que alcançar um público cada vez maior e mais diversificado, os empréstimos a todo e qualquer leitor foram aos poucos inseridos como prática comum no cotidiano desses espaços de leitura. No caso da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande, o serviço de empréstimo existe desde a fundação da biblioteca, em 1938, segundo relatório (ver Anexo F) apresentado pela diretora Rosineide Alves (gestão 2002-2012). Contudo, assim como ocorre com outras informações a respeito dessa instituição, não temos registros sobre as regras de funcionamento dos empréstimos nem sobre a frequência com que eram realizados (nem tampouco sobre que obras eram solicitadas pelos leitores). Na ausência de um regulamento, precisamos recorrer à entrevista realizada com a funcionária mais antiga ainda em atividade na biblioteca, para compreender como funciona esse serviço. Uma das afirmações que chamam a atenção, além da confirmação da antiguidade dos empréstimos como serviço oferecido à população, é a de que cada novo gestor da biblioteca modifica as suas regras de funcionamento:

P: em relação aos empréstimos... eu sei que esse não é bem o seu setor mas eu queria que você me dissesse aquilo que você se lembra... do funcionamento dessa parte... você sabe dizer há quanto tempo existe esse serviço?

F: de empréstimo? há muito tempo... assim/ quer dizer desde que eu participo da biblioteca

P: já existia?

F: já existia né? só que:: vai mudando de direçã::o... muda as:: a:: é:: muda a forma né de de:: receber o público... quando no/quando eu entrei na biblioteca... toda/todo estudante que fosse fazer pesquisa ou quisesse um livro alguma coisa... ele entraria/entrava com um documento... ou identidade ou carteira de estudan::te... e:: assinava a lista né? de presença... como também tem ainda hoje o guarda volumes... pra não entrar... ele pode entrar com material DEle... só não bolsa... então dava muita confusão por causa do documento... tinha gente que esquecia tinha gente que... então a gente deixou de receber documento... a pessoa só entra se identifica e assina a lista... né? e::: a parte de empréstimo como é de literatu::ra... ele assina um caderno e o funcionário anota o título do livro... o autor e quantos dias ele vai ficar com o livro (Ver Anexo C)

Modificam-se, portanto, os procedimentos de controle de entrada e saída na biblioteca: antes, era necessária a apresentação de um documento pelo leitor,

atualmente, a identificação passa a ser baseada na confiança (vejamos, por exemplo, a declaração anterior sobre os leitores “fregueses” da biblioteca), uma vez que ele apenas assina uma lista de presença, podendo, inclusive, não prestar os dados de maneira correta. Como se vê também, nessa fala da funcionária, o empréstimo abrange as obras classificadas como *literatura* (por exemplo, romances, crônicas, contos, poemas) e os dados são anotados num caderno pelo funcionário responsável (esses cadernos serão analisados no capítulo 3). Quando perguntada sobre o prazo que o leitor tem para ficar com o livro, a funcionária esclareceu:

P: existe variação nesse:: nessa quantidade de dias? ou existe uma regra fixa... por exemplo o leitor pode ficar sempre quinze dias com o livro?

F: não... até hoje não tem assim uma uma:: regra né? porque depende muito do livro né? ele pode ficar uma semana... pode ficar duas... assim...

P: aí quem determina o prazo

[

F: e depende assim também do título

P: hum... por exemplo?

F: porque:: se for um livro que é::: tema de vestibula::r

P: se for muito procurado?

F: é... se for um livro muito procurado aí eu acho que eles devem passar uma semana... oito dias... por aí

P: aí na hora de fazer o empréstimo então ele toma conhecimento desse prazo?

F: é... é (Ver Anexo C)

A biblioteca prescinde, pois, não apenas de um regulamento escrito para normatizar suas atividades, mas de regras explícitas para leitores e funcionários, os quais, mesmo com certa familiaridade alcançada ao longo dos anos, ainda não conseguem saber ao certo como funcionam os empréstimos. As regras variam conforme a gestão e variam de acordo com o livro a ser levado (a depender da procura pelo livro por outros leitores e também do volume de páginas, o prazo para a posse do livro pode variar entre 8 a 15 dias): mas “até hoje não existe uma regra”, como afirma a entrevistada que trabalha há 26 anos na biblioteca. Ainda neste setor da biblioteca, o leitor pode, segundo a funcionária, renovar o empréstimo dos livros, após terminado seu primeiro prazo de leitura.

Mas nem todo leitor que frequenta a biblioteca realiza empréstimos: muitos a utilizam como lugar de estudo (consultando ou não seu acervo, já que alguns levam seus livros e apostilas de casa). É o que confirma a seguinte fala da entrevistada, ao comentar que as relações entre os leitores, a leitura e a biblioteca se foram modificando ao longo

do tempo e isso interferiu na forma como esta instituição passou a ser usada pela população, o que se torna perceptível, inclusive, no tipo de obras doadas:

F: o pessoal doa muito livro aqui de literatu::ra.... de Dire::Itó... deixaram de doar mais livro didático de primeira fase porque agora quase não tá havendo né? devido ao acesso do computador nas escolas... aí essas pesquisas deixou muito de existir na biblioteca... é tanto que o público que hoje frequênta a biblioteca é mais assim um público que:: estuda pra concurso sabe?

P: e aí eles levam os próprios livros?

F: aí le::vam as apostilas... livros né? às vezes pega de lá... porque também a gente tem muito doação de livro de dire::ito... sabe? de de literatu::ra... quando o pessoal assim... cai no vestibula::r e não tem eles procuram muito a biblioteca... pra ver se tem... mas como hoje a facilidade da internet é grande... quase todo mundo tem acesso né? aí essa pesquisa... ficou mais:: calma (Ver Anexo C)

De qualquer maneira, seja para estudar para concurso ou para o vestibular, a relação entre leitor/leitura/biblioteca, segundo descrita pela funcionária, parece estar pautada ainda pelo vínculo do leitor com a sua formação educacional ou com atividade profissionais: antes as obras doadas pertenciam à categoria dos livros didáticos de primeira fase do Ensino Fundamental; agora as obras mais frequentes nas doações são os livros preparatórios para concursos públicos, especialmente na área de Direito. Essa mudança no perfil do público da biblioteca e no modo de utilizá-la pode ter gerado as alterações nos tipos de obras doadas ou, em sentido inverso, esse público passou a utilizar a biblioteca justamente por estar certo de que encontraria, ali, as obras necessárias à sua preparação e que foram doadas pela população. Os diferentes interesses cultivados pelos frequentadores ao longo do tempo é enfatizado pela funcionária em outro momento da entrevista, ao ser questionada sobre se ela achava que a instalação do serviço de internet na biblioteca (disponível para pesquisas) havia interferido na frequência dos usuários nos outros setores da instituição:

F: não porque é como eu te disse... o que baixou a fonte de pesquisa foi exatamente isso... essa evolução que houve... DO:: aLUNo de primeira fase até do fundamental TER mais acesso aos dados de pesquisa... entendeu?

P: entendi

F: aí... assim... essa pesquisa minuciosa deixou muito de existir... né? porque hoje é tudo bem mais fácil... inclusive eu tava conversando com um professor ontem da universidade... é... ele chegou aqui que ele veio pra uma reunião... e ele se admirou né? porque um acervo desse... um um local desse e não ter ninguém... aí ele até comentou – João³⁴ da UEPB – ele comentou comigo que inclusive ele foi meu professor na universidade.... aí ele comentou que a

³⁴ O nome *João* foi adotado para preservar a identidade do professor mencionado pela funcionária.

cu::lpa achava que estava sendo dos professores... porque não não tinham/e o aluno por preguiça até... a gente usou esse termo... porque::: o aluno hoje não se dispõe a ler um texto... ele achar mais fácil chegar lá pesquisar porque tá pronto... aí ele até disse assim que era pra ter um incentivo por parte do professor dentro da escola... entendeu? assim de leitu::ra incentivar mais... marcar *vamos pra biblioteca... vamos fazer um estudo... vamos ler isso...* que hoje ninguém com a correri::a com... né? você veja... no tempo que eu estudei a gente tinha os livros a gente tinha que ler o texto.... tirar xe::rox... hoje... raramente eles querem fazer né? os alunos... entendeu? aí eles não trabalham mais com aquela pesquisa... eles vão pegar pronto... né? (Ver Anexo C)

Há, implícita na fala da funcionária e corroborada pelo professor universitário citado por ela, a ideia de que o aluno atualmente não lê e que cabe sobretudo à escola o papel de incentivar a prática da leitura e de visitação à biblioteca. Segundo ela, se não há incentivo para a pesquisa escolar, antes realizada na biblioteca, não haverá frequência dos estudantes nestes espaços de leitura, o que pode levar a crer que a única função da biblioteca pública (e da leitura)    servir de ferramenta para esse tipo de pesquisa. Essa situação pode gerar a falsa impressão de que a instituição é pouco frequentada ou o é apenas por estudantes que se preparam para concurso. Estes, possivelmente, ainda permanecem fazendo suas leituras na própria biblioteca porque os livros didáticos e/ou preparatórios para concursos não são liberados para empréstimo, só podendo ser utilizados no interior daquele espaço.

Contudo, nem todos os usuários da biblioteca têm algum tipo de vínculo com a educação formal – muitos deixaram de frequentar a escola há bastante tempo, como se verá mais adiante. Além disso, nem todo leitor que realiza empréstimos se demora na biblioteca ou mant  m a prática de ler na sala de leitura desse espaço, o que é determinante para que suas práticas não sejam registradas. Ainda assim, embora por vezes sua existência não seja facilmente percebida, os leitores que fazem empréstimo (neste caso, de literatura, já que é o tipo de obra permitido) existem e têm perfis distintos, bem como histórias de leitura variadas, conforme veremos nos capítulos 3 e 4.

2.3. Leitor de biblioteca: um leitor inexistente?

Ao optarmos pela expressão leitor inexistente, nesse subitem, fazemos referência ao personagem principal do livro *O cavaleiro inexistente*, de   talo Calvino. Nessa narrativa, o cavaleiro não possui um corpo material próprio e tem vida apenas se estiver portando a sua armadura: se ela for retirada, ele deixa de existir. Assim é o leitor: há “armaduras” que definem seu contorno e sua existência e elas são variáveis ao longo do

tempo. Aqueles leitores que não se enquadram nas “armaduras” que lhes são impostas deixam de existir nos discursos oficiais sobre leitura.

A partir das discussões realizadas até o momento, é possível perceber que os leitores de biblioteca, bem como suas práticas de leitura, só podem ser apreendidos, por vezes, através de relações indiretas ou suposições fundadas em documentos relacionados ao funcionamento das bibliotecas. Dificilmente, há o registro preciso de *como* eles liam nestas instituições ou a partir delas. Portanto, buscar essas práticas não deixa de ser uma operação de caça (CERTEAU, 1994), no qual o pesquisador conta apenas com sinais deixados indiretamente e desapercivelmente por esses leitores ou por documentos que focalizam a leitura de maneira geral. Nesse sentido, o trabalho do pesquisador aproxima-se do método proposto, no final do século XIX, pelo italiano Giovanni Morelli para a análise de pinturas: segundo retoma Ginzburg (2007), Morelli propõe que a autenticidade das obras seja verificada através da observação de características presentes em detalhes que costumeiramente não eram analisados pelos especialistas, tais como a forma de pintar o lóbulo da orelha ou as unhas. Ele acreditava ser necessário “examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia” (GINZBURG, 2007, p. 144), pois estes eram mais difíceis de ser reproduzidos pelos falsificadores, justamente por não serem muito vistosos. Cabia ao especialista, então, buscar aí indícios da originalidade do estilo de cada pintor a fim de separar os quadros verdadeiros dos falsos.

Tendo em vista as raras referências aos leitores de biblioteca, deparamo-nos com a mesma necessidade de buscar as práticas desses leitores através dos “pormenores” que escapam nas histórias contadas sobre estes espaços de leitura, uma vez que os leitores não costumam, na maior parte dos textos, ser mencionados. Essa ausência pode levar à falsa ideia de que esse leitor, efetivamente, não existia/existe. Alia-se a essa invisibilidade o fato de que os leitores, de forma geral, ao serem mencionados em textos nos quais se discute a leitura, costumam ter suas práticas negadas por serem consideradas inadequadas ou ilegítimas. Nesse caso, diz-se que não há leitores, mas na verdade o que não há são os “bons leitores” (ABREU, 2002): aqueles que lêem as leituras consideradas corretas, de forma adequada (em termos de gestos e de interpretações) e nos locais indicados. Nesse sentido, como os critérios para definir o que é um (*bom*) leitor variam consideravelmente, também é variável o discurso diante da existência ou não dessa figura.

Segundo Abreu (2002),

Por detrás de afirmações corriqueiras nos dias atuais, como “ler é bom”, há uma seleção implícita de um conjunto de obras que tornam “bom” o ato de ler e que justificam outras tantas afirmações, também bastante comuns, como “os jovens não têm o hábito da leitura”. Na verdade, lê-se muito livro de auto-ajuda, de vulgarização científica, muita ficção científica, história em quadrinho, lê-se muito livro sobre *hobby*, sobre astros da música e do cinema, muitas recolhas de piadas. Mas lêem-se pouco os “bons livros”: pouca filosofia, pouca literatura erudita, pouca reflexão política séria. Em resumo, parece haver uma diminuição do interesse pelos livros positivamente avaliados pela escola, pela academia, pela crítica literária. (p. 14-15).

Diante dessas leituras negativamente avaliadas, ocorre também a negativa da leitura e dos leitores, afirmando-se que aqui não se lê. Mas, como se sabe, nem sempre a leitura de literatura foi a prática considerada ideal e nem sempre um bom leitor era aquele que lia muito. O filósofo Arthur Schopenhauer, por exemplo, elaborou severas críticas, no século XIX, à leitura extensiva, que ganhava espaço com a multiplicação de impressos na Alemanha, e ao tipo de obra que se lia. Segundo ele, obras que fazem grande sucesso com as massas são de qualidade duvidosa e não contribuem para a reflexão crítica. Para este pensador, as pessoas deveriam ler menos, refletir mais detidamente sobre o que lêem e escolher as leituras não em função do sucesso de público que elas alcançaram ou pelo seu teor de novidade, mas pela sua inserção numa tradição e pela notoriedade alcançada pelo autor:

Como as pessoas lêem sempre, em vez dos melhores de todos os tempos, apenas *a última novidade*, os escritores permanecem no círculo estreito das idéias que circulam, e a época afunda cada vez mais em sua própria lama. Por isso é tão importante, em relação ao nosso hábito de leitura, a arte de *não* ler. Ela consiste na atitude de não escolher para ler o que, cada momento determinado, constitui ocupação do grande público; por exemplo, panfletos políticos ou literários, romances, poesias etc., que causam rebuliço justamente naquele momento e chegam a ter várias edições em seu primeiro e último ano de vida. Basta nos lembrar de que, em geral, quem escreve para os tolos encontra sempre um grande público, a fim de que nosso tempo destinado à leitura, que costuma ser escasso, seja voltado exclusivamente para as obras dos grandes espíritos de todos os tempos e povos, para os homens que se destacam em relação ao resto da humanidade e que são apontados como tais pela voz da notoriedade. Apenas esses espíritos realmente educam e formam os demais. (SCHOPENHAUER, 2010, p. 132-133. Grifos do autor)

É evidente, portanto, uma escolha por práticas de leitura específicas: há aí uma indicação sobre qual é a leitura considerada mais adequada e sobre qual a forma correta de realizá-la. Além disso, é interessante observar que, na recusa em relação ao que se lê

e como se lê na Alemanha do século XIX, Schopenhauer acaba dando indícios de que a leitura era uma prática bastante comum, que ela acontecia nas camadas mais populares e com grande frequência e intensidade. O problema, para ele, estava na escolha do que ler e do como ler, ou seja, as pessoas liam, mas liam as obras erradas e do modo errado. Seu principal argumento é o de que uma obra, desde que atinja a popularidade, passa a ser considerada uma obra de qualidade duvidosa, pois ele parte do raciocínio de que, se agradou a diferentes grupos sociais, é porque é uma obra para “tolos” e, portanto, não deve ser lida por quem desejar “elevar seu espírito”. Assim, leitura boa é a leitura de uma certa elite, leitura a que poucos têm acesso e que poucos conseguem decifrar.

Não deixa de ser, então, uma tentativa de reforçar o poder através da leitura: se esta chega a todos, indiferenciadamente, não pode ser considerada boa; se muitos lêem e lêem muito, também não é uma boa prática. Separando as obras em boas e ruins, ele completa:

Quanto às obras ruins, nunca se lerá pouco quando se trata delas; quanto às boas, nunca elas serão lidas com frequência excessiva. Livros ruins são veneno intelectual, capaz de fazer definhar o espírito.

Para ler o que é bom uma condição é não ler o que é ruim, pois a vida é curta, o tempo e a energia são limitados. (SCHOPENHAUER, 2010, p. 133.)

É o mesmo argumento que Abreu (2002) verificou nos tratados setecentistas:

O verdadeiro belo, o verdadeiro bom, é aquilo que agrada àqueles que têm muito espírito e gosto. [...] Mas freqüentemente aquilo que agrada muito àqueles que têm muito espírito e gosto, agrada menos, ou mesmo não agrada absolutamente àqueles que o têm em menor quantidade, e é bem natural que seja assim. O bom gosto em todas as matérias não é de forma alguma o gosto da maioria em geral, é gosto do maior número daqueles que têm as qualidades, os conhecimentos, a experiência necessária para julgar bem a matéria de que se trata; é, se posso me exprimir assim, o gosto mais comum entre as pessoas menos comuns. (tratado setecentista recuperado por ABREU, 2002, p. 218)

Por vezes, a suposta “leitura ruim” ou “errada” é equiparada à falta de leitura, ou seja, as práticas de quem lê aquelas obras consideradas ilegítimas e/ou o faz da maneira também considerada inadequada acabam sendo negadas e com base nessa negativa constrói-se a afirmação de que não há leituras nem leitores.

No Brasil, há muito tempo o discurso sobre a leitura tem sido o da falta e veio se concretizando de diferentes maneiras: seja nos relatos de viajantes europeus que vieram ao país no século XIX (ABREU, 2001); ou nos relatos de visitantes à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro nesse mesmo período (LAJOLO; ZILBERMAN, 2009); ou

ainda nos jornais da época e, mais recentemente, nas diversas campanhas de incentivo à leitura no país (se não há leitores, é preciso formá-los). Contudo, para não nos juntarmos aos pessimistas e fazermos coro ao seu eco de que *não há leitores*, é preciso analisar com cuidado as razões de seus lamentos e a noção de leitura que as orienta. Neste item, seguindo o caminho trilhado por Sousa (2011), discutiremos essa gênese do discurso da leitura como o discurso da falta, para, em seguida, relacionarmos-lo às notícias de jornal publicadas na década de 1950 sobre a Biblioteca Municipal de Campina Grande, as quais contribuem para formar uma imagem bastante distinta daquela registrada pelo jornal *A Voz da Borborema*, no primeiro ano de existência deste espaço de leitura.

Abreu (2001, p. 142), ao recuperar os relatos de viajantes, observa que todos referem-se à ausência da leitura e de uma vida letrada no Brasil. Mas a autora alerta para o fato de que

Tais viajantes eram europeus, frequentemente muito cultivados, que tomavam a alta cultura européia como parâmetro para suas avaliações. Para eles, a cultura revestia-se de alguns ícones: a abundância de livros presentes em bibliotecas ou espalhadas pelas casas, a freqüentação assídua a eles, sua sintonia com os avanços das ciências e das artes. Tinham em mente um tipo de leitura e de livro particulares.

Os critérios, portanto, para avaliar a existência de leitores e de uma cultura letrada no Brasil eram baseados no acesso a essa cultura e nos usos do livro tais como construídos nos moldes europeus. Além disso, não era o acesso e uso de qualquer livro, mas daqueles em “sintonia com os avanços das ciências e das artes”, o que nos permite no mínimo olhar com ressalvas à afirmação de que *não há leitores*. É preciso considerar ainda que a realidade que servia de modelo para os viajantes era bem distinta daquela encontrada no Brasil do séc. XIX, onde havia um grande número de analfabetos, era reduzido o número de escolas públicas e menor ainda o de bibliotecas³⁵. Contudo, pela própria natureza dessas bibliotecas (destinadas às vezes a um público específico e nem todas abertas ao público) e pela constituição de seus acervos (formados principalmente por obras clássicas, publicadas em línguas estrangeiras, fato exaltado pelos viajantes),

³⁵ No Rio de Janeiro, eram apenas 04 (quatro): a Biblioteca Nacional (1814); a Biblioteca do Convento São Bento; o Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro (1837); e a Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) (LAJOLO; ZILBERMAN, 2009, p. 181). No Nordeste, a primeira biblioteca pública é a da Bahia, criada em 1839; e, na Paraíba, a Bibliotheca Pública da Parahyba, fundada em 1857, na cidade de Parahyba do Norte, hoje denominada João Pessoa.

pode-se imaginar que sua frequência não era realmente comparável à de bibliotecas da Europa.

Por essa razão, os relatos de visitantes à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro no séc. XIX reforçam o coro: *não há leitores!*. De acordo com documentos recuperados por Lajolo e Zilberman (2009), a maior parte desses visitantes ressalta as boas instalações da biblioteca, a grandiosidade de seu acervo e o fato de que é aberto livremente para consulta do público. Paralelamente aos elogios, há sempre o lamento sobre a ausência de leitores: “[...] aqui é tão pouco sentida a importância das ocupações literárias, que as salas permanecem, por assim dizer, vazias” (SPIX; MARTIUS, apud LAJOLO; ZILBERMAN, 2009, p. 177). Ou ainda, como afirmou Thomas Ewbank a partir de viagem feita ao Brasil em 1844: “[...] cada pessoa decentemente vestida, branca ou preta, tem acesso livre à consulta [...]. Raramente encontrei ali mais de meia dúzia de consulentes [...]” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2009 p.180). Ora, encontrar os salões “por assim dizer” vazios, não é o mesmo que encontrá-los efetivamente vazios; “raramente” encontrar “mais de meia dúzia de consulentes” não significa que estes não existiam, que estes leitores não frequentavam a Biblioteca Nacional (talvez houvesse até um número significativo deles, se considerarmos o contexto).

Quase 50 anos depois desses relatos, na última década do século XIX, brasileiros “das letras” (como jornalistas e escritores) passam a corroborar o discurso da falta de leitura no Brasil. Em texto sobre a produção e o consumo de literatura no país, intitulado “Decadencia litteraria” e publicado no jornal *Estado da Parahyba*³⁶ de 1891, lê-se:

Valentim Magalhães lamenta, pelas columnas do Paiz em seu numero de hoje a decadência em que decliva a arte da escripta no Brazil.

Lamenta e encontra os motivos desta apathia, ou melhor, desta terrível preguiça, que nos consome a vibratibilidade artística.

“Falta de meio, impropriedade de ambiente. Na capital onde se concentrava quasi todo o movimento litterario do paiz não ha logar para as lettras e a febre do dinheiro, a carestia da vida, a desocupação das coisas da arte e a preocupação das da bolsa por parte do publico produziram a baixa na procura e, portanto, na produção.

Quase ninguem lê e, pois, quase ninguem escreve.”

Afirma. E em parte tem razão. Quase ninguem lê, disse bem, porque a leitura na sociedade brasileira é uma *massada* a quem poucos se dedicam. Ler, para o brasileiro, equivale a *caceteação*, synonymo que, mais tarde, abrirá admirativamente os olhos aos lexicologos.

Nas finas sociedades européas, discute-se litteratura e arte, na sociedade fluminense discute-se os preços dos vestidos, a raça dos cavallos e a belleza das carruagens compradas a pretenciosa burguezia arruinada do Rio da Prata.

³⁶ Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/index.html>.

[...]

Não ha sujeito favorecido pelos azares do jogo da bolsa que não possua dez anneis de brilhantes e outros tantos, alfinetes de gravata, um cavallo de raça, um [ilegível] e algumas duzias de vestuario. Ora, quem possui tantos brilhantes e tão grande numero de roupas, precisa exhibir-se e enquanto sae à rua em direcção ao passeio vespertino, ao hotel ou ao theatro, depois da labutação diurna que transforma esse *gentleman* em moço de recados, não tem tempo para ler. E, de mais, a leitura é desnecessaria a tal gente. (*Estado da parahyba*, 19/07/1891, p. 3)

Como se vê, o jornalista de o *Estado da Parahyba* une-se ao de o *Paiz* para afirmar que no Brasil não há leitores e que a leitura é substituída por futilidades. Segundo o ponto de vista defendido no texto: as classes ricas não se interessam pela leitura, mas apenas pela vaidade alimentada pelos luxos frívolos (“os preços dos vestidos, a raça dos cavallos e a belleza das carruagens”), valorizados por seu grupo social; ou se desinteressam pela arte por terem outras preocupações (“a febre do dinheiro, a carestia da vida, a desocupação das coisas da arte e a preocupação das da bolsa por parte do publico”) ou por preguiça (“desta terrível preguiça, que nos consome a vibratibilidade artística”); ou ainda por falta de tempo (“não tem tempo para ler”).

No discurso desses jornalistas, fica claro que a leitura valorizada, mas não realizada pelos brasileiros, é a leitura de literatura e artes; portanto, subjacente a essa informação de que *não há leitores* no Brasil está a ideia de que a leitura a ser feita é a de *litteratura* e arte, o que se concretiza a partir de várias expressões utilizadas no texto para se referir à leitura que não é, mas deveria ser feita: “nos consome a vibratibilidade artística; Na capital onde se concentrava quasi todo o movimento litterario do paiz não ha logar para as lettras; Nas finas sociedades europeas, discute-se litteratura e arte”.

Seu discurso, então, é orientado por essa concepção que leva os jornalistas a, possivelmente, negarem outras formas ou tipos de leitura realizados pelos brasileiros nesse período. Além disso, é importante observar que os autores desse texto estão se referindo à prática da leitura em apenas uma classe social – a elite –, cujos interesses são descritos como frívolos, por haver, segundo eles, um interesse excessivo com a aparência e nenhum interesse pela leitura. As práticas de leitura das classes menos favorecidas, são, então, ignoradas nesse comentário divulgado no jornal.

No entanto, no mesmo texto em que se lamenta o fato de que aqui não se lê, o jornalista reconhece a produção de literatura no país e a resistência de escritores que, ainda que mal pagos, dedicam-se à criação de prosa e versos:

Ainda assim, apesar dessa indiferença das classes ricas pelas artes, os nossos prosadores e poetas não esmoreceram. Não ha leitores, não ha livros; mas trabalha-se em segredo trabalha-se convictamente se bem que todo o trabalho fique na gaveta, pois os editores metamorphosearam-se em *emissores*, e os miseraveis ordenados de jornalismo não dão para a temeridade de uma publicação, nem desses [ilegível] feito às pressas sae um com a alma dos Mecenass.

Que melhor prova quer Valentim Magalhães que o aparecimento desses dois ânos livros – o de Coelho Netto e o de Domicio da Gama?

E, pouco? Mas a época é de emissões, não de edições, [sic]

E quantas obras anunciadas não temos?

Raul Pompeia está com um livro quasi prompto – Agonia.

Mallet tem um trabalho – *O prélo* e Olavo Bilac um livro de poesias; Aluizo prepara um novo romance; Lima Campos, originalissimo prosador moderno, burilos os últimos capítulos do *Atravéz*; Cruz e Souza, esse bello artista de [ilegível] que produz phrases sonoras como cristaes, rutilantes como astros organisa um livro de contos *Virgilio*, Vazea entregou ao prelo os *Campos e Mares*. Arthur de Miranda, que é um artista dedicadíssimo dá o último lavor a um livro de estréa intitulado [*Naturais*] e *Silhuetas*; Sylvio Freire revê as provas das [*Timidas*] e [trecho ilegível] exquisito sentimento de decadente, um excellent livro de versos, quentes como os vinhos de [ilegível] aromaticos como a myrra d'Oriente.

Que mais desejar, nesses tempo?

Bem sabemos que podíamos adiantar mais alguns passos, mais Valentim conhece bem o nosso publico para comprehender as deffeculdades com que se lucta.

Enquanto a censura aos artistas que desertaram da imprensa diária, é injusta.

Fazer litteratura em jornal é muito bom quando o jornal paga generosamente o trabalho; mas fazer prosa e *cosinhar* ao mesmo tempo, à rasão de cento e cincoenta ou duzentos mil reis por mês e dependendo assim das imposições dos proprietários dos jornaes é impossivel.

Tudo quanto se fizer ha de sair descosido, remendado, torto, como essas linhas que ahi ficam. (*Estado da Parahyba*, 19/07/1891, p. 3)

A ausência de leitores, tão lamentada no texto, promove, segundo essa publicação, a decadência literária anunciada no título do artigo. E essa decadência se reflete tanto na produção literária (em termos de quantidade e qualidade) quanto na própria valorização do ofício de escritor: os escritores são mal remunerados e, conseqüentemente, por não poderem dedicar-se exclusivamente à “arte da escripta”, veem cair a qualidade de sua produção, uma vez que “os miseraveis ordenados de jornalismo não dão para a temeridade de uma publicação”. E, sobre esse aspecto, merece destaque a afirmação de que, diante da baixa remuneração, “tudo quanto se fizer ha de sair descosido, remendado, torto, como essas linhas que ahi ficam”. Tal contexto de desvalorização da leitura de literatura transforma o ofício de produção literária em uma atividade de resistência por parte dos escritores, a quem cabe publicar, apesar de tudo (“Ainda assim, apesar dessa indiferença das classes ricas pelas artes, os nossos prosadores e poetas não esmoreceram. Não ha leitores, não ha livros; mas trabalha-se em segredo trabalha-se convictamente [...]”).

No entanto, se há produção literária (e, pelo que se lê acima, ela não é pequena), há leitores. Uma prova disso é que, nesse mesmo jornal, durante todo o ano de 1891, publica-se o número diário de leitores que frequentaram a biblioteca pública da Paraíba (fundada em 1857). Quase diariamente, encontra-se no jornal a seguinte entrada:

FIGURA 14 – Movimento da Biblioteca Pública da Paraíba (1891)

Bibliotheca Publica
Foi este estabelecimento frequ-
entado hontem por 30 pes-
oas.

Fonte: *Jornal Estado da Parahyba* (03/04/1891, p. 3)

Essa frequência oscila: segundo publicado neste jornal em 03/03/1891, por exemplo, ela foi de 31 leitores no dia anterior; e em publicação de 12/11/1891, registra-se uma frequência de 10 leitores no dia anterior ao da publicação. Contudo, não se pode dizer que houve uma queda durante o ano, tendo em vista que no jornal de 13/11/1891 a frequência sobe para 20 leitores. O que se verifica, na verdade, nestes dados do *Estado da Parahyba*, é uma média que varia entre 20 e 25 leitores por dia na biblioteca, durante todo este ano de 1891. Considerando a população da cidade nessa época, as condições da instrução pública no Brasil e na Paraíba, bem como o número ainda elevado de analfabetos³⁷, não podemos menosprezar esses números, nem tampouco considerá-los excessivamente baixos. Essa frequência dos leitores paraibanos se aproxima bastante daquela registrada algumas décadas antes, em 1861, na Biblioteca Nacional, e era considerada um “grande número”, segundo relato de Moreira Azevedo:

Outr’ora achava-se a bibliotheca em um prédio mao, pequeno, escuro, porém existia no centro da cidade, na vizinhança das academias e das salas de aula. Era então grande o número de freqüentadores, 20 a 30 iam diariamente consultar livros na bibliotheca; mas transferida para o Largo da Lapa, diminuiu muito o número de freqüentadores do estabelecimento: hoje já não são nem 20 nem 30, porém 7 ou 8. (AZEVEDO, 1861, apud SCHAPOCHNIK, 2002, p.291)

³⁷ Segundo dados publicados por Gomes (1983), a Paraíba contava, em 1872, com uma população de analfabetos que chegava a 334.953, contra apenas 41.273 alfabetizados, o que significa dizer que 89% da população paraibana era analfabeta. O número de analfabetos, evidentemente, tende a diminuir ao longo dos anos, mas, em 1920, ainda equivale a 68,8% da população do Estado.

Pelas diferentes fontes utilizadas por pesquisadores percebe-se, então, que, já no séc. XIX, quando surgiu e se consolidou esse discurso da falta de leitura, havia muitos indícios que o invalidavam, mas que não parecem ter sido considerados: havia comércio de livros (BARBOSA, 2010); havia publicações de periódicos; havia bibliotecas públicas e particulares; havia intensa produção literária. Apesar do que diziam os viajantes estrangeiros e os homens das letras desse período, é insustentável a afirmação de que não havia leitores, de que aqui não se lia.

2.3.1. A Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande no início dos anos 1950: o que noticiavam os jornais?

No item anterior, discutimos sobre o discurso da falta de leitura/leitores no Brasil. O tempo passou, mas esse discurso permaneceu. Atualmente, outras razões são convocadas para explicar esta falta. Em 2011, o Instituto Pró-Livro realizou a segunda edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011). De acordo com os resultados apresentados, ao serem perguntados sobre as razões para não terem lido mais nos últimos 3 meses, os entrevistados alegaram falta de tempo (53%), desinteresse ou o fato de não gostar de ler (30%), a preferência por outras atividades (21%), passando pelas dificuldades de compreensão ao ler (4%), pelo preço do livro (4%) e pela ausência de bibliotecas próximas (6%), entre outras razões.

A negação da leitura que aqui se pratica é tão forte que em pesquisa realizada por Sousa (2008; 2009), os participantes, ao serem perguntados sobre suas leituras, afirmaram majoritariamente que não gostam de ler ou negaram ter o hábito da leitura, apesar de efetivamente serem leitores no seu cotidiano e apesar de pertencerem a certos grupos (como o de estudantes e professores, por exemplo), cuja condição de *não-leitores* seria contraditória, porque faz parte da própria inserção nestes grupos a pertença à categoria de *leitores*.

A Biblioteca Municipal de Campina Grande também foi alvo desse discurso da falta, especialmente no início dos anos 1950. Aproximadamente uma década após a sua fundação (que ocorreu em 1938), vamos reencontrá-la ainda como assunto de interesse dos jornais locais. Esse intervalo de tempo, embora a caracterize como uma instituição muito recente, se comparada a outras da mesma natureza, permite que possamos observar *se e como* ela se consolidou na sociedade campinense.

Houve um período na sua história, mais especificamente no início da década de 1950, em que se lia com relativa frequência nos jornais locais³⁸ o lamento a respeito da ausência de leitores neste espaço ou sobre a inadequação das leituras ali realizadas pelos seus poucos frequentadores. A euforia inicial registrada durante o ano de 1938 pelo jornal *A Voz da Borborema* dá lugar, então, a reclamações diversas: quanto à estrutura da biblioteca, à ausência de leitores ou ainda quanto às suas leituras no interior da biblioteca. Geralmente, a insatisfação com a biblioteca já se manifesta no título de alguns desses textos, como, por exemplo: *Biblioteca abjecta (A Formação, outubro/1953)*; *Biblioteca vive às moscas (O Globo, 14/07/1952)*; e *Biblioteca, livros e traças (O Globo, 04/08/1952)*. Nestas três manchetes é possível perceber a avaliação negativa a respeito da instituição, tanto em relação às condições estruturais (que a fazem ser qualificada como “abjecta”), quanto em relação à frequência (já que ela estaria entregue às traças e às moscas).

O primeiro desses textos, a ser analisado aqui, foi publicado no jornal *O Momento*, em 24 de setembro de 1950. Esse jornal, dirigido por um grupo de jornalistas pernambucanos (GAUDÊNCIO, 2012), faz um panorama desolador da biblioteca de Campina Grande e da leitura de uma forma geral, perpetuando o discurso de que aqui no país não se lê (ver Figura 15, a seguir). No texto, intitulado “Destino das nossas bibliotecas”, é possível encontrar de todos os discursos um exemplo: sobre a ausência de leitura e leitores, que transforma o Brasil num país que não lê; sobre a ausência de leitores na biblioteca municipal de Campina Grande, preterida em função de outros prazeres aparentemente mais atrativos aos jovens; sobre as condições de funcionamento da biblioteca, onde faltam livros e estrutura adequada – o que a torna menos convidativa, segundo o autor do texto (não identificado, já que a matéria não é assinada).

Enquanto a biblioteca é descrita como um lugar frio e abandonado, em situação oposta encontram-se “as casas de jogos e os cafés e as danças em lugares pouco recomendáveis”, pois estes “recebem a visita honrosa de muitos estudantes”. Essas observações levam a crer que a leitura não está entre as escolhas dos jovens nos seus momentos de lazer. Assim, não teria sido atingida a função inicial atribuída à biblioteca pelos letrados, que acreditavam ser esta instituição uma opção para as horas de “sadio deleite” dos campinenses. Essa imagem de biblioteca pública como um lugar

³⁸ Os textos a serem considerados a partir daqui podem ser conferidos na íntegra no Anexo E.

disciplinador de comportamentos e práticas de leitura foi registrada por Hébrard (2009), na França de 1858. Ao propor que professores participassem de um concurso de ensaios sobre os benefícios de se fundarem bibliotecas públicas, o governo francês se deparou com opiniões convergentes nesse aspecto:

44 exposições acreditam que é um antídoto eficaz contra a ida a cabarés, cafés e lugares mal freqüentados, ou, ainda, contra o gosto pelo jogo; 46 exposições vêem aí o meio mais seguro para fazer recuar os livros ruins; 4 acrescentam aos livros ruins as superstições; [...] Apenas 5 pensam tornar, dessa forma, mais eficaz o ensino dos cursos de adultos e das escolas de domingo e 4 veem aí o meio de completar o trabalho de instrução do professor primário. (p. 12-13)

Aparentemente, em relação à BPMCG, foi criado o lugar, mas não o desejo/a necessidade dele, nas práticas cotidianas dos cidadãos.

FIGURA 15 – Notícia do jornal *O Momento* (setembro/1950)

O MOMENTO - Domingo, 24 de Setembro de 1950

Destino Das Nossas Bibliotecas

Pouca gente frequenta a biblioteca pública de Campina Grande — Melhoramentos que se fazem necessários — Onde estão os estudantes? — Outras notas

É bem verdade que há um acentuado desprezo pela leitura, no Brasil. Já se disse, com muito acerto, que o brasileiro é o povo que menos lê, mas que de tudo entende e sabe. Basta que se verifique a frequência das nossas bibliotecas públicas, e decepcionados sentiremos até onde chega o desinteresse do povo pelas coisas do espírito. E no meio ambiente do interior, principalmente, o desinteresse do povo pelas coisas do espírito assume proporções ainda maiores e mais alarmantes. As bibliotecas vivem quasi vazias, enquanto as casas de jogos e os cafés as dansas nos lugares pouco recomendáveis, recebem a visita honrosa de muitos estudantes, que "são a esperança do Brasil", de muitos rapazinhos que conhecem o melhor jogador de pif-paff de sua terra,

mas não sabem em que lado fica a biblioteca da cidade.

Em Campina Grande

Para sermos agradáveis, não vamos dizer que a nossa terra é uma honrosa exceção à regra. Não, aqui há o mesmo descaso pelas bibliotecas. Ainda à semana que passou, estivemos em visita à nossa casa de leitura. Ambiente frio, dois estudantes apenas folheando uma velha revista. E nada mais. Aproximamo-nos da senhorinha que tem a si a tarefa de dirigir os destinos da biblioteca pública da cidade. Solicitamos o livro de frequência e os nossos olhos puderam constatar a média da frequência diária na biblioteca, que não ultrapassa a 22 pessoas.

Necessitada de novos livros

Na nossa visita muitas coisas verificamos estar necessitando a biblioteca. Os livros são os mesmos de há 5 anos, o que é lamentável para uma biblioteca de uma cidade como Campina Grande. E o prefeito Elpidio de Almeida bem que poderia dar outro aspecto à biblioteca, ampliando-a consideravelmente, afim de que a frequência seja melhorada. Pelo menos, uma campanha decidida, estimulando os estudantes a comparecerem

à biblioteca, talvez apresentasse resultado compensador.

Mas, da maneira como vai é que não deve prosseguir. Uma biblioteca sem divulgação, escondida, frequentada por meia dúzia de pessoas. É preciso melhorar, antes de tudo, aquela entrada do edifício, muito desagradável pelo seu aspecto para uma biblioteca pública.

Quem quer que visite a biblioteca reconhecerá a procedência destas afirmações, que aliás visam somente restaurar um setor tão importante da cidade.

Telefones de Urgência

Hospital Pedro I, fone 337.
Casa de Saude Dr. Brasileiro, fone 159.
P. R. F. - 5, fone 455.
Quartel do Exército, fone 382.
Quartel da Polícia, fone 262.
Residência do Prefeito, fone 327.
Correios e Telégrafos, fone 385.
Delegacia de Polícia, fone 220.
Informações, fone 111.
Reclamações, fone 399.
Automoveis de Aluguer, fones 493, 107, 280, 139, 125 e 450.

Fonte: Jornal *O Momento* (setembro/1950), disponível no acervo do Museu Histórico de Campina Grande-PB.

A despeito de todas as ausências e faltas (de recursos materiais a leitores), a frequência diária atingia cerca de 22 pessoas, número semelhante ao registrado na Biblioteca Nacional (RJ) em seus primeiros anos e na Biblioteca Pública da Paraíba, no final do século XIX. Não seria este, então, um percurso corriqueiro na consolidação de instituições dessa natureza? É possível que sim, tendo em vista que, guardadas as

devidas proporções, essa frequência coincidente foi registrada justamente nos momentos em que essas instituições ainda estariam se firmando na sociedade e todas elas com o papel de difundir práticas letradas ainda distantes de boa parte da população.

O jornal *Formação*, ligado ao Centro Estudantal Campinense (associação de estudantes, fundada, entre outros nomes, por Ronaldo Cunha Lima), também publicou texto sobre a biblioteca. Em edição de outubro de 1951, encontramos em suas páginas mais um registro das condições da biblioteca de Campina Grande neste início de década. Essa referência se dá através de uma matéria que cita a perspectiva de um estudante, Ronaldo Sindou Ramires, que escreve uma carta para o jornal a fim de denunciar as péssimas condições daquele espaço de leitura. É com base nesta carta que o jornal publica o texto “Sobre a biblioteca municipal”, dividido em duas partes: a primeira, na página 2 e a segunda na página 4 da mesma edição (ver Anexo E). A seguir, transcrevemos os trechos que consideramos mais relevantes:

[...] O nosso companheiro missivista principia por lamentar profundamente o estado [sic] em que se encontra a Biblioteca Municipal. Diríamos, se fôssemos rigorosos no assunto, que praticamente não possuímos um centro de divulgação cultural desta natureza. Atualmente o que se vê ali, continua o colega Ramires, são livros cujo peso dos anos já recomenda um novo encadernamento... os vidros das estantes que se fazem tão necessários pela proteção que podem oferecer contra a poeira, os insetos, etc...estão em sua totalidade quebrados... [...]

Um tópico interessante que Ronaldo Sindou põe em evidência em sua criteriosa carta, é o fato de, pelo citado estado em que se encontra aquela Biblioteca, não oferecer esta o mínimo incentivo aos seus frequentadores. [...] (*Jornal Formação*, outubro/1951, p. 2)

Assim como registrado em alguns momentos da história de outras bibliotecas (como a Biblioteca Pública da Bahia e a da Paraíba), na instituição de Campina Grande as condições de funcionamento provocam um descompasso entre a fundação da biblioteca e sua existência efetiva, uma vez que a precariedade da sua estrutura no decorrer dos anos faz com que os cidadãos afirmem que “[...] praticamente não possuímos um centro de divulgação cultural desta natureza”. A insatisfação atinge desde a ausência de manutenção dos livros (que precisam ser encadernados novamente, pois são já antigos) até a precariedade dos móveis utilizados, o que ameaça danificar o acervo por não acomodá-lo adequadamente. Esses fatores são apontados, inclusive, como alguns dos que contribuem para o fato de a biblioteca não “oferecer [...] o mínimo de incentivo aos seus frequentadores”.

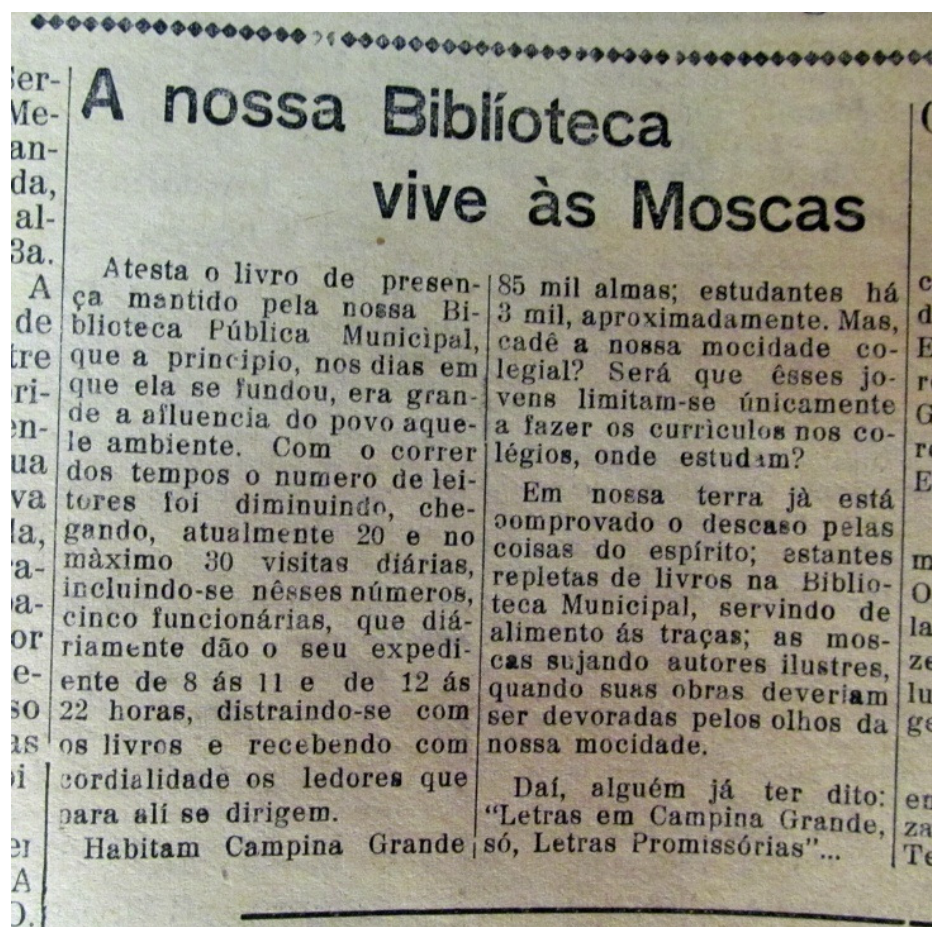
Outra crítica dirigida à biblioteca nesse mesmo texto diz respeito ao acervo encontrado:

[...] Refere-se ainda Ramires à fraquíssima percentagem de livros didáticos, que absolutamente não satisfaz a procura valiosa dos estudantes esforçados; quanto às obras clássicas, seria um outro motivo para lamentações... [...] Quem não gostaria de frequentar uma Biblioteca completamente modernizada, com suas secções bem divididas, oferecendo a todos oportunidades para conhecer, das mais recentes publicações às mais antigas obras já consagradas pela literatura universal? Não estamos a exigir todos os livros já editados no mundo, mas que seja ampliado o mais que se possa o patrimonio cultural da Biblioteca [...]. (*Jornal Formação*, outubro/1951, p. 2)

Então, a insatisfação passa pela ausência da manutenção do acervo existente, bem como pela falta de aquisições de livros para garantir a sua atualização, ou seja, a biblioteca negligencia, segundo o texto publicado, as obras já existentes e não realiza a compra de novas, o que contribui para a defasagem do acervo em todos os sentidos. Mas chama a atenção também, nesse texto citado, o destaque dado aos livros didáticos e à presença dos estudantes na biblioteca, o que justificaria ainda mais a necessidade de atualização a fim de que ela cumprisse sua função implícita: a pesquisa escolar.

No ano seguinte, em 1952, a biblioteca reaparece nos jornais, em dois textos publicados no periódico *O Globo*, recém criado pelo jornalista Francisco Asfora³⁹; em ambos, o foco se volta para o abandono no qual se encontra a biblioteca por parte dos leitores. Vejamos o primeiro, recuperado integralmente na Figura 16, a seguir:

³⁹ Francisco Asfora foi um jornalista muito atuante na imprensa de Campina Grande, além de um líder estudantil. Pertencente a uma família ligada à política do Estado, exerceu cargos públicos e concorreu ao senado em diferentes ocasiões. Faleceu em novembro de 2013, aos 84 anos.

FIGURA 16 – Notícia do jornal *O Globo* (julho/1952)

Fonte: Jornal *O Globo* (julho/1952), disponível no acervo do Museu Histórico de Campina Grande-PB

Há, nesse texto, o registro da impressão de que a frequência da biblioteca diminuiu consideravelmente ao longo do tempo, apesar de o estabelecimento funcionar nos três turnos, com uma interrupção de apenas uma hora no atendimento oferecido ao público. Mais uma vez os estudantes aparecem como os frequentadores esperados, cuja sentida ausência na biblioteca é questionada no texto: se há tantos estudantes na escola formal, onde estão eles que não visitam aquele espaço de leitura? Uma hipótese interessante é a de que esses estudantes teriam acesso à leitura nas próprias escolas onde estudam; contudo, o autor do texto (não identificado pelo jornal) parece não estar convencido disso e atribui essa baixa visitação ao desinteresse da população às “coisas do espírito”: “Em nossa terra já está comprovado o descaso pelas coisas do espírito; estantes repletas de livros na Biblioteca Municipal, servindo de alimento às traças; as moscas sujando autores ilustres quando suas obras deveriam ser devoradas pelos olhos da nossa mocidade”. Muda-se, então, o teor da reclamação: já não faltariam livros, mas leitores. Estabelece-se assim o raciocínio de que, se não é por falta de livros, não é por

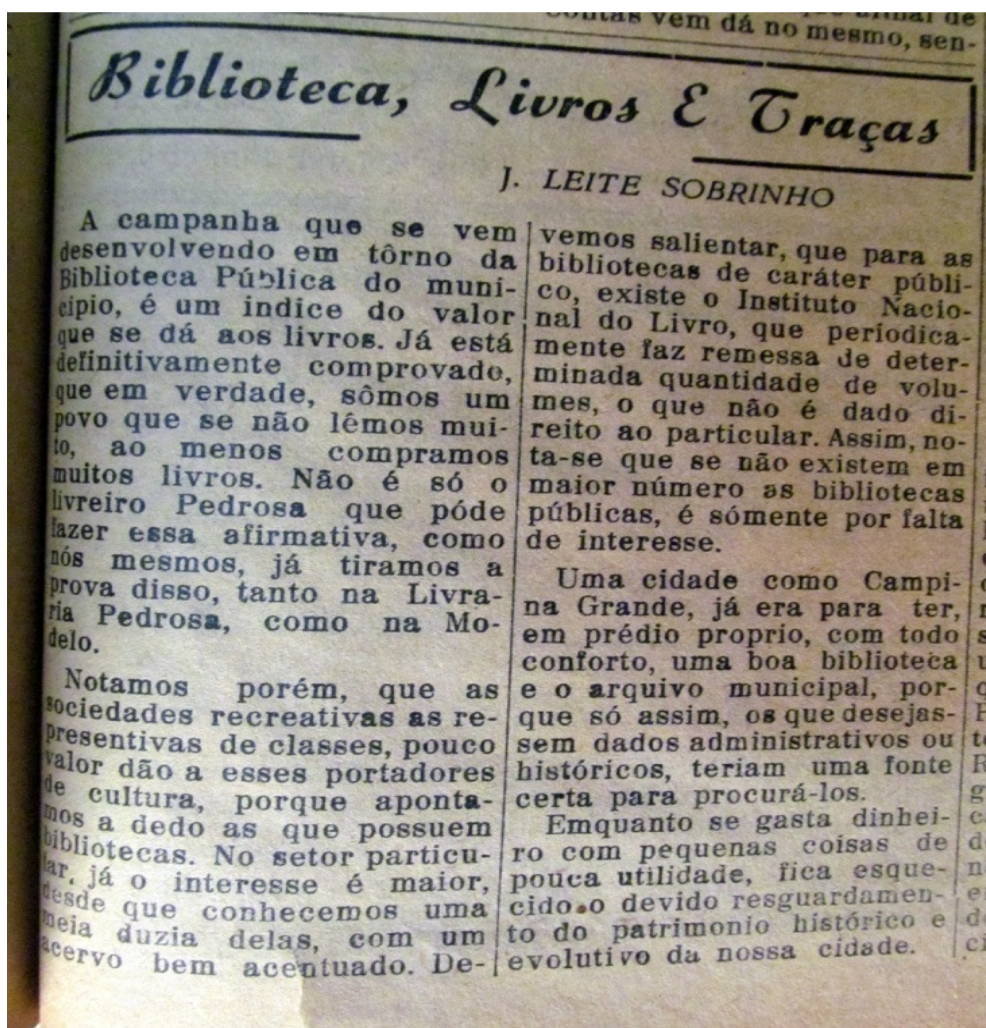
falta de horário disponível, nem por falta de acesso à escola, os campinenses não frequentam a biblioteca por pura falta de interesse em relação à sua formação cultural.

Reforça-se, com isso, o argumento de que o brasileiro não lê ou não gosta de ler; ainda, especialmente, que Campina Grande assume sua vocação comercial tão propagada, mas não mantém a mesma dedicação no que diz respeito à leitura: “Letras em Campina Grande, só, Letras Promissórias”. Como vimos no capítulo 1, essa é uma expectativa presente nos argumentos iniciais para a fundação da biblioteca: o ideal de que se atingisse o mesmo desenvolvimento cultural que o já alcançado nas áreas relacionadas ao comércio. Como se pode observar, na perspectiva do autor do texto citado, os interesses da população continuam distantes das práticas valorizadas pela camada letrada (consequentemente, distante da leitura de livros e da biblioteca), assim como verificamos nos textos publicados na década anterior.

O discurso sobre a leitura e a biblioteca oscila, então, entre uma falta e outra: em julho, a falta é de leitores que se interessem pelas “coisas do espírito”; no mês seguinte, em texto publicado no mesmo jornal, o alvo da insatisfação se volta para o descaso com que a Biblioteca vem sendo administrada: ainda sem prédio próprio e sem investimento na estrutura física e no acervo. Segundo o autor do texto (ver Figura 17, abaixo), tal descaso não tem outra justificativa a não ser a falta de interesse, uma vez que o governo federal, através do Instituto Nacional do Livro⁴⁰, faz remessas de obras para essas instituições.

⁴⁰ Para compreender a importância do Instituto Nacional do Livro e o impacto das políticas governamentais de criação e manutenção de bibliotecas públicas no Brasil, registrado a partir da criação desse órgão, ver Oliveira (1994).

FIGURA 17 – Notícia do jornal O Globo (agosto/1952)



Fonte: Jornal *O Globo* (agosto/1952), disponível no acervo do Museu Histórico de Campina Grande-PB

Para José Leite Sobrinho, autor do texto acima, há leitores na cidade, embora ele traga para a discussão um contraste interessante: é possível que não se leia muito em Campina Grande, mas se comprem muitos livros. Tal afirmativa remete à relação sempre presente entre a posse de livros e o *status* social. Livros sempre foram produtos caros, cuja compra não estava acessível para boa parte da população menos privilegiada (isso se aplica a qualquer época e lugar), então, poder comprá-los era uma forma de construir uma imagem positiva de si mesmo por dois fatores: o financeiro, porque demonstrava o poder de compra; e o cultural, porque inseria o comprador em uma elite que valorizava bens culturais como o livro.

Além disso, os lugares de compra de livros (como as livrarias Modelo e Pedrosa, citadas no texto) eram também lugares de sociabilidade, onde os campinenses se encontravam para falar sobre suas leituras, escritas, mas também para se manterem

informados sobre os assuntos cotidianos da vida na cidade (GAUDÊNCIO, 2012; COSTA, 2012). Ir às livrarias, falar sobre livros e autores, eram práticas cultivadas pela elite letrada campinense e consideradas elegantes por este grupo social. O próprio livreiro Pedrosa foi, segundo Costa (2012), o responsável por criar uma rede de discussão em torno dos livros, rede que não se limitava à sua livraria, mas culminava nela: por onde passava, ele estava sempre tecendo comentários sobre os livros que lera, sobre os últimos lançamentos que chegaram à sua livraria e sobre as figuras ilustres que ali iam para conversar com seus pares ou para lançar suas publicações. Indiretamente, ele ia fortalecendo seu negócio, mas também estimulando a prática da leitura na cidade.

Não por acaso, em 1953 ele lançaria o Edifício do Livro, grande empreendimento no setor, com instalações amplas e modernas para atender o público, numa das ruas mais importantes do centro da cidade: a Maciel Pinheiro. Assim, aqueles que ouviam seu apelo e faziam do livro “seu melhor amigo” (slogan adotado na campanha de divulgação da livraria), podiam ali encontrar-se e atualizar-se.

[...] Pedrosa conseguia aglutinar num só espaço variedades em livros, lançamentos, cultura, lazer, intelectuais, pessoas interessantes para flertes, para retretas, para bebericar, além de ter um “precinho mais em conta”. A livraria era mais que um local de vender livros e material escolar. Era um ponto de encontro. Isso fazia a diferença. O sujeito frequentava o ambiente não apenas para comprar material, mas para consumir as conversas, consumir o espaço, como diria Certeau. (COSTA, 2012, p. 68)

O livreiro Pedrosa ainda criou um programa de rádio, veiculado pela Rádio Borborema sempre ao cair da noite (por volta das 18h), no qual comentava obras lidas e publicações recentes. Essas atitudes, sem dúvida, inseriam na vida da população um contato, ainda que indireto, com o mundo dos livros e da leitura. Todas essas estratégias funcionavam bem para que ele atingisse seu objetivo de vender livros, pois se era um hábito elegante da “gente culta”, todos queriam com ele se identificar. Assim, entre uma conversa e outra, ele ia vendendo livros e também moldando gostos: “[...] o próprio livreiro era um veículo de apresentação da leitura [...]. Ao escolher determinadas obras para colocar em suas prateleiras, Pedrosa veiculava sobre o consumidor um discurso de controle, de seleção de leituras, de organização, de domínio” (COSTA, 2012, p. 49).

Por outro lado, a afirmativa de que em Campina Grande se vendiam muitos livros, apesar de não se ler muito, também parece reconhecer, implicitamente, que comprar um livro nem sempre significa lê-lo e que essa prática de compra para ostentação, tão antiga (conforme comprovam, entre outros, os estudos de Chartier, 1999b), também poderia

ser recorrente naquele momento em Campina Grande. É possível que nem toda essa gente polida e elegante que frequentava a livraria Pedrosa e se transformava em consumidora de seus produtos, especialmente dos livros, fosse necessariamente leitora. Afinal, ir à livraria estava relacionado também a outros interesses de sociabilidade e não apenas à leitura: dirigir-se àquele local significava encontrar pessoas, conversar, socializar-se tanto quanto seria possível indo a um café. Talvez a pouca frequência dos leitores reclamada no texto jornalístico citado se dê justamente pela ausência de uma rede de sociabilidade que envolvesse a biblioteca municipal e a colocasse como um lugar privilegiado de encontro entre os campinenses, em torno do livro e da leitura.

Ainda no texto publicado por José Leite Sobrinho no jornal *O Globo*, registra-se o lamento sobre a falta de bibliotecas na cidade, uma vez que, segundo ele, as associações recreativas e as representativas de classe não as têm e a pública, conforme já comentamos, não está em boas condições. Tudo, portanto, compete contra a biblioteca: não há livros, nem instalações adequadas, conseqüentemente, não há leitores.

Um ano depois, a situação parece não ter melhorado, uma vez que o jornalista Nazário Pimentel, inicia assim o seu texto intitulado *A Biblioteca Municipal*:

Pequena, isolada, sem conforto, sem livros, sem revistas, sem jornais, assim está a Biblioteca Municipal de Campina Grande. É na verdade uma vergonha para a décima terceira cidade do Brasil, não possuir uma BIBLIOTECA a altura de suas necessidades (*Jornal do Estudante*, agosto/1953, p. 4).

A biblioteca é, então, caracterizada pela falta: tudo falta, inclusive os leitores (certos):

Biblioteca está abandonada por tudo, procurada apenas por estudantes folgadões, que ali vão passar a tarde lendo histórias de Carochinha e, contos policiais. O que esta biblioteca precisa é de dirigentes e de livros, não livros de carochinhas nem tão pouco livros policiais e sim, livros instrutivos (pois tem muito pouco) livros que abram o espírito deste povo impetuoso como o de nossa mocidade. (*Jornal do Estudante*, agosto/1953, p. 4)

Desta vez, há o reconhecimento de que os leitores existem, mas eles são caracterizados como “estudantes folgadões”. Ao usar essa expressão, o autor reafirma a relação entre a leitura na biblioteca e o vínculo com a educação formal (uma vez mais são os estudantes que aparecem como leitores deste espaço). Ao mesmo tempo, tendo em vista o perfil desses frequentadores “folgadões”, considera que a biblioteca está “abandonada por tudo”, ou seja, apesar de existirem, esses leitores são condenados à

invisibilidade, devido às suas práticas supostamente inadequadas: ir “ali passar a tarde lendo histórias de Carochinha e contos policiais”. Não sabemos ao certo a que leituras ele se refere ao mencionar “histórias da Carochinha” e “contos policiais” como as escolhas desses leitores, mas sem dúvida elas estão no campo da ficção, o que é considerado como inadequado por não contribuir, segundo o autor, para a boa formação desses estudantes.

Tal é a recusa por essas leituras que Nazário Pimentel, a um só tempo diretor e articulista no jornal, chega a afirmar que caberia à biblioteca alterar o tipo de obras a serem oferecidas: segundo ele, “não livros de carochinhas nem tão pouco livros policiais e sim, livros instrutivos (pois tem muito pouco) livros que abram o espírito deste povo impetuoso como o de nossa mocidade”. Em outras palavras, a “censura” ou o direcionamento para as leituras adequadas deveria partir da administração da biblioteca, ao escolher para seu acervo obras que realmente contribuíssem para a boa formação dos seus usuários, na perspectiva defendida no jornal.

Esse posicionamento acerca das leituras e dos leitores não é exclusividade do autor da matéria de jornal mencionada; não é sequer uma novidade daquela época. Apenas para citar um exemplo, em 1876, o diretor da Biblioteca Nacional brasileira afirma o seguinte:

É igualmente sabido que nossa mocidade se ocupa mais em geral da leitura de novellas, poesias ligeiras e peças escandalosas do que da consulta de obras de elevado valor científico e litterario; ora não é também este o lugar adequado para similhante distracções, e por isso não existem aqui os tomos ambicionados pela imaginação incandescente e transviada dos moços a quem me refiro. (Relatório do Diretor da Biblioteca Nacional, 1876, apud SCHAPOCHNIK, 2002, p. 293).

Apesar de ser um discurso recorrente, os livros que o concretizavam e serviam para “abrir o espírito” no final do século XIX não eram os mesmos na década de 50 do século XX (período em que a referida notícia é publicada) e não seriam os mesmos na atualidade. Há, inclusive, nos dias de hoje, uma maior valorização de um tipo de leitura (de literatura) e de uma função da leitura (por prazer) que não se verificava nesses dois períodos comentados. Esses fatores, entre outros, interferem na avaliação do que se considera como obra ideal para “abrir” ou “formar o espírito” a cada momento.

Ainda assim, essa forma de caracterizar a Biblioteca Pública Municipal (fortemente relacionada a uma visão depreciativa das bibliotecas de forma geral) e também os seus leitores, demonstra que os usos efetivamente realizados pelos seus

frequentadores não eram aqueles imaginados pela elite intelectual que a fundou. A euforia inicial pela criação da biblioteca é substituída agora pela recusa aos usos “ilegítimos” que a população (não necessariamente membros da elite, mas possivelmente também estes) passou a fazer da biblioteca, “corrompendo”, na perspectiva dos letrados, o destino inicialmente pensado por eles e analisado no capítulo anterior. A biblioteca passou a ser território de visitantes cujas práticas não agradavam.

Ainda no ano de 1953, Garibaldi Dias de Sousa publica no jornal *Formação* o texto intitulado “Biblioteca abjecta”, recuperado na Figura 18, a seguir:

FIGURA 18 – Notícia do jornal *Formação* (outubro/1953)

F O R M A Ç Ã O

Outubro de 1953

BIBLIOTECA ABJECTA

Garibaldi Dias de Sousa

É meu propósito focalizar neste artigo, um problema que há muito tempo aflinge o meio cultural de Campina Grande. É um problema vetusto, já debatido por diversas vezes, mas que eu o quero lembrar por mais uma vez.

A Biblioteca Municipal de Campina Grande, entregue a direção da Secretaria de Educação e Cul-

tura Municipal, não parece merecer a atenção daquela repartição, pois que há muito vive desprezada, de uma maneira como não se despreza nem uma pevertida. De Biblioteca só tem mesmo o nome, porquanto os móveis são decrepitos, os livros rasgados e empoeirados, e o barulho ensurdecador. Está ela localizada num local em que o sujo, a poeira e as aranhas com suas teias, são quem mandam. Não seria preciso, que a Secretaria de Educação e Cultura Municipal, dotasse Campina Grande de uma Biblioteca semelhante a do Vaticano ou a Municipal do Rio de Janeiro. Bastaria apenas, uma que atendes- se às necessidades dos estudantes campinenses que assim poderiam se deliciar com as leituras de autores nacionais e estrangeiros. Aí, o estudante poderia familiarizar-se tanto com Balzac, com Camões ou com Daudet. Familiarizar-se-ia também com Humberto de Campos, Joaquim Nabuco e Machado de Assis.

Eis porque, eu lanço o meu apelo à Secretaria de Educação e Cultura Municipal com o fim de que ela volte os olhos para o problema do engrandecimento cultural de Campina Grande, dotando-a de uma Biblioteca que seja na realidade, uma Biblioteca.

“Silêncio”

Socorro Gonsalves Dias

*Não te digo, nem direi... Mas penso
Que o meu olhar quando aos teus olhos pousa,
Te revela em segredo alguma cousa,
Alguma cousa deste amor imenso!*

*Minha boca, bem vês, como uma lousa
E muda, embora, num desejo intenso,
Arde o meu coração com um incenso
Envolto no mistério em que repousa!*

*Que outros proclamem seu amor em frases,
De fogo alçando a voz internecida,
Chêios de vozes e expressões falazes!...*

*Eu não... Nada te disse e nem te digo,
Mas sabes que este amor é minha vida,
E que em silêncio MORRERÁ comigo.*

Campina Grande, Paraíba

Fonte: Jornal *Formação* (outubro/1953), disponível no acervo do Museu Histórico de Campina Grande

Como já aponta o próprio título do texto, a biblioteca é descrita como uma instituição abandonada e ineficaz: “De Biblioteca só tem mesmo o nome, porquanto os móveis são decrepitos, os livros rasgados e empoeirados, e o barulho ensurdecador. Está ela localizada num local em que o sujo, a poeira, as aranhas com suas teias, são quem mandam [...]”. Aparece mais uma vez a ideia de que ela não existe de fato, pois o que existe sequer merece o nome de biblioteca, o que motiva o apelo no final do texto para que a Secretaria de Educação e Cultura contribua para o “engrandecimento cultural de Campina Grande, dotando-a de uma Biblioteca que seja na realidade uma Biblioteca”. Como vimos anteriormente, essa tensão entre o ato de fundação e a existência concreta de uma biblioteca em condições de funcionamento também ocorreu com outras instituições, a exemplo da Biblioteca Pública da Paraíba (no final do século XIX e início do XX).

Merece destaque ainda, nesse texto de Garibaldi Dias de Sousa, a referência à relação entre a biblioteca e os estudantes, uma vez que ele defende uma instituição que “atendesse as necessidades dos estudantes campinenses”, argumento bastante recorrente na história desse espaço de leitura. Além disso, segundo o autor, os estudantes deveriam se “deliciar” com alguns autores nacionais e estrangeiros, o que sugere uma ideia de leitura para fruição e não apenas como fonte de pesquisa escolar. Mantém-se a ideia de que há “bons” autores para serem lidos a fim de formar o espírito desses estudantes; ou seja, mesmo quando a leitura surge como possibilidade de fruição, não é abandonada, ainda que implicitamente, a sua função de formação, uma vez que não são sugeridos quaisquer autores, mas sim aqueles já consagrados por uma tradição literária: Balzac, Camões, Daudet, Humberto de Campos, Joaquim Nabuco e Machado de Assis.

Para finalizar, um dado que também merece atenção é a referência, em três dos textos jornalísticos recuperados, à ideia de que o desenvolvimento cultural de Campina Grande (simbolizado pela biblioteca) não acompanha o desenvolvimento econômico da cidade, alcançado especialmente na área do comércio, o que fica mais evidente, por exemplo, no seguinte trecho:

Até quando, ó prefeitos que passam, esperaremos nós pela tão almejada Biblioteca Municipal? Não vêdes que esta é a Rainha da Borborema, a Capital dos Sertões Nordestinos?
Eu, cá com meus botões fico pensando: sim, talvez seja Rainha, mas uma Rainha que em cuja corôa traz um ocioso símbolo do Comércio! Talvez seja

uma Capital, mas pela simples razão de habitar em seu seio um avultado número de capitalistas. (*Jornal Formação*, Outubro/1951, p. 2)

A irônica afirmativa de que “Letras em Campina Grande, só Letras Promissórias” (Jornal *O Globo*, julho/1952) corrobora a crítica ao fato de que os investimentos existentes são predominantemente destinados a outras áreas da administração pública, ficando a cultura (consequentemente, a biblioteca) abandonada e condenada a funcionar de maneira precária. Como afirma José Leite Sobrinho: “Enquanto se gasta dinheiro com pequenas coisas de pouca utilidade, fica esquecido o devido resguardamento do patrimônio histórico e evolutivo da nossa cidade” (Jornal *O Globo*, agosto/1952). Tal é o estado em que se encontra a biblioteca, que o autor do texto se pergunta até quando “esperaremos nós pela tão almejada Biblioteca Municipal?”, pondo em evidência que ela existia de direito, mas não de fato⁴¹.

Portanto, a Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande, em pouco menos de 15 anos se converte de grande realização do governo em instituição abandonada, onde tudo falta: prédio próprio, livros, móveis, estrutura adequada e até mesmo leitores. Estes, se eram muitos nos primeiros anos de sua fundação, são em número reduzido na década de 1950, segundo os jornais da época. E, mesmo quando existem, são condenados a certa invisibilidade, porque suas práticas (o que leem e como leem) são consideradas inadequadas, afinal, nessa perspectiva, ir para a biblioteca ler “histórias da carochinha ou contos policiais” é o mesmo que deixá-la abandonada, pois significa desvirtuar este espaço de sua função mais nobre: a formação do espírito da mocidade, através de leituras instrutivas. Assim os leitores, quando a armadura não lhes serve, como o cavaleiro inexistente de Calvino⁴², deixam de existir aos olhos da sociedade: tornam-se leitores inexistentes. E, no entanto, eles existiram.

⁴¹ Segundo Costa (2012), esse mesmo argumento foi utilizado no final desta década de 1950 pelos cidadãos da cidade de Anápolis-GO, ao reivindicarem a criação de uma biblioteca pública que correspondesse ao desenvolvimento econômico alcançado pelo município. Os jornais da época conclamavam o povo a lutar pela criação desse espaço de leitura, pois sua inexistência na cidade denunciava o atraso e o analfabetismo da sua população. De acordo com o autor, assim como a BPMCG, ora estudada, aquela biblioteca do interior goiano também passou ao longo de sua história pelas mesmas lutas, entre a fundação e o seu efetivo funcionamento, enfrentando fechamentos, inaugurações e reinaugurações, além de estruturas precárias e falta de investimento governamental.

⁴² Referência ao personagem principal de *O Cavaleiro Inexistente*, obra publicada por Ítalo Calvino em (1959) e já mencionada por nós no subitem 2.3.

PARTE II

LEITORES DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB: LENDO E TECENDO HISTÓRIAS



Foto: Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB. Acervo pessoal (2015).

3. NUMA FOLHA QUALQUER: OS REGISTROS DE EMPRÉSTIMOS NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

Cada leitor existe com o objetivo de assegurar uma modesta imortalidade a determinado livro. A leitura é, nesse sentido, um rito de renascimento.

Alberto Manguel, *A Biblioteca à Noite*.

Sem dúvida, a história da BPMCG, bem como a história das práticas de leitura realizadas por seus usuários, não se afasta significativamente dessa longa tradição de recusa ou invisibilidade dos modos de ler, nem das representações construídas sobre esses espaços de leitura ao longo do tempo – tradição e representações discutidas nos capítulos anteriores. E é na proximidade com essa tradição que se percebe outra semelhança: embora nem sempre mencionados, os leitores sempre estiveram presentes nas bibliotecas (isso inclui a BPMCG), ainda que sua forma de ocupação desses espaços, por vezes, subverta em algum aspecto os usos esperados. Como vimos no capítulo anterior, o modo de se comportar, as formas de ler e, sobretudo, as leituras escolhidas pelos leitores podem servir de parâmetro para recusa de suas práticas. Isso só reforça a ideia de que há um discurso sobre a leitura ideal/legítima que reduziu a visibilidade histórica daquilo que não se enquadra, daquilo que lhe é diferente (mas jamais indiferente). Ou seja, o que se dizia sobre a leitura, os leitores e as bibliotecas há séculos, em certa medida, também já se disse, ou ainda se diz hoje, sobre a BPMCG: que ela está abandonada, que não há leitores, ou que os poucos que há não a utilizam como deveriam. Contudo, assim como ocorria na história de outras instituições, nesta biblioteca também se pode ver a burla aos modelos, que não servem completamente aos seus leitores, afinal, eles têm sua maneira própria de se relacionar com a biblioteca e com a leitura de forma geral. É essa história das práticas de leitura desses sujeitos leitores que vamos descobrir e discutir a partir de agora neste capítulo.

Os dados utilizados até o momento, extraídos de documentos oficiais da biblioteca ou de publicações jornalísticas a respeito dela, pouco se referem aos leitores e seu modo de usar a instituição. Apenas na década de 1950, como vimos, é possível encontrar nos jornais textos que mencionam os leitores da biblioteca. No entanto, quando o fazem, é principalmente para afirmar a ausência ou minimizar a relevância de sua frequência naquele espaço, ou, ainda, para condenar as práticas dos que ali aparecem. Como já vimos discutindo nos itens anteriores, esse não é um privilégio da biblioteca de Campina Grande:

Dos componentes que constituem o sistema literário – sintetizado no triângulo escritor, obra, leitor –, este é seguidamente o menos levado em conta, embora tão evidente quanto os demais. Figura histórica, cuja presença constata-se em civilizações passadas que se valeram da escrita, o leitor alcançou maior visibilidade a partir do século XVIII, quando sua predileção por determinados tipos de obra provocou o aparecimento e consolidação de certos gêneros artísticos, tanto quanto induziu à adoção de medidas pedagógicas. (ZILBERMAN, 2001, p. 73)

Mas como, então, encontrar esse leitor? E mais ainda: como capturar e descrever o momento (fugidio) de suas leituras? Segundo Piglia (2005, p. 25), “[...] para poder definir al lector [...] primero hay que saber encontrarlo. Es decir, nombrarlo, individualizarlo, contar su historia”. No entanto, como já discutido anteriormente, a existência desses leitores, bem como a descrição de suas práticas, costuma ser negligenciada, o que, no caso das bibliotecas públicas, se verifica pelos silenciamentos gerados a partir da ausência de registros sobre esses leitores: os dados sobre *o que e como* leram costumam perder-se no tempo ou ser deliberadamente descartados. Se os documentos oficiais de criação da biblioteca ou as notícias jornalísticas pouco revelavam diretamente sobre os leitores, era preciso buscar um meio de descobrir esses sujeitos e suas formas de se relacionar com a biblioteca e a leitura.

Decidimos procurar por esse leitor, então, no que, supúnhamos, havia de mais peculiar à sua atividade nas bibliotecas: os empréstimos. Pensávamos, dessa forma, conseguir captar a movimentação desse leitor, tendo em vista que as bibliotecas, para viabilizar a circulação de parte do seu acervo, precisam registrar o movimento de saída dos livros, o que incluiria a identificação do leitor (seus dados pessoais e as obras retiradas da biblioteca) e as circunstâncias do empréstimo (tais como a data de retirada e devolução dos livros).

Assim, para nos aproximar das práticas de leitura realizadas pelos leitores na e a partir da BPMCG, recorreremos a duas fontes: a primeira delas foi a análise dos empréstimos registrados pela biblioteca no período de julho/2008 a maio/2011, que nos ajudou a compreender a que leituras esses leitores recorriam, bem como a frequência e o volume de empréstimos durante o período observado. A escolha por esse período se deu a partir da constatação de que todos os registros de empréstimos anteriores a julho de 2008 haviam sido descartados e, com eles, parte significativa da história da BPMCG, dos seus leitores e de suas práticas.

Diante dessa realidade com a qual nos deparamos, restou-nos recolher o que ainda havia de registro, sendo, portanto, a ano de 2008 o mais longe que pudemos recuar no

tempo dessa história. Assim, esse período recoberto por essa parte dos dados da presente pesquisa – de julho/2008 a maio/2011 – não foi uma escolha metodológica, mas uma imposição diante da inexistência, na biblioteca, de registros oficiais anteriores a essa data.

Através da análise dos empréstimos foi possível verificar quais eram as obras escolhidas pelos leitores, quais deles apresentavam o maior volume de leituras e como eles se inseriam nos grupos aos quais pertenciam (de acordo com o vínculo com a educação formal e a quantidade de obras tomadas de empréstimo). A partir dessa primeira fonte de informações (que responde a parte das perguntas sobre a biblioteca, mas não a todas), pudemos chegar à segunda fonte: os próprios leitores, que foram selecionados a partir dos dados coletados sobre os empréstimos (considerando principalmente o grupo de leitores que realizou a maior quantidade de retiradas na biblioteca) e, em seguida, entrevistados para a pesquisa.

Então, em um primeiro momento, voltamo-nos para a coleta e sistematização dos dados provenientes dos empréstimos. Num segundo momento, pudemos de fato nos dedicar às histórias de parte desses leitores com a biblioteca de Campina Grande, a partir de sua própria perspectiva. Ambas as fontes podem ser alvo de ressalvas (que virão à tona durante a análise), mas correspondem ainda assim a contribuições importantes para se compreender as práticas realizadas naquele espaço e sua relação com a história de leitura dos que recorrem a ele.

Tendo em vista esse percurso no acesso aos dados, iniciaremos este capítulo analisando os registros de empréstimos para, em seguida, observarmos o discurso construído pelos leitores nas entrevistas, a respeito de suas práticas e de sua história na e a partir da BPMCG.

3.1. Os leitores e suas leituras: o que revelam os empréstimos

3.1.1. Os leitores

A decisão de utilizar os empréstimos como ponto de partida para a análise das práticas de leitura na biblioteca se deu, em primeiro lugar, devido à oportunidade que eles representavam de nos basearmos em um registro escrito sobre a biblioteca e seus leitores, uma vez que informações escritas dessa natureza não se mostraram comuns ao longo da pesquisa. Em segundo lugar, porque o número de usuários que frequentam a biblioteca apenas para consulta costuma ser muito superior ao de leitores que realizam

empréstimos, então, considerar estes últimos ajudou a reduzir o universo dos sujeitos da pesquisa – uma vez que pretendíamos realizar entrevistas e analisar o discurso destes leitores sobre suas práticas de leitura, a quantidade de leitores precisava ser reduzida para tornar viável a análise. Por fim, porque nos interessa saber, posteriormente, que motivações têm os leitores para buscar os livros disponíveis para empréstimo na biblioteca, tendo em vista que há tantas outras formas de acesso a eles na atualidade.

Chegar a esses dados, porém, não foi tarefa simples. Como a biblioteca não possui sistema informatizado de controle dos empréstimos de obras nem de cadastros dos leitores, essa ação é realizada manualmente pelos funcionários, em cadernos comuns. Cada página do caderno serve ao registro dos empréstimos de um leitor por vez e apresenta os seguintes campos para preenchimento: *data, turno, mês, nome, endereço, telefone, número do RG, se é estudante e em qual instituição estuda, se trabalha e onde, obra(s) solicitada(s), autor(es), data da devolução, assinatura do funcionário e do leitor* (ver Anexo G). No entanto, nem sempre todos os campos encontram-se preenchidos, sendo negligenciadas por vezes informações referentes ao endereço ou à instituição de ensino (no caso dos estudantes), por exemplo, de maneira que esses espaços ficam em branco.

A cada visita de um leitor, uma nova página é preenchida; por essa razão, não há na biblioteca uma forma de ter acesso de uma só vez a todas as movimentações de empréstimos de obras realizados por cada leitor. Essa movimentação encontra-se dispersa nas páginas dos cadernos. Para a coleta desses dados, xerocopiamos os cadernos que ainda constavam nos arquivos da biblioteca (porque eles costumam ser destruídos) e digitamos as informações daqueles aos quais tivemos acesso. Essa parte do nosso *corpus* é formada, então, pelos registros dos empréstimos de livros realizados pelos leitores no período compreendido entre **julho/2008 a maio/2011**, dispostos em 05 (cinco) cadernos, assim distribuídos ao longo desse tempo:

CADERNO 1	Julho/2008 a Novembro/2008
CADERNO 2	Novembro/2008 a Abril/2009
CADERNO 3	Abril/2009 a Agosto/2009
CADERNO 4	Agosto/2009 a Dezembro/2009
CADERNO 5	Agosto/2010 a Maio/2011

Há, portanto, uma lacuna entre os meses de janeiro a agosto/2010, a cujos registros não tivemos acesso porque o caderno referente a esses meses não foi localizado pela diretora da instituição, tendo sido, provavelmente, descartado.

Após essa coleta, construímos planilhas, utilizando o Excel, que nos ajudassem a agrupar esses dados, e que nos permitissem reunir as informações referentes a cada leitor individualmente, a fim de observar como cada um deles utilizou esse serviço de empréstimo naquele período.

Essas planilhas obedecem a dois modelos principais: a primeira apresenta as informações de maneira exatamente igual ao caderno, ou seja, seguindo a ordem das páginas do caderno; a segunda agrupa os dados em ordem alfabética a partir dos nomes dos leitores. Já que nosso interesse é identificar os leitores e sua forma de utilização da biblioteca, vamos nos deter a esse último modelo. A organização dos dados *por leitor* permite que se observe o perfil de cada um desses leitores: quem são eles, o que leem e com que frequência, além de possibilitar a construção de hipóteses sobre como e por que buscaram essas leituras e não outras. Ao agrupar todos os empréstimos que um leitor realizou, é possível, por exemplo, observar qual foi a sequência de suas leituras, se elas se repetem quanto ao gênero das obras escolhido, quanto ao tema ou ao autor; se há livros retirados várias vezes e até mesmo quanto tempo ele demora com cada um deles.

Pela própria natureza dos nossos dados, é preciso esclarecer que lidamos nesta pesquisa com apenas uma parte do público que frequentou a Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande: aqueles que utilizaram essa instituição, no referido período, para a realização de empréstimos; ou seja, os resultados a que chegamos nesta análise são parciais e não correspondem nem a todas as práticas de leitura realizadas nesse espaço por diferentes leitores, nem a todas as práticas de um mesmo leitor, mas apenas a algumas delas. Isso se dá porque, por exemplo, cada leitor pode utilizar a biblioteca de uma forma particular e distinta; ou um mesmo leitor pode utilizar a biblioteca de diferentes maneiras, a depender de seus interesses e objetivos em cada momento (eles podem, por exemplo, ir ao espaço para estudar, levando seus próprios livros; ou podem consultar o acervo disponível, mas não realizarem empréstimos; ou podem ainda ir para fazer pesquisas na internet, etc.).

Esses dados, portanto, nos permitem conhecer algumas informações, a respeito de quem são esses leitores que frequentam a biblioteca e, entre outras práticas, utilizam o serviço de empréstimo de obras; que leituras eles buscam entre as obras disponíveis

para empréstimo e com que frequência, além de suscitar a reflexão sobre se é possível entrever uma relação entre essas leituras e suas atividades profissionais e/ou estudantis.

A descrição desses dados, ainda que não suficiente por si mesma para compreender o conjunto de práticas desses leitores na biblioteca, contribui para, em primeiro lugar, negar o discurso da falta de leitura e de leitores, comumente evocado quando se discute a leitura no país: se há empréstimos, há leitores; se boa parte das obras disponíveis para empréstimos é de literatura⁴³, então há leitores de literatura entre os usuários da biblioteca. Em segundo lugar, esta pesquisa permite, ainda, pensar sobre o papel exercido pela Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande e pelas bibliotecas públicas em geral na promoção da prática da leitura.

Para realizar a análise dos dados, optamos por distribuí-los quantitativamente, considerando, em primeiro lugar, a existência ou não de vínculo de cada leitor com a educação formal, por ser este um fator mencionado com frequência na história das bibliotecas e em pesquisas⁴⁴ sobre estes espaços de leitura (que serão retomadas e discutidas mais adiante). Segundo essas pesquisas, as bibliotecas públicas seriam por excelência o lugar onde predominam leitores em fase escolar, que buscam esse espaço supostamente para a realização de suas atividades escolares.

Contudo, boa parte das obras de referência utilizadas para essas tarefas (tais como livros didáticos, enciclopédias, dicionários, etc.) não costumam estar disponíveis para empréstimo, apenas para consulta no próprio ambiente da biblioteca. Por essa razão, nossas perguntas nesse momento são principalmente três: em primeiro lugar, na BPMCG, existe um público leitor predominantemente formado por estudantes? Em segundo lugar, uma vez que as obras para pesquisa não estão disponíveis para empréstimo, o que buscam esses leitores ao utilizarem esse serviço da biblioteca? E, por fim, nessas leituras escolhidas pelos *estudantes* existe realmente uma predominância de obras relacionadas ao âmbito escolar, ao passo que os *não estudantes* colocam-se fora do alcance dessa influência da escola?

⁴³ O termo *literatura* aparece muitas vezes na fala da funcionária da biblioteca, ao se referir às obras que podem ser tomadas de empréstimo pelo leitor. Aqui, está sendo empregado como uma “denominação genérica de uma série de gêneros” (BARBOSA, 2005), que recobre, portanto, desde gêneros bastante consolidados numa certa tradição literária reconhecida pela crítica (como conto, romance e poesia, por exemplo), até os livros considerados como auto-ajuda. Este último, por si só, um gênero de difícil definição, por reunir obras muito diferentes entre si e também por ter uma relação estreita com a apropriação que cada leitor faz de suas leituras, ou seja, “é o leitor quem transforma sua leitura em auto-ajuda” (BARBOSA, 2005, p. 160). Sobre as mudanças pelas quais a noção de *literatura* passou ao longo do tempo, ver Lajolo (2001).

⁴⁴ A exemplo de Brasão (2004), Failla (2012) e Amorim (2008), sendo estas duas últimas referentes às últimas edições de Retratos da Leitura no Brasil.

Partimos da hipótese de que, embora seja possível verificar a existência de um público leitor em fase escolar (numericamente predominante) e outro que não mantém mais vínculo com a educação formal, na análise de suas práticas de leitura essa divisão não será dicotômica, pois as práticas atribuídas a um e outro grupo não serão homogêneas e estanques.

Essas perguntas e os dados disponíveis sobre os leitores geraram o agrupamento em 03 (três) categorias quanto ao critério do vínculo com a educação formal no momento dos empréstimos: **estudantes**, **não estudantes** e **não informaram**. Os *não estudantes* são aqueles que declararam, no ato do empréstimo, não estar vinculados ao ensino em nenhum nível; os leitores inseridos na categoria *Não informaram vínculo* são aqueles em cujas páginas de empréstimo dos cadernos o campo “estudante” estava em branco; os *estudantes*, por sua vez, são aqueles em cuja folha de empréstimo o campo estava preenchido com um “sim”⁴⁵.

Entre os que pertencem à categoria dos *estudantes*, dividimos os dados de acordo com o nível de ensino a que cada leitor está vinculado, informação extraída do próprio caderno de registros de empréstimos da biblioteca, que além do campo “estudante” apresenta ainda o de “instituição” (embora nem sempre ele se encontre preenchido, como veremos). Assim, esta categoria está subdividida em estudantes do *ensino fundamental e/ou médio*, *ensino superior* e *Não informaram nível/outros*. Neste último caso, estão incluídos os leitores que se identificaram como estudantes, mas não informaram ao funcionário da biblioteca (responsável pelo preenchimento) a instituição de ensino a que estão vinculados, ou ainda aqueles que estão matriculados em cursos técnicos (como os oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), bem como os que informaram estudar por conta própria, ou seja, sem vínculo com o ensino formal (o que ficou registrado através da palavra “livre”, anotada pelo funcionário responsável pelo empréstimo, no campo destinado à instituição).

⁴⁵ Para compreender melhor a distribuição das informações na folha do caderno de empréstimos, ver Anexo G.

Quadro 1: Distribuição dos leitores, por categoria, entre os meses de Julho/2008 a Maio/2011

Categorias	Quantidade de Leitores		
Estudantes	212	Ensino Fundamental e/ou Médio	66
		Ensino Superior	101
		Não inf. nível/outros	45
Não estudantes	43		
Não informaram vínculo	35		
TOTAL	290		

Fonte: Elaboração própria, a partir dos cadernos de empréstimos da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB.

Os números registrados permitem-nos, se não elaborar conclusões definitivas, ao menos levantar algumas hipóteses sobre a leitura na biblioteca de Campina Grande-PB. A primeira delas diz respeito ao forte elo entre educação formal e leitura nesta instituição: como se vê, é grande o número de leitores que se identificaram como *estudantes* no momento do empréstimo e, se compararmos esse número ao de *não estudantes* e de leitores que *não informaram* sua condição, o grupo de leitores estudantes representa uma maioria significativa nos cadernos analisados.

Esta parece ser uma tendência histórica nas bibliotecas públicas brasileiras, pois, de acordo com as conclusões de Schapochnik (2002) com base no relatório do bibliotecário responsável pela Biblioteca Pública da corte imperial, o público que frequentava aquela instituição, em meados do século XIX, também era constituído, majoritariamente, por estudantes:

Sobre o primeiro tópico, relativo ao movimento dos leitores efetivos, o bibliotecário informava ser a “estação da maior freqüentação limitada entre os meses de Novembro a Março”, isto é, o período das provas de conclusão e ingresso nas Academias de Medicina e Engenharia, sediadas no Rio de Janeiro, mas também válidas para outros níveis de ensino. Não por acaso, ele também participava às autoridades “que os estudiosos pertencem pela maior parte à idade intermediária entre a adolescência e a virilidade”. Portanto, de acordo com os dados fornecidos pelo bibliotecário, é possível inferir que os estudantes constituíam o segmento de maior presença na estatística dos leitores que freqüentavam a Biblioteca Pública da corte imperial. (SCHAPOCHNIK, 2002, p. 290)

Mais recentemente, segundo dados divulgados em 2011, através da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) e em Failla (2012), constatou-se que o número de

leitores⁴⁶ é maior entre os que ainda estão na escola: o número de *livros em geral*, *livros indicados pela escola* e *livros por iniciativa própria*⁴⁷, lidos pelo público de estudantes é, respectivamente: 3,41; 2,21; e 1,2 livros por estudante. Em contrapartida, os mesmos tipos de livros são lidos pelos não estudantes na seguinte proporção: 1,13; 0,15; e 0,98 livros.

Segundo a referida pesquisa, crianças e jovens leem mais que adultos; o que reforça a conclusão de que há uma relação entre escola e maior índice de leitura. Os resultados expostos no Quadro 1, acima, aproximam-se, portanto, da pesquisa realizada em 2011 quanto à existência de uma predominância de leitores *estudantes*: se, em geral, leitores estudantes leem mais, então a biblioteca de Campina Grande-PB estaria representando um microcosmos que reflete essa tendência mais geral (considerando a quantidade de leitores estudantes que realizaram empréstimos). No entanto, é preciso verificar a movimentação de empréstimos, para observar se de fato o volume de leituras é maior entre os *estudantes*, o que será feito no próximo item.

Além disso, outro dado relevante da pesquisa diz respeito ao lugar onde os entrevistados preferem ler: 12% apontaram as bibliotecas (incluindo as escolares) como seus lugares de leitura preferidos, contra 93% que preferem ler em casa (RETRATOS..., 2011, p. 97), o que poderia levar à conclusão de que as bibliotecas gozam de pouco prestígio entre os leitores entrevistados. Esse resultado nos interessa porque lidamos com os empréstimos de obras feitos pelos leitores na biblioteca, ou seja, com a prática de levar os livros escolhidos para ler em casa ou outro espaço diferente do oferecido pela biblioteca pública, de maneira que o fato de não ler na própria biblioteca não

⁴⁶ Para definir as categorias de *leitores* e *não leitores*, os pesquisadores basearam-se no fato de os informantes terem lido ou não algum *livro* (mesmo que em partes) nos últimos três meses. Consideramos essa uma visão limitada sobre o que é ser leitor, uma vez que reduz a noção apenas à leitura de livros, ignorando outros materiais de leitura tão importantes quanto o livro e talvez até mais recorrentes que ele no cotidiano da população. É preciso lembrar que a escolha desse critério baseado na leitura de livros, atende a interesses mercadológicos, tendo em vista que o Instituto Pró-livro (responsável pela pesquisa) é uma associação privada, financiada por instituições do mercado editorial, e que o objetivo da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* é identificar o perfil do leitor de *livros*. Outra limitação nessa definição de leitor é a adoção de um critério baseado na delimitação de um prazo – 3 meses – para que a leitura tenha ocorrido; ou seja, se o informante leu frequentemente nos meses anteriores, mas por alguma razão suspendeu a leitura apenas nesses 3 últimos meses contemplados pela pesquisa, então ele será considerado um não leitor. Em outras palavras, há lacunas na pesquisa quanto à história de leitura dos informantes, ocasionadas em parte pelas definições de *leitor* e *não leitor* apresentadas. Essas ressalvas, contudo, não invalidam a relevância dos dados sobre o perfil desses *leitores* e também sobre o uso de bibliotecas. Por essa razão, retomaremos alguns dos resultados das edições de 2008 e 2011.

⁴⁷ O texto da referida pesquisa não é claro quanto à diferença entre as categorias, nem quanto aos critérios para a inserção das obras em cada um desses grupos. Outro aspecto que precisa ser levado em consideração é que a avaliação sobre o maior ou menor índice de leitura, nesse caso, é feita em função do suporte *livro*, não sendo considerada, portanto, a leitura de outros materiais, como manuais, catálogos, folhetos, revistas, gibis e jornais.

invalidaria, em princípio, que o acesso ao livro, lido em outro lugar, se desse a partir desta instituição de leitura. É justamente este o leitor da nossa pesquisa: aquele que, entre outras práticas, vai à biblioteca e, por alguma razão, decide escolher um livro do acervo disponível e levá-lo para ler em outro lugar. Portanto, entre os 93% de leitores (participantes da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil) que preferem ler em casa, é possível haver aqueles que se utilizam do serviço de empréstimo de bibliotecas públicas brasileiras para ter acesso aos livros.

A existência de um maior número de leitores *estudantes* na Biblioteca, observada a partir do Quadro 1, poderia levar também à suposição de que essa leitura realizada através dos empréstimos de livros tende a ser orientada, predominantemente, por princípios e práticas escolares de leitura. Isso significaria, entre outros aspectos, que a escolha das obras a serem lidas seguiria muito de perto as orientações do sistema escolar, normalmente voltado para a leitura das obras que compõem o cânone⁴⁸ da literatura brasileira (especialmente as mais representativas das diferentes escolas literárias que se constituíram ao longo da história da literatura) e daquelas indicadas anualmente pelas universidades, para seus respectivos processos seletivos.

Tais práticas escolares significariam também que o modo de ler as obras obedeceria a procedimentos específicos. Tendo em vista que um dos principais objetivos da leitura, neste contexto escolar, costuma ser a apreensão de um conjunto de conhecimentos sobre as obras lidas e seus autores, a fim de aplicá-lo numa futura avaliação, a leitura aí se tornaria busca da compreensão de elementos fundamentais da obra e do estilo dos autores. Essa forma de abordar a literatura está marcada, segundo Pinheiro (2006) pela ênfase no estudo da história da literatura e não das obras em particular, o que se revela tanto na prática pedagógica dos professores quanto na ferramenta mais frequentemente utilizada por eles – o livro didático:

[...] a opção por ensinar história da literatura, muitas vezes presa a uma abordagem cronológica/evolucionista, priva o aluno de um estudo mais detido de um poeta, de um ficcionista ou dramaturgo. Por eleger uma formação de caráter enciclopédico, acaba-se por se conhecer muito pouco cada obra, sobretudo no que ela tem de singular. A poesia sai, quase sempre, prejudicada, porque as obras não são estudadas em sua complexidade e sim como meros exemplos de determinado estilo de época. (PINHEIRO, 2006, p. 110)

⁴⁸ Para Petrucci (1999, p. 207), o cânone é um conjunto de obras imposto “enquanto valor indiscutível, que deve ser assumido como tal. Segundo as definições correntes, o cânone é um ‘elenco de obras ou de autores propostos como norma, como modelo.’”.

Para realizar essa leitura “enciclopédica” do texto literário, portanto, é possível que alunos e professores precisem recorrer à consulta a obras de referência ou a livros publicados por especialistas, que comentem as obras a serem estudadas e expliquem a esse leitor *o que* enxergar no texto lido.

Evidentemente, a escola não é a única instância a determinar as leituras legítimas e a forma “correta” de lê-las, pois, como afirma Chartier (1999a), a leitura é uma prática permeada por contrastes e cada comunidade de leitores tem suas formas de determinar o que ler e como ler:

Há contrastes, igualmente, entre as normas e convenções de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, os usos legítimos do livro, as maneiras de ler, os instrumentos e procedimentos da interpretação. Contrastes, enfim, encontramos entre os diversos interesses e expectativas com os quais diferentes grupos de leitores investem a prática da leitura. (CHARTIER, 1999a, p. 13)

Contudo, é inegável que a escola é uma das instâncias mais relevantes no que diz respeito ao controle das leituras e das práticas leitoras, mas não se pode esquecer de que há outras instâncias (como o mercado livreiro, a crítica literária, os meios de comunicação de massa, entre outros) tão importantes quanto. Por isso, atribuir, a estudantes e não estudantes, práticas relacionadas apenas a esse critério – de estar ou não vinculado à escola – pode representar uma visão bastante reducionista das práticas efetivamente realizadas por esses leitores na biblioteca.

Uma vez que há muitos outros fatores que podem interferir na escolha das leituras e nos modos de ler, a inserção na categoria de *estudantes* não garante que as únicas leituras realizadas por esses leitores na biblioteca sejam aquelas orientadas pela escola, assim como os *não estudantes* podem, por outro lado, demonstrar em algum momento interesse pelos livros valorizados pela escola, mesmo sem estar vinculados a esta instituição. Essa hipótese será melhor discutida através das entrevistas realizadas com alguns desses leitores e analisadas no Capítulo 4.

Entre os *estudantes*, verificamos ainda uma predominância daqueles vinculados ao Ensino Superior, em relação aos de Ensino Fundamental e Médio. No caso dos leitores que são estudantes de Ensino Superior, seria interessante verificar em quais cursos de graduação eles estão matriculados, informação esta que não aparece na folha

de registro dos empréstimos nos cadernos⁴⁹, mas que nos auxiliaria a observar se há relação entre as obras lidas e sua área de atuação na universidade ou, por outro lado, permitiria observar o que eles leem, quando não estão lendo para cumprir as exigências de sua formação universitária, ou seja, quando a leitura ultrapassa o caráter de *obrigação*.

Entre os estudantes de Ensino Superior, há um predomínio de alunos matriculados na Universidade Estadual da Paraíba. Esse dado se torna interessante se considerarmos que havia, até o segundo semestre de 2012, um centro da UEPB (o Centro de Educação – CEDUC II) relativamente próximo à sede da biblioteca municipal, que fica no centro da cidade. Em contrapartida, a biblioteca da referida universidade se localiza num bairro (Bodocongó) afastado do CEDUC e dos bairros mais centrais, e de difícil acesso até mesmo para os moradores dos bairros vizinhos. Além do CEDUC II, outros centros e/ou cursos da referida universidade encontravam-se localizados mais próximos à biblioteca municipal e distantes da biblioteca da universidade, são eles o CEDUC I, o curso de Administração e o curso de Comunicação Social.

Possivelmente, os alunos da UEPB que procuraram o serviço de empréstimo no período estudado, são graduandos ou pós-graduandos dos cursos das áreas contempladas nesses espaços de ensino que se localizam nas proximidades da biblioteca pública. Essa condição mudou a partir da inauguração da Central de Aulas da UEPB, em Bodocongó, para onde foram transferidos todos os cursos da instituição. Contudo, não teremos meios de analisar o impacto dessa mudança da UEPB na frequência da BPMCG, uma vez que nossos dados não recobrem esse período (2012), que é posterior à data dos cadernos (o último deles, como já dissemos, é de maio/2011).

Essa suposição será esclarecida na análise das entrevistas com esses leitores, nas quais é possível recuperar informações mais detalhadas sobre a sua condição de estudantes naquele período e sobre as circunstâncias que os levaram a buscar os serviços da Biblioteca Municipal de Campina Grande, afinal, a proximidade espacial é um fator importante, porém não pode ser o único a ser considerado, quando o assunto é a integração da biblioteca à vida da comunidade que a cerca. De acordo com Horellou-Laffarge e Segré (2010),

⁴⁹ Apenas 05 (cinco) estudantes fazem referência ao curso (Letras, Farmácia e Comunicação Social) ou ao centro de ensino (CEDUC e CCJ) ao qual estão vinculados.

O lugar da biblioteca no ambiente social e urbano, a maneira como se insere na vida dos habitantes facilitam ou não sua frequência. O desenvolvimento das bibliotecas de bairro permite tornar o livro mais acessível às camadas sociais que têm pouca familiaridade com ele. No entanto, a proximidade espacial não suprime a distância social e simbólica da leitura [Passeron, 1991], pois esta põe em jogo aptidões e atitudes culturais ligadas às representações simbólicas do livro e da leitura. (p. 133)

Quanto aos dados apresentados no Quadro 1, exposto mais acima, merece destaque ainda o número de leitores que se declararam como *não estudantes* no momento de se identificar e registrar o empréstimo. Esse número relativamente baixo permite chegar a uma conclusão: entre os usuários da biblioteca municipal de Campina Grande-PB que realizam empréstimos de obras, é menor a presença dos que não têm vínculo com a educação formal. Essa conclusão aparentemente óbvia é, na verdade, um ponto de partida para o levantamento de algumas questões sobre a leitura: é possível afirmar, a partir desses dados, que há descontinuidade na prática da leitura após o encerramento da ligação do leitor com a escola? Ou o que há, na verdade, é uma mudança nas fontes de acesso aos livros e nos interesses desses leitores, o que acaba ocasionando o abandono da biblioteca pública como lugar privilegiado de busca pelo livro? Além disso, uma vez que há *não estudantes* na biblioteca, o que buscam nesse espaço?

Para responder às perguntas elaboradas anteriormente, precisamos ainda pensar, de um lado, no tipo de obra que é disponibilizada para empréstimos pela biblioteca, e, de outro, nos interesses do leitor e no lugar que ocupa a leitura na sua vida após deixar de ter qualquer ligação com a escola, seja em que nível de ensino for. Afinal, segundo Horellou-Lafarge e Segré (2010), “[...] toda uma série de acontecimentos, de experiências ao longo de uma vida despertam ou modificam, conforme o caso, a atração pela leitura em geral, por este ou aquele texto” (p. 124).

Retomando novamente alguns dados importantes da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011), verificamos que:

- a) o acesso ao livro através de bibliotecas responde a 26% da escolha dos leitores, perdendo para o empréstimo por outras pessoas (2º. lugar, com 30%) e o acesso através da compra de livros (1º. lugar, com 48% da preferência);
- b) na região Nordeste, 24% dos entrevistados declararam realizar empréstimos em bibliotecas. Mas a maioria dos brasileiros consultados (75%) afirmou não usar esses espaços e apenas 7% declararam usar frequentemente;

Em edição anterior dessa mesma pesquisa (RETRATOS..., 2008; AMORIM, 2008), os dados registrados dão conta de que 3 (três) em cada 4 (quatro) brasileiros não vão à biblioteca (na adolescência o índice chega a 62%, mas, com o fim da vida escolar, cai para menos de 20% na vida adulta); e que na faixa etária dos 5 aos 24 anos a quantidade de empréstimos realizados pelos leitores em bibliotecas é maior que a partir dos 25 anos – após essa idade, o resultado se inverte e os números mais elevados passam a ser os de empréstimos através de particulares e o acesso ao livro através da compra.

Todos esses dados direcionam para o mesmo caminho sugerido pelos nossos dados: há uma forte tendência para que a relação do leitor com a biblioteca seja delineada/motivada pelo seu vínculo com a educação formal, porque esta é a relação que, aparentemente, o brasileiro constrói com a leitura de uma forma geral:

Muitos entrevistados afirmam que não lêem ou não vão a bibliotecas porque “não estão estudando”, o que mostra a ligação da leitura com a escola, ou com “os estudos”, na percepção das pessoas. O uso da biblioteca pública parece também feito em função da escola: sua frequência cresce (34%) nas faixas etárias de 5 a 17 anos, e tem como objetivos principais pesquisar e estudar. (RETRATOS..., 2008, p. 14)

Essa não é uma tendência exclusiva dos brasileiros. Em pesquisa sobre os leitores de bibliotecas públicas em Portugal (mais especificamente na região de Lisboa e do Vale do Tejo), Brasão et al. (2004, p. 34) constataram um “contexto de juvenilização das bibliotecas municipais”:

Ora, numa população de fraca e recente alfabetização, dotada de pouquíssimos instrumentos favorecedores da leitura, e cujas raízes rurais geralmente associadas à predominância da comunicação oral só foram funcionalmente substituídos pelo acesso a meios de comunicação audiovisuais, o acesso ao livro e à leitura individualizada mantém-se muito escasso. *É, por isso, normal que se note um predomínio do público escolarizado e jovem no acesso às bibliotecas estudadas da rede de leitura pública.* Claro que este mesmo público reproduz nos seus consumos e leituras o capital simbólico e educacional acumulado, o que poderá conduzir à conclusão precipitada e totalmente errada que uma rede de leitura pública, ao favorecer uma população escolarizada, nada mais faz que reproduzir uma rede de bibliotecas escolares [...]. (BRASÃO et. al., 2004, p. 9, *grifo nosso*)

Portanto, os dados podem induzir à constatação de que as bibliotecas públicas são uma extensão das bibliotecas escolares e que serviriam unicamente a este fim: suprir as necessidades dos estudantes no tocante às atividades escolares. Contudo, essas instituições estão longe de se limitarem a esse objetivo e uma análise atenta do perfil do

seu público, bem como de suas práticas, pode revelar outros usos. Na referida pesquisa portuguesa, chegou-se à conclusão de que “as pessoas que têm contacto com a biblioteca são mais jovens, escolarizadas, muitas delas em movimento de mobilidade social ascendente em relação à geração dos pais, indivíduos com participação associativa e cívica mais efectiva. A biblioteca parece, neste sentido, pertencer a um universo nacional mais modernizado” (BRASÃO, 2004, p. 46). Por essa razão, os pesquisadores responsáveis pelo estudo nas bibliotecas portuguesas procuraram observar a inserção dessa instituição no contexto das outras práticas culturais cotidianas, a fim de compreender as razões que levam os portugueses a se afastarem ou se aproximarem da leitura nesses espaços.

Embora nosso intuito não seja o de descobrir possíveis razões para a proximidade ou afastamento em relação à biblioteca de Campina Grande, também nos interessa compreender que lugar ela ocupa no conjunto das outras práticas dos campinenses que a utilizam para empréstimo de livros. Até mesmo fatores como o momento de vida (profissional, pessoal, etc.) de cada leitor (aos quais não é possível ter acesso considerando apenas os cadernos de empréstimos) podem interferir na sua forma de lidar com a leitura na biblioteca. Um exemplo dessa interferência de múltiplos fatores é que os dados da nossa investigação, assim como aqueles da pesquisa, em âmbito nacional, *Retratos da Leitura no Brasil* (2008; 2011), apontam para o fato de que, ao mesmo tempo em que se verifica uma queda na procura pelos serviços oferecidos pelas bibliotecas ao longo da vida dos leitores, por outro lado, percebe-se que também se diversificam as formas de acesso ao livro (o empréstimo por particulares, a compra, o acesso on-line, etc.). Ou seja, não significa propriamente que os leitores deixaram de lê-los. Na verdade, ao passar da categoria *estudantes* para *não estudantes*, mudam-se os interesses, as leituras, por vezes o *status* social, o poder aquisitivo, e, consequentemente, as fontes e formas de acesso à leitura.

Embora essa parte do nosso *corpus* ainda não nos permita confirmar essa tendência, nem tampouco dar respostas mais definitivas para as perguntas elaboradas mais acima, ela nos permite perceber que há, inegavelmente, uma descontinuidade ou uma mudança quanto ao uso da biblioteca pública por parte desses leitores quando passam a pertencer à categoria de não estudantes. Contudo, é preciso considerar também a existência de leitores cuja relação com a biblioteca começou tardiamente, em idade avançada e longe dos bancos escolares, portanto, mais distanciados da influência da instituição escola. Seguramente, esses leitores alimentam outras expectativas e

interesses em relação à biblioteca e à leitura, cabendo-nos levantar a seguinte questão: que outras demandas os fizeram buscar o acesso a esse espaço de leitura? Essa pergunta será respondida no próximo capítulo, através da análise das entrevistas.

Até aqui, pela própria parcialidade de nossos dados, pudemos elaborar muitas perguntas e chegar a algumas conclusões. Entre as certezas construídas a partir do que discutimos temos, resumidamente, que: há leitores na Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande; entre eles, há predomínio de leitores *estudantes*; os leitores *não estudantes* existem, mas são pouco numerosos; a quantidade de leitores vinculados ao nível superior de ensino é maior que os demais estudantes, o que contradiz a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011), segundo a qual a quantidade de estudantes, vinculados ao Ensino Superior e que frequentam bibliotecas, atinge a marca dos 4,7milhões, enquanto apenas os estudantes do Ensino Médio já superam esse número ao chegar aos 5,6milhões de leitores. Se somado aos estudantes dos ensinos Fundamental I e II, esse número ultrapassaria, e muito, o de estudantes do Ensino Superior.

Os dados coletados também sugerem a continuidade de uma tendência histórica na BPMCG: as notícias veiculadas nos jornais da década de 1950, analisadas no capítulo 2, já se referiam aos estudantes como os leitores mais presentes na instituição.

Essas constatações reforçam a hipótese de que há uma relação forte, e historicamente construída, entre a educação formal e as práticas de leitura realizadas no espaço da biblioteca pública de Campina Grande, cujo uso pelos leitores parece atender a fins escolares e ser orientado, conforme já afirmamos, por esta prática escolar da leitura. Contudo, a escola não é a única instância a atuar sobre as escolhas desses leitores e sobre sua movimentação neste espaço de leitura, de maneira que é preciso investigar mais detalhadamente como *estudantes* e *não estudantes* usam o serviço de empréstimo dessa biblioteca. Uma vez que não há uma maneira direta de ter acesso às práticas desses leitores, precisamos recolher mais vestígios que, em seu conjunto, nos ajudem a compreendê-las, pois, como afirma Ginzburg (2007, p. 117): “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. Alguns desses indícios são as leituras que cada um desses grupos realiza e as semelhanças e/ou diferenças entre elas: o que dizem esses livros sobre os leitores? Afinal, “a associação dos livros com seus leitores é diferente de qualquer outra entre objetos e seus usuários. Ferramentas, móveis, roupas, tudo tem uma função simbólica, mas os livros infligem a seus leitores um simbolismo muito mais complexo do que o de um mero utensílio”

(MANGUEL, 1999, p. 242). É essa relação entre as leituras escolhidas e os leitores que passaremos a discutir no próximo item.

3.1.2. As leituras

É possível que, com a divisão dos leitores em grupos, formando categorias como “estudantes” e “não estudantes”, tenhamos alimentado a falsa impressão de que cremos na homogeneidade desses grupos quanto ao perfil dos sujeitos aí inseridos e principalmente quanto às suas práticas. Contudo, concordamos com Chartier (1999a) e entendemos que a pertença a um grupo social pode ser parâmetro para a descrição do conjunto de práticas de um leitor como membro desse grupo, mas não recobre todas as suas práticas, pois “[...] outros princípios de diferenciação, eles também plenamente sociais, poderiam dar, com maior pertinência, razão a outras distâncias culturais: pertencer a um sexo ou a uma geração, adesões religiosas, solidariedades comunitárias, tradições educativas e corporativas, etc.” (p. 16).

Ainda assim esta foi uma divisão imposta pela própria constituição dessa parte do nosso *corpus*, pois a condição de estudante foi uma das informações menos negligenciadas no preenchimento das páginas dos cadernos, se comparadas a outros (como o endereço e telefone, por exemplo). No entanto, é possível reconhecer certas regularidades e também rupturas nas práticas de leitura de um grupo e de outro, observar tanto os aspectos que se repetem quanto as rupturas em relação ao que seria esperado como práticas desses leitores, especialmente no que diz respeito às leituras escolhidas para empréstimo. É o que vamos fazer neste item.

Para manter o mesmo percurso dos itens anteriores, começemos, então, por apresentar alguns números sobre os empréstimos realizados pelos leitores da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB no período de julho/2008 a maio/2011, para em seguida analisarmos algumas dessas leituras. Vejamos um resumo geral da quantidade de empréstimos realizados neste período na biblioteca:

Quadro 2 – Quantidade de empréstimos, segundo as categorias estabelecidas

Categorias	Cadernos 1 a 5
Estudantes	1.016 empréstimos
Não estudantes	298 empréstimos
Não informaram	58 empréstimos
TOTAL= 1.372 empréstimos	

Fonte: Elaboração própria, a partir dos cadernos de empréstimos da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB.

Em um período de 28 (vinte e oito) meses, distribuídos em quatro diferentes anos⁵⁰ (2008, 2009, 2010 e 2011), foi realizado um total de 1372 empréstimos na Biblioteca, o que significa uma média de apenas 49 (quarenta e nove) empréstimos por mês e 588 (quinhentos e oitenta e oito) por ano. Essa média é considerada baixa quando comparada à média nacional, divulgada pelo primeiro *Censo de Bibliotecas Públicas Municipais* (FGV, 2010), realizado entre 08/09 e 09/11 de 2009, pela Fundação Getúlio Vargas, a pedido do Ministério da Cultura. Segundo os dados do Censo, a média nacional atinge os 296 empréstimos por mês, enquanto a média das bibliotecas da região Nordeste é de 118 empréstimos por mês, o que situa a BPMCG bem abaixo, inclusive, da realidade regional. Some-se a esses dados o fato de que, em todo o período analisado, apenas 290 (duzentos e noventa) leitores realizaram algum empréstimo nessa instituição e teríamos motivos para concordar com o teor das manchetes jornalísticas da década de 1950, discutidas no capítulo anterior, que anunciavam o estado de abandono em que se encontrava a biblioteca, na opinião dos jornais.

Contudo, seja no que se refere aos dados de 1950 ou aos atuais, apesar de ser um número pequeno, não podemos afirmar que os leitores inexistem, como também não podemos ignorar suas práticas nesse espaço – ao contrário, faz-se importante registrá-las e descrevê-las, diante da escassez de documentação existente a esse respeito. Além disso, os 290 leitores que fizeram empréstimos correspondem a apenas uma parte dos usuários da biblioteca, há ainda os que estabelecem com ela outro tipo de relação, baseada por vezes no uso do espaço para consultas, embora não cheguem a realizar empréstimos. Estes últimos, contudo, não foram consideradas no âmbito desta pesquisa e, sem dúvida, serão objeto de estudo em trabalhos posteriores.

⁵⁰ Lembramos que os cadernos de empréstimos aos quais tivemos acesso datam de julho/2008 a maio/2011, mas apresentam uma interrupção entre os meses de dezembro/2009 e agosto/2010, ou seja, os cadernos desse período não foram encontrados pela direção da BPMCG. Por isso, os dados correspondem a 28 (vinte e oito) meses de empréstimos.

Como era de se esperar, devido ao fato de haver uma significativa maioria de leitores inseridos na categoria *estudantes* se comparada às outras categorias (conforme vimos no Quadro 1), esses números expostos no Quadro 2 apontam para uma maior quantidade de empréstimos realizados por esses leitores estudantes.

Ao observarmos apenas estes números, podemos incorrer no erro de concluir, apressadamente, que os leitores *estudantes* leem mais que os *não estudantes*. Mas esses números podem ser enganosos. Se dividirmos a quantidade de empréstimos por categoria pelo número de leitores que compõe cada uma delas, chegaremos à seguinte média de livros emprestados por leitor no período: 4,79 livros para os *estudantes*, 6,93 para os *não estudantes* e 1,65 para os que *não informaram* vínculo. Portanto, a média de empréstimos por leitor é mais alta entre os leitores *não estudantes*.

A fim de detalhar melhor esses números, é preciso considerar ainda: a média de empréstimos em cada categoria e a movimentação individual de empréstimos por leitor, porque podemos encontrar leitores com um volume de empréstimos, individualmente, muito acima da média de sua categoria e outros com uma média muito abaixo.

Assim, procuramos distribuir esses leitores em faixas, de acordo com a quantidade de empréstimos realizados por leitor em cada período. Esse recurso nos permite observar quais categorias apresentam os leitores mais assíduos e “vorazes”, ou seja, quais categorias apresentam o maior número de leitores inseridos na faixa mais alta de empréstimos (10 livros ou mais).

Quadro 3 – Volume de empréstimos de livros por faixa

	Quantidade de livros tomados de empréstimo no período	Número de leitores por faixa de empréstimo no período
Estudantes	1 livro	80 leitores
	2 a 5 livros	82 leitores
	6 a 9 livros	23 leitores
	10 livros ou mais	27 leitores
Não estudantes	1 livro	16 leitores
	2 a 5 livros	15 leitores
	6 a 9 livros	04 leitores
	10 livros ou mais	08 leitores
	1 livro	19 leitores

Não informaram	2 a 5 livros	14 leitores
	6 a 9 livros	-----
	10 livros ou mais	-----

Fonte: Elaboração própria, a partir dos cadernos de empréstimos da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB.

Como se pode observar através dos dados expostos no Quadro 3, nas três categorias, o número de leitores que foram à biblioteca neste período e levaram apenas 01 (uma) obra emprestada está entre os índices mais altos. Esse dado pode indicar a preferência por uma leitura mais presencial, não constituindo o empréstimo, portanto, uma prática comum no uso da biblioteca por parte desses usuários. Pode significar também um vínculo menor desses usuários com a biblioteca na realização de suas leituras, o que possivelmente ocorra, por exemplo, pelo fato de ter outras fontes de acesso aos livros. Esse resultado pode, ainda, apontar para uma leitura escolhida com a finalidade de realizar alguma atividade prática ou voltada para a resolução de um problema mais imediato (escolar ou não), após a qual a biblioteca não é mais procurada para outras leituras (nem da mesma natureza, nem de natureza diferente).

Por outro lado, esse número é seguido de perto por aqueles que estão na faixa de empréstimos de 2 a 5 livros, com uma diferença pequena nos três grupos de leitores. A diferença mais significativa está na redução do número de leitores que realizaram mais de 10 (dez) empréstimos, em um prazo de 28 meses. É importante esclarecer que estão sendo considerados todos os empréstimos realizados pelos leitores, ainda que isso signifique a retirada de uma mesma obra em momentos distintos dentro do período analisado, assim, se, por exemplo, o leitor solicitou da biblioteca a mesma obra duas vezes, as duas vezes foram contabilizadas (desde que não correspondam a uma renovação do empréstimo, pois esta é anotada na mesma página da primeira retirada, não havendo, portanto, nova entrada nos cadernos para este fim).

Mais uma vez, proporcionalmente falando, os *não estudantes* apresentam um número maior de leitores na faixa mais alta de empréstimos: entre os 43 incluídos na categoria, 08 realizaram mais de 10 (dez) empréstimos, o que equivale a 18,6% dos leitores dessa categoria. Por outro lado, entre os 212 estudantes, o índice de leitores inseridos entre os que realizaram um maior número de empréstimos (27 leitores no total) é de 12,7%.

Então, o que podemos concluir parcialmente é que, entre os leitores que realizaram empréstimos na BPMCG, no período analisado, os *estudantes* não correspondem ao grupo que realiza proporcionalmente o maior número de empréstimos de livros; em outras palavras, quando se observa o registro de empréstimos, os *estudantes* são os mais numerosos (há mais pessoas desse grupo usando o serviço de empréstimos) mas, apesar disso, não são os que leem mais obras emprestadas; o maior volume de leituras está entre os *não estudantes*. Esse resultado é importante porque, em certa medida, contraria as conclusões das pesquisas realizadas em âmbito nacional, mencionadas anteriormente.

Mas o que leem esses leitores? Que escolhas fazem ao se dirigir à BPMCG? Neste item, vamos observar uma pequena mostra das leituras escolhidas por alguns dos leitores que realizaram mais de 10 empréstimos; neste caso, serão considerados tanto leitores *estudantes* que se enquadraram nesta faixa de leitura quanto os *não estudantes*, uma vez que na categoria “não informaram vínculo” não há nenhum leitor que tenha realizado essa quantidade de empréstimos. Conforme já mencionamos, optamos por observar esses leitores, por acreditarmos que o seu volume de empréstimos pode indicar uma maior integração da biblioteca municipal às práticas corriqueiras de leitura realizadas por esses usuários, ou seja, o vínculo desses usuários com a biblioteca e o seu serviço de empréstimos é maior que os demais leitores das outras faixas.

Como afirmamos anteriormente, a grande quantidade de *estudantes* que realizaram empréstimos no período estudado nos induz a pensar que suas práticas de leitura sejam orientadas por práticas escolares, o que determinaria, entre outros aspectos, a escolha das leituras e o modo como se lê. Isso representaria, por exemplo, uma expectativa de que os livros lidos por esses leitores fossem, predominantemente, os considerados clássicos da literatura brasileira e/ou portuguesa, especialmente aqueles destinados aos exames vestibulares para os alunos do Ensino Médio⁵¹, seguidos por

⁵¹ Atualmente, boa parte das universidades brasileiras adotou a nota do ENEM como forma de seleção dos alunos. Esse exame não elabora lista de obras indicadas. Contudo, a prática de elaborar listas, adotada pelas universidades públicas paraibanas até bem pouco tempo, ainda se mostram importantes para a presente pesquisa porque no período recoberto pelos nossos dados (2008 a 2011), o ENEM ainda não havia substituído o vestibular nessas instituições: na UFCG, o Enem passou a servir de avaliação para o ingresso nos cursos da instituição apenas em 2012, para os candidatos que ingressariam a partir de 2013; a UFPB, decidiu aderir ao sistema Enem-Sisu em maio de 2013, de forma que essa decisão passou a valer para os candidatos que iriam ingressar na instituição em 2014; e a UEPB aderiu integralmente a essa forma de ingresso através da utilização da nota alcançada no referido exame apenas recentemente, em novembro de 2014, de forma que essa decisão entrará em vigência para os candidatos ao período 2015.1.

obras de crítica literária que servissem de apoio para suas leituras, determinando “o que ler nestas obras” e “como ler”.

Por outro lado, seguindo esse mesmo raciocínio, seria esperado que os leitores *não estudantes* – ou seja, que não tinham vínculo com a educação formal em nenhum nível, no momento do empréstimo – buscassem ler outras obras diferentes daquelas normalmente exigidas pela escola. No entanto, em se tratando de história da leitura, essa perspectiva é extremamente reducionista e não recobre a diversidade de leituras feitas por cada leitor a partir da biblioteca municipal, a despeito de pertencer a um desses grupos aqui destacados – *estudantes* e *não estudantes*. As leituras realizadas por esses leitores, em certa medida, confirmam a tendência à diversidade, a despeito das idéias pré-concebidas sobre as práticas de *estudantes* e *não estudantes*.

Considerando apenas este pequeno universo de leitores, delimitado por aqueles que ocupam a faixa maior de empréstimos, é possível encontrar uma diversidade de leituras considerável, o que torna bastante difícil o trabalho de agrupá-los em comunidades (Chartier, 1999a), a partir de suas leituras. Um dos leitores inseridos na categoria de *não estudantes* (e identificado na planilha⁵² como **L-104**), por exemplo, fez 33 empréstimos ao todo, com registros em todos os anos, de 2008 a 2011. Destes empréstimos, 04 são obras de José Américo de Almeida (*Eu e eles*, *O ano do nego*, *O Boqueirão*, *A palavra e o tempo*); 04 são obras de poesia/poemas de autores como Augusto dos Anjos, Arthur Rimbaud e uma coletânea de poetas do século de ouro espanhol; 04 são obras de crítica literária (a exemplo de *Caminhos do pensamento crítico*, de Afrânio Coutinho); 02 obras completas (de Machado de Assis e de Dante Alighieri); e 01 coletânea de contos (*Antologia do Espaço*, de Arthur Assimov e outros); entre outras leituras que podem ser conferidas no quadro abaixo:

⁵² Serão recuperados aqui apenas alguns exemplos de empréstimos realizados por alguns dos leitores *não estudantes* e *estudantes*. No entanto, a lista completa de empréstimos não só destes, citados nesta parte do texto, como também de todos os outros leitores, pode ser conferida na Planilha Geral de Dados, exposta no Anexo H.

Quadro 4 – Lista de empréstimos por leitor *não estudante* (L-104)⁵³

LEITOR	CADERNO/ANO	DATA DO EMPRÉSTIMO	LIVROS	AUTORES
104	01/2008	10/07/2008	O sonho de Mendelliev	Paul Strathern
104	01/2008	02/09/2008	Uma temporada no inferno	Arthur Rimbaud
104	01/2008	15/09/2008	Obras completas de Dante Alighieri	[ilegível]
104	01/2008	21/10/2008	Obra Completa	João Cabral de Melo Neto
104	01/2008	21/10/2008	História das Literaturas	Não informado
104	02/2008_2009	11/11/2008	Antologia do Espaço	Arthur Assimov
104	02/2008_2009	11/11/2008	Ensaio/ Poesia e Prosa	Augusto dos Anjos
104	02/2008_2009	03/12/2008	Matrix: bem-vindo ao deserto real	William Irwin
104	02/2008_2009	03/12/2008	Ensaio/ Poesia e Prosa	Augusto dos Anjos
104	02/2008_2009	18/12/2008	Poetas do Século de Ouro Espanhol	NÃO INFORMADO
104	02/2008_2009	18/12/2008	Eu e eles	José Américo de Almeida
104	02/2008_2009	29/12/2008	O ano do Nego	José Américo de Almeida
104	02/2008_2009	29/12/2008	Teoria, crítica e história literária	Gilberto Mendonça Teles
104	02/2008_2009	20/01/2009	Teoria, crítica e história literária	Alberto Mendonça
104	02/2008_2009	20/01/2009	O Boqueirão	José Américo de Almeida
104	02/2008_2009	06/02/2009	Caminhos do pensamento crítico	Afrânio Coutinho
104	02/2008_2009	06/02/2009	A palavra e o tempo	José Américo de Almeida
104	02/2008_2009	27/02/2009	Machado de Assis - obra completa	Machado de Assis
104	02/2008_2009	27/02/2009	Ibiapina - um apóstolo no Nordeste	Celso Mariz
104	03/2009	17/04/2009	Encontros com o Brasil	Paulo Ronai
104	03/2009	17/04/2009	Tempo e memória	João Cabral
104	03/2009	28/04/2009	Prosa de ficção	Lucia Miguel Pereira
104	03/2009	04/05/2009	A palavra e o tempo	José Américo de Almeida
104	03/2009	04/05/2009	Prosa de ficção	Lucia Miguel Pereira
104	03/2009	01/06/2009	João Cabral - A poesia do Menos	Antonio Carlos Secchin
104	03/2009	01/06/2009	A maçã no escuro	NÃO INFORMADO
104	04/2009	27/11/2009	O diabo dos números	Hans Magnus Enzensberger
104	04/2009	18/12/2009	A narrativa trivial	Flávio Hothe
104	05/2010_2011	06/12/2010	Teatro e política - expressionismo	Georg Heym; Ernest Toller; George Kaiser
104	05/2010_2011	06/12/2010	Meio século de presença literária	Tristão de Athayde
104	05/2010_2011	27/12/2010	As crônicas marcianas	Ray Bradbury
104	05/2010_2011	27/12/2010	Poesia completa e prosa	Manuel Bandeira
104	05/2010_2011	29/04/2011	Literatura europeia e Idade Média Latina	Ernest Robert Curtis

Fonte: Elaboração própria, a partir dos cadernos de empréstimos da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB.

Se confrontarmos essa descrição à hipótese de que o perfil do leitor *estudante* se aproximaria das leituras exigidas pela escola, enquanto o do *não estudante* se afastaria delas, essa lista contraria essa expectativa. E ela contraria porque as obras lidas por esse

⁵³ Foi respeitada, na transcrição dos dados (dos cadernos para as planilhas eletrônicas), a grafia tal qual registrada pelo funcionário da biblioteca; portanto, qualquer equívoco relacionado a nomes de autores e/ou obras se devem à reprodução dessas informações como constavam no original.

usuário da biblioteca poderiam ser perfeitamente encontradas entre os estudantes, tendo em vista que apresenta obras da literatura brasileira e ao mesmo tempo obras de crítica literária em igual proporção. No entanto, estamos falando aqui de um leitor que não mantém vínculo com a educação formal.

A lista de obras permite reforçar nossa desconfiança inicial de que o vínculo com a escola não serviria como critério suficiente para diferenciar as leituras realizadas por *estudantes* e *não estudantes* na Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande. Talvez, na verdade, essas leituras sejam mais parecidas do que se possa imaginar, ou, ainda, elas tenham alguns pontos de aproximação e outros de afastamento, a depender muito mais da história de leitura de cada usuário da biblioteca, considerado individualmente, que propriamente do rótulo de estudante ou da ausência dele. Mas, já que nossos dados nos conduziram para essa categorização inicial, vejamos o que descobrimos sobre outros leitores dentro dessa faixa de empréstimos mais alta (acima de 10 livros).

A leitora identificada como **L-266** e inserida na categoria dos *não estudantes* realizou ao todo 63 empréstimos, distribuídos em todo o período analisado. Observando as obras escolhidas por ela, podemos dizer que, em resumo, é uma leitora de romances. Dos 63 empréstimos realizados, há apenas dois livros de poemas (*Menino antigo*, de Carlos Drummond de Andrade, e *A Maré*, do autor campinense Olímpio Rocha), um de contos e novelas (*Milagre em Florença*, de Joel Silveira) e três que não se enquadram na categoria de ficção: um pertence à crítica literária (*Itinerário de Riobaldo Tatarana: Geografia e toponímia em Grande Sertão Veredas*, de Alan Viggiano) e dois apresentam temas históricos: *Os Pordeus no Rio do Peixe*, de Wilson Seixas, e *O passageiro do dia*, de Wellington Aguiar.

Excetuando-se essas seis obras, as 57 restantes correspondem a romances, alguns deles figurando entre os clássicos da literatura brasileira e outros classificados como literatura juvenil ou infanto-juvenil. Como exemplos dos primeiros, temos: 05 obras de José de Alencar (*Lucíola*, *O sertanejo*, *Senhora*, *O Guarani* e *O tronco do ipê*), 03 de Machado de Assis (*Helena*, *Dom Casmurro* e *Ressurreição*) e 02 de Jorge Amado (*Tocaia Grande*, *Agonia da Morte*). Mas também não lhe escapam autores como Clarice Lispector, Guimarães Rosa, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e José Américo de Almeida, representados na lista de empréstimos por uma obra cada um. Embora em menor proporção, há exemplos também de autores de literatura estrangeira, como Ernest Hemingway (*O velhoro e o Mar*) e John Godey (*O sequestro do metrô*).

Paralelamente a esses grandes nomes da literatura brasileira – que sem dúvida são referendados nos livros didáticos, no discurso de professores e nas provas seletivas para as universidades –, há uma presença constante de obras da literatura juvenil ou infanto-juvenil. Apenas para citar alguns, registramos, da *Série Vagalume*, os seguintes títulos: *A ilha perdida* (Maria José Dupré), *O mistério do cinco estrelas* (Marcos Rey); *Jogo sujo* (Marcelo Duarte), *A hora da luta* (Álvaro Cardoso Gomes) e *Aventuras de Xisto* (Lucas Machado de Almeida). Mas há outros livros de autores como Pedro Bandeira (*Pântano de sangue*, *A marca de uma lágrima*), Antonieta Dias de Moraes (*Três garotos na Amazônia*) e Luciana Sandroni (*Memórias da ilha*). Apenas por esses dados não é possível saber se essas obras eram lidas pela própria leitora ou se ela as tomava de empréstimo para repassar a algum leitor pertencente à faixa etária para a qual, em princípio, elas se destinariam. As demais leituras realizadas por essa leitora encontram-se no quadro abaixo:

Quadro 5 – Lista de empréstimos por leitor não estudante (L-266)

LEITOR	CADERNO/ANO	DATA DO EMPRÉSTIMO	LIVROS	AUTORES
266	01/2008	12/09/2008	Menino antigo	Carlos Drummond de Andrade
266	01/2008	12/09/2008	A saga de uma campesina	Edmundo Caldeira Brant
266	02/2008_2009	24/11/2008	No Uruguia, no Pinhém	João Guimarães Rosa
266	02/2008_2009	24/11/2008	A tragédia da Rua das Flores	Eça de Queiroz
266	02/2008_2009	22/12/2008	O sequestro do metrô	John Gadey
266	02/2008_2009	22/12/2008	A mudança - O espelho partido	Marques Rebelo
266	02/2008_2009	19/01/2009	O primeiro pecado mortal	Lawrence Sanders
266	02/2008_2009	26/02/2009	O arquipélago	Érico Veríssimo
266	02/2008_2009	17/03/2009	Incidente em Antares	Érico Veríssimo
266	03/2009	13/04/2009	Agonia da morte	Jorge Amado
266	03/2009	13/04/2009	Délia	Maria Benedita Bormann
266	03/2009	23/04/2009	O sertanejo	José de Alencar
266	03/2009	23/04/2009	Senhora	José de Alencar
266	03/2009	23/04/2009	O guarani	José de Alencar
266	03/2009	20/05/2009	O cortiço	Aluísio de Azevedo
266	03/2009	20/05/2009	Tocaia grande	Jorge Amado
266	03/2009	30/06/2009	O baú e a serpente	Amílcar Dória Matos
266	03/2009	30/06/2009	Itinerário de Riobaldo, Tatarana	Alan Viggiano
266	03/2009	24/07/2009	Ficção completa II	Guimarães Rosa
266	03/2009	24/07/2009	Mundo dos coronéis	Antonio Barroso Pontes
266	03/2009	04/08/2009	Nos arcanos do Império	Ezilda Milanez Barreto
266	03/2009	04/08/2009	Solidão em família	Esdras do Nascimento
266	04/2009	01/09/2009	Casa [ilegível]	[ilegível] Augusto de Oliveira
266	04/2009	01/09/2009	Coisas do meu sertão	Alexandre Barbosa da Silva

266	04/2009	25/09/2009	Perto do coração selvagem	Clarice Lispector
266	04/2009	25/09/2009	Helena	Machado de Assis
266	04/2009	25/09/2009	A ilha perdida	Maria José Dupré
266	04/2009	08/10/2009	Balado do primeiro amor	Antônio Baneto
266	04/2009	08/10/2009	Pântano de sangue	Pedro Bandeira
266	04/2009	08/10/2009	Três garotos na Amazônia	Antonieta Dias de Moraes
266	04/2009	26/11/2009	A marca de uma lágrima	Pedro Bandeira
266	04/2009	26/11/2009	O aprendizado da morte	Assis Brasil
266	04/2009	26/11/2009	A palavra e o tempo	José Américo de Almeida
266	04/2009	09/12/2009	As meninas	Lygia Fagundes Telles
266	04/2009	09/12/2009	Pordeus no rio do peixe	Wilson Seixas
266	04/2009	09/12/2009	Sertão desaparecido	Paulo Dantas
266	04/2009	16/12/2009	Lucíola	José de Alencar
266	04/2009	16/12/2009	O tronco do ipê	José de Alencar
266	04/2009	16/12/2009	Milagre em Florença	Joel Silveira
266	05/2010_2011	03/12/2010	O mistério do cinco estrelas	Marcos Rey
266	05/2010_2011	03/12/2010	A morte tem sete herdeiros	Stella Carr; Ganymédes José
266	05/2010_2011	03/12/2010	Histórias da velha Totônia	José Lins do Rego
266	05/2010_2011	21/12/2010	Jogo sujo	Marcelo Duarte
266	05/2010_2011	21/12/2010	Os trabalhadores do mar	Victor Hugo
266	05/2010_2011	17/01/2011	A hora da luta	Álvaro Cardoso Gomes
266	05/2010_2011	17/01/2011	Memoriais da Ilha	Luciana Sondroni
266	05/2010_2011	24/01/2011	O velho e o mar	Ernest Hemingway
266	05/2010_2011	24/01/2011	A terra dos meninos pelados	Graciliano Ramos
266	05/2010_2011	24/01/2011	O trem da história	[ilegível]
266	05/2010_2011	31/01/2011	A última viagem	Santos Moraes
266	05/2010_2011	31/01/2011	Lucrecia	Heloísa Maranhão
266	05/2010_2011	31/01/2011	Veneno na veia	José Neumanne
266	05/2010_2011	17/02/2011	O passageiro do dia	Wellington Aguiar
266	05/2010_2011	17/02/2011	A barragem	Ignez Maria Luiz Pontes
266	05/2010_2011	16/03/2011	Dom Casmurro	Machado de Assis
266	05/2010_2011	16/03/2011	Garganta do esqueleto	Nelson Lustoza Cabral
266	05/2010_2011	16/03/2011	Ressurreição	Machado de Assis
266	05/2010_2011	01/04/2011	O outro lado da rua	Wison Barbosa
266	05/2010_2011	01/04/2011	Balbino homem do mar	Orígenes Lessa
266	05/2010_2011	01/04/2011	A maré	Olimpio Rocha
266	05/2010_2011	18/04/2011	O ajudante mentiroso	Luis Jardim
266	05/2010_2011	18/04/2011	Aventuras de Xisto	Lucas Machado de Almeida
266	05/2010_2011	18/04/2011	Ninho de cobras	Lêdo Ivo

Fonte: Elaboração própria, a partir dos cadernos de empréstimos da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB.

Para finalizar os exemplos de livros escolhidos pelos *não estudantes*, vejamos o caso do leitor **L-130**, que realizou 18 empréstimos, registrados nos anos de 2008 e 2009.

Entre as obras escolhidas, predominam romances de caráter histórico e/ou com temática política: *A ressurreição do General Sanchez* (Cristovam Buarque), *Diário da salvação do mundo* (Fernando Gabeira), *Viva o povo brasileiro* (João Ubaldo Ribeiro), *As memórias de Cristóvão Colombo* (Stephen Marlowe) e *Migo* (Darcy Ribeiro), para citar algumas delas. Além dessas, há ainda *O tempo e o vento* (Érico Veríssimo), *O Guarani* (José de Alencar) e *A bagaceira* (José Américo de Almeida). Através dessas escolhas fica muito clara a preferência do leitor por obras que ampliem sua compreensão da História, em diferentes momentos, principalmente a do Brasil – ainda que seja pela ficção. As demais leituras podem ser conferidas no quadro a seguir:

Quadro 6 – Lista de empréstimos por leitor não estudante (L-130)

LEITOR	CADERNO/ANO	DATA DO EMPRÉSTIMO	LIVROS	AUTORES
130	01/2008	07/07/2008	O tempo e o vento	Érico Veríssimo
130	01/2008	07/07/2008	O Continente	Érico Veríssimo
130	01/2008	30/07/2008	O Boqueirão	José Maurício de Almeida
130	01/2008	15/08/2008	A ressurreição do general Sanchez	Cristovam Buarque
130	01/2008	02/09/2008	Seleta	Gilberto Freyre
130	01/2008	22/09/2008	Antologia	Euclides da Cunha
130	01/2008	14/10/2008	Hugo	Darcy Ribeiro
130	01/2008	30/10/2008	A bagaceira	José Américo de Almeida
130	02/2008_2009	15/01/2009	Diário da salvação do mundo	Fernando Gabeira
130	02/2008_2009	27/01/2009	A ressurreição do general Sanchez	Cristovam Buarque
130	02/2008_2009	06/02/2009	O guarani	José de Alencar
130	02/2008_2009	27/03/2009	Viva o povo brasileiro	João Ubaldo Ribeiro
130	03/2009	29/05/2009	O xangô de Baker Street	Jô Soares
130	03/2009	22/06/2009	As memórias de Cristóvão Colombo	Stephen Marlowe
130	04/2009	20/08/2009	O continente - vol I	Erico Veríssimo
130	04/2009	03/09/2009	O milagre	Irving Wallace
130	04/2009	23/10/2009	Evangelho da Incerteza	Vanda Fabian
130	04/2009	25/11/2009	A cidade e as serras	Eça de Queiroz

Fonte: Elaboração própria, a partir dos cadernos de empréstimos da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB.

Apesar de pertencerem a um mesmo grupo no que diz respeito à ausência de vínculo com a escola no momento do empréstimo, os três leitores apresentam escolhas bastante distintas entre si nas leituras realizadas. Wittmann (1999, p. 140-141) afirma que, na França, a partir do século XVIII, o desenvolvimento da prática da leitura se dá de maneira individualizada: “[...] pode-se constatar um estilhaçamento e anonimização do público leitor, tanto no aspecto social quanto no temporal e geográfico. [...] A leitura

tornou-se um processo socialmente indiferente e individual. Pertencer a determinada camada quase não regulava mais o acesso à leitura”. Embora o autor se refira a *camada social* e não a *grupo*, podemos afirmar que, em certa medida, os dados encontrados reforçam essa ideia de que, assim como observado por Wittmann (1999) na França do século XVIII, a pertença a um grupo – nesse caso, dos *não estudantes* – não garante a homogeneidade das práticas dos leitores da BPMCG e que estes tendem mais à individualização do que a um padrão reconhecido como peculiar ao(s) grupo(s) no(s) qual(is) se insere.

Entre os *estudantes*, temos perfis de leitura bastante variados também. Uma das leitoras (identificada na planilha como **L-151**), por exemplo, está de acordo com o que seria esperado como leituras escolhidas por esse público (segundo certo estereótipo de leitor estudante); leituras, provavelmente, sugeridas, ou até mesmo exigidas, pela escola: são 12 empréstimos no total, realizados exclusivamente no ano de 2008, não havendo registro de empréstimos nos cadernos dos anos seguintes. Entre as suas escolhas, predominam títulos normalmente classificados como pertencentes ao Romantismo e Realismo brasileiros, tais como: *Dom Casmurro* (Machado de Assis), *Lucíola* (José de Alencar) e *Senhora* (José de Alencar), as quais são retiradas da biblioteca mais de uma vez por essa mesma leitora, o que revela a prática da releitura, não se sabe se com a finalidade de realizar alguma pesquisa escolar, para a qual é necessário estar de posse do livro para consulta.

Os outros empréstimos da leitora correspondem majoritariamente a livros de literatura juvenil, como: *O amor pode esperar* (Katherine Applegate), *A infância acabou* (Renato Tapajós) e *A marca de uma lágrima* (Pedro Bandeira), que revelam, juntamente com os demais já citados, uma preferência pela leitura de romances. Há um único livro de crônicas: *Sexo na cabeça* (Luís Fernando Veríssimo). A lista completa dos empréstimos realizados encontra-se no quadro abaixo:

Quadro 7 – Lista de empréstimos por leitor estudante (L-151)

LEITOR	CADERNO/ANO	DATA DO EMPRÉSTIMO	LIVROS	AUTORES
151	02/2008_2009	21/01/2009	Dom Casmurro	Machado de Assis
151	02/2008_2009	21/01/2009	Lucíola	José de Alencar
151	02/2008_2009	28/01/2009	A infância acabou	Renato Tapajós
151	02/2008_2009	28/01/2009	Lucíola	José de Alencar
151	02/2008_2009	02/02/2009	O amor pode esperar	Katherine Applegate
151	02/2008_2009	02/02/2009	A marca de uma lágrima	Pedro Bandeira

151	02/2008_2009	05/03/2009	Dom Casmurro	Machado de Assis
151	02/2008_2009	05/03/2009	Sexo na cabeça	Luís Fernando Veríssimo
151	02/2008_2009	06/02/2009	Senhora (coleção)	José de Alencar
151	02/2008_2009	06/02/2009	Dom Casmurro	Machado de Assis
151	02/2008_2009	13/02/2009	Sexo: aquilo que os pais não falam para os filhos	Luiz B. Meira
151	02/2008_2009	13/02/2009	Senhora	José de Alencar

Fonte: Elaboração própria, a partir dos cadernos de empréstimos da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB.

A leitora **L-153**, segundo a lista de obras lidas a partir da BPMCG, apresenta uma tendência a seguir o cânone, pois, entre os autores lidos, figuram nomes como Machado de Assis, Manuel Bandeira, Gabriel Garcia Marquez, entre outros. Não há, contudo, a preferência por um autor especificamente (tendo em vista que nenhum deles se repete) ou por temas recorrentes. Por essa razão, a lista de empréstimos, exposta a seguir, sugere um perfil de leitora que não se detém em um único autor/tema, mas que, ao contrário, prefere variar suas leituras.

É interessante, contudo, a retirada simultânea de uma obra de Manuel Bandeira (embora não saibamos qual, exatamente, já que o espaço para o título do livro foi preenchido com o nome do autor) e uma obra de fortuna crítica sobre este poeta: o livro de Sônia Brayner figura em uma coleção de obras organizada por Afrânio Coutinho, com o objetivo de reunir textos elaborados por críticos literários, acerca da obra de diversos autores nacionais. O livro de Brayner é exatamente sobre a obra de Manuel Bandeira⁵⁴. A escolha dessas duas obras sugere que a leitora vincula sua leitura da obra literária à leitura de uma obra de crítica que a oriente sobre como ler e/ou interpretar os textos. Essa prática se sustenta porque, de acordo com Bourdieu (1989, p. 105): “[...] o campo da produção erudita tende a produzir ele mesmo suas normas de produção e os critérios de avaliação de seus produtos”.

No que diz respeito às datas dos empréstimos, essa leitora recorreu espaçadamente a esse serviço: em 2008, eles ocorreram apenas no mês de março, voltando a acontecer mais uma vez em maio de 2009 – tendo seu último empréstimo nesse ano registrado no mês de novembro. Ela volta a utilizar a biblioteca para empréstimos apenas em abril de 2011, numa única visita, quando retirou dois livros emprestados. Predominam, contudo, os empréstimos do gênero romance:

⁵⁴ BRAYNER, S. (org.) *Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 (Coleção “Fortuna Crítica, n. 5).

Quadro 8 – Lista de empréstimos por leitor estudante (L-153)

LEITOR	CADERNO/ANO	DATA DO EMPRÉSTIMO	LIVROS	AUTORES
153	02/2008	04/03/2008	Memórias Póstumas de Brás Cubas	Machado de Assis
153	02/2008	04/03/2008	Sonhos tropicais	Moacyr Scliar
153	02/2008	18/03/2008	Macunaíma	Mário de Andrade
153	02/2008	18/03/2008	Cem anos de solidão	Gabriel Garcia Marquez
153	03/2009	06/05/2009	Manuel Bandeira	Manuel Bandeira
153	03/2009	06/05/2009	Fortuna crítica	Sônia Brayner
153	04/2009	18/08/2009	Vida e Pensamentos	Euclides da Cunha
153	04/2009	18/08/2009	A integração nacional	Elias dos Santos [Bigio]
153	04/2009	11/11/2009	O problema do estado da Paraíba	José Octavio de Arruda Mello
153	05/2010_2011	28/04/2011	A dama das Camélias	Alexandre Dumas Filho
153	05/2010_2011	28/04/2011	Uma vida em segredo	Autran Dourado

Fonte: Elaboração própria, a partir dos cadernos de empréstimos da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB.

Em contrapartida, há outro leitor (identificado como **L-133**) que rompe completamente com esse perfil estereotipado do leitor estudante. Dos 23 empréstimos realizados por ele ao longo de todo o período recoberto por nossos dados, 01 corresponde ao livro de poemas de uma autora local (*Universo o verso une*, de Samelly Xavier) e predominam entre os demais as temáticas relacionadas à filosofia, à medicina alternativa ou à autoajuda⁵⁵. São eles: *Sabedoria eterna* (H. P. Blavatsky), *Os quatro elementos e os caminhos da energia* (Karen Hamaker Zondag), *O pensamento vivo* (Humberto Rohden), *A Bíblia do executivo* (Carl Heyel), *O zen-budismo* (Christmas Humphreys), *Sou o que sou* (Moacir Germano), *Catecismo da filosofia* (Humberto Rohden), *Heurística* (V. N. Puchkin), *Filosofia da medicina oriental* (Georges Ohsawa) e *Casos extraordinários comprovados* (Aureliano Alves Netto). Vejamos a lista completa:

Quadro 9 – Lista de empréstimos por leitor estudante (L-133)

LEITOR	CADERNO/ANO	DATA DO EMPRÉSTIMO	LIVROS	AUTORES
133	01/2008	23/10/2008	Heurística	V. N. Puchkin
133	01/2008	31/10/2008	O pensamento vivo	Huberto Rohden
133	02/2008_2009	07/11/2008	A Bíblia do Executivo	Carl Heyel
133	02/2008_2009	14/11/2008	O zen-budismo	Christmas Humphreys
133	02/2008_2009	17/11/2008	Sou o que eu sou	Moacir Germano
133	02/2008_2009	17/11/2008	Catecismo da Filosofia	Humberto Rohden

⁵⁵ Conforme já mencionado anteriormente, o gênero auto-ajuda corresponde a uma classificação que reúne obras bastante diferenciadas entre si, até mesmo aquelas que não haviam sido, em princípio, produzidas para esse segmento. Sobre esse assunto, ver Barbosa (2005; 2013).

133	02/2008_2009	01/12/2008	Filosofia da Medicina Oriental	Georges Ohsawa
133	02/2008_2009	06/01/2009	Universo o verso une	Samelly Xavier
133	02/2008_2009	19/02/2009	Sabedoria eterna	H. P. Blavatsky
133	02/2008_2009	16/03/2009	Os quatro elementos e os caminhos da energia	Karen Hamaker Zondag
133	02/2008_2009	27/03/2009	Casos extraordinários comprovados	Aureliano Alves Netto
133	03/2009	23/04/2009	Espíritos e médiuns	[ilegível] Denis
133	03/2009	12/05/2009	Histórias da vida	Antônio Badrey Filho
133	03/2009	12/05/2009	Convite à filosofia	Marilena Chauí
133	03/2009	26/05/2009	Em busca da verdade	Swami Prabhupada
133	03/2009	02/06/2009	A força do interior	Carlos França
133	04/2009	14/09/2009	Jesus - palavras de fogo	Mônica Buonfiglio
133	04/2009	02/10/2009	Introdução à Psicologia	Ernest Keen
133	04/2009	10/11/2009	Alquimia do sonho	Ted Andrews
133	05/2010_2011	11/03/2011	O homem proeminente e suas dimensões	Francisco Luciano de Azevedo
133	05/2010_2011	04/04/2011	O libertador da mente	Krishnamurte
133	05/2010_2011	25/04/2011	Gestalt - terapia teoria, técnicas e aplicações	Joan Fagan; Irma Lie Shepherd
133	05/2010_2011	10/05/2011	Alquimia do sonho	Ted Andrews

Fonte: Elaboração própria, a partir dos cadernos de empréstimos da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB.

Este leitor, claramente, busca a biblioteca por outras razões e outros objetivos que não os escolares, apesar de ter se declarado estudante, no momento do empréstimo. Nos dados disponíveis nos cadernos de empréstimo não há informações sobre o nível de ensino ao qual este leitor está vinculado, uma vez que no campo da instituição aparece apenas a anotação da palavra “livre”, sem maiores esclarecimentos. Através da entrevista realizada com ele tomamos conhecimento de que se trata de um autodidata: tendo cursado até o Ensino Médio, afirma que permanece estudando, mas distante dos bancos escolares⁵⁶.

Nesta mesma categoria – *estudantes* – há leitores que optam por ler seguidamente as obras de um ou dois autores. Há uma leitora (identificada como **L-290**), por exemplo, que realiza 14 empréstimos, todos eles no ano de 2008. Destes, 04 empréstimos são de autores diferentes entre si e 10 estão divididos em apenas dois autores: Clarice Lispector e Chico Buarque. De Clarice, temos no registro de empréstimos dessa leitora: *A paixão segundo GH*, *A maçã no escuro*, *A cidade sitiada*, *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, *Perto do coração selvagem*, e *De corpo inteiro*. De Chico Buarque, temos: *Calabar*, *Benjamin*, *Budapeste* e *Fazendo modelo*, conforme se pode verificar na lista abaixo:

⁵⁶ Essa informação será melhor discutida no capítulo a seguir, mais especificamente nos item **4.2.** e **4.4.2.**

Quadro 10 – Lista de empréstimos por leitor estudante (L-290)

LEITOR	CADERNO/ANO	DATA DO EMPRÉSTIMO	LIVROS	AUTORES
290	01/2008	14/07/2008	A paixão segundo GH	Clarice Lispector
290	01/2008	14/07/2008	A maçã no escuro	Clarice Lispector
290	01/2008	15/07/2008	A cidade sitiada	Clarice Lispector
290	01/2008	15/07/2008	A mulher que escreveu a Bíblia	Moacyr Scliar
290	01/2008	22/07/2008	A metamorfose	Franz Kafka
290	01/2008	22/07/2008	Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres	Clarice Lispector
290	01/2008	23/07/2008	Perto do coração selvagem	Clarice Lispector
290	01/2008	23/07/2008	De corpo inteiro	Clarice Lispector
290	01/2008	25/07/2008	Calabar	Chico Buarque
290	01/2008	25/07/2008	Benjamim	Chico Buarque
290	01/2008	04/08/2008	Budapeste	Chico Buarque
290	01/2008	04/08/2008	Fazendo modelo	Chico Buarque
290	01/2008	06/08/2008	A praça do diabo divino	Guido Viaro
290	01/2008	06/08/2008	Alexandre e outros heróis	Graciliano Ramos

Fonte: Elaboração própria, a partir dos cadernos de empréstimos da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB.

Não sabemos se por preferência pessoal ou por imposição de sua condição de estudante, essa leitora claramente distribuiu suas leituras, nesse período analisado, de acordo com o interesse em conhecer a obra de um determinado autor, concentrando suas leituras a fim de cumprir o objetivo. A respeito da preferência por esses dois autores especificamente, ela reflete uma tendência nesse período, pois ambos lideram a lista de empréstimos na BPMCG, ocupando a primeira e a terceira posições:

Quadro 11 – Autores mais lidos nos empréstimos realizados na BPMCG, no período estudado

AUTORES	QUANTIDADE DE EMPRÉSTIMOS
Clarice Lispector	84
Machado de Assis	48
Chico Buarque	38
José de Alencar	30
Jorge Amado	30
Luís Fernando Veríssimo	23
Graciliano Ramos	24
Érico Veríssimo	21
Gabriel Garcia Marquez	19
Pedro Bandeira	16
José Américo de Almeida	15

Fonte: Elaboração própria, a partir dos cadernos de empréstimos da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB.

Vamos a outro exemplo entre os *estudantes*. O leitor **L-149** realizou ao todo 45 empréstimos. Sua lista de empréstimos demonstra uma preferência por obras de autores que publicaram no século XX, e de gêneros bastante variados, pois há livros de contos, crônicas, romances e também teatro. Entre os contistas, há obras de autores como Dalton Trevisan (com 05 empréstimos no total, sendo um deles do seu romance *A Polaquinha* e os demais dos livros de contos), Sérgio Sant’Anna (*O voo da madrugada* e *O monstro*) e duas antologias de autores diversos (*De primeira viagem* e *Amor em tom maior*). No teatro, os autores escolhidos foram Nelson Rodrigues (*O beijo no asfalto*) e Gianfrancesco Guarnieri (*Eles não usam black-tie*).

Entre os romances lidos, também se registra uma diversidade de autores, mas há uma leve preferência por obras que tenham temáticas voltadas para o mistério, a investigação policial e o drama familiar. São alguns exemplos, entre os autores mais contemporâneos: *Lavoura arcaica* (Raduan Nassar), *Dois irmãos* (Milton Hatoum), *Onze* (Bernardo Carvalho), *Benjamin* (Chico Buarque), *A mulher que escreveu a Bíblia* (Moacyr Scliar) e *Encontro Marcado* (Fernando Sabino). Entre estes, Milton Hatoum e Raduan Nassar aparecem com mais frequência, tendo outras obras tomadas de empréstimo por esse leitor, no período analisado.

Embora haja uma recorrência maior a estas obras mais recentes, também registramos obras de Jorge Amado, Eça de Queiroz e Machado de Assis. Mas entre as referências, destacam-se *A Bagaceira* (de José Américo de Almeida) e *Macunaíma* (de Mário de Andrade), que aparecem quatro vezes cada um, nos empréstimos desse leitor, indicando, provavelmente, a prática da releitura – seja ela espontânea ou para a realização de algum trabalho escolar.

Quadro 12 – Lista de empréstimos por leitor *estudante* (L-149)

LEITOR	CADERNO/ANO	DATA DO EMPRÉSTIMO	LIVROS	AUTORES
149	01/2008	11/07/2008	Guerra conjugal	Dalton Trevisan
149	01/2008	11/07/2008	A Polaquinha	Dalton Trevisan
149	01/2008	01/08/2008	A morte e a morte de Quincas Berro D’água	Jorge Amado
149	01/2008	06/10/2008	Dois irmãos	Milton Hatoum
149	01/2008	06/10/2008	Um copo de cólera	Raduan Nassar
149	02/2008_2009	17/11/2008	Obra Completa	Machado de Assis
149	02/2008_2009	05/01/2009	Novelas nada exemplares	Dalton Trevisan
149	02/2008_2009	05/01/2009	Relato de um certo Oriente	Milton Hatoum
149	02/2008_2009	04/02/2009	Macunaíma	Mário de Andrade
149	02/2008_2009	04/02/2009	Macunaíma, o herói sem nenhum caráter	Mário de Andrade

149	02/2008_2009	26/02/2009	O voo da madrugada	Sérgio Sant'Anna
149	02/2008_2009	05/03/2009	Macunaíma	Mário de Andrade
149	02/2008_2009	05/03/2009	O monstro	Sérgio Sant'Anna
149	03/2009	13/04/2009	Macunaíma	Mário de Andrade
149	03/2009	30/04/2009	Benjamin	Chico Buarque
149	03/2009	18/05/2009	Cemitério de elefantes	Dalton Trevisan
149	03/2009	18/05/2009	O beijo no asfalto	Nelson Rodrigues
149	03/2009	22/05/2009	No fim do conto	Fernando Sabino
149	03/2009	22/05/2009	Encontro marcado	Fernando Sabino
149	03/2009	01/06/2009	São Bernardo	Graciliano Ramos
149	03/2009	01/06/2009	Fogo Morto	José Lins do Rego
149	03/2009	13/07/2009	Onze	Bernardo Carvalho
149	03/2009	13/07/2009	O santo e a porca	Ariano Suassuna
149	03/2009	13/07/2009	A normalista	Adolfo Caminha
149	03/2009	13/07/2009	Cabeleira	Franklin Távora
149	03/2009	24/07/2009	Lavoura Arcaica	Raduan Nassar
149	03/2009	24/07/2009	A mulher que escreveu a Bíblia	Moacyr Scliar
149	03/2009	07/08/2009	Guerra conjugal	Dalton Trevisan
149	03/2009	07/08/2009	A bagaceira	José Américo de Almeida
149	03/2009	07/08/2009	Aladim	Rosalind Kerven
149	04/2009	20/08/2009	O médico e o monstro	Robert Louis Stevenson
149	04/2009	20/08/2009	A bagaceira	José Américo de Almeida
149	04/2009	16/10/2009	De primeira viagem	Ana Miranda
149	04/2009	16/10/2009	Amor em tom maior	Júlio Paredes
149	04/2009	23/10/2009	A bolsa amarela	Lygia Bojunga
149	04/2009	23/10/2009	A bagaceira	José Américo de Almeida
149	04/2009	09/11/2009	A bagaceira	José Américo de Almeida
149	04/2009	09/11/2009	A bolsa amarela	Lygia Bojunga
149	05/2010_2011	20/12/2010	Tieta	Jorge Amado
149	05/2010_2011	11/03/2011	Eles não usam black-tie	Gianfrancesco Guarnieri
149	05/2010_2011	11/03/2011	Caim	José Saramago
149	05/2010_2011	18/03/2011	Gabriela, cravo e canela	Jorge Amado
149	05/2010_2011	18/03/2011	Meu pé de laranja lima	José Mauro
149	05/2010_2011	01/04/2011	Os bruzundangas	Lima Barreto
149	05/2010_2011	11/04/2011	O primo Basílio	Eça de Queiroz

Fonte: Elaboração própria, a partir dos cadernos de empréstimos da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB.

Para finalizar, outro leitor dessa categoria, identificado como **L-195**, também apresenta uma tendência para a diversidade de gêneros, embora seus empréstimos totalizem apenas 12 livros, espaçados ao longo dos anos contemplados nos cadernos da BPMCG. Há na sua lista o registro dos seguintes romances: *De corpo inteiro* (Clarice Lispector), *Crime e castigo* (Fiódor Dostoiévsky), *Triste fim de Policarpo Quaresma*

(Lima Barreto) e *Dom Quixote de La Mancha* (Miguel de Cervantes). Mas competem com estes as leituras de teatro (*Teatro completo*, de Nelson Rodrigues), conto (*Contos*, de Voltaire; e *Para gostar de ler*, com contos de Edgar Allan Poe e Franz Kafka, entre outros) e poesia (*Antologia da nova poesia brasileira*, de Olga Savary). Há apenas uma obra recorrente (*Pelo juramento de Hipócrates*, de Eduardo Gil, foi retirado duas vezes pelo leitor), e um autor que se repete (Nelson Rodrigues aparece duas vezes na lista, através da obra já citada anteriormente e do livro *Teatro – peças míticas*), como se pode verificar abaixo:

Quadro 13 – Lista de empréstimos por leitor estudante (L-195)

LEITOR	CADERNO/ANO	DATA DO EMPRÉSTIMO	LIVROS	AUTORES
195	02/2008_2009	21/02/2009	De corpo inteiro	Clarice Lispector
195	02/2008_2009	21/02/2009	Crime e castigo	Dostoiévsky
195	03/2009	09/07/2009	Teatro completo	Nelson Rodrigues
195	03/2009	09/07/2009	Teatro completo - peças míticas	Nelson Rodrigues
195	03/2009	31/07/2009	Triste fim de Policarpo Quaresma	Lima Barreto
195	04/2009	17/08/2009	Pelo juramento de Hipócrates	Eduardo Gil
195	04/2009	31/08/2009	Pelo juramento de Hipócrates	Eduardo Gil
195	04/2009	10/09/2009	Antologia da nova poesia brasileira	Olga Savary
195	04/2009	05/10/2009	Para gostar de ler	Edgar Allan Poe; Franz Kafka
195	04/2009	19/10/2009	Contos	Voltaire
195	05/2010_2011	04/02/2009	Dom Quixote de La Mancha	Cervantes
195	05/2010_2011	28/02/2009	[ilegível]	Clássicos Globo

Fonte: Elaboração própria, a partir dos cadernos de empréstimos da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB.

Como se vê, os resultados apontam para diferentes práticas dentro de uma mesma categoria, no que diz respeito às escolhas sobre *o que ler*, e diferentes práticas em relação ao que se esperava como perfil de *estudantes* e *não estudantes*. Essa constatação reforça o que defende Horellou-Lafarge & Segré (2010):

As práticas de leitura são de uma diversidade infinita que suscita inúmeros questionamentos. As maneiras de ler, os lugares de leitura, as circunstâncias que a favorecem são múltiplas e variáveis, são às vezes inesperadas, surpreendentes. As determinações sociais e culturais da leitura são patentes, mas não explicam a complexidade nem a riqueza dessa prática que requer análises meticolosas. (p. 147)

Se confrontarmos a lista de todos os empréstimos realizados por esses leitores, e expostos anteriormente nos quadros, com as obras indicadas⁵⁷ para os vestibulares das três principais universidades públicas do estado (UEPB, UFCG e UFPB), veremos que apenas quatro títulos coincidem, ou seja, aparecem na lista de empréstimos dos leitores e também na de obras literárias sugeridas como leitura para o vestibular de uma dessas universidades. São eles:

- a) *Eles não usam black-tie* (de Gianfrancesco Guarnieri), indicado para o vestibular/2010 da UFCG e retirado por **L-149** no dia 11/03/2011;
- b) *Os bruzundangas* (de Lima Barreto), indicado para o vestibular/2009 da UFCG e retirado pelo mesmo leitor em 01/04/2011;
- c) *Uma vida em segredo* (de Autran Dourado), selecionado para o vestibular/2009 da UFCG e retirado por **L-153** em 28/04/2011; e
- d) *O cortiço* (de Aluísio de Azevedo), indicado para o vestibular/2011 da UEPB e emprestado no dia 20/05/2009 à leitora **L-266**.

Como se pode perceber facilmente, as datas dos empréstimos e o aparecimento das obras nas listas de indicações das universidades não coincidem e por isso não podemos afirmar que esses leitores se guiaram por essas listas para escolher suas leituras na biblioteca. Há, inclusive, um prazo considerável entre a data do empréstimo e o vestibular em cujas provas o livro seria contemplado, distantes entre si por cerca de 2 anos: em 3 dos 4 livros coincidentes, a indicação correspondia ao vestibular/2009 e o empréstimo ocorreu apenas em 2011; no quarto livro listado o empréstimo ocorreu em 2009 e a obra foi indicada para o vestibular/2011.

Além de revelar quais leituras foram realizadas pelos leitores citados, as listas dos empréstimos também nos ajudam a observar dois outros dados em relação ao modo como esses leitores usam a biblioteca: a quantidade de obras retiradas por vez e os intervalos de tempo entre os empréstimos. Em relação à quantidade de obras, apenas dois dos leitores (**L-130** e **L-133**) cujos empréstimos foram analisados neste capítulo apresentaram uma preferência por levar apenas um livro a cada retirada na biblioteca; os demais leitores costumam retirar, predominantemente, duas obras por vez, havendo casos, como o da leitora **L-266**, que retira três livros na maioria das visitas que faz à instituição. É possível que essa prática de retirar mais de um livro por vez esteja relacionada à distância entre a residência dos leitores e a biblioteca, pois nenhum deles

⁵⁷ Ver listas completas das obras literárias no Apêndice D.

mora no Centro da cidade, mas em outros bairros (uns mais afastados da instituição que outros): Nova Brasília, José Pinheiro, Centenário, Ligeiro, Liberdade, Estação Velha, Conceição e Monte Castelo. Provavelmente, a fim de evitar muitos deslocamentos até a biblioteca, eles optem pela retirada de mais obras, garantindo, assim, material de leitura por um período de tempo maior. Essa informação é complementada pelo tempo entre os empréstimos, que costumam ocorrer num intervalo mediano de 7 a 15 dias.

Esses dados iniciais não são suficientes para compreender *como* estas e outras obras foram lidas, e as razões para que os leitores as tenham escolhido e buscado através da BPMCG, mas nos fornecem pistas importantes sobre os usos que o público faz do serviço de empréstimos mantido pela instituição.

Essa primeira parte da nossa análise, de caráter mais quantitativo, revelou que o público que frequenta a Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB é formado, majoritariamente, por estudantes dos três níveis de ensino, com leve predominância dos estudantes de ensino superior. Esses leitores estudantes, por estarem presentes em maior número na totalidade dos dados, também são responsáveis por um maior volume de empréstimos e por apresentar mais leitores dentro da faixa de empréstimos mais alta (acima de 10 livros) no período estudado, que compreende os meses entre julho/2008 e maio/2011.

Contudo, como vimos, se observarmos proporcionalmente esses números dentro de cada categoria, verificaremos que a afirmação de que os *estudantes* leem mais não se aplica aos leitores que realizam empréstimos nessa biblioteca, pois tanto a média de livros quanto a quantidade de leitores na faixa mais alta de empréstimos acaba se mostrando mais alta entre os *não estudantes*: a média de livros foi de 6,93 livros para estes, contra 4,79 dos *estudantes*; e a quantidade de leitores na faixa mais alta correspondeu a 18,6% entre os que compõem esta categoria, contra 12,7% dos *estudantes*. Em outras palavras, os estudantes são de fato mais numerosos neste espaço, no entanto, os não estudantes mantêm uma relação bastante consistente com a biblioteca, superando, proporcionalmente, as leituras daqueles.

Mas os números também nos levaram a supor que esses leitores, pela sua condição de estudantes, usavam a biblioteca principalmente para fins escolares, ou que suas leituras eram escolhidas com base no critério de utilidade para sua vida escolar. Assim, predominariam, entre os livros tomados de empréstimos, aqueles mais exigidos pela escola e/ou listados em exames vestibulares (como os clássicos da literatura brasileira), bem como as obras de referência na área de crítica literária que, de certa

maneira, servem de parâmetro no meio escolar para determinar as interpretações *legítimas* das obras.

Contudo, os resultados da análise desse recorte no nosso *corpus* apontam para uma diversidade de práticas e de leituras que, ao que parecem, independem da existência ou não de um vínculo do leitor com o sistema escolar: tanto há leitores não estudantes que lêem o que se poderia pensar como, preferencialmente, leituras de estudantes; quanto estes estudantes extrapolam o universo de leituras atribuído a eles pela escola e, em certa medida, também pela sociedade, uma vez que é comum o discurso de que os alunos lêem apenas por obrigação e apenas as obras que lhes são impostas. Embora não concordemos com essa imagem do leitor, construída historicamente, decidimos testar essa hipótese de que *estudantes* leem as mesmas obras (*certo tipo* de obras) e *não estudantes* leem outras. Mas o que se mostrou no decorrer da análise foi um quadro bem diferente, que ressalta a diversidade de leituras e de práticas realizadas por esses leitores, tanto em um grupo quanto em outro.

O que se percebe, então, (embora não pela primeira vez, porque outros⁵⁸ já demonstraram antes) é que a história da leitura oscila entre duas tensões: as coerções histórico-sociais e a história individual; afinal, como afirma Certeau (1994), o leitor é um caçador em terras alheias e, por isso, tem suas astúcias.

Até aqui muitas perguntas foram feitas, poucas respostas foram dadas e algumas hipóteses foram levantadas. Uma delas é a de que, possivelmente, os leitores tenham acesso às suas leituras “obrigatórias” a partir de outras fontes, como a própria escola, e busquem a biblioteca pública justamente para ter acesso a essas outras leituras, não necessariamente consideradas válidas (ou “boas” leituras) no âmbito escolar. Ou seja, a função da biblioteca seria (também, mas não apenas essa) possibilitar um outro modo de se relacionar com a leitura, para além das imposições escolares. A leitura escolar, evidentemente, está neste espaço público também, mas entre os empréstimos de *estudantes* e *não estudantes* há muitas outras leituras que a extrapolam, denunciando que esses leitores não obedecem apenas a este fator, mas que há outros: o mercado, a mídia, a pertença do sujeito a outros grupos sociais longe da escola, até mesmo seu momento de vida.

Para relacionar todos esses múltiplos fatores e suprir algumas das inúmeras lacunas, essa breve análise, sem dúvida, não é suficiente. Por isso foi necessário

⁵⁸ A exemplo dos trabalhos de Ginzburg (2006); Darnton (1988; 1996); Hébrard (1996), entre outros.

entrevistar esses leitores a fim de descobrir suas histórias de leitura, como estas foram sendo construídas e em que momento e de que forma se encontraram com a BPMCG. Entre os 08 (oito) leitores cujos empréstimos foram analisados nesse capítulo 3, 06 (seis) foram entrevistados e o resultado da análise desses dados será exposto a seguir.

4. HISTÓRIAS, PRÁTICAS E DISCURSOS DOS LEITORES DA BPMCG: QUANDO O DESEJO DE LER ENCONTRA O SEU LUGAR

O amor às bibliotecas, como a maioria dos amores, deve ser aprendido. Ninguém que pise pela primeira vez num aposento repleto de livros saberá instintivamente como se comportar nem o que se espera, o que se promete e o que é permitido.

Alberto Manguel, *A Biblioteca à Noite*.

No capítulo anterior, nos aproximamos um pouco mais dos leitores, ao investigar o movimento de empréstimos realizados por eles na BPMCG. Pretendemos, a partir de agora, dar voz a alguns desses leitores, procurando identificar de que forma a leitura, mais especificamente aquela propiciada pela biblioteca, se insere no contexto de suas práticas cotidianas e na sua história de leitura. Para isso, selecionamos, entre os leitores que realizaram empréstimos no período estudado, 06 (seis) leitores que acumularam acima de 10 (dez) empréstimos entre julho/2008 e maio/2011, segundo os registros da própria instituição. Foram realizadas com esses leitores entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas e posteriormente transcritas. É importante esclarecer que houve tentativa de contato, por carta ou telefone, com outros leitores que também compunham essa faixa de empréstimos, contudo não obtivemos sucesso na maioria dos casos, por haver erros nos endereços e números de telefone registrados nos cadernos ou por eles estarem desatualizados.

Essa escolha com base na quantidade de empréstimos se deveu ao fato de que, por um lado, há um grande número de leitores – no período considerado – que foi à biblioteca, realizou apenas um único empréstimo e não voltou a utilizar esse serviço⁵⁹, sendo mais raros aqueles que recorreram a ele com maiores frequência e constância, ao longo do tempo. Acreditamos que esses leitores selecionados, pela quantidade de empréstimos realizada, mantiveram nesse período um vínculo maior e mais constante com a biblioteca, no sentido de que não apenas iam até ela (deslocando-se até aquele lugar), como também constantemente a levavam para a sua casa, através dos livros tomados de empréstimo, ou seja, levavam esse espaço de leitura para a sua vida e para outros espaços nos quais circulavam, ampliando o alcance daquela instituição.

Em certa medida, a existência de um serviço de empréstimo subverte a representação de biblioteca como guardião do tesouro a que poucos devem ter acesso,

⁵⁹ O que não significa que tenha abandonado o uso da biblioteca, uma vez que pode seguir utilizando-a de outras formas, como para estudar e ler presencialmente nas salas de leitura, consultar periódicos, acessar a internet etc.

pois não apenas possibilita esse acesso aos livros, como permite que, através deles, a própria instituição extrapole seus muros e conceda ao leitor o direito de usar parte de seu acervo onde e como pretender (longe do controle atento dos funcionários, por exemplo, ainda que não totalmente longe de certas proibições, como a de não anotar às margens dos textos). Embora haja o controle do que pode ou não ser tomado de empréstimo, bem como dos prazos para retirada e devolução, a leitura dos livros da biblioteca fora de suas salas sem dúvida permite liberdades que, no interior de seu espaço, não seriam previstas nem sequer possíveis (como o gesto de ler deitado, apenas para citar uma dessas liberdades). O leitor que realiza empréstimos nas bibliotecas se vê, então, entre o controle e a liberdade permitidos por esse serviço.

Para conhecer que usos são esses realizados na e a partir da BPMCG, recorreremos aos próprios leitores. Uma vez que vamos lidar com as declarações desses sujeitos sobre leitura e bibliotecas, partimos do pressuposto de que essas declarações não são neutras, pois esses leitores são sujeitos sociais que, de alguma forma, irão se inserir na rede de discursos já existentes sobre esses temas – seja para corroborar ideias ou refutá-las, consciente ou inconscientemente. É importante, então, antes de iniciarmos a análise das entrevistas, esclarecermos as noções de *sujeito* e *discurso* que a orientarão. Em seguida, passaremos à discussão dos dados, observando, respectivamente: como ocorreram os primeiros contatos desses leitores com a leitura; em que lugares preferiam/preferem ler e como chegaram até a BPMCG; que práticas de leitura realizam na biblioteca ou a partir dela (de que formas têm acesso à leitura, *o que* e *como* leem); por fim, que percepções sustentam acerca da Biblioteca, da leitura e do que significa *ser leitor*.

As entrevistas serão aqui entendidas como o resultado do processo de interação entre sujeitos (pesquisadora e entrevistado) que não são o centro e a origem do dizer, mas cujas enunciações são mediadas pela situação de produção do discurso (seja a mais imediata ou a mais ampla). Portanto, as declarações dadas por esses sujeitos podem ser melhor compreendidas a partir do conceito de *dialogia*, proposto por Bakhtin (1995): segundo este autor, o que determina a palavra é que esta é sempre orientada para alguém e é “produto da interação do locutor e do ouvinte” (BAKHTIN, 1995, p. 113). Assim, o sujeito não pode ser o centro ou a origem do dizer, pois o discurso é sempre orientado para sua(s) resposta(s), ao mesmo tempo em que também, ao nascer, já traz consigo a possibilidade dessa resposta.

Dessa forma, segundo Bakhtin (1995), não haveria uma individualidade em si mesma, pois, para ele, a própria consciência individual é um resultado social, já que não

há um sujeito livre de ideologia e que é a relação entre ideologia⁶⁰ (fato social) e linguagem que constitui a consciência individual. Assim, como afirma Fiorin (2007, p. 35) “[...] o discurso não é, pois, a expressão da consciência, mas a consciência é formada pelo conjunto de discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida”.

Se não é o sujeito a origem do dizer, e se a enunciação não é mera apropriação de formas linguísticas prontas e de significação predeterminada, então o movimento desse sujeito é na direção de uma “corrente de comunicação verbal”, na qual ele se insere; o seu dizer é mais um “elo na cadeia dos atos de fala” que o precederam e com os quais dialoga, ou seja, é “[...] apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta” (BAKHTIN, 1995, p. 112).

A partir dessas noções fica claro que nenhuma enunciação pode ser analisada parcial ou isoladamente, mas pelo todo social, histórico e cultural que a compõe; ou seja, a enunciação é o resultado de uma construção duplamente social, no sentido de que é produto da interação entre dois sujeitos (igualmente sociais) e de que se estabelece em relação a outras vozes já ditas. Por outro lado, é também histórica, porque mantém relações com um dado momento histórico, com suas especificidades ideológicas, que dialogam com os momentos históricos precedentes; e é cultural porque é produzida segundo valores de uma dada cultura, na qual o sujeito está inserido, e cujos valores lhe são intrínsecos, ainda que ele não tenha consciência do fato.

Segundo essa perspectiva, a própria enunciação, o colocar a língua em uso, já traz consigo a marca (ainda que não necessariamente explícita) de discursos outros, pois “nenhuma palavra é nossa, mas traz em si a perspectiva de outras vozes” (BARROS, 2003, p. 3).

Essas são noções importantes para a nossa pesquisa, uma vez que pretendemos discutir, a partir das entrevistas, as possíveis relações entre a história de leitura desses sujeitos e a BPMCG, mas sem perder de vista que suas falas poderão manter relação com outros discursos que circulam na sociedade, sobre a leitura e sobre as bibliotecas; ou seja, ao falar sobre sua própria história, esses leitores podem, por exemplo, recuperar imagens/representações de si mesmos enquanto leitores, condizentes com o que socialmente se elegeu como perfil ideal de leitor ou com outras representações sobre o

⁶⁰ Segundo Fiorin (2007, p. 28-29), a ideologia corresponde a “esse conjunto de ideias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens. [...] Ela é uma ‘visão de mundo’, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social.”

que significa ser um leitor. Assim, como em qualquer outro texto, aquele produzido nas entrevistas é um diálogo em muitos sentidos: diálogo com os já-ditos sobre o assunto, com outros textos do mesmo gênero (nesse caso, a entrevista), com o interlocutor na situação mais imediata de interação e com o dizer socialmente aceito.

A partir dessas considerações, pode-se perceber que a noção de sujeito subentendida na perspectiva bakhtiniana não é de unidade, mas de multiplicidade em vários aspectos, de maneira que o sujeito não é uno, é múltiplo; não é completo, é constituído através dos processos de interação de que participa. Isso não significa dizer que o sujeito seja completamente *assujeitado* (como defendia uma primeira versão da Análise do Discurso francesa), pois ele não corresponde apenas a um lugar de passagem para que os discursos já existentes na sociedade se concretizem, tomem forma.

Pechêux (1997) já considerava que um enunciado, mesmo textualmente repetido, pode ser novo, pois sua relação com as condições de sua enunciação produzem um *acontecimento*, ou seja, produzem outros efeitos de sentido. Assim, não se pode admitir que toda enunciação seja apenas mera repetição, embora todo discurso tenha em sua constituição um já-dito, a repetição de outros discursos; mas suas circunstâncias o fazem novo: “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2004, p. 26).

Seguindo essa perspectiva discursiva na análise das entrevistas, estamos entendendo *discurso* como

Um tipo de sentido – um efeito de sentido, uma posição uma ideologia – que se materializa na língua, embora não mantenha relação biunívoca com recursos da expressão da língua. [...] o discurso se constitui pelo trabalho *com* e *sobre* os recursos de expressão, que produzem determinados efeitos de sentido e correlação com posições e condições de produção específicas. (POSSENTI, 2002, p. 18)

Considerando essa noção de discurso, o sujeito não é completamente livre, nem totalmente assujeitado, mas trabalha sobre a linguagem, “numa relação regrada” dentro dos limites que lhe são impostos pelas situações discursivas das quais participa. Portanto, o leitor da BPMCG, entrevistado para a pesquisa, não pode ser entendido apenas como um lugar vazio ocupado por discursos já enunciados e dos quais ele não pode escapar, mas é, sim, um lugar a partir de onde discursos podem ser ressignificados.

Evidentemente, além da relação constitutiva com outros discursos que antecedem a enunciação, o trabalho do sujeito sobre a linguagem e sobre o que diz não se dá de

qualquer forma, a partir de qualquer lugar social e de quaisquer regras. Assim como defende Foucault (2004), consideramos que o sujeito não pode dizer qualquer coisa, em qualquer lugar, a qualquer pessoa, de qualquer maneira. Mesmo o trabalho empreendido sobre a linguagem por esse sujeito, ao enunciar, é o resultado do lugar social ocupado pelo ele de sua relação com as condições de produção do discurso. Assim, por se tratar de uma entrevista com finalidade acadêmica, seria natural que os leitores se sentissem alvo de avaliações por parte da pesquisadora, embora o foco da nossa pesquisa seja principalmente a biblioteca, e que a história particular de leitura de cada um deles se mostra importante apenas na medida em que revela aspectos sobre a instituição e sua forma de se inserir na vida da comunidade que a procura.

Tendo em vista essa orientação, o roteiro (ver Apêndice C) de perguntas que guiou as entrevistas foi organizado em duas etapas: uma primeira que contemplou questões sobre a história de leitura dos entrevistados (contatos iniciais com a leitura e influências para a realização das primeiras leituras, locais onde preferiam ler, posse de livros, formas atuais de acesso à leitura, entre outras). A segunda etapa das perguntas concentrou-se na relação do leitor com a biblioteca (as razões que o levaram a buscá-la, as primeiras impressões, as motivações para seguir utilizando esse espaço, as formas de uso etc.).

Ainda assim, é possível que os leitores entrevistados privilegiem em suas declarações a descrição de práticas relacionadas a leituras “legítimas” e à forma “correta” de lê-las, como sugere essa afirmação de Bordieu e Chartier (1996, p. 236), já citada nesta pesquisa:

[...] as declarações concernentes ao que as pessoas dizem ler são muito pouco seguras em razão daquilo que chamo de legitimidade: desde que se pergunta a alguém o que ele lê, ele entende: o que é que eu leio que merece ser declarado? Isto é: que é que eu leio de fato de literatura legítima? [...].

Cientes desse risco, mergulharemos nas histórias contadas por esses leitores da biblioteca. Em primeiro lugar, nos deteremos à primeira etapa de questões da entrevista, procurando entender que trajetória os entrevistados seguiram enquanto leitores até chegarem à BPMCG. Posteriormente, procuraremos compreender como se deu o seu encontro com essa instituição, bem como suas práticas e formas de apropriação desse espaço.

4.1. Encontro com a leitura e o desejo de ler: primeiras referências

Uma condição ideal para compreender como se dá o encontro do leitor com a biblioteca seria aquela na qual conseguíssemos responder primeiramente às perguntas: onde e quando nasce o desejo de ler? Como e por que o indivíduo se torna leitor?

Ao mesmo tempo em que se podem formular muitas hipóteses e atribuir a vários fatores a adesão a essa prática, não há uma resposta definitiva e única. Em primeiro lugar, porque a leitura, enquanto bem simbólico (BOURDIEU, 1989) e por isso imaterial, não é passível de apreensão e delimitação precisas – o máximo permitido nessa questão é a identificação de fatores favoráveis ou desfavoráveis para a construção de uma prática leitora em determinado tempo e espaço. Em segundo lugar, supondo que tais fatores e/ou condições sejam identificados, eles podem responder a apenas uma fase da vida do leitor, pois o desejo de ler, se não tem sempre lugar, quando tem, não se mantém da mesma forma e pelas mesmas razões ao longo da vida. Dessa maneira, é inviável o estabelecimento de uma relação de causa e efeito, resumida em afirmações como: lê porque seus pais liam; lê porque tinha acesso fácil aos livros; lê porque a escola o incentivou. Cada uma dessas razões (assim como sua equivalente negativa – o “não lê, porque...”), como tantas outras que poderiam ser apontadas, é parcial e pode funcionar para explicar o desejo de ler de alguns leitores (mas não todos), em determinada fase de suas vidas, mas não sempre, porque essas razões mudam.

Sendo assim, o que podemos fazer, nos limites desta pesquisa, é tentar descobrir, na história de leitura dos entrevistados, algumas das condições que os transformaram em leitores e os guiaram, em um determinado momento de suas vidas, a buscar a BPMCG. Diante da evidente dificuldade em se encontrar registros mais imparciais sobre as práticas desses leitores, resta buscar pistas nas suas próprias palavras ao falarem a respeito de suas práticas.

Solicitar ao leitor que suspenda tempo e espaço e paralise algo – a leitura – que em essência é movimento, é quase o mesmo que esperar dele a habilidade de ler as ondas do mar, como tenta o Palomar de Ítalo Calvino⁶¹, explicando o fluxo contínuo de

⁶¹ “Mas isolar uma onda, separando-a da onda que imediatamente se lhe segue e que parece empurrá-la, e que por vezes a alcança e a arrasta consigo, é muito difícil; assim como separá-la da onda que a precede e que parece arrastá-la atrás de si em direcção à costa, salvo quando depois, eventualmente, se volta contra ela, como que para a deter. [...] Em resumo, não se pode observar uma onda sem ter em conta os aspectos complexos que concorrem para a sua formação e aqueles outros, igualmente complexos, a que essa mesma onda dá lugar. Estes aspectos variam continuamente, pelo que uma onda é sempre diferente de uma outra onda; mas também é verdade que cada onda é igual a uma outra onda, mesmo que não seja

algo que por natureza não tem começo nem fim delimitados. É a tentativa de que ele possa flagrar-se lendo, numa atitude que Barthes (2012) associou ao gesto de levantar a cabeça enquanto lê:

É essa leitura, ao mesmo tempo irrespeitosa, pois que corta o texto, e apaixonada, pois que a ele volta e dele se nutre, que tentei escrever. Para escrevê-la, para que minha leitura se torne por sua vez objeto de uma nova leitura [...], tive evidentemente de sistematizar todos esses momentos em que a gente ‘levanta a cabeça’. Em outras palavras, interrogar minha própria leitura é tentar captar a *forma* de todas as leituras (a forma: único lugar da ciência), ou ainda: suscitar uma teoria da leitura. (BARTHES, 2012, p. 26. Grifo do autor)

Essa captura da “forma”, como propõe o autor, só é possível porque há regularidades, ou, como afirma Palomar sobre a onda, “existem formas e sequências que se repetem, ainda que irregularmente distribuídas no espaço e no tempo” (CALVINO, 1987, p. 12). Assim, a descrição das práticas de cada leitor, bem como de sua história de leitura, é um evento particular, mas que ao mesmo tempo mantém relação com o que se registra de outros leitores.

Feitas essas ressalvas, podemos agora confrontar os dados às perguntas citadas: como e onde se iniciou o desejo de ler desses leitores da BPMCG? Quando, como e por que se tornaram leitores e, mais especificamente, leitores dessa instituição?

Entre os 06 (seis) leitores entrevistados, 03 (três) estão inseridos na categoria dos *estudantes* e 02 (dois) na de *não estudantes*, conforme divisão proposta no capítulo anterior. O sexto leitor (**L-133**), embora tenha se declarado estudante no momento do empréstimo, se intitulou um autodidata durante a entrevista e assim tomamos conhecimento de que ele não atende exatamente ao perfil definido para essa categoria dos estudantes, pois na verdade não apresenta vínculo com instituições de ensino formal (como os demais leitores que compõem a categoria). Essa característica específica desse leitor será discutida posteriormente. Todos os leitores entrevistados tiveram seus empréstimos analisados no capítulo anterior e, sempre que necessário, os dados serão retomados aqui e confrontados com suas declarações.

Quando perguntados sobre seus primeiros contatos com a leitura, 04 (quatro) entre os 06 (seis) leitores revelaram que esse contato aconteceu em alguns casos antes de sua entrada na escola e que foi importante o estímulo de pessoas mais velhas para ler, seja

aquela que lhe é imediatamente contígua ou sucessiva; em resumo, existem formas e sequências que se repetem, ainda que irregularmente distribuídas no espaço e no tempo.” (CALVINO, 1987, p. 11-12)

porque esses atuaram como facilitadores no acesso a materiais de leitura ou simplesmente através do exemplo, isto é, os leitores viam algum de seus familiares lendo e essa prática cotidiana serviu de estímulo nesse momento inicial. É o caso, por exemplo, de **L-195**, que afirma: “bom a primeira lembrança que eu tenho:: em relação à leitura é:: foi através da minha irmã... minha irmã mais velha... [...] e ela costumava ler... costumava ler assim antes de dormir e eu pequenininho... eu... prestei atenção a esse hábito dela e:: achei interessante e comecei a seguir [...]” (ver Anexo I⁶²).

Para esse leitor, a irmã foi determinante, inclusive, na escolha dessas primeiras leituras:

L-195: [...] se ela tivesse uns dezoito anos por aí eu tinha oito e é essa a lembrança que eu tenho... lembro inclusive dos livros que é:: os autores

P: quais eram os livros?

L-195: favoritos né? que é:: Paulo Coelho

P: humm... e de algum livro especif/

L-195: E:: O Alquimista... acho que o primeiro livro as/BRIDA... que eu cheguei a le::r por curiosidade [...]

Contudo, segundo o leitor, esse incentivo por parte da irmã mais velha se deu de forma involuntária, pois ela não apenas desconhecia esse interesse que ajudou a despertar nele, como chegava até mesmo a dificultar o acesso do irmão aos livros que possuía, o que pode ter contribuído, inclusive, para aumentar a curiosidade em torno da leitura a partir da proibição. Ao lembrar que, além das obras de Paulo Coelho (autor preferido da irmã), ela tinha outros títulos em casa, o leitor afirma:

L-195: tinha mas só que eu não tinha acesso

P: não? ela não deixava você usar não?

L-195: não... eu vim ler Paulo Coelho depois que ela foi embora aí deixou os livros aqui em casa com a gente

P: ela dizia o quê a você? que não podia?

L-195: não ela ela ela guardava

P: tinha ciúme?

L-195: ela guardava... ah:: ela nem sabe dessa história... é engraçado... ela nem sabe... que eu acho que o gosto da leitura assim eu acho que comecei é:: pelo fato de eu ver ela com esse hábito

P: lendo?

L-195: é

⁶² Todas as transcrições das entrevistas realizadas encontram-se no Anexo I, em arquivos individuais, identificados pela numeração do leitor. A partir de agora, portanto, os trechos citados para análise prescindirão dessa identificação, mas podem ser conferidos integralmente no referido Anexo.

A leitora **L-153** também viveu situação semelhante nos seus primeiros contatos com a leitura, pois seus dois irmãos mais velhos são professores: uma irmã, professora de geografia, e o irmão, de português, foram seus incentivadores, especialmente por facilitarem o acesso a leituras, como histórias em quadrinhos e revistas.

Os pais e avós também aparecem nas histórias dos leitores como figuras importantes no estímulo para ler, mas, no caso dos leitores entrevistados, esse papel é exercido muito mais pelo incentivo indireto e fornecimento de materiais de leitura (livros, revistas, cordéis, entre outros). Dessa forma, embora os leitores não tivessem condições financeiras para adquiri-los⁶³, os impressos circulavam também em suas casas, trazidos pelos pais. Há dois leitores que ilustram bem essa condição de acesso a partir das relações de trabalho dos pais e/ou avós. O leitor **L-149**, por exemplo, relata assim essa parte de sua história:

L-149: bem... deix/eu tentar... resgatar o período né? É:: eu comecei a ler... é:: por volta de 1995 a 1996... a partir do meu avô... que era vigia numa casa no centro uma casa de pessoas ricas... e lá tinha assinatura de jornais e revistas... daí quando esse pessoal se mudou foi morar num apartamento meu avô continuou trabalhando lá como vigia nessa Casa e ele... os jornais e as revistas que chegavam ele levava pra minha casa... foi a partir daí que eu comecei a ler... é: ter um contato maior com os jornais e as revistas principalmente né? nessa época eu fazia a 4ª. série do ensino fundamental
P: e você lembra quais eram os títulos?
L-149: basicamente é:: o Jornal da Paraíba... o Diário da Borborema e a Revista Veja

Embora os títulos citados não sejam produzidos originalmente para um público da faixa etária na qual se encontrava o leitor, é interessante observar que ainda assim esses periódicos serviram como entrada no mundo da leitura, por representarem o único material que estava disponível. Esse mesmo leitor complementa da seguinte maneira a informação sobre as suas formas de acesso à leitura: “de forma geral os meus avós... meu avô e minha vó... maternos... por parte de mãe... e::: minha tia e meu tio/sempre que eles tinham... em mãos algum jornal alguma revista eles sempre me traziam... prática que continuou até bem recentemente”. Ao ser perguntado sobre se seus avós também eram leitores, ele responde:

L-149: meus avó::s... é... minha vó é:: semi-analfabeta né? conhece a leitura e a escrita mas... só::

⁶³ A relação entre o preço dos livros no Brasil e o poder aquisitivo da população pode ser observada em Lajolo e Zilberman (2001), que discutem, entre outros aspectos, a história da profissionalização dos escritores e da legislação brasileira relacionada à literatura como atividade econômica.

P: não frequentou a escola

L-149: não frequentou a escola/meu avô tinha noções boas de educação/de português... matemática/eu sabia escrever fazer contas mas... em/le::r a minha vó chegou a ler/lê ainda hoje a Bíblia... mas outras leitu/outras literaturas... não

Nesse trecho, identificamos a repetição de alguns padrões já verificados na história da leitura (MANGUEL, 1999): a avó se dedica à leitura da Bíblia, livro bastante representativo das leituras femininas, que durante muito tempo se voltaram para as obras religiosas; ela sabe ler, mas não escrever. Comparativamente, o avô apresentava um leque mais amplo, dominando as operações básicas da matemática (pois sabia fazer contas), a leitura e a escrita. Nenhum dos dois era leitor de literatura, apenas dominavam da leitura as estratégias suficientes para exercer seus papéis e conviver numa sociedade letrada. Apesar disso, incentivaram o neto a ler, pois talvez reconhecessem nessa prática uma forma de ascensão social.

De certa forma, os três leitores estudantes entrevistados foram além da formação alcançada por seus familiares, pois possuem curso superior completo ou estão com seu curso em andamento, e um deles, inclusive, já caminha para a segunda graduação: **L-149** é formado em Licenciatura Plena em Letras, estava cursando Jornalismo e ainda uma especialização em História, na época da entrevista; **L-153** era estudante de Licenciatura Plena em Letras/Espanhol; e **L-195** é graduado em Direito.

Essa diferença em relação ao grau de formação dos pais é uma realidade bem próxima do que Brasão et. al. (2004) encontraram entre os leitores que frequentam bibliotecas públicas em Portugal: conforme já citado no Capítulo 3, os jovens são o público mais presente nas bibliotecas públicas daquele país e revelam maior escolarização, bem como um movimento social ascendente em relação à geração de seus pais. Essa mesma condição também foi percebida nas declarações dos leitores entrevistados, quando eles eram interrogados sobre as práticas de leitura e/ou formação escolar de seus pais e avós.

Ainda a respeito da forma de acesso às leituras, assim como ocorreu com **L-149**, o leitor **L-195** também é um exemplo desse intercâmbio de materiais de leitura trazidos do ambiente de trabalho dos pais para o interior das casas. Além dos livros que ele via sua irmã mais velha lendo antes de dormir, ele se recorda de uma obra, em especial, levada pela sua mãe:

L-195: aí eu vou lembrando... você vai falando aí eu vou lembrando... é... minha mãe é empregada doméstica/Era empregada doméstica e eu lembro que:: é::: uma das patroas dela se desfez de alguns livros aí deu pra minha mãe... minha mãe pegou então é:: um dos primeiros contatos também foi com:: dicionário... tinha uma coleção de dicionários que era Urupês e::: e eu lembro que:: peguei um hábito a ficar lendo palavras de/desse dicionário... e eram três volumes... consegui ler dois volumes pra você ter uma ideia

P: todo? completinho?

L-195: to::do/acho que eu tenho/não já joguei fora... isso isso faz o quê? isso na década de noventa... é essas foram as minhas primeiras impressões com a leitura

A dificuldade de acesso a outros materiais de leitura faz com que o leitor **L-195** transforme a forma usual de ler esse tipo de obra. Geralmente, o dicionário⁶⁴ é lido de maneira dispersa e fragmentada, apenas para consulta em diferentes momentos; mas nas práticas desse leitor, transforma-se num livro lido por inteiro, do começo ao fim. A fala do entrevistado revela também que, quando faltam recursos para adquirir livros ou outros suportes, a doação por quem tem melhores condições financeiras pode ser um caminho – o que não interessa mais a uns, acaba se transformando na leitura (intensa e marcante) de outros.

O trabalho realizado pela mãe também facilitou o acesso aos gibis:

L-195: através do trabalho da minha mãe eu lembro que... quando eu eu tinha oportunidade de de ir à casa da da das pessoas eu lembro que tinha tinha numa certa casa é::... uma coleção de gibis... e::: e eu tinha acesso tinha acesso a esses gibis... era Turma da Mônica... mas não me interessava muito não era mais a questão da gravura né? das imagens mas

P: mas sempre que ia lá lia?

L-195: lia sim... não não lia mas olhava né? porque não tinha paciência ((rindo))

Habitado desde cedo com os livros lidos pela irmã, que teve grande influência nesses seus primeiros contatos com a leitura, é interessante observar que o leitor “não tinha paciência” para a leitura dos quadrinhos da Turma da Mônica, contrariamente ao que acontece com outras crianças⁶⁵ – inclusive com alguns dos leitores entrevistados nesta pesquisa, para os quais a leitura de gibis está entre as primeiras lembranças do prazer de ler. O leitor estabelece ainda uma oposição entre *ler* e *olhar*, colocando o primeiro em relação direta com o texto verbal (ou seja, *ler* significaria ler textos

⁶⁴ A leitura de dicionários é uma prática registrada há séculos. Essas obras, que pretendiam reunir (assim como as enciclopédias) todo o conhecimento produzido e oferecê-lo ao público, tiveram grande difusão na França do século XIX e representaram um importante produto editorial dos oitocentos. Sobre sua produção e circulação no período mencionado, ver Mollier (2008).

⁶⁵ Segundo dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011), nas faixas etárias dos 5 aos 10 anos e dos 11 aos 13 anos, as *histórias em quadrinhos* ocupam o 3º. lugar entre os gêneros mais lidos pelos brasileiros que participaram da pesquisa, ficando atrás dos *livros didáticos* e dos *livros infantis*.

verbais) e o segundo com o não-verbal, pois se refere às imagens das histórias em quadrinhos como se elas não pudessem também ser lidas: “não lia mas olhava né?”.

Uma outra forma de acesso a leituras, registrada entre os entrevistados, foi a prática de trocas de revistas, da qual participava **L-133**:

L-133: ó porque na época assim na década de sessenta o poder aquisitivo não era tão assim favorável... então nós tínhamos acesso às coisas mais básicas... as coisas mais assim populares

P: por exemplo?

L-133: a literatura de cordel... puxando mais para o lado clássico a literatura de Walt Disney... foi por onde primeiro eu comecei também

P: história em quadrinhos

L-133: é... *Tio Patinhas... Pato Donald... Mickey... Almanaque Disney*

P: revistas assim você lia também ou não ?

L-133: a *Revista Manchete*... a *Revista Cruzeiro* que na época era a evidência né? Era:: a *Isto É* e a... a *Isto É* de hoje né?

P: sim

L-133: a *Veja*... então era periodicamente nessa época a revista assim... consultada

P: sei... e como é que você tinha acesso a elas? você tinha essas revistas em casa? esses quadrinhos? ou outras pessoas traziam pra você... como é que era?

L-133: naquela época quando nós ainda tínhamos os cinemas de bairro... a gente tinha uma mania/já era:: rotineiro finais de semana a gente ia pras portas do cinema trocar revista

P: ah... que interessante... e isso era em que bairro que você morava?

L-133: bairro de Cruz das Armas em João Pessoa

À medida que comentam sobre seus primeiros contatos com a leitura, os leitores vão permitindo perceber também a diversidade de objetos de leitura aos quais tinham acesso das mais variadas formas. No caso de **L-133**, a dificuldade de possuir materiais para ler levou o leitor a participar de redes de trocas com outros que se encontravam na mesma condição, de forma que eles encontraram um jeito de burlar essa dificuldade e garantir a circulação de impressos variados entre eles: especialmente de histórias em quadrinhos, cordéis e revistas. Estes três objetos de leitura foram citados por cinco dos leitores entrevistados, como as leituras às quais mais tinham acesso e através das quais desenvolveram o gosto de ler. A recorrência dessas leituras nos revela um perfil inicial de leitor afastado dos livros, os quais eram substituídos por outros suportes. O vínculo construído posteriormente com a BPMCG demonstra que esses entrevistados se tornaram leitores (também) de livros com o passar do tempo.

Por fim, o leitor **L-133** também afirmou ter recebido incentivo de uma pessoa mais velha para ler. No caso dele, o pai foi o responsável por sua entrada no mundo da leitura, ao trazer cordéis para que ele lesse:

L-133: tirando a a escola primária o meu primeiro contato literário foi com a literatura de cordel

P: e como é que foi isso?

L-133: é porque meu pai tinha/costumeiramente ele quando ia à feira sempre final de semana ele trazia pra mim um cordel... dentro dos quais eu destaco um *O pavão misterioso*... foi meu primeiro contato assim... e depois foi se estendendo mais pra ficção

P: e e... você mesmo já lia? isso quando você já sabia ler?

L-133: já já

P: ele não lia pra você?

L-133: não

Nenhum dos leitores entrevistados mencionou a prática da leitura oral, realizada por algum adulto quando eles ainda eram crianças, o que pode ser justificado pelo próprio contexto de difícil acesso às leituras próprias para essa faixa etária ou pela pouca escolarização dos pais. O único exemplo de leitura oral mencionado no nosso corpus se dá pela leitora **L-266**, mas ocorre em sentido inverso: ela, que afirmou não ter recebido incentivo de pessoas mais velhas para ler, lia para um vizinho e também para a mãe, pois esta não era alfabetizada:

L-266: gostava de ler gibi né? aquele/aquela

P: a senhora gostava de qual?

L-266: eu já me esqueci mulher... faz tanto tempo

P: ((risos))

L-266: faz tanto tempo

P: e a senhora lembra como é que a senhora tinha acesso a esses gibis?

L-266: era difícil também

P: era?

L-266: era... às vezes é o::: os outros comprava e assim eu lia... tinha também o:: num tem aqueles folhetinhos né?

P: cordel

L-266: é... que tinha um um senhor lá que... que ele gostava muito... ele gostava de sentar numa rede... tinha uma coisa desse tamanho assim de cordel ((gesticulando, pra indicar o tamanho da pilha de cordeis))... aí eu chegava lá e ele dizia lê isso aqui pra mim Terezinha... aí ele me dava aí eu lia pra ele

P: a senhora lia pra ele?

L-266: lia pra ele... era... era essas coisas assim num sabe?

P: ele era vizinho da senhora?

L-266: era... ele era

Essa leitora, juntamente com o leitor **L-130**, disse não ter recebido estímulo de pessoas mais velhas para ler. Tão logo tenham afirmado essa ausência, ambos se ocuparam em justificá-la, descrevendo um contexto sócio-econômico difícil vivido por suas famílias, como se reconhecessem aí uma lacuna que não deveria ter existido e que

precisa ser explicada. Filha de um ferreiro e de uma agricultora analfabeta, **L-266** destaca a figura do pai como o responsável por tê-la matriculado na escola:

P: e:: como... de quem de... de quem foi que partiu a iniciativa de matricular vocês na escola?

L-266: meu pai

P: seu pai

L-266: minha mãe era analfabeta de pai e mãe... num sabia nem nem conta... num sabia conta:r nem ler nem nada

P: a senhora lia pra ela também?

L-266: lia... mas ela:: nu::m sabia mesmo não... num sabia mesmo... agora meu pai meu pai era... ele sabia de co::ntas tinha uma letra bonita aí ele se interessou de botar a gente... porque tem muita gente na minha idade que eu vejo por aí tudo analfabeto né? aí eu dou graças a Deus ainda ter esse pouquinho de leitura mais... né?

Contudo, conforme analisaremos posteriormente, embora registre essa ausência de alguém que a tenha incentivado a ler na infância, no momento atual, o marido exerce grande influência sobre essa leitora, principalmente por possibilitar acesso aos livros e por cultivar ele mesmo o hábito da leitura, presenciado diariamente por ela. Esse dado é importante porque esse marido leitor possui muitos livros em casa, contudo, a leitora **L-266** alega não se identificar com muitos deles, pois os considera “difíceis”; essa dificuldade a leva a separar os livros que seriam para ela e os que seriam mais apropriados ao marido. Apesar de ter alguns em sua casa, comprados por ela ou pelo marido, os livros que ela considera adequados para sua própria leitura são procurados, grande parte das vezes, na Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande.

O leitor **L-130** (que contava 80 anos no dia da entrevista) também tinha pais com pouca instrução: segundo ele, seus pais não podiam incentivar a leitura porque não tinham condições financeiras para comprar livros, tendo eles estudado apenas até o nível ginásial, conforme se chamava na época. O próprio leitor declara ter estudado até o segundo grau e em seguida ter começado a trabalhar, o que o levou a interromper seus estudos.

Ambos os leitores são os de maior idade entre os entrevistados e os que se distanciaram da educação formal ainda muito cedo, não prosseguindo seus estudos; coincidentemente ou não, os dois declararam ter construído uma relação com a leitura apenas tardiamente: após ter criado os catorze filhos, no caso da leitora **L-266**, ou após ter se aposentado do cargo de bancário, no caso de **L-130**. Eles não tiveram pessoas mais velhas durante a infância que os incentivassem a ler, assim como logo interromperam seu contato com a escola – **L-266** ainda mais cedo que **L-130**.

Esses dados são importantes por três razões: em primeiro lugar, porque revelam que o fato de não ter sido estimulado a ler na infância não necessariamente afastará o indivíduo da leitura definitivamente, ou seja, essa relação leitor/leitura pode ser construída posteriormente; em segundo lugar, a falta de um estímulo evidente não significa que a leitura não ocorria de alguma maneira; e, em terceiro lugar, a inexistência de uma permanência duradoura nos bancos escolares também não se mostrou um empecilho para que essa relação passasse a existir, ainda que tardiamente. Contudo, comparativamente, os outros leitores entrevistados – que tiveram o incentivo para ler desde cedo e seguiram por mais tempo na educação formal, chegando até a universidade – encontraram a BPMCG em idade menos avançada que os dois últimos, conforme se verá mais adiante.

A partir desses dados, pudemos verificar a importância do que Giardinelli (2010) chamou de *mediadores da leitura* na formação de leitores, mas em particular daqueles que compõem o ambiente familiar (pais, irmãos, avós). Segundo o autor, as campanhas destinadas à formação de leitores costumam voltar-se (principalmente na Argentina, país em cuja realidade baseia sua análise) para a distribuição de livros ou a preocupação em facilitar o acesso a eles. No entanto, ele defende que

Falta capacitar os mediadores de leitura. Ou seja, pais e docentes. E por isso todas as campanhas, públicas e privadas, estão pondo cada vez mais ênfase em capacitar mediadores, que são os que transmitem às crianças e aos jovens a paixão pela leitura, pela literatura e pelo conhecimento. Se ninguém recomenda livros com mais eficiência que um bom leitor, os mediadores são os que mais eficientemente promovem a leitura. E se também o fazem com entusiasmo e sinceridade, isso se nota imediatamente [...] (GIARDINELLI, 2010, p. 35)

As falas dos entrevistados, recuperadas até aqui, reforçam a importância dessa mediação feita pelos familiares mais próximos, talvez por possibilitarem que se construa com a leitura uma relação de afeto, representativa do afeto que se tem pelo próprio familiar que a possibilitou, sendo mais um elo entre esses indivíduos – essa relação, no entanto, surge indiretamente, através do exemplo e não da ordem para que se leia, pois, como defendem Pennac (1994) e Barthes (2012), a leitura não aceita imperativos.

Além disso, os trechos das entrevistas permitiram observar que, mesmo em contextos de difícil acesso a materiais de leitura (dificuldade ressaltada pelos próprios entrevistados), ainda assim sua circulação existe e é possível perceber uma verdadeira

rede de trocas, que perpassa as relações familiares e pode ser mediada pelas relações de trabalho vividas pelos membros mais velhos da família. Pudemos também perceber quais eram as leituras possíveis no cotidiano desses leitores, que citam livros, cordéis, histórias em quadrinhos e revistas como seus primeiros contatos com a leitura. Se, por um lado, todos afirmaram que a posse de livros em casa era algo raro nos primeiros momentos de suas vidas leitoras, ao mesmo tempo reforçaram a presença e circulação de materiais diversos, incluindo por vezes até mesmo o livro – doado, emprestado ou “herdado” de um irmão mais velho. No entanto, é relevante o fato de que a literatura infantil ou infanto-juvenil não esteja presente em seus espaços de convivência e nessas relações de troca, cedendo lugar para outros objetos de leitura já mencionados.

Petrucci (1999) aponta que essa é uma tendência antiga, mas que pode ser observada contemporaneamente:

[...] no caso de duas categorias de consumidores de livros socialmente fracos, mas que praticam muitas vezes a leitura de modo muito ativo, porque são ricas em tempo livre: os adolescentes e os velhos. Eles não conseguem quase nunca programar suas leituras e situá-las ordenadamente no interior de um cânone pré-determinado, já que por sua fragilidade econômico-social, não nascem donos de uma biblioteca [...], nem têm meios para criar uma; portanto, lêem livre e caoticamente tudo o que lhes cai nas mãos, misturando gêneros e autores, disciplinas e níveis: portanto, mesmo inconscientemente, eles também ignoram e contestam ao mesmo tempo o cânone oficial e suas hierarquias de valores, atuando e escolhendo fora deles. (p. 216-217)

Nas histórias recuperadas pelos leitores, as suas leituras iniciais não correspondem propriamente a “escolhas”, uma vez que eles liam o que “lhes caía nas mãos”, mas sem dúvida elas ilustram essa relativa liberdade, de certa maneira caótica, a que se refere o autor, já que estão distantes do que seria considerado o cânone⁶⁶ para aquela faixa etária à qual pertenciam no momento e também podiam ser recusadas (como acontece com os gibis a que **L-195** tinha acesso, mas não paciência para ler).

Quando esses leitores se tornaram adultos, essa leitura mais afastada do cânone foi uma tendência que se manteve na prática de alguns deles, mas não de todos (como vimos no Capítulo 3). Mas, ao analisarmos a lista dos autores mais lidos na biblioteca, verificamos que, como tendência geral, ela mantém relação com autores consagrados da literatura brasileira (pelas instâncias já citadas), o que pode se justificar pelo acervo disponível para empréstimo. Embora não exista uma lista dessas obras (segundo

⁶⁶ Nesse caso, composto por obras pertencentes à literatura infantil ou infanto-juvenil. Sobre a noção de *literatura infantil* e sua presença na escola, ver Aguiar (2001).

informações de Mabel Amorim, diretora atual), a funcionária mais antiga afirmou em entrevista – já analisada no capítulo anterior – que as aquisições de livros são raras e que a biblioteca renova seu acervo quase que exclusivamente através de doações dos campinenses e que estas, por sua vez, privilegiam obras da área de Direito. Esse dado nos leva a supor que os livros de literatura disponíveis, com raras exceções, também obedecem a um perfil mais conservador, voltado para os clássicos em detrimento dos últimos lançamentos do mercado ou dos títulos inseridos nas listas dos mais vendidos (de fato, estes não aparecem entre os empréstimos realizados na biblioteca no período analisado).

Ainda assim, como era de se esperar, dentro das possibilidades desse acervo, cada leitor vai, muito particularmente, construindo sua trajetória de leitura na biblioteca. De acordo com Petrucci (1999, p. 218), essa “desordem na leitura” (termo empregado por ele), se configura como “anárquica, egoística, egocêntrica” e se baseia “num único imperativo: ‘leio o que bem entendo’”. Essa relação com a leitura só se tornou possível, segundo ele, após o aumento dos índices de alfabetização, bem como após a redução da influência de instituições como a Igreja e a escola, que determinaram durante muito tempo a ordem da leitura.

Nesse sentido, chama a atenção, nas entrevistas realizadas, a ausência de uma referência à escola como incentivadora relevante para a leitura, nesse primeiro momento de suas vidas como leitores. Apenas dois entrevistados (**L-149** e **L-266**) citam a sua relação com a leitura a partir da escola, mas esta relação será construída posteriormente a esses primeiros contatos com a leitura. O que veremos, posteriormente, é que a escola terá um papel mais importante na continuidade (ao menos nos anos escolares) da leitura, inserindo novos elementos no dia a dia desse leitores, como, por exemplo, o incentivo à busca pela biblioteca, devido à prática da pesquisa escolar.

Um dos leitores que menciona a escola nessa face inicial é **L-149**. Ele afirma que as leituras realizadas a partir dos livros didáticos foram um importante mecanismo de estímulo para que buscasse ler as obras na íntegra:

P: e nessa época eram essas as leituras que te chamavam a atenção ou você gostava de outras leituras também... na esco::la

L-149: de início foram essas que me despertaram a atenção né? principalmente a leitura de periódicos... eu/o contato com a literatura de fato de/com autores de/da literatura brasileira se deu mais pra frente

P: lembra mais ou menos quando?

L-149: foi a partir da... 6^a./7^a. série a partir da leitura de capítulos que vêm nos livros de língua portuguesa né? ao contrário do que muitos teóricos

dizem... que os fragmentos não contribuem pra formação leitora do aluno comigo foi totalmente ao contrário né? quando eu lia aqueles trechos de... é: Machado de Assis... José de Alencar... Lima Barreto/ eles sempre me levaram a QUERER... conhecer a obra toda do autor ao contrário do que muitos dizem por aí

O livro didático, então, o coloca em contato com outras possibilidades de leitura que ele possivelmente não conhecia – já que seu universo de leituras estava voltado principalmente aos periódicos trazidos pelo avô e pelos tios. Assim, a partir do ensino fundamental, ele passa a conhecer autores novos para ele, através dos excertos de obras publicados nos manuais utilizados nas aulas e desperta o desejo de ler os textos integralmente, “ao contrário do que muitos dizem por aí”.

De acordo com Batista e Galvão (2009), os livros escolares de leitura no Brasil se estruturaram ao longo do tempo a partir de diferentes gêneros (*narrativas, seletas ou antologias*⁶⁷, *compêndios e cadernos de atividades*) e assumiram, paulatinamente, duas funções principais: ensinar a ler, de um lado, e desenvolver o gosto ou hábito da leitura, de outro. Tendo em vista essas funções e as próprias limitações impostas pelo livro enquanto suporte e também produto a ser comercializado, os excertos das obras divulgados nesses livros foram ocupando espaço cada vez mais reduzido nos livros, o que gerou a necessidade da criação de obras complementares – os *paradidáticos* ou *paraescolares* –, que pudessem cumprir a função de estimular o hábito da leitura, uma vez que os livros didáticos, no formato que passaram a ter, já não mais conseguiriam assumir esse papel.

No entanto, por vezes, os manuais escolares são os únicos livros que alguns leitores possuem ou aos quais têm acesso durante parte significativa de suas vidas, de forma que essa presença quase exclusiva desse livro em detrimento de outros pode vir a ser uma fonte de leitura e de estímulo a essa prática, ainda que ela ocorra apenas a partir de excertos de textos consagrados. Pinheiro (2006), ao comentar sua experiência, como professor de literatura que usava o livro didático como ferramenta no início de sua carreira, reconhece as limitações desse material, mas ao mesmo tempo afirma ter sido uma fonte importante de leitura para ele mesmo:

[...] passei a perceber que os livros didáticos, que foram úteis para um jovem que não tinha condições de comprar livros, poderiam ser bem mais completos se privilegiassem mais a leitura dos textos (poemas, crônicas, contos,

⁶⁷ Sobre as condições de produção, circulação e uso escolar da *Antologia Nacional* (de Fausto Barreto e Carlos de Laet), principal *antologia* utilizada na escola brasileira entre os séculos XIX e XX, ver Razzini (2000).

fragmentos de romances e peças teatrais, para ficar só com alguns gêneros do domínio literário). (PINHEIRO, 2006, p. 103)

Segundo Pinheiro (2006), as lacunas nesse tipo de obra aparecem em vários aspectos – desde a seleção dos textos até o próprio recorte imposto ao texto literário. Contudo, ainda assim esse material é uma importante forma de contato do estudante com a literatura; para alguns (aqueles que não têm acesso a ela de outra maneira) mais que para outros. Se os livros didáticos não são suficientes, eles podem funcionar como ponto de partida. É provável que esse tenha sido o caminho desse leitor **L-149**, pois ele mesmo afirma ter se sentido estimulado, pela leitura dos livros didáticos, a buscar os textos na íntegra.

A presença desse tipo de obra entre as leituras realizadas por crianças dos 11 aos 13 anos foi registrada recentemente pela pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2011), cujos dados revelam que o livro didático é a leitura mais frequente de 47% dos leitores, ocupando o primeiro lugar da lista de livros mais lidos por essa faixa etária. Entre os leitores da BPMCG, **L-133** também menciona um livro didático como um dos primeiros materiais de leitura de que tem lembrança:

P: você lembra de ter/embora você me falou que o poder aquisitivo realmente sempre foi um empecilho pra se:: adquirir livros né? mas você lembra de algum livro que marcou nesse período? que você tinha em casa ou que você teve ace::sso?

L-133: um livro que me foi/ que pertenceu ainda ao estudo de minha mãe... *Admissão ao ginásio...*

P: *Admissão ao ginásio?*

L-133: é... que é um livro que na época eu/despertou demais a parte de conhecimentos gerais

P: você gostava de ler pra apr/aprender as informações que estavam ali?

L-133: é... que era um livro que tava muito além do meu nível escolar na época... mas eu me interessava pelas figuras pelas coisas...

O leitor, provavelmente, se refere ao livro publicado pela Editora do Brasil, em 1952, e que teve, segundo Ermel e Bastos (2012), 548 edições até 1969. Essa obra consistia na apresentação dos conteúdos de Português, Matemática, História e Geografia, necessários para a preparação do aluno para o exame de admissão – instituído no Brasil em 1911 e que consistia numa prova escrita e outra oral, cuja aprovação era exigida do aluno como pré-requisito para a sua transição do ensino primário para o ginásio. Assim como aconteceu durante muitos anos com os exames vestibulares e, mais recentemente, com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), os exames admissionais geraram uma grande produção de materiais didáticos

destinados à preparação dos candidatos (ERMEL; BASTOS, 2012). Conforme citado por **L-133**, o livro pertenceu à sua mãe e chegou até ele, sendo um dos primeiros livros aos quais teve acesso em sua casa, o que demonstra a importância dessas obras, que atravessaram gerações.

Esse contato entre **L-133** (que nasceu em 1960) e o seu contato com o livro *Admissão ao ginásio* deve ter ocorrido no início da década de 1970, aproximadamente, pois ele afirma que, naquele momento em que descobriu a obra, já conseguia ler sozinho, prática que realizava desde os 08 anos de idade. Esse é um dado importante porque, mesmo após a extinção dos exames admissionais, ocorrida em 1971 (ERMEL; BASTOS, 2012), livros como esse possivelmente continuaram em circulação (embora de outras formas) e podem ter servido de material de leitura das famílias ainda por bastante tempo.

Ainda no que diz respeito ao papel da escola na formação do leitor, outra leitora entrevistada para esta pesquisa, **L-266**, define assim seu contato:

L-266: a leitura/minha leitura foi tão pouca, visse? porque eu morava num num sítio... num tinha professora... professora vinha de Queimadas... e e eu estudei pouco... eu estudei até:: a sétima série... porque lá:: quem tinha dinheiro/tinha muita gente que tinha dinheiro mandava os filhos pra Campina né? pra estudar em Campina e a gente num tinha... aí era só aquilo mesmo... mas eu sempre gostei de ler... uma leitura é bom que a gente vai aprendendo as palavras melhor né?

A leitora declara gostar de ler, mesmo diante da dificuldade, vivenciada por ela e pelas crianças da zona rural de Queimadas (município que fica a cerca de 15km de Campina Grande) para frequentar a escola. Na verdade, estamos utilizando o termo “escola”, de certa maneira, anacronicamente, pois o que entendemos hoje por escola não era ainda o que a leitora vivenciava naquela fase de sua vida. Ao responder se na escola onde estudava havia biblioteca, ela descreve assim o espaço:

L-266: tinha na::::da naquele tempo

P: hoje em dia tem muita escola que ainda não tem

L-266: que ainda não tem... pois é... tinha na::::da mulher era uma escola... a escola num era nem uma escola mesmo era uma CASA... de morada e a a moça da casa ensinava... tinha um salão grande assim encimentado com... aquelas casas que tem muita assim janela na frente sabe?

P: sei

L-266: pronto... aí era uma daquelas... eu nunca estudei numa ESCOLA mesmo não... era uma CASA

P: e a senhora foi até a sétima... nessa mesma casa?

L-266: foi nesse mesmo lugar... foi ali mesmo

P: e as outras crianças... elas... eram tudo de pe::rto?

L-266: tudo de perto... se juntava aquele monte de gente... era

P: era longe Dona Terezinha?

L-266: não... era não... a gente via ela assim de frente assim... era um pouquinho longe só

P: mas dava pra ir andando?

L-266: da:::va mãe ficava olhando a gente de longe... indo pra ela... até chegar lá

A descrição apresentada pela leitora se aproxima do modelo seguido pelas escolas brasileiras destinadas às massas, em funcionamento no período do Império (séc. XIX), como expõe Oliveira (2003). Segundo o autor, as “escolas” desse período não passavam de casas particulares, onde os professores moravam e ministravam suas aulas, muitas vezes prescindindo do material necessário para o bom andamento do ensino – como livros, papéis, quadros-negros e até mesmo mesas e cadeiras.

Ao tentar compreender melhor como se deu essa construção do gosto pela leitura, apesar da realidade adversa, nos deparamos com a seguinte afirmação:

L-266: meu pai era ferreiro... trabalhava numa tenda... minha mãe era agricultora ela trabalhava no roçado... eu também trabalhei só que eu achava ruim que só ((gargalhando))

P: gostava era de ler né?

L-266: não eu gostava de ler e de casa... eu gostava de fazer arrumação de casa... eu sei que eu fui limpar um ano... aí eu me lembro que era com meu pai meu pai ia.. porque tem assim né? carreira de milho aqui ((gesticulando)) e outra aqui e a gente/uns fica aqui e outros fica aqui ((gesticulando))... e eu e eu.... chorava de morrer mulher

P: pra num trabalhar no roçado?

L-266: pra não trabalhar... pai tirava uma carre::ira tirava o::utra... ele tinha paciência ficava olhando assim... aí quando chegou em casa disse pra mãe – minha mãe chamava Severina e ele chamava com ela Didi – *Didi... arranje outro serviço pra Terezinha que esse* ((gargalhando)) *esse ela num... num luta [...]* porque eu sempre fui muito agoniada com sol... e o solzão em cima e a gente/A::FF Maria aquilo pra mim era ruim demais... aí eu sei que eu ficava em casa com MIL serviço pra fazer mas eu achava melhor

Nessa fase de sua vida, a leitura parecia ter, então, duas funções para ela: representava uma forma de conhecer mais sobre a língua, pois com a leitura ela acreditava ir “aprendendo as palavras melhor”; e também representava uma fuga do trabalho penoso no campo, do qual a leitora não gostava. Diante da possibilidade de enfrentar o calor desgastante do sol, ela preferia se refugiar em casa, lendo ou fazendo os afazeres domésticos. A leitura estava, portanto, associada ao bem estar físico e ao conforto do lar, comparativamente à agricultura, que representava desgaste e esforço. Mas essa leitura só passava a ocupar o tempo da leitora após a realização de todos os afazeres

domésticos (“MIL serviço pra fazer”) que lhe eram impostos, quase como uma punição por ter se recusado a participar do trabalho no campo.

Contudo, ao se referir à leitura propiciada pela escola, a noção de esforço e de dificuldade para realizá-la também aparece:

P: [...] e::: na escola que a senhora estudou lá em Queimadas... a senhora tinha acesso assim aos li::vros os professores incentivavam a senhora a ler ou não?

L-266: incentivava mas era po::uco... uns livro com umas letrinha miú::da... num num num... num tinha nada de gravu::ra... tinha só aquilo bem pequenininho preto... sem ser ilustrado nada

P: aí nem dava muita vontade

L-266: não dava nem muita vontade... mas a gente::: é... ela era até interessada a professora... tinha uma história duns castigo né?

P: ((risos))

L-266: naquele tempo tinha

P: de palmada e tudo?

L-266: palmató::ria em cima da me::as... e ia... ia assim... pra gente os castigo quando a gente não ficava interessado em estudar né?

Embora reconheça que a professora “era até interessada”, a qualidade do material de leitura disponível parecia suplantar esse esforço da professora. A queixa, nesse caso, se volta para a apresentação do texto nos livros oferecidos (provavelmente limitados aos manuais escolares): sem cores (“tinha só aquilo bem pequenininho preto”), sem gravuras ou ilustrações e “com umas letrinha miúda”, que terminavam por não ser muito convidativos para a leitora e em certa medida exigiam dela um esforço físico para ler, que acabavam por afastá-la dessa prática. Segundo afirma em outro momento, ela preferia ler cordéis e gibis, os quais, sem dúvida, apresentavam uma diagramação e uma linguagem mais próximas do desejo e do conhecimento dessa leitora, o que tornava seu consumo mais agradável.

Esse afastamento, na memória dos leitores entrevistados, entre a escola e as suas primeiras leituras é semelhante ao encontrado por Lacerda (2003), ao analisar os depoimentos de doze escritoras brasileiras sobre suas lembranças a respeito de sua relação com a leitura e a escrita. Além de membros do núcleo familiar mais próximo, outras pessoas se mostraram importantes na formação dessas escritoras enquanto leitoras: vizinhos, colegas de escola, primos e parentes, mas os professores aparecem como influências com menor grau de relevância:

Em relação à participação dos professores, preceptoras e mestres particulares, os depoimentos os tratam de forma secundária e, não raro, apenas para citar alguns poucos títulos e obras lidos durante a aprendizagem da leitura e a realização de tarefas disciplinares.

Isso permitiu inferir que no campo da escola ou das práticas ligadas ao que, hoje, denominamos práticas escolares, as referências sobre a leitura limitam-se, basicamente, à formação do leitor em sentido restrito, isto é, a decifrar, correta e correntemente, os códigos da escrita. [...]

Assim, as lembranças, ou não, sobre as práticas de leitura e de literatura nas situações de instrução em instâncias escolares avançam pouco, ou quase nada, em direção à consolidação do gosto, do hábito e da prática da leitura. [...] As lembranças [...] realçam mais os imperativos disciplinares do corpo e da mente do que lembranças positivas descobertas sobre os livros e liberdades no uso da leitura. (LACERDA, 2003, p. 222-223)

Essa mesma afirmação pode ser relacionada aos leitores entrevistados para a presente pesquisa, uma vez que eles também não apresentam lembranças que demonstrem relevância do papel da escola, na sua formação como leitores nesses primeiros contatos. Giardinelli (2010, p. 48) afirma, em relação à Argentina, que “a educação oferecida hoje [...] é capaz de transmitir a importância da leitura, mas não sabe criar novos leitores”. Apesar de serem dados coletados em momentos e em lugares distintos, as observações desse autor, de Lacerda (2003) e as nossas parecem convergir para um enfraquecimento do papel da escola na formação do gosto pela leitura. Por outro lado, ele não pode ser completamente negado, pois é na continuação da vida escolar que os alunos serão confrontados com situações que, se não desenvolvem o gosto, ao menos possibilitam outras experiências entre eles e a leitura, garantindo a continuidade e regularidade do contato com essa prática⁶⁸.

Um exemplo dessa função da escola nos é oferecida pelo leitor **L-195**, que afirma:

L-195: E:: O Alquimista... acho que o primeiro livro as/BRIDA... que eu cheguei a le::r por curiosidade... não é meu autor favorito

P: e gostou na época?

L-195: é a leitura me::sso assim... por curiosidade mas... na/como eu lhe disse não é meu autor predileto tá entendendo?

P: qual é o seu autor predileto hoje?

L-195: atualmente/atualmente não né? desde:: os meus primeiros contatos com com livro que é Machado de Assis... acho que até por influência da da das escolas que que divulgam muito né? esse autor e/ah... fazer uma/é::: outra questão também é::: prosa e poesia... na prosa é:: Machado de Assis... embora ele também escreva poemas né? sonetos essa coisa toda... mas o meu na questão da da poesia é Augusto dos Anjos... Inclusive é um livro que eu tenho né? não eu não falei não cheguei a comentar mas foi o primeiro livro que que eu comprei que cheguei a comprar mesmo

P: foi Eu? De Augusto dos Anjos?

L-195: o Eu e Outras Poesias... tem inclusive ali se você quiser dar uma olhada

Ao mesmo tempo em que põe o leitor em contato com outras possibilidades, a escola também reforça uma tradição; por isso o entrevistado aponta a influência da

⁶⁸ A importância dos educadores para a formação de leitores é defendida, por exemplo, em Aguiar (2001).

escola como fator principal para que tenha desenvolvido o gosto pelas obras de Machado de Assis. Por outro lado, não podemos ignorar a necessidade que o leitor sentiu de deixar claro que Paulo Coelho não é seu autor favorito, autor este inserido no grupo de *escritores de grande público*, por Romancini (2010). Em contraponto, faz questão de citar aqueles consagrados pela crítica literária e difundidos através da escola como leituras legítimas: leitura válida, na escola, é a leitura dos autores clássicos da literatura brasileira, aqueles inseridos no cânone, a exemplo de Machado de Assis e do paraibano Augusto dos Anjos. A força dessa tradição escolar sobre a leitura, construída historicamente, se revela também quando se verifica que Machado de Assis é o segundo autor mais admirado pelos leitores, segundo dados da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2011), perdendo apenas para Monteiro Lobato.

De acordo com Barbosa (2013, p. 153),

[...] existe uma hierarquia entre a leitura autorizada pelo cânone e pelas instâncias de consagração que não considera a experiência de leitura dos leitores, mas critérios alheios a este, como literariedade, valor estético, entre outros. Embora o romance se constitua como o gênero por excelência das leituras escolares e populares, a escola legitima uma tradição de livros dos quais estão excluídos os das séries femininas, romances de autoajuda para aqueles de Paulo Coelho e escritores afins.

Segundo pesquisa desenvolvida por Romancini (2010), os leitores de Paulo Coelho apontam a seguinte causa para o seu sucesso: a facilidade no entendimento das suas obras, o que permite aliar o prazer de ler à aquisição de conhecimentos. Essa facilidade seria possibilitada não apenas pela estrutura da narrativa (composta por um herói que institui uma busca e que atinge seus objetivos ao longo do enredo), mas também pelo estilo de escrita: “são utilizadas frases curtas e diretas, o vocabulário é de modo geral comum ao leitor e o autor pode escrever vários parágrafos para explicar um termo talvez menos conhecido, como ‘alquimista’” (ROMANCINI, 2010, p. 609).

Em outras palavras, o autor levanta a suspeita de que as obras de Paulo Coelho estariam voltadas para um público formado por leitores menos proficientes e talvez o seu sucesso resultasse principalmente da dificuldade dos leitores em relação à prática da leitura de outras obras – consideradas mais “difíceis” de compreender – do que propriamente de uma questão de escolha.

Embora não possamos concordar com essa suspeita de Romancini (2010), por acreditarmos que há um público muito diversificado entre os leitores de Paulo Coelho (alguns, inclusive, bastante proficientes e habituados ao universo dos livros e da leitura),

reconhecemos que essa suposição traz à tona uma idéia pré-concebida sobre a relação entre sucesso de público e avaliação positiva da obra literária pela crítica ou pela escola. A esse respeito, Barbosa (2013, p. 153) afirma haver um “descompasso entre as leituras populares, ou as leituras feitas pelas pessoas comuns, o sucesso de vendas e a leitura indicada pelos sábios, acadêmicos e as instâncias de consagração dos autores e obras”, pois estas instâncias, conforme retomado anteriormente, baseiam-se em critérios alheios à experiência do leitor.

Um exemplo de rejeição dos *escritores de grande público* são as considerações feitas por Schopenhauer já no séc. XIX (comentadas anteriormente, no Capítulo 2), que defendia até mesmo que as obras que atingiam grande sucesso de público não deveriam ser lidas, pois a razão dessa aceitação só poderia residir na sua mediocridade e por isso elas apenas poderiam agradar aos tolos:

[...] basta nos lembramos de que, em geral, quem escreve para os tolos encontra sempre um grande público, a fim de que nosso tempo destinado à leitura, que costuma ser escasso, seja voltado exclusivamente para as obras dos grandes espíritos de todos os tempos e povos, para os homens que se destacam como tais pela voz da notoriedade. Apenas esses espíritos realmente educam e formam os demais. (SCHOPENHAUER, 2010, p. 133)

Logo, quem lê essas obras é tolo e não se ocupa das leituras devidas. Segundo esse ponto de vista, então, “bons” leitores seriam aqueles que leem preferencialmente as obras corroboradas pela crítica literária a cada época, por estarem ao alcance da compreensão de poucos e, por isso mesmo, demonstrarem aí o seu valor – consequentemente, o valor daqueles que as lêem. É provável que seja essa a razão que leva o leitor entrevistado a se identificar com as obras “corretas”, deixando claro que os livros de Paulo Coelho fizeram parte de suas leituras apenas quando se iniciava nessa prática, ou seja, quando ainda não estava preparado para a “grande literatura”, produzida pelos “grandes escritores”. Em suma, dizer que Paulo Coelho não é seu autor favorito e, em seguida, listar Machado de Assis como referência é uma forma de o leitor se dizer capaz de realizar leituras consideradas mais “difíceis” ou mais “úteis” para a sua formação; é como se ele procurasse confirmar dessa forma a sua competência leitora, ao não se identificar com a grande massa que lê Paulo Coelho.

Evidentemente, a escola é apenas uma das instâncias que validam esse discurso que distingue as leituras legítimas, definindo o que deve ser considerado como “boa” leitura ou não. Ainda assim, ela é uma importante mediadora no contato do leitor com

essas obras clássicas, por garantir que se amplie o universo cultural ao qual o leitor tem acesso através de outros mecanismos (como a TV e a internet), por vezes mais direcionados aos últimos lançamentos do mercado editorial. Foi justamente parte dessas experiências propiciadas pela escola que levou alguns dos leitores estudantes, entrevistados nesta pesquisa, a descobrirem a BPMCG, como se verá no item a seguir.

4.2. Lugares para ler: o encontro entre leitor e BPMCG

Como pudemos verificar no item anterior, todos os leitores apontaram a dificuldade de acesso a materiais de leitura nos seus primeiros contatos com esse universo, devido ao baixo poder aquisitivo das famílias, as quais dependiam por vezes da doação de terceiros ou da compra de objetos de leitura com menor custo, como os cordéis. Contribuía para essa dificuldade a inexistência do hábito de frequentar bibliotecas, pois, quando perguntados se tinham contato com outras bibliotecas antes de conhecerem e passarem a usar a BPMCG, 05 (cinco) dos (06) entrevistados disseram que não. Apenas o leitor **L-195** disse que frequentava a biblioteca escolar, mas entre os demais predominou o reconhecimento da ausência desse recurso nas escolas nas quais estudaram ou a rejeição ao que existia pelo nome de “biblioteca” naquelas instituições de ensino. Nesse último caso, **L-149** afirma:

P: antes de ir à biblioteca municipal de Campina Grande você já tinha frequentado outras bibliotecas?

L-149: não não... no colégio que eu estudava na época... e que: no ano que despertou... vontade leitora/não dispunha de biblioteca... no colégio antigo tinha uma biblioteca que não era uma biblioteca era só uma sala com livros escolares do professor amontoados né? tudo misturado... num era uma biblioteca né? eu nunca tinha frequentado uma biblioteca

Mesmo o leitor que declarou frequentar a biblioteca escolar não deixa de reconhecer limitações nesse espaço oferecido pela escola:

P: uhum... e antes dessa biblioteca você falou que já havia frequentado a biblioteca da escola né?

L-195: a gente fala biblioteca mas na verdade era: num passava de uma estante ((risos))... uma escola pequena que eu acho que eu fui um dos primeiros alunos... lá do do Haroldo e era uma estante mesmo era muito pequena mesmo/era mais livros didáticos mesmo... ah não me lembro se tinha livros paradidáticos não... assim como tem lá na na biblioteca municipal

P: mas vocês podiam usar? tinham acesso livre a essa biblioteca da escola?

L-195: tinha tinha sim

P: certo... e funcionava direto? em qualquer horário?

L-195: sim... era uma sala lá e todo mundo tinha acesso

Na fala dos dois leitores, então, a biblioteca escolar aparece como um local pequeno (apenas uma sala), no qual se acumulam principalmente livros didáticos, dispostos de maneira desorganizada (“amontoados” ou, de tão escassos, limitados a apenas uma estante). Embora **L-195** costumasse frequentá-la e mencione o funcionamento em horário integral e aberto a todos, destaca o fato de não se recordar de ter livros paradidáticos disponíveis (“assim como tem lá na biblioteca municipal”).

Com as falhas apresentadas, tais espaços acabam não se mostrando atrativos para esses leitores, seja porque os espaços físicos não atendiam a certas condições necessárias na opinião deles (como organização) seja porque o acervo não atendia aos seus desejos de leitura. Tal situação os leva a minimizar a importância da biblioteca escolar e a considerar a BPMCG como a primeira instituição de leitura que efetivamente frequentaram.

Se a biblioteca escolar não cumpria um papel relevante como espaço de fomento à leitura (nem mesmo possibilitando o acesso a leituras variadas ou se mostrando convidativo à sua utilização como lugar para ler), *onde* esses leitores liam os materiais de leitura aos quais tinha acesso, antes de iniciarem sua história com a BPMCG?

Apenas três leitores mencionaram seus locais preferidos para ler, quando crianças. **L-195**, que afirmou ler muito na biblioteca escolar: “lia alguns poucos livros que tinha em casa... e::: lia também bastante na na na biblioteca:: da escola”. Sobre seu lugar de leitura, **L-130** revelou o seguinte:

P: [...] e quando o senhor começou a ler... pequenininho... o senhor gostava de ler onde? o senhor lembra?

L-129: onde como?

P: qual o local? em casa... na escola... se fosse em casa... em que parte da casa? ou ao ar livre? [...]

L-129: ((risos)) você agora você vai é rir com a minha a minha resposta... eu gostava muito de isolamento pra ler... e minha casa eu podia ter acesso ao telhado... eu subia no telhado ((risos)) lá tinha um pé de árvore que dava sombra e eu passava o dia ali ((risos))

P: ah... lendo no telhado? ((risos)) que legal... então lia ao ar livre... e o senhor morava onde nessa época?

L-129: lá no Estado do Rio... eu sou lá do Estado do Rio

Apesar do inusitado do local para ler – no telhado de casa, à sombra de uma árvore – a tônica do isolamento necessário para a leitura se manteve na prática desse leitor e é uma constante nas declarações de outros entrevistados também. Para **L-130**,

esse isolamento era alcançado no telhado; para **L-266**, era no interior da sua casa à noite:

P: e quando/logo/quando a senhora era pequenina nesses primeiros contatos que a senhora começou a estudar... a senhora gostava de ler onde naquela época?

L-266: ler onde?

P: sim... em casa... na escola... na rua... onde era que a senhora gostava de ler?

L-266: eu gostava em casa assim... eu gostei mais de ler assim de noite sabe? quando eu me deitava... porque naquele tempo era ruim... porque... era luz de candeeiro [...] não tinha luz elétrica lá em casa não... aí pronto aí ficou muito ruim pra mim pra ler aí às vezes eu lia de dia... de tardezinha porque eu num tinha tempo né? não tinha tempo porque a gente naquele tempo... quase não tinha tempo não... porque mãe ia pra o roçado e eu ficava tomando conta da casa... e naquele tempo num era assim o fogãozinho bem bonzinho pra gente ligar

P: era a lenha?

L-266: era a LENha pra ir buscar água no barreiro também

A leitura, portanto, concorria com outras atividades cotidianas, mas a leitora encontrava seu tempo de ler, preferindo realizar essa prática no momento em que ia dormir, o que sugere a intimidade do quarto como o lugar escolhido. Quando as condições do local não permitiam, ela mudava seus horários, e lia “de dia... de tardezinha”, mas sempre no final do dia, após a realização de suas outras tarefas cotidianas, pois antes “num tinha tempo”. Lyons (1999, p. 174), mencionando pesquisa realizada no início do século XX, sobre os hábitos de leitura das mulheres, afirma:

A resposta feminina mais frequente entre mulheres, ao recordarem as leituras de sua vida, consistia em lamentar que nunca tinham tempo para ler. Diziam sobre si próprias e suas mães: ‘Eu estava ocupada em demasia com minhas obrigações’ ou ‘Minha mãe nunca se sentava sem ter o que fazer’ [...]. A imagem idealizada da boa dona-de-casa parecia incompatível com a leitura.

Contudo, assim como aquelas mulheres operárias do início do século XX, a leitora **L-266** não deixava de ler, apesar da dificuldade mencionada por ela, ao ter que se dividir entre as tarefas domésticas e a leitura.

Todos os leitores, ao serem perguntados sobre onde gostam de ler atualmente, citaram a casa (especialmente o quarto) e na justificativa apresentada por eles aparece sempre a alegação do silêncio encontrado nesse ambiente, especialmente no turno da noite. Para alguns, essa é uma prática que se mantém desde a infância:

P: tá certo... e aqui na casa onde é que a senhora gosta de ler mais?

L-266: quando me deito

P: na hora de dormir... desde pequena né então?

L-266: é é

P: sempre na horinha de dormir

L-266: é eu me deito aí fico lendo... acho bom... pra chegar o sono ((gargalhando)) é

De acordo com Chartier (2012), essa prática de ler antes de dormir, mencionada pela leitora, se consolidou na Inglaterra do século XVII; a análise dos inventários de bens após os falecimentos de seus proprietários, revelou o quarto como o segundo lugar mais frequente onde se conservavam os livros nas casas daquele período.

A mesma preferência por esse cômodo da casa no momento de ler é mencionada pela leitora **L-153**:

P: quando você começou a ler... logo nos primeiros contatos mesmo com a leitura... você tinha um lugar preferido que você gostava de ler?

L-153: meu quarto

P: no seu quarto? tem algum motivo especial?

L-153: por conta do:: silêncio e eu ficava mais... sozinha... porque o baruu::lho assim às vezes se a pessoa ficar na sala alguém chega liga a televisão e já atrapalha a leitura

P: conve::rsa né?

L-153: é ((risos))

P: certo... e atualmente? onde é que você considera o lugar ideal pra ler?

L-153: no meu quarto ((risos))

P: ((risos)) continua no seu quarto?

L-153: é

Fica claro que para eles, então, essas leituras realizadas em suas casas estão associadas a isolamento, intimidade e individualidade. Mesmo quando um espaço externo à casa é procurado para a realização dessa prática, o critério adotado é a possibilidade de ter a tranquilidade da leitura assegurada, sem a interferência de terceiros. Eles se aproximam assim de um dos traços da leitura desejante, segundo Barthes (2012). Para esse autor, “toda leitura é penetrada de Desejo” (p. 33) e, ao discutir o que há de Desejo na leitura, ele afirma:

Ao fechar-se para ler, ao fazer da leitura um estado absolutamente separado, clandestino, no qual o mundo inteiro é abolido, o leitor – o lente – identifica-se com dois outros sujeitos humanos – a bem dizer bem próximos um do outro – cujo estado requer igualmente uma separação violenta: o sujeito apaixonado e o sujeito místico. [...] Isso confirma que o sujeito-leitor é um sujeito inteiramente deportado sob o registro do Imaginário; toda a sua economia de prazer consiste em cuidar da sua relação dual com o livro [...], fechando-se a sós com ele, colado a ele, *bem perto dele*, como a criança fica colada à Mãe e o Apaixonado fixado no rosto amado. (BARTHES, 2012, p. 37-38. Grifo do autor)

O leitor que busca a intimidade do quarto é, portanto, um sujeito que se isola duplamente para viver sua paixão, pois o ambiente o afasta dos outros, entendidos como ameaças a esse encontro com o ato de ler, e o livro o afasta do ambiente, levando-o a um mundo imaginário:

[...] la lectura puede ser, a cualquier edad, un recurso privilegiado para elaborar o mantener un espacio propio, un espacio íntimo, privado, incluso en los contextos donde no se entrevé ninguna posibilidad de disponer de un espacio personal. La lectura es una vía de acceso privilegiada hacia ese territorio íntimo que ayuda a elaborar o sostener el sentimiento de individualidad, al que se liga la posibilidad de resistir a las adversidades. (PETIT, 2001, p. 69)

A leitura se transforma em uma experiência de privacidade. Mas não é apenas no espaço privado que ler se aproxima da intimidade, pois, como afirma Chartier (2009, p. 144), “[...] uma relação estritamente pessoal entre o leitor e seu livro, sem mediador nem companheiro de leitura, pode muito bem existir fora de casa, num espaço externo e aberto”. Essa relação se tornou possível a partir do desenvolvimento da prática da leitura silenciosa, ocorrida mais intensamente entre os séculos XVII e XVIII: “ler em silêncio, para si mesmo, basta para criar uma área de intimidade que separa o leitor do mundo exterior; portanto, mesmo no meio da cidade, na presença de outrem, ele pode ficar sozinho com seu livro e seus pensamentos” (CHARTIER, 2009, p. 144).

Talvez por isso, alguns dos nossos leitores entrevistados mencionem também a prática de ler ao ar livre ou em outros espaços de sociabilidade (como o trabalho ou o sindicato de sua categoria). **L-149**, por exemplo, afirma que, além do quarto, onde costuma ler deitado em sua cama, também realiza leituras na calçada de sua casa:

L-149: no quarto... é o essencial assim... né? eu gosto muito de ler no quarto... à vontade deitado na cama... [...] eu faço o empréstimo e leio em casa tanto no quarto também/eu gosto muito de ler ao ar livre... eu moro próximo é::: a um lugar um pouco calmo e eu fico na calçada lendo... basicamente

P: e tem diferença dessa leitura que você faz no quarto/o que é que você gosta de ler em casa e o que é que você gosta de ler ao ar livre? Ou não tem diferença?

L-149: não, não tem diferença... eu/como atualmente eu moro só... com minha vó:: minha/minha mãe e minha irmã estão morando em outra casa e meu irmão já é casado... como eu estou morando só com ela num tem problema algum eu ler qualquer tipo de literatura

A certeza de não ser importunado, e da tranquilidade do lugar, o leva a realizar as leituras também nesse espaço aberto, em frente à sua casa. Apesar de estar em contato

com a rua, o leitor consegue o alheamento necessário para “ficar sozinho com seus livros e seus pensamentos” (CHARTIER, 2012, p. 144). Ao ser perguntado sobre o fato de distinguir ou não as leituras que realiza em cada um desses lugares (em casa e ao ar livre), o leitor diz não ter diferença alguma: “num tem problema algum eu ler qualquer tipo de literatura”, pois seu irmão, sua mãe e irmã moram em outro lugar. Subjacente à sua justificativa está a ideia de que, possivelmente, caso não morasse sozinho com a avó, haveria algum tipo de controle de sua parte em relação ao que leria diante de todos e o que leria na intimidade do seu quarto. Contudo, como ele mesmo declara em outro momento da entrevista (já citado no item anterior), sua avó é “semianalfabeta né? conhece a leitura e a escrita mas... só:: [...] não frequentou a escola”. Na opinião do leitor, essa condição de quase analfabetismo e de distanciamento da instituição escolar também afastava a sua avó da possibilidade de realizar julgamentos a respeito das leituras realizadas pelo neto.

Entre os entrevistados, contudo, há leitores que consideram que para cada lugar pode haver uma leitura adequada ou, dito de outra forma, leitores que costumam diferenciar o que ler em cada lugar. É o caso, por exemplo, de **L-130**, que lê no sindicato dos bancários, mas apenas jornais; e também de **L-133**, que prefere se dedicar à leitura de livros, no trabalho, e ler na internet, quando está em casa.

P: e como é que você/em casa no seu dia a dia é:: onde é que você costuma ler?

L-133: no trabalho

P: no trabalho?

L-133: é... porque o meu trabalho aqui é mais de informação::o... como você viu é mais de receber as pessoas... nas horas vagas eu tenho meu cantinho... inclusive eu criei aqui no balcão embaixo uma seção de leitura... não só pra mim mas pra todos que se interessarem dentro do setor... inclusive depois eu posso até te mostrar o cantinho de leitura... [...] e então o trabalho acaba sendo o:: espaço e tempo mais apropriado para leitura

P: e em casa você também gosta de ler ou não?

L-133: na internet

P: aí em casa na internet e aqui

L-133: o espaço já é reservado pra internet

Em certa medida, nessas leituras realizadas no ambiente de trabalho, mantém-se a ideia de tranquilidade: uma vez que o leitor dispõe de tempo porque seu trabalho de recepcionar as pessoas e fornecer informações não o ocupa todos os momentos do dia, ele se vê livre para ler. Mas, nesse ambiente, ele não se limita a apenas essa prática de leitura individual; a fim de dividir seu gosto pela leitura com os demais colegas de

trabalho, ele criou uma espécie de biblioteca partilhada com todos, que corresponde a uma estante, com livros disponibilizados por ele para aqueles que também se interessarem. É provável que essa partilha gere também discussões em torno das leituras realizadas em comum. Sobre os livros partilhados, não temos informação se há discussão entre eles, mas há um tipo de impresso cuja leitura não apenas é partilhada (alguém traz e divide com os demais) como socializada, gerando discussões e comentários entre os colegas, como o próprio leitor descreve na continuação de sua fala:

P: e aqui são os livros? entendi... jornais também... não?

L-133: jornais.... e tem um jornalzinho agora que tá muito em evidência aqui em Campina aquele *Já Paraíba*

P: sim é verdade

L-133: a gente compra muito ele... a gente traz aí os colegas trazem também a gente faz aquela... interatividade

P: uhum... todo mundo lê e discute?

L-133: é...

P: quer dar sua opinião?

L-133: é... nem sempre né? é porque cada um tem um ponto de vista do mesmo fato né?

Esse jornal a que o leitor se refere corresponde a um impresso de baixo custo (geralmente comercializado ao preço de R\$0,50), cujas capas costumemente trazem mulheres seminuas e em poses sensuais e cujas matérias expõem temas diversos do dia a dia (especialmente das áreas policial e esportiva), abordados a partir de uma linguagem próxima da oralidade e de um ponto de vista com forte apelo popular⁶⁹. Para citar um exemplo, a notícia sobre uma capotagem durante perseguição policial a um traficante recebeu a seguinte manchete: “Fugiu e ficou de pernas pro ar” (edição que circulou dia 13/11/2014).

Considerando que as leituras desse entrevistado, analisadas no capítulo anterior, indicam a preferência por temas filosóficos, religiosos e metafísicos, essa prática de leitura do jornal *Já Paraíba* indica que há uma divisão na sua prática entre as leituras

⁶⁹ Segundo descrição apresentada no site do Portal Correio, sistema responsável pela publicação, o jornal *Já* “foi lançado em 12 de maio de 2009 com o objetivo de alcançar um público que antes não tinha acesso a jornais impressos por questões econômicas ou culturais. Para atingir esta meta o Jornal faz uso de uma linguagem simples, divertida e objetiva, tornando mais fácil a compreensão de seu conteúdo”. E mais: “O *Jornal Já* alcançou uma ótima aceitação no mercado, colaborando para aumentar o hábito da leitura das classes C, D e E, conquistando espaço no dia a dia da população, tornando seus leitores, clientes fiéis da informação mais acessível da Paraíba. O sucesso de vendas entre seu público foi tão grande, que o Jornal começou a tomar amplas proporções, atingindo até mesmo públicos que antes não faziam parte do objetivo de alcance, consolidando-se como o um dos jornais mais vendidos na Paraíba”.

(Disponível em: <http://www2.portalcorreio.com.br/sites/jornalja/index.html>, acesso em 12/11/2014).

individuais, realizadas para reflexão pessoal e ampliação do conhecimento, e as leituras partilhadas, a serem discutidas descontraidamente com os colegas. Talvez essa leitura do jornal em questão tenha sido escolhida para ser partilhada por corresponder a um impresso popular, de consumo rápido e de fácil difusão entre os colegas de trabalho, e que, por tratarem de temas do cotidiano de maneira bem-humorada, tendem a ser facilmente compreendidos e comentados por todos, despertando o interesse independentemente de grau de formação e possibilitando a interação, como afirma o leitor. É importante ressaltar que essas duas práticas não são excludentes entre si:

Diferentes modos de leitura e de relações com o livro definem assim práticas ligadas, sociabilidades entrosadas: a leitura solitária alimenta o estudo pessoal e o comércio intelectual; a sociedade amistosa baseia-se na leitura em voz alta, na glosa, na discussão, porém estas também podem reunir um auditório mais amplo que se instrui ouvindo os textos lidos e os argumentos expostos. (CHARTIER, 2012, p. 150)

A leitura partilhada, realizada por **L-133** e seus colegas de trabalho, transforma-se num momento de sociabilidade, mas que, segundo Chartier (2012), só é possível entre leitores habituados a lerem também na intimidade, a sós. Embora nada saibamos sobre as práticas dos colegas citados pelo leitor entrevistado, ao menos quanto a este, podemos dizer que essa condição proposta pelo autor francês é compatível, uma vez que o leitor realiza outras leituras, na intimidade. O leitor **L-130** também menciona a leitura de jornais, realizada no ambiente relacionado ao trabalho: nesse caso, o sindicato dos bancários, profissão que ele exerceu, mas da qual já se aposentou. No entanto, ele não se refere a como essa leitura é feita – se ela é partilhada com os outros visitantes do local ou não.

Mesmo reconhecendo a diversidade sugerida pelas declarações recuperadas até aqui, não podemos ignorar que o que predomina na fala dos entrevistados quanto ao espaço de suas leituras é realmente a referência à casa, muitas vezes restrita à intimidade do quarto, no turno da noite, quando o silêncio toma conta do lugar. Talvez por considerarem, como Manguel (1999, p. 178), que “[...] os livros lidos numa biblioteca pública jamais têm o mesmo sabor daqueles lidos no sótão ou na cozinha”. Então, quando recorrem ao espaço público da biblioteca, os leitores procuram garantir sua relação íntima e privada com os livros, levando-os consigo para ler em outro(s) lugar(es).

Segundo Hébrard (2009, p. 15-16), “[...] as bibliotecas fazem do impresso um objeto controlado em sua produção e difusão, mas, talvez mais ainda, territorializado em seu uso. [...] o livro lido na ou pela biblioteca se impõe ao leitor em um espaço e uma temporalidade que pouco lhe pertencem”. Embora o autor se refira às bibliotecas escolares francesas do século XVIII, que tentavam controlar a difusão crescente da colportagem e dos gabinetes de leitura, tal afirmação pode ser associada às bibliotecas públicas em geral e fundadas mais recentemente, pois essas instituições parecem conter em seu cerne a dualidade entre facilitar o acesso e ao mesmo tempo controlá-lo.

Nesse sentido, o serviço de empréstimo, apesar de suas regras (que limitam o que pode ser retirado da biblioteca e quanto tempo é permitido ficar com as obras), seria ainda uma das frestas de liberdade do leitor no uso da biblioteca, uma possibilidade de “desterritorializar” essa leitura, ao permitir que ele instaure outros territórios através de suas práticas: escolhendo sua trajetória particular sobre *o que* ler, dentro do que lhe é permitido; lendo *onde* quiser e *quando* desejar, no período em que está de posse dos livros emprestados (à noite, ao deitar-se, por exemplo).

Considerando que a biblioteca, apesar da imposição do silêncio, é um lugar também de sociabilidade e por onde podem circular muitas pessoas, como acontece, então, o encontro desses leitores “caseiros” com a BPMCG? Em que época de suas vidas e a partir de quais motivações, eles buscam esse espaço que atende pelo nome de “público”? É o que vamos discutir a partir de agora.

Entre os leitores estudantes entrevistados nessa pesquisa, o hábito de frequentar a Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande começou ainda no período escolar; para dois deles (**L-153** e **L-195**), devido à necessidade de cumprir com as tarefas escolares que exigiam a realização de pesquisas:

L-153: primeiramente eu ia à biblioteca pra pesquisar coisas da escola... aí depois fui por prazer mesmo... eu sempre gostei de literatura... livros/obras literárias [...]eu estudava o ensino fundamental ainda... era ali na Câmara dos vereadores e eu ia pra lá com as minhas colegas pesquisar as coisas da escola

P: [...] e::: foi por incentivo de alguém ou foi você mesmo que teve a iniciativa de ir?

L-153: por incentivo das minhas colegas... da escola...tinha muita coisa pra pesquisar e a gente sempre se reunia e ia pra lá pesquisar

P: elas já conheciam... já iam lá há mais tempo?

L-153: já

P: e::: sua escola era perto? da biblioteca? não?

L-153: não... distante

Ao se referir às suas práticas, o leitor faz uma distinção entre a leitura realizada para fins escolares e a leitura “por prazer”, sugerindo que aquela não inclui esta, ou seja, ele recupera e reforça em sua fala a oposição *leitura prazerosa x leitura por obrigação*, associando a leitura de literatura, da qual sempre gostou, ao prazer de ler. Sousa (2008), ao analisar as leituras de professores e alunos, constatou em seus discursos essa mesma divisão entre o prazer e a obrigação de ler, permeados pela idéia de que “[...] a leitura tem que ter um proveito, e alguns textos não são dignos de serem lidos porque o leitor não aprende nada com eles” (p. 13).

Para os professores entrevistados por Sousa (2008), a leitura assume várias funções: informação, conhecimento, fuga da realidade ou fonte de explicação para ela; na opinião deles, é preciso ler para “saber-fazer”, para preparar aula, para estimular que o outro leia. Nesse contexto,

[...] a referência ao texto literário vai cedendo lugar a outros textos. Talvez essa presença-ausência sinalize ou mesmo revele o pragmatismo da leitura em nossa sociedade: é preciso ler para fazer alguma coisa com a leitura. Certamente a literatura não atende a essa função, portanto não há tempo para ler o supérfluo (SOUSA, 2008, p. 08).

Sem dúvida, essas funções atribuídas à leitura permeiam as práticas de ensino desses docentes e podem, conseqüentemente, se refletir na relação que os alunos constroem com a leitura a partir de suas experiências escolares. Diante dessa obrigação de que a leitura seja *útil* e tenha uma aplicação em alguma atividade prática (seja na vida pessoal ou profissional), o ler por ler (PETRUCCI, 1999), que poderia estar associado ao prazer de ler, vai perdendo espaço e estabelecendo um fosso entre a leitura na escola e a leitura fora dela.

Outro dado interessante na fala do entrevistado é a referência a outros leitores, seus colegas de escola, que já usavam a biblioteca pública e com os quais ele passa a se reunir para ir até lá, fazendo da visita à biblioteca uma atividade realizada, inicialmente, em grupo: “tinha muita coisa pra pesquisar e a gente sempre se reunia e ia pra lá pesquisar”. Tem-se aqui outra forma de sociabilidade, diferente daquela vivenciada por **L-133** e seus colegas de trabalho: na história do leitor **L-153**, a relação entre leitura e sociabilidade se dá através de duas instituições, pois envolve o espaço da biblioteca e é motivada pela pesquisa escolar, o que implica a adoção de práticas distintas no que diz respeito ao tipo de leitura partilhada (ainda que eles não se limitem àquelas relacionadas à tarefa exigida pelos professores) e a forma de dividi-la com o grupo, uma vez que

estarão sob as regras da biblioteca no que diz respeito principalmente ao modo de se portar naquele ambiente. A reunião em torno da leitura se dá, então, pela pesquisa escolar, mediada pela biblioteca pública.

De acordo com Milanesi (1983), a prática da pesquisa na escola foi instituída oficialmente no Brasil a partir da Reforma do Ensino, de 1971. No entanto, longe de estimular o pensamento crítico e/ou a discussão de diferentes pontos de vista para a solução de um problema, ela se resumiu, segundo o autor, ao desenvolvimento da cópia de textos publicados nas enciclopédias (obras que surgiram para cumprir essa finalidade escolar), a fim de dar conta do conteúdo exigido na escola. A biblioteca, nesse contexto,

[...] é o local onde se cumpre a exigência da pesquisa com o menor aborrecimento possível. Ao aluno interessa a via mais fácil para satisfazer as exigências do professor. A biblioteca deve facilitar para ele esses caminhos, dando acesso direto ao trecho que ele deve copiar” (MILANESI, 1983, p. 45-46).

Essa constatação leva o autor a afirmar que “a pesquisa que a escola exige poderia ser feita em qualquer depósito de enciclopédia e não necessariamente em uma biblioteca” (MILANESI, 1983, p. 50).

Fica claro que a concepção de biblioteca defendida pelo autor afasta-se daquela representação que a associa a depósito de livros, de um lado, ou a templo sagrado a guardar tesouros inacessíveis às pessoas “comuns”, de outro. Para ele, a prática da pesquisa, tal qual desenvolvida na escola, seria uma prática indigna, que apenas reforça essa idéia de biblioteca como a guardiã de um saber que deve ser reproduzido e reverenciado, jamais discutido ou questionado.

Contudo, não podemos deixar de reconhecer, contrariamente ao que defende Milanesi (1983), um mérito dessa prática da pesquisa escolar: levar o aluno até as bibliotecas (sejam públicas ou escolares), pois a partir desse primeiro contato muitas histórias de leitura podem construir-se ou, se já existem, tomar outras direções.

Assim como para **L-153**, a atividade escolar também é o estímulo inicial para que **L-195** passe a frequentar a BPMCG:

P: [...] como foi que você tomou conhecimento da existência da biblioteca municipal de Campina Grande?

L-195: professores... professores do:: ensino fundamental... do Rotary... isso... exatamente... eles incentivavam a gente ir fazer pesquisa lá na época da biblioteca... que hoje é a atual Câmara... Municipal

P: na época que você ia era lá na Câmara

L-195: isso... isso... dois mil... dois mil e um por aí

P: e quando eles pediam pra vocês irem lá fazer pesquisa mas você também olhava outras coisas ou se restringia à pesquisa que eles pediam?

L-195: no meu caso como é antes disso: eu já tinha já tinha essas leituras né? por influência da minha irmã... pela boa influência da minha irmã... eu:: sempre quando tinha oportunidade eu dava uma olhada na/nos livros que que inicialmente eu não ia pra::... pra pesquisar né? junto com meus amigos... que geralmente era de História ou Geografia... sempre História ou Geografia...

A leitura “obrigação”, relacionada à prática da pesquisa escolar, aparece na fala desses dois leitores como a responsável pelos seus primeiros contatos com a BPMCG. Contudo, ambos também revelam que seu interesse pela literatura é anterior às suas visitas àquela instituição: **L-153** diz que “sempre” gostou e **L-195** destaca a “boa influência” da irmã mais velha no desenvolvimento do seu gosto pela leitura. Essas afirmações revelam, ao mesmo tempo, a valorização da leitura literária como prática positiva, relacionada ao prazer de ler, e a distância entre as práticas estimuladas pela escola e essa leitura reconhecida como “prazerosa” e “boa”. A pesquisa escolar, portanto, foi importante por apresentar o universo da biblioteca aos leitores, como um espaço de leituras possíveis; a partir desse contato propiciado pelas constantes idas àquele lugar para cumprir tarefas escolares, ambos passaram a se aventurar e descobrir seus próprios interesses e gostos no tocante aos livros disponíveis no acervo.

O terceiro leitor estudante (**L-149**) não buscou a BPMCG para realizar pesquisas, embora a motivação, indiretamente, tenha surgido na escola, a partir do acesso a revistas, facilitado através de um baú disponível na sua sala de aula. Segundo ele, ao ler a *Revista Superinteressante* naquela ocasião, se interessou por essa leitura e quis ler outros exemplares. Um amigo o avisou que na Biblioteca ele encontraria mais dessa publicação e então o conduziu até aquele espaço, que já frequentava e conhecia bem:

P: [...] como foi que você tomou conhecimento... da existência da biblioteca pública de Campina Grande?

L-149: é:: em 2001... eu fazia a 8ª série do ensino fundamental e nessa sala havia um... um baú de revistas... como eu já falei eu tinha já uma predisposição à leitura de periódicos e ao:: mexer nesse baú eu encontrei algumas revistas denominadas Superinteressante... que de imediato eu gostei assim... por algumas edições que eu encontrei 5, 6, 4 não me lembro bem... é: eu falei com a diretora... consegui ter o acesso, levar pra casa, ler... e algumas semanas depois... eu acho que isso logo após os atentados terroristas de 11 de setembro... conversando com um amigo eu disse “eita... olha eu achei essa revista interessante” e ele disse “rapaz essa revista aí tem muita na biblioteca pública municipal”... é/hoj/antigamente ela era é: no bairro São José onde hoje funciona a câmara municipal... e esse meu amigo me indico::u... é/ “olha lá tem... várias revistas de todo tipo... jornal, livro, vamo lá”... e daí em setembro de 2001 eu comecei a frequentar com ele... ainda cheguei a ir é:: duas semanas quase que:: todos os dias com ele e ele me mostrando “olha aqui tem” e a partir daí eu comecei a andar com as pernas/as próprias pernas

Nas afirmações dos três leitores estudantes, foi relevante o papel que a escola e as relações de amizade assumiram no primeiro contato com a BPMCG. A escola, através do incentivo à pesquisa; e os amigos porque estimulavam a ida àquele espaço e também faziam companhia, por vezes servindo de guias para esses leitores ainda iniciantes no uso da biblioteca. É o que ocorre com **L-149**, cujo amigo apresentou-lhe o local onde ele poderia achar as leituras de que gostava – a revista *Superinteressante* – e ainda o levou até lá e explicou, por duas semanas seguidas, o funcionamento da instituição, até que o leitor pudesse “andar com as próprias pernas”, como ele mesmo afirma. Na história desses três leitores, esse espaço de leitura se apresentou como uma possibilidade de ampliação do seu universo no acesso aos materiais de leitura – dos livros aos periódicos. Ainda que inicialmente não houvesse o interesse em explorar o acervo de literatura, esse interesse surgiu com o tempo e se tornou prática comum, já que eles passaram inclusive a realizar empréstimos na Biblioteca.

Sobre a prática do empréstimo e também sobre o modo de usar a biblioteca nesse início de sua história como leitor de biblioteca, **L-149** afirma:

P: e como é que você costumava frequentar essa biblioteca? Como é que você costumava ir pra lá/por exemplo você ia e:: ficava lendo lá mesmo... você fazia empréstimo? Quanto tempo você ficava? Você costumava demorar lá?

L-149: é::... deix/eu ver... é:: eu de início não fiz empréstimos... eu só vim fazer empréstimo na biblioteca num segundo... momento se eu não me engano em dois mil e... quatro quando ela se mudou pra:: onde ela funciona hoje né? antes não/nunca peguei livro emprestado...

P: mas nesse período você continuava frequentando?

L-149: sim sim sim... nessa/antes eu frequentava... fazia as leituras lá mesmo assim... sempre chegava por volta::: nessa época de::: uma ho::Ra saía às quatro e meia/cinco horas

P: e você lembra o que é que você lia lá? Fora os jornais e as revistas que você falou... você chegava a olhar livros também? Não?

L-149: sim sim... eu tinha/eu procurava:: alguns livros literários né? alguns autores nacionais... e também... é::: importante ressaltar que... nesse período quando eu comecei a ir né? 2001/2002 eu também fazia/comecei a fazer curso de informática ((inaudível)) em informática e eu sempre procurava:: esses livros... ou livros de literatura ou nessa época especificamente alguns títulos relacionados à área de informática

O leitor passou a frequentar a BPMCG por volta do ano 2001 e só começou a realizar empréstimos em 2004. Nesse momento inicial, sua leitura era bastante presencial, ou seja, era realizada na própria biblioteca, onde ele costumava passar cerca de 4h diárias lendo, sempre no turno da tarde. Paralelamente à leitura de revistas (sua

motivação inicial), ele também lia livros de literatura e de informática – nesse último caso, como um apoio para o curso que estava realizando naquele período.

Entre os leitores *não estudantes* entrevistados, a forma como tomaram conhecimento da existência da Biblioteca e as motivações para buscar aquele espaço foram distintas entre si e não tiveram qualquer influência da escola, já que esse contato se deu quando eles já tinham encerrado há bastante tempo sua vida estudantil. Para um deles, foi a curiosidade e o interesse de usar a internet, o que despertou, posteriormente, o desejo de conhecer o acervo físico; para outro, o tempo disponível após a aposentadoria e a preocupação de manter a mente em atividade; e, para a terceira, o tempo disponível após ter criado todos os catorze filhos e a preocupação de manter o risco da depressão afastado (uma vez que moram apenas ela e o marido e por essa razão ela fica grande parte do dia sozinha⁷⁰).

Sobre seu primeiro contato com a biblioteca, **L-133** afirma:

P: [...] como foi que você tomou conhecimento da existência da biblioteca?

L-133: [...] eu conheci a partir do... quando ela foi relocada da atual Câmara Municipal [...] pra o centro... no dia da inauguração... pelo governo de Cozete Barbosa/quando eu fui pra: pra o dia da inauguração e que... comecei... a frequentar mais assíduo... na época eu não tinha acesso à internet em casa... lá foram instalados uns terminais... eu já tava despertando um pouco pra leitura do:: de internet... e lá era o acesso mais viável que eu tinha

P: então seu primeiro contato com a biblioteca foi pra pesquisar na internet?

L-133: na internet

P: pra ler na internet?

L-133: na internet

Na fala do leitor, a BPMCG é o lugar que garante sua inclusão no mundo digital, pois, como ele mesmo afirma, “lá era o acesso mais viável” que ele tinha. Sem dúvida, não deveria ser o único, pois ele sugere que já vinha “despertando um pouco” para a leitura na internet, mas a reinauguração da biblioteca no centro da cidade se mostrou como a oportunidade para que ele passasse a se dedicar mais a esse tipo de leitura. Ao possibilitar esse acesso, a biblioteca cumpre, então, o que está definido no *Manifesto da*

⁷⁰ Em outro trecho de sua entrevista, ela afirma: “[...] então eu... era acostumada numa casa cheia de gente... tinha filhos tinha tudo... mas depois eu fiquei aqui sozinha mais ele... ele na::/só vive por aí fora às vezes ele sobe na casa... em cima da casa tudinho... entra pra almoçar entra um pouquinho assim de tarde pra ver alguma coisa na televisão mas pouca coisa... aí eu fiquei com medo... eu disse eu tenho que::: fazer alguma coisa... LE:::r qualquer coisa pra eu:: num ficar com depressão... fiquei com medo...”

Unesco sobre Bibliotecas Públicas (1994⁷¹), como uma das missões-chave dessas instituições, que devem “[...] facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática”. Esse não é o único leitor entrevistado que afirma ter o hábito de ler na internet⁷², mas é o único que declarou ter sido essa a motivação para buscar a BPMCG.

É curioso, no entanto, que essa visita tenha acontecido somente na reinauguração da biblioteca, quando ela passa a ocupar novo prédio; no período em que funcionava no bairro São José (onde hoje funciona a Câmara Municipal), o serviço de internet já era oferecido, mas isso não foi suficiente para fazer com que o leitor passasse a utilizá-la. A respeito desse interesse pela biblioteca nessa ocasião, o leitor comenta o seguinte:

P: [...] como foi que te passou pela cabeça de ir pra inauguração da biblioteca?

L-133: foi porque eu

P: você viu a notícia?

L-133: foi um evento chamativo né? tava num período de transição tava entrando outra administração... e tava surgindo no centro da cidade como um ponto refere/referência... um ponto referencial e despertou a:: a curiosidade de ir pr/aquele evento e dentro daquele evento eu me encontrei... encontrei o espaço que eu tava procurando

P: encontrou a mina de ouro

L-133: é

Apesar de já existir desde o ano de 1938, é apenas na sua reinauguração em um lugar mais central que o leitor passa a conhecê-la efetivamente e a frequentá-la. Como ele mesmo afirma, a abertura da biblioteca em um novo local “foi um evento chamativo”, o que significa provavelmente uma ampla cobertura da imprensa local, convertendo-a num “ponto referencial” e tornando-a visível para o leitor e para a população em geral. Assim como aconteceu nos primeiros anos de sua existência⁷³, foi apenas quando a BPMCG se tornou um fato político, representativo da transição de governos vivida naquele momento, que o interesse em torno dela foi estimulado no leitor entrevistado. Este, por sua vez, não apenas encontrou o lugar que estava procurando, como também ali se encontrou, segundo suas próprias palavras.

Assim como ocorreu com os leitores anteriormente citados, a motivação inicial de **L-133** para passar a frequentar a BPMCG converteu-se, com o tempo, em prática

⁷¹ O documento foi preparado em 1994, em cooperação com a IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions) e está disponível para consulta em <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>, acesso em março de 2011.

⁷² A discussão sobre o que ele e os demais lêem no mundo virtual será realizada no item 4.4., a seguir.

⁷³ Ver Capítulo 1.

contínua e foi ampliada para outras sessões/serviços que inicialmente não haviam despertado seu interesse – como o próprio acervo de livros, o serviço de empréstimos e até mesmo o setor de obras raras:

P: e como foi que você passou da:: leitura na internet... e acabou frequentando também as esta::ntes de livros?

L-133: é porque na internet a gente encontra muita referência de livros – antigos inclusive... e na biblioteca nós temos um setor inclusive até de obras raras... obras da década de:: vinte/ da década de trinta... e eu... despertou a curiosidade de conhecer aquela/apalpar aquelas obras... e ter o acesso... a tais

P: então você chegou a:: a visitar o acervo também de obras raras

L-133: visitei... o acervo de literatura... o acervo de filosofia... de antropologia/de psicologia

Há, na fala do leitor, dois aspectos relevantes para compreender como se construiu naquele momento sua relação com a leitura e, mais especificamente, a leitura de livros. O primeiro deles diz respeito à internet como veículo/ferramenta para se chegar à indicação de obras a serem lidas: a familiaridade com a leitura na internet, nesse caso, não excluiu o interesse pelo acervo físico – ao contrário, até mesmo o estimulou, fazendo com que o leitor mantivesse as duas práticas. Elas não foram, portanto, concorrentes, mas complementares.

O segundo aspecto, relacionado ao primeiro, é a relação de fetiche estabelecida entre o leitor e o livro enquanto objeto, pois ele menciona o seu desejo de “apalpar aquelas obras” antigas e raras, embora não fale, necessariamente, em lê-las. A biblioteca representa uma possibilidade de acesso ao livro, como a um tesouro precioso que precisa ser admirado, mas, sobretudo, tocado. O leitor **L-133**, nesse sentido, se aproxima da atitude do livreiro Giacomio, criado por Gustave Flaubert em *Bibliomania*:

Ah! Era feliz, aquele homem; feliz em meio àquela ciência toda de que mal compreendia o alcance moral e o valor literário, era feliz, em meio àqueles livros todos; passeava os olhos pelas letras douradas, as páginas gastas, o pergaminho descorado. [...].

Não! Não era a ciência que ele amava, era a sua forma e expressão. Amava um livro porque era um livro; amava o seu cheiro, a sua forma, o seu título. O que ele amava num manuscrito era a sua velha data ilegível, as letras góticas, bizarras e estranhas, os pesados dourados que carregavam seus desenhos; era as suas páginas cobertas de pó, pó cujo aroma suave e doce aspirava com delícia. (FLAUBERT, 1836⁷⁴)

A personagem de Flaubert – que “mal sabia ler”, mas amava os livros, sobretudo os raros – não se interessava pelo conteúdo: não era a obra que lhe despertava paixão,

⁷⁴ Texto original disponível em <http://perso.wanadoo.fr/jb.guinot/pages/bibliomanie.html>. Tradução para o português disponível em <http://escritoriodelivro.com.br/leitura/flaubert.html>, acesso em 20/09/2011.

mas o livro enquanto objeto, afinal, daquela “ciência toda” ele “mal compreendia o alcance moral e o valor literário”. Essa ênfase na forma se justifica porque talvez o conhecimento que os livros traziam consigo lhe era de difícil compreensão, por lhe faltarem as habilidades necessárias para penetrá-lo. Giacomo é, portanto, a representação literária do valor que a cultura letrada atingiu e da forma como ela se impõe até mesmo para quem não está totalmente inserido nela: o não saber ler não o impede de reconhecer a importância dos livros. O leitor, entrevistado para esta pesquisa, é um leitor virtual (no sentido de que lê na tela), e quando se relaciona com o livro é também pelo que falta a este no mundo virtual: pela sua materialidade, que o torna real, palpável.

É incoerente dizer que **L-133**, como Giacomo, não amava a ciência, já que, conforme vimos no capítulo anterior, suas leituras são numerosas e voltadas a áreas que incitam à reflexão. Mas, no caso específico da sessão de obras raras da BPMCG, sua relação parece ser de um leitor que se converte em admirador. O livro é, nesse contexto, um objeto a ser reverenciado, mas também sentido, como se o fato de tê-lo nas mãos representasse a posse do saber e da tradição que ele traz consigo: “ocorre também que a posse física torna-se às vezes sinônimo de um sentimento de apreensão intelectual [...] como se a simples presença deles [dos livros] já nos enchesse de sabedoria, sem que precisássemos abrir caminhos por seus conteúdos” (MANGUEL, 1999, p. 277)

Do virtual para o real, o leitor entrevistado pode, então, desfrutar dos recursos proporcionados por esses dois suportes. De um lado, a leitura através da tela confere certos “poderes” ao leitor, não previstos no livro impresso⁷⁵; de outro, o próprio engajamento do corpo é diferente daquele propiciado pela leitura do livro impresso ou manuscrito: este último tem cheiro, textura, peso, volume, páginas que precisam ser folheadas ao toque dos dedos e talvez marcas deixadas pelos leitores anteriores. Além disso, nem todas as obras escritas, especialmente as mais antigas, encontram-se digitalizadas e disponíveis na internet. A biblioteca física representa, então, a possibilidade de acesso a esses livros, a esses símbolos culturais que carregam uma história em sua própria materialidade e despertam a curiosidade do leitor.

Nas práticas de **L-133**, houve ainda uma espécie de inversão quanto ao que ler em cada espaço: no início, a biblioteca era o lugar da leitura na internet; atualmente, como

⁷⁵ Como, por exemplo, a possibilidade de interferir no texto, editando-o, ou a comodidade de acessar as obras disponíveis em bibliotecas ou arquivos do mundo inteiro, de onde quer que esteja, sem intermediários e no horário que desejar (CHARTIER, 1999a; 1999b).

afirmou em trecho anterior da entrevista, essa leitura está reservada ao espaço da casa (pois ele já tem acesso a esse recurso na sua residência); os livros são lidos solitariamente no trabalho e o jornal é lido de maneira partilhada, também no trabalho. Mas há, na sua prática, uma evidente relação entre o *onde* ler e a *leitura*, pois ele distingue muito claramente o que ler em cada lugar. Ademais de seu uso da internet na biblioteca, ele afirma que passou a priorizar posteriormente também os empréstimos e justificou: “porque aí eu:: escolhia o espaço que mais se adequava para mim... poder assimilar aqueles trabalhos”; a escolha do lugar está, portanto, relacionada para ele com a própria compreensão daquilo que lê.

As relações com a leitura e as formas de ter acesso a ela mudaram com o tempo, modificando também a maneira de usar a biblioteca, mas é importante que se ressalte a permanência do leitor, ao longo do tempo, nesse espaço público, apesar das mudanças constatadas.

Diferentemente das razões que levaram **L-133** à biblioteca, as quais não envolviam a consulta ao acervo de livros, o leitor **L-130** revela tê-la buscado em decorrência do tempo livre conquistado após a aposentadoria e com a intenção de utilizar o serviço de empréstimo da instituição, desde o primeiro momento:

P: como foi que o senhor tomou conhecimento da existência da biblioteca aqui de Campina?

L-130: ah::: sabe que eu não lembro... atrav/não e:::eu sempre soube que existia a biblioteca né? aí quando eu falei assim eu vou eu vou eu vou tentar fazer o meu cadastro lá pra... em vez de LEr na biblioteca... eles me emprestarem o livro pra trazer pra casa

P: o senhor prefere ler em casa?

L-130: ler em casa... aí... fui e deu certo

A relação com a leitura e com a BPMCG acontece afastada de qualquer obrigação para esse leitor. Em uma fase de vida na qual já não trabalhava mais e não estudava, esse espaço aparece como uma possibilidade de lazer e ocupação do tempo livre. **L-130** busca a instituição, então, com o claro intuito de fazer empréstimos, porque prefere ler em casa. A biblioteca alimenta, assim, um hábito de leitura que acontece no âmbito privado, como já observado nas práticas dos outros leitores entrevistados. A particularidade deste leitor consiste no fato de que a realização de empréstimos foi a razão inicial para frequentar a biblioteca, enquanto os outros já mencionados só o farão em um segundo momento do contato com a instituição.

Essa função da leitura como forma de preencher o tempo livre e da biblioteca como o lugar que possibilita o encontro do leitor com os livros nesse momento de sua vida – já mais velho e aposentado – aparece em outro trecho da entrevista, quando ele comenta a importância da instituição para ele:

L-130: ah pra mim é muito importante porque... eu tenho tempo disponível se eu ficar... se eu ficar com o tempo paRAdo o tempo demora a passar e eu ((risos)) tenho que ler

P: é através da leitura que o senhor ocupa esse tempo?

L-130: exato exato ((risos))

P: mas um/só uma curiosidade... como foi que o senhor decidiu fa/é:: escolher preencher esse tempo com a leitura... porque o senhor podia fazer outra coisa... o senhor podia ir dança::r... o senhor podia só jogar a sua sinuca e não ler... o que foi que lhe motivou a:: buscar a leitura?

L-130: ah:: aí aí influencia muito a questão de idade... que eu sempre:: eu sempre fui muito desporti::sta... mas agora já não posso mais praticar esporte... praticar...

P: o senhor gostava de praticar o quê?

L-130: o esporte que eu pratico é caminhada ((risos))

P: e antes o senhor praticava o quê?

L-130: eu gostava muito de futebol... jogava... voleibol jogava...

P: é mesmo? aí aí... por conta disso resolveu/ah agora eu não posso mais... vou ler

L-130: ((risos)) exato... me dedicar mais... [...]

P: tá gostando dessa vida de leitor?

L-130: não é:: é interessante é... eu devia ter feito isso há muito tempo já né?... mas eu não tinha... EU não tinha tempo [...] eu não tinha tempo sabe?... e vamos dizer assim també::m... eu não era lá::: muito cativo de de leitura não sabe?

A leitura surge para esse leitor numa fase em que ele precisa encontrar formas de passar o tempo. Anteriormente, no entanto, não havia em sua rotina esse tempo para ler, ocupado com outras atividades compatíveis com sua disposição: jogar futebol e voleibol. A leitura concorria, então, com a atividade física; quando o corpo não permitiu mais a prática de esportes, o desportista cedeu lugar ao leitor. Apesar de ter afirmado que sempre soube da existência da biblioteca, é apenas nesse momento, em que o tempo do trabalho e do esporte precisa ser substituído para que não demore tanto a passar, que **L-130** busca aquele espaço de leitura. Em outras palavras, quando surgiu uma *necessidade de ler* (e aqui não orientada por uma *obrigação*, mas pelo *desejo*), quando esta prática da leitura passou a fazer sentido dentro do universo de suas práticas cotidianas é que a BPMCG, por extensão, despertou seu interesse. Embora alegue a falta de tempo, ao final dessa fala ele revela que, na verdade, “não era lá::: muito cativo” da leitura, mas que já deveria ter se iniciado nela há muito tempo.

Para finalizar, entre os leitores *não estudantes*, a leitora **L-266** também busca a BPMCG com o objetivo claro de fazer empréstimos de livros, como podemos observar nesse trecho da sua entrevista:

P: [...] Dona Telma como foi que a senhora tomou conhecimento da existência da biblioteca?

L-266: FOI UMA MOÇA que trabalhava lá que mora aqui perto... aí ela... ela foi a gente conversando ela disse que trabalhava na biblioteca... aí eu aí eu já sabia também que alguém ia lá pra le::r ou então pegar li::vro... perguntei a ela/disse *va::i... sim...* aí eu fui lá:: dei meu nome... deixa um um... como é?... carteira de identidade né?... eu tinha duas aí deixei uma lá... assinei lá num bocado de de/aí pronto... aí fiquei indo... e também eu:: levava os livros no tempo certo porque tem o tempo certo né? pra gente leva::r eu sempre levei certo nunca deixei de de de de

P: devolver

L-266: devolve::r... não... de jeito nenhum

Assim como **L-130**, essa leitora já tinha conhecimento da existência da BPMCG e do que esse espaço poderia oferecer aos seus frequentadores, destacando as práticas de ler na instituição ou de fazer empréstimo: “eu já sabia também que alguém ia lá pra le::r ou então pegar li::vro”. No caso de **L-266**, o incentivo para o primeiro contato partiu de uma vizinha, funcionária da biblioteca. Destaca-se na sua fala a referência aos procedimentos adotados no momento do seu cadastro (o ato de deixar uma cópia de documento pessoal e de assinar em alguns papéis) e às regras de retirada e devolução dos livros: “levava os livros no tempo certo porque tem o tempo certo né?”. Nesse sentido, ela se orgulha de ser cumpridora de seus deveres de leitora, ao respeitar os prazos e não deixar de devolver as obras da biblioteca “de jeito nenhum”. Sua relação com a biblioteca, portanto, parece mediada por seus direitos (o de ler naquele espaço ou levar o livro para casa) e também por seus deveres, marcados pelos procedimentos de cadastro e pelas regras de empréstimos as quais ela faz questão de seguir.

Vejamos o que ela diz quando perguntada se também lia na própria biblioteca:

P: então quando a senhora foi lá::: aí já já fez logo o cadastro

L-266: o cada::stro e fiquei indo até:::

P: a senhora lê lá na biblioteca ou prefere ler em casa?

L-266: não não... eu trago pra casa

P: e tem algum motivo especia::l?

L-266: não porque lá tem um bocado de gente lendo né? mas é mais gente de esco::la... estudando... não eu gosto de ler mais em casa

P: tá certo... e aqui na casa onde é que a senhora gosta de ler mais?

L-266: quando me deito

P: na hora de dormir... desde pequena né então?

L-266: é é [...] eu me deito aí fico lendo... acho bom... pra chegar o sono ((gargalhando))

Na percepção de **L-266**, a leitura no espaço da biblioteca é reservada para os estudantes, que recorrem a ela em grande número: “lá tem um bocado de gente lendo né? mas é mais gente de esco::la”. Contudo, como ela não se identifica com esse público por ter parado de estudar há bastante tempo e pertencer a outra faixa etária, ela parece acreditar que o espaço da biblioteca não é destinado também a ela, mas apenas aos escolares; por essa razão, prefere ler em casa, antes de dormir. Esse hábito ela traz desde a mais tenra idade, quando lia à luz do candeeiro. Exatamente por essa preferência pela leitura na intimidade de sua casa, o tempo de duração de suas visitas era reduzido, quando comparado a outros leitores (**L-149**, por exemplo, passava cerca de 4h na biblioteca, quando começou a frequentá-la):

P: quanto tempo mais ou menos a senhora passava na biblioteca? quando a senhora ia?

L-266: eu nunca passei muito tempo não visse? uma meia hora... uma hora... só

P: só o tempo de escolher o livro

L-266: só o tempo de escolher o livro é

P: NUNca ficou lá pra ler?

L-266: não

Em resumo, o que pudemos observar é que os *estudantes* foram à BPMCG pela primeira vez por incentivo direto ou indireto da escola; alguns deles contaram ainda com o estímulo dos colegas que, por vezes, serviram de companhias e de guias naquele espaço. Os *não estudantes* apresentaram outros estímulos para esse contato inicial, mais voltados aos interesses pessoais e relacionados ao momento de vida por que estavam passando – desejo de acesso à internet, tempo ocioso após a aposentadoria ou a criação dos filhos. Para os primeiros, a descoberta da biblioteca acontece ainda nessa fase escolar e, devido à prática da pesquisa, nesse momento realizam muitas de suas leituras nas próprias salas da instituição; para os segundos, o encontro com esse espaço ocorre quando estes estão em idade mais avançada e longe dos bancos escolares.

A partir dessa análise parcial das entrevistas, pudemos perceber também como o uso que cada leitor faz da biblioteca vai se modificando ao longo da sua permanência como usuário desse espaço, mudança essa que é reflexo também dos diferentes modos de se relacionar com a leitura, construídos com o tempo. Assim como os leitores não mantêm sempre a mesma prática (as mesmas leituras e formas de ler), a maneira como

se apropriam do espaço da biblioteca também se modifica, apontando sempre para a diversidade de interesses entre eles e de necessidades no decorrer de suas vidas. Contudo, apesar de a diversidade ser uma constante, há um ponto que os une: a utilização do serviço de empréstimos. Todos eles, de ambas as categorias, destacaram em suas falas a preferência pela leitura em casa, o que se coaduna perfeitamente com sua prática de realizar empréstimos na biblioteca, ainda que para a maioria desses leitores esse interesse pelos livros e pelos empréstimos não estivesse presente desde suas primeiras visitas à instituição.

Como já afirmamos anteriormente, a biblioteca se torna, então, uma ferramenta pública para garantir a relação privada com o livro, já que seus leitores preferem utilizar esse espaço de maneira, predominantemente, não presencial (indo até ela para buscar suas leituras, mas optando por outros lugares para ler). Mas cabe perguntar: que lugar ocupa a BPMCG entre as outras formas de acesso à leitura, por parte desses leitores? Uma vez na biblioteca, como transitam no seu espaço e escolhem os livros? Como leem? Por fim, como avaliam a biblioteca e sua importância para eles e para a cidade? Essas e outras questões serão discutidas nos próximos itens.

4.3. Práticas de leitura e formas de apropriação da BPMCG

Como foi possível observar até o momento, embora nem todos os leitores tenham passado a frequentar a Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB motivados pelo desejo espontâneo de ler, foi por vontade e interesse próprios que permaneceram em contato com ela posteriormente. Ao se depararem com o universo de leituras que ela lhes proporcionava, cada um descobriu ali suas preferências e decidiu ficar, traçando sua própria trajetória de leitura naquela instituição. Nessa permanência e na descrição dos modos de apropriação desse espaço por esses leitores, é possível perceber muitas descobertas sobre o valor da biblioteca e da leitura em suas vidas, bem como sobre as diferentes formas de ler naquele espaço ou em função dele.

Especificamente no item anterior, conhecemos mais de perto como se deu o primeiro contato desses leitores com a BPMCG e suas formas de utilização desse espaço, naquele período em que iniciavam sua história com a instituição. É preciso considerar, contudo, que ocorreram importantes alterações, ao longo do tempo, no que diz respeito ao interesse e ao acesso à leitura por parte desses leitores, alterações estas

que podem ter interferido na forma como eles leem e como utilizam essa instituição. Vamos observar, em primeiro lugar, as mudanças relacionadas ao acesso.

4.3.1. A diversificação das formas de acesso à leitura: uma ameaça à Biblioteca?

Se todos os leitores entrevistados alegaram dificuldade de obter, na infância, materiais de leitura (sobretudo os livros), no decorrer de suas vidas essa condição se modificou e, atualmente, 04 (quatro) dos 06 (seis) leitores afirmam ter livros em casa e todos os entrevistados têm acesso à leitura de diferentes formas: principalmente internet, presentes e empréstimos através de amigos ou bibliotecas. Neste último caso, apenas **L-153** e **L-149** disseram ter o hábito de frequentar outras bibliotecas; a primeira utiliza a biblioteca da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), onde cursa a graduação, e por isso afirmou que, no momento da entrevista, não estava mais utilizando a BPMCG.

O segundo utilizou as instituições mantidas pela Embrapa, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e pelo Serviço Social do Comércio (SESC). No período da entrevista, **L-149** afirmou estar frequentando a biblioteca do SESC e a BPMCG, atribuindo a esta última o papel de grande influenciadora para que ele passasse a utilizar outros espaços de leitura: “bem... quando eu... comecei a frequentar... a biblioteca municipal ela abriu pra mim ((inaudível)) de livros né? da literatura e da leitura de forma geral e a partir daí eu comecei a frequentar e a procurar os espaços onde eu podia ler né?”.

Os leitores **L-130** e **L-133** afirmaram não possuir livros em casa. O primeiro deles porque doou à BPMCG todos os livros que possuía e ainda atualmente mantém a prática de, terminada a leitura de algum livro que ganhou de presente, doá-lo à instituição:

P: [...] o senhor tem livros em casa?

L-130: não... o que tinha eu doe pra biblioteca ((risos))

P: pra biblioteca ((risos))

L-130: é ((risos))... inclusive eu ganhei dois agora que eu tô terminando de ler pra doar esses livros [...] os livros em casa só os filhos depois que estudaram tinham alguns livros/livros aí... mas já tá todo mundo casado... formado... eu juntei o que tinha e mandei lá pra biblioteca ((risos))

[...]

L-130: eu ganhei uns livros de presente aí... fico lendo... quando eu terminar de ler esses livros eu vou lá... doar três livros e trazer um ((risos))

P: ((risos)) se toda visita fosse assim tava ótimo o acervo né? se todo mundo que fosse pegar um deixasse três... aí o senhor sempre faz isso?

L-130: é

O segundo deles, **L-133**, não mantém livros em casa porque os leva para seu ambiente de trabalho, onde criou um espaço para disponibilizar esses livros para quem queira ler, reservando a sua casa para a leitura na internet, conforme já comentado anteriormente (quando discutimos os espaços escolhidos para ler).

Os quatro leitores que disseram possuir livros em casa são os três *estudantes* entrevistados (**L-149**, **L-153** e **L-195**) e a leitora **L-266**, inserida na categoria *não estudantes*. Apesar de alguns desses leitores (como **L-149** e **L-153**) terem afirmado que, quando crianças, tinham alguns poucos livros em casa, esses livros pertenciam a terceiros (irmãos, principalmente). O que os diferencia em relação àquele momento é que eles passaram à categoria de proprietários de livros e de outros materiais de leitura – adquiridos por eles mesmos, através da compra, ou presenteados. Embora ainda seja possível ter objetos de leitura que pertençam a outros familiares (como o marido, por exemplo), eles podem atualmente dizer que também têm um livro para chamar de seu.

L-195, por exemplo, faz uma revelação bastante interessante quanto a esse desejo de possuir livros. O primeiro livro que se lembra de ter comprado (e que afirma, com orgulho, possuir até hoje) foi *Eu e outras poesias*, de Augusto dos Anjos, seu poeta preferido. Formado em Direito, ele diz ter poucos livros dessa área em casa, e estes foram adquiridos apenas depois de concluída a graduação e até o dia da entrevista ainda não haviam sido lidos:

L-195: poucos livros... [...] MESmo adquirindo eu não não/pra te falar sinceramente eu não cheguei a ler esses livros ainda... tenho

P: quando você foi adquirir esses livros como é que você escolheu? foi/são livros da sua área ou são livros que/de formação [...]

L-195: bom esses livros são assim da minha área... e:: foi um::: engraçado... esse meu vizinho inclusive ele é pedreiro – pra você ver como são as coisas – ele trabalhava na casa da/de um:: acho que era de um promotor público e ele tava renovando a biblioteca dele... e:: queria se desfazer desse livros... aí ele pegou... como uma forma de pagamento/ uma parte do pagamento deu pra esse meu vizinho que repassou pra mim

P: como pagamento do trabalho dele como pedreiro?

L-195: i::sso e:: EU é é porque questão de livro de de Direito

P: é de concurso?

L-195: nã::o... doutrina mesmo... o que acontece? esses livros eles se desatualizam... com bastante frequência... e:: o que acontece? eu não queria nem comprar mas pra ajudar ele:: e pra dizer ah eu tenho alguns livros de Direito em casa... eu tinha mais Xerox... e fazia muito uso da da/dos dos empréstimos né? – eu não sei se a gente vai comentar em outro momento – e:: foi por isso/ eu comprei até BArato uns livros que:: ainda num/não tive vonTAde de ler

Por um lado, indiretamente, temos acesso, através da fala desse leitor, a outro exemplo de circulação de livros através das relações de trabalho: nesse caso, o pedreiro que recebeu livros como parte do pagamento por um serviço prestado e que os revendeu para o vizinho, estudante de Direito. Por outro lado, um dado representativo desse trecho citado revela que o entrevistado compreende a posse de livros como uma forma de *status*, pois ele os adquire para ajudar o pedreiro e também “pra dizer ah eu tenho alguns livros de Direito em casa”. Como ele mesmo afirma, o acesso às leituras durante o curso foi realizado primordialmente através de cópias e de empréstimos, assim, terminar essa etapa comprando livros de sua área representava, de certa maneira, uma ascensão ou promoção no seu *status* de leitor e estudante. Contudo, como já discutido em capítulos anteriores, ter os livros não significa tê-los lido: “ainda num/não tive vonTAd de ler”.

Como defende Barthes (2012, p. 33), “[...] toda leitura é penetrada de Desejo (ou de Repulsa)” e esse desejo é acompanhado por *recalques de leitura*. Segundo o autor, a biblioteca pública representa um desses recalques e se opõe, em certo sentido, ao desejo de ler. Para justificar sua afirmação, ele discute a relação entre compra e empréstimo, entre o livro possuído e o livro emprestado:

A Biblioteca é um espaço que se visita, mas não um espaço que se habita. Seria preciso ter em nossa língua [...] duas palavras diferentes: uma para o livro de Biblioteca; outra para o *livro-em-casa* [...]; uma para o livro “emprestado” – o mais das vezes através de mediação burocrática ou magistral –, outra para o livro tomado, agarrado, atraído, colhido, como se já fosse um fetiche; uma para o livro objeto de uma dívida (é preciso devolvê-lo), outra para o livro-objeto de um desejo ou de uma demanda imediata (sem mediação). [...] Por certo, o livro-em-casa não é um pedaço de desejo puro: ele passou (em geral) por uma mediação que não tem nada de particularmente próprio: o dinheiro; foi preciso comprá-lo, daí não comprar os demais; mas sendo as coisas como são, o próprio dinheiro é um desrecalque – o que a Instituição não é: *comprar* pode ser desrecalcante, *tomar emprestado* seguramente não o é [...]. (BARTHES, 2012, p. 36, grifos do autor)

Sem dúvida, a oportunidade de compra desses livros por **L-195**, ainda que não desperte o desejo de ler, representa o “desrecalque” desse leitor que passou a sua vida acadêmica (e mesmo anteriormente a essa fase) dependendo de cópias e de empréstimos. O que é a cópia, se não uma substituta moderna do desejo ou da necessidade de possuir o livro original? Comprar é pertencer a outra categoria de leitores – a dos possuidores de livros –, o que parece significar uma projeção, na opinião do leitor. Comprar os primeiros livros de sua área de formação representa o início de

uma biblioteca pessoal voltada para sua profissão, assim como possuía o promotor público que repassou os livros para o pedreiro, quando pretendia renovar sua biblioteca. Em outras palavras, ter uma biblioteca pessoal com livros de sua profissão também é inserir-se em uma tradição. Assim, embora **L-195** não os leia, ele os possui: não há prazos de devolução a cumprir e por isso ele pode deixá-los na estante à sua espera, por quanto tempo desejar.

Esse interesse por acumular um acervo de sua área de atuação profissional também pode ser visto na história de **L-153**: inicialmente, ela tinha livros em casa, mas estes pertenciam aos irmãos mais velhos, que são professores; mais recentemente, cursando a graduação em Letras, ela afirma possuir, sobretudo, livros dessa área (também gramáticas). A leitora mantém também o hábito de ler revistas e livros de literatura, os quais vão somar-se às gramáticas que ela possui em casa:

P: [...] e atualmente? você possui livro em casa?

L-153: possuo

P: e eles são da sua área? São outras leituras que você gosta de fazer?

L-153: são mais da área mesmo... gramáticas... aqueles livros comprados pela internet [...]

P: e hoje em dia? você falou que gostava de ler gibi gostava de ler revista... hoje em dia o que é que você costuma ler mais?

L-153: eu gosto de ler revistas ainda... porque eu gosto de atualidades notícias e também gosto muito de ler literatura e gramática

P: certo... e como é que você tem acesso a essas leituras? no caso sempre é em casa você já tem gramáticas né? mas e os livros de literatura?

L-153: em casa também

P: em casa já tem esses livros?

L-153: já tem

L-266 também é uma leitora que teve seu acesso ao livro ou a outros materiais de leitura bastante modificados em relação aos seus primeiros contatos com essa prática, pois atualmente possui muitos livros em casa, adquiridos principalmente por seu marido:

P: aí hoje em dia... vocês têm... falou/a senhora falou que no início era mais difícil mas hoje em dia vocês têm livros em casa né?

L-266: te:m

P: que tipo de livros vocês têm aqui?

L-266: tem muitos livros

P: tô vendo que tem vários espalhados, né?

L-266: é

P: pela casa toda

L-266: é

P: são todos de seu Geraldo⁷⁶ ou

⁷⁶ Nome fictício.

L-266: é são quase todos... meu tem uns pouco ali... tem Escrava Isa::ura... tem o Primo Basíl::io

P: acabou comprando?

L-266: acabei comprando... foi ele que comprou... ele foi a uma feira de livros... ele sabe que eu gosto aí ele trouxe [...] foi foi... ((risos)) ele teve até lá no Recife

P: por isso que a senhora já leu várias vezes?

L-266: já::

P: e eu tô vendo ali um dicioná::rio né?

L-266: é... tem VÁrios... tem cada dicionário... aquele mesmo é um né?

P: é:: é bem...

L-266: ó o tamanho dele

P: é... o Houaiss... é bem grandão ele... bem atualizado

L-266: é::

Como vimos no Capítulo 3, **L-266** é uma leitora de romances, pois privilegia esse gênero em seus empréstimos. Na sua fala, tomamos conhecimento de que as compras realizadas pelo seu marido, destinadas a ela, também pertencem a essa categoria: *O Primo Basílio* e *Escrava Isaura*. Além desses títulos, há muitos outros que pertencem ao seu cônjuge, entre eles, vários dicionários. Contudo, embora ela esteja cercada de livros (eles se espalham por toda a casa, em cima de estantes e mesinhas), a maior parte deles não é de propriedade dela e, como afirma em outro momento da entrevista, considera que essas não são leituras adequadas para si, pois são “difíceis”, diferenciando assim as suas leituras e as do marido: “tem uns livros aí meio difícil/ pra ele não ele estuda mais do que eu né? ele:: lê e acha interessante assim mas eu já num me interesse tanto sabe? o meu é um livro mais fácil”.

A concepção de que há uma leitura mais difícil, apropriada para o homem mas não para a mulher, está em sintonia com o que Lyons (1999, p. 173) afirma em relação à leitura na França de meados do século XIX: “Quando pessoas dos dois sexos estavam juntas numa mesma situação de leitura, a mulher ficava frequentemente em posição de tutelada com relação ao homem”. Assim, naquele período, a leitura do jornal era destinada aos homens, embora, mesmo dentro do jornal, houvesse os textos destinados à mulher (como os romances de folhetim) e textos destinados ao homem. Essa relação de “tutela”, para usar o termo de Lyons (1999), aparece nessa divisão realizada pela própria leitora **L-266** em outro trecho da entrevista, quando ela afirma:

L-266: [...] é... Geraldo um dia desse mesmo me deu um livro pra eu ler eu disse *ah Geraldo esse livro mesmo num é pra mim não é pra tu visse?* ... num deu pra mim/tinha coisa assim/ às vezes nesses livros mesmo tem coisa assim que eu... eu fico sem saber aí eu pergunto a ele... aí ele diz... né?... ele é sabido... ele ele é:: assim aquela cabecinha dele mas ele é muito sabido

A atitude do marido, que possui livros e oferece leituras para a sua esposa, também foi registrada nos depoimentos das memorialistas pesquisadas por Lacerda (2003, p. 210): “Embora tenha encontrado alguns depoimentos que sinalizam a incompatibilidade entre casamento e leitura, em outros foi muito marcante a prática dos maridos-leitores e a troca que eles estabeleceram com suas esposas-leitoras”. Segundo a autora, as práticas de leitura do marido, de certa forma, condicionaram certas leituras da esposa.

Em vários momentos de sua entrevista, **L-266** se refere às interações entre ela e seu marido, em torno do livro, objeto que lhe é dado ou emprestado pelo cônjuge em várias ocasiões. Por vezes, ele lhe compra de presente livros dos quais ela se agrada; em outros momentos, ele oferece livros que fazem parte de sua biblioteca particular. Nesse último caso, surge a dificuldade de compreensão acerca do que lê e que é apontada, portanto, como um dos critérios para a seleção das leituras de **L-266**, ou seja, algumas vezes os livros oferecidos pelo marido são considerados “difíceis”. Comparativamente ao marido, ela se coloca em uma condição de despreparo para enfrentar certas leituras, tendo que recorrer a ele algumas vezes, pois “ele é muito sabido”. Ela se permite em poucas ocasiões, portanto, encontrar-se com o desconhecido através da leitura, preferindo permanecer dentro do universo que já lhe é familiar – considerando os títulos citados anteriormente e os empréstimos realizados por ela, listados no Capítulo 3, podemos afirmar que esse universo é compreendido quase que exclusivamente pelos romances⁷⁷. Segundo a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2011), o fato de não compreender nada do que lê é apontada como a principal barreira para a leitura, por 8% dos entrevistados. No entanto, esse não é o caso de **L-266**, pois sua dificuldade não corresponde à totalidade do que lê, mas a apenas alguns trechos ou conteúdos. Como a maioria dos livros pertence ao marido e esses ela considera difíceis, ao se aventurar nessa leitura “difícil”, o livro se torna o assunto entre o casal, que discute o que foi lido, já que ela pergunta ao marido aquilo que fugiu de sua compreensão.

A BPMCG, nesse caso, representa a oportunidade de ampliar o acesso a essas leituras que, reconhecidamente, agradam **L-266** e também sua liberdade de escolha sobre *o que* ler – como veremos mais adiante, ao observarmos sua forma de explorar o acervo da instituição.

⁷⁷ As exceções são os empréstimos de dois livros de poemas, um livro de contos e três de não ficção, como exposto no Capítulo 3.

O leitor **L-149**, que tinha acesso à leitura principalmente através dos jornais e revistas que seu avô trazia do trabalho, manteve o gosto por essas leituras e atualmente divide suas compras entre revistas e livros:

L-149: é:: hoje em dia:: o meu acesso ao livro/ à leitura basicamente é:: é 50 a 50% eu priorizo tanto as leituras de periódicos quanto as de literatura... nacional e estrangeira... principalmente a partir da com::pra e do empréstimo em bibliotecas né? eu compro – ou comprava até bem pouco tempo atrás – bastante revistas em sebos né? e pouquíssimas em... bancas... mas sempre:: comprando livros/poucos... pouquíssimos livros comprados em sebos também e livrarias... mas basicamente revistas e jornais comprados/ livros tomados por empréstimo... e ainda a questão dos periódicos doados né? eu ganhei muitos é: revistas, jornais

As declarações do entrevistado revelam que sua forma de acesso à leitura oscila entre a compra e o empréstimo em bibliotecas. Mas o que se destaca nesse trecho citado é a diversidade de materiais e de lugares onde ele costuma adquiri-los: jornais, revistas e livros são adquiridos de diferentes formas, sendo mencionados os sebos, as bancas de revistas e as livrarias. Entre esses locais, o leitor sugere haver uma predominância dos sebos, em detrimento das bancas e livrarias; provavelmente, porque neles é possível ter acesso não apenas a publicações atuais, mas também àquelas que já se encontram fora do mercado e, principalmente, num valor mais acessível. Utilizando-se dessas diferentes opções, **L-149** demonstra familiaridade com as formas de circulação do livro e dos outros materiais de leitura – como jornais e revistas, que despertam seu interesse desde as primeiras páginas de sua história como leitor. Quanto ao seu critério de escolha em relação à compra de livros, ele afirma:

P: [...] Quando diz assim “vou comprar um livro” aí o que é que você escolhe?

L-149: pra comprar hoje/em questão de prioridade eu priorizo é:: livros teóricos da área de Letras, Filosofia e Teologia... questões mais de teoria mas pra comprar mesmo/quando eu vo/quando eu compro livros de ficção é: ou livros de reportagem... eu priorizo mais aqueles que eu já tive é:: um acesso por outros meios né? que eu já os li de alguma forma... não que eu vá lá e compre é: de imediato aquele livro que tá saindo ago:ra... eu já li de alguma forma eles... tanto na versão e-book como empréstimos ou: através de amigos... e são esses que eu priorizo quando vou comprar

Quanto ao tema, suas preferências contemplam os livros das áreas de Letras, Filosofia e Teologia, que se relacionam com sua formação acadêmica (pois ele concluiu Letras e está cursando Jornalismo e uma especialização em História). Além desses, também realiza compra de livros de ficção e do que ele chamou de “livros de

reportagem”. Mas há um critério que se sobrepõe ao tema das obras, pois ele diz: “eu priorizo mais aqueles que eu já tive é:: um acesso por outros meios né? que eu já os li de alguma forma”. Não é um comprador impulsivo, que compra “aquele livro que tá saindo agora”. É preciso, segundo ele, já ter conhecido, experimentado e apreciado o livro, para decidir se vale a pena adquiri-lo. Ele é um leitor que não compra para, só então, ler; ele lê para comprar.

Nesse seu método cuidadoso de seleção das obras a se transformarem em aquisição, **L-149** nos coloca diante de outras duas possibilidades de acesso à leitura (antes ele já havia mencionado as bibliotecas): o empréstimo através de amigos e os e-books, através dos quais pode escolher suas compras futuras. A leitura na tela, especialmente através da internet, foi citada por outros três leitores entrevistados e apenas os leitores **L-130** e **L-266** afirmaram que não tinham o hábito de ler no computador. Entre as práticas realizadas por esses leitores, a leitura através da internet não substitui a biblioteca, mas é uma alternativa às possibilidades oferecidas pela BPMCG, principalmente quando o acervo desta apresenta lacunas, do ponto de vista do leitor:

P: você falou no e-book... você costuma ler no computador?

L-149: ultimamente sim

P: e o que é que você lê quando você tá lendo no computador?

L-149: primordialmente são os livros... que... infelizmente as bibliotecas... Públicas as quais eu frequento não disponibilizam... ou seja livros recentes é:: de autores que estão fazendo muito sucesso que estão tendo uma vendagem muito grande/ infelizmente esses livros não chegam... às bibliotecas com... o imediatismo que deveriam chegar... e são esses que facilmente a gente encontra na internet, a gente faz o download e lê normalmente

Esse leitor nos coloca, portanto, diante de outra forma de recalque que as bibliotecas impõem ao desejo do leitor, segundo Barthes (2012, p. 35): “[...] qualquer que seja a sua dimensão, a Biblioteca é infinita, na medida em que ela sempre está (por mais bem concebida que seja) aquém ou além da demanda: a tendência é nunca estar lá o livro desejado [...]”. Nesse caso, o livro desejado não está disponível, pois é o último lançamento do mercado, que demora, segundo a opinião do leitor, a ser adquirido pelas bibliotecas públicas que ele frequenta, situação que o impele à busca na internet. Em certa medida, essa constatação do leitor torna real a *visão depreciativa* sobre as bibliotecas, comentada no Capítulo 1: um lugar de livros velhos e desatualizados. Se lembrarmos a afirmação da funcionária da BPMCG sobre a ausência de compras de

livros para atualizar o acervo, veremos que a opinião do leitor reflete de fato essa lacuna na manutenção da biblioteca, no que diz respeito à atualização do acervo. Assim, para **L-149**, a motivação para praticar a leitura na internet é principalmente a falta dos livros que busca no acervo das bibliotecas, entre elas, a biblioteca ora em estudo.

Outras motivações para essa leitura na tela (seja on-line ou após a realização de um *download* do arquivo referente ao material a ser lido) são apontadas por **L-195** e **L-133**. O primeiro deles menciona o interesse por uma variedade de textos, entre eles alguns específicos da área acadêmica e que possivelmente o leitor não encontraria na BPMCG: artigos científicos, monografias e teses. Além destas, ele cita ainda as notícias, os contos e os romances, como se pode observar no fragmento a seguir:

P: é... e aí... o que é que você gosta de ler hoje em dia?

L-195: olha é... livros de literatura mesmo... contos romances

P: e como é que você tem acesso a esses livros principalmente?

L-195: tudo/a maioria é pela internet

P: pela internet? você baixa pela internet?

L-195: isso é questão de de acesso e::: alguns amigos indicam leitura eu vou procurando ou até por busca mesmo [...] eu baixo poucos livros eu gosto de ler on-line

P: lê direto on-line?

L-195: é... pra dizer que não baixei agora eu baixei é:: os contos de de Machado de Assis... isso na na própria página dele [...]

P: e na internet? o que é que você lê mais? Fora os romances que você costuma ler on-line...

L-195: ah sim... notícias... hã::: notícias no geral... alguns artigos... científicos... monografias né? teses... mas coisas pequenas num é leitura contínua não... hã::: quê mais?... só... diria isso...

São bastante variadas as leituras citadas pelo leitor e algumas delas coincidentes com as que podem ser emprestadas pela BPMCG, tais como os livros de contos e romances. Em relação às demais leituras procuradas por ele na internet, a biblioteca poderia corresponder à ânsia de atualização desse leitor se mantivesse, entre outros recursos, a assinatura de periódicos (que, no entanto, estariam sempre aquém da rapidez com que os fatos são expostos na rede mundial) e o acesso à internet em bom funcionamento. Talvez assim esse leitor passasse a ver a biblioteca não apenas como lugar de livros, mas de acesso à informação e conhecimento das mais variadas formas. Essa era, aliás, a prática de **L-133**, **L-153** e **L-149**, que se utilizavam do acervo de livros e periódicos impressos, mas também acessavam a internet através dos computadores da instituição.

Mas tem algo que a internet permite e a BPMCG, que possui apenas acervo físico, não possibilita: a transferência de arquivos e, com ela, a posse das obras. Embora não

seja seu hábito preferido (pois gosta de ler *on-line*), “baixar” a obra de Machado de Assis é uma forma de **L-195** possuir esses livros sem necessitar comprá-los; ou seja, sem que haja custos para o leitor, ele pode saciar seu desejo de posse, ainda que essa posse seja de outra natureza uma vez que o suporte não é o mesmo. À prática desse leitor, podemos associar a afirmação de Chartier (1999b), realizada numa época em que a rede virtual ainda não tinha a força e o alcance que tem hoje. No final dos anos 1990, o autor afirmava que através do texto eletrônico “poder-se-á ler sem sair de casa, porque os textos virão ao leitor enquanto, até então, o leitor devia ir ao livro quando não o possuísse” (CHARTIER, 1999b, p. 144). Os recursos atuais permitem não apenas que se leia sem sair de casa, mas que se seja o “dono” do que se lê, sem que haja qualquer mediação, como no caso da compra (BARTHES, 2012).

A outra motivação para a leitura na internet é exposta por **L-133**: esse leitor revelou a adoção de uma prática específica quando realiza as leituras. Ele costuma elaborar uma compilação de trechos das obras lidas, os quais passam por releituras constantes; esse modo de ler exige que o conteúdo esteja disponível para consulta em outros momentos. Neste último caso, sem dúvida o serviço de empréstimo torna mais difícil tal prática, pois requereria novas visitas à biblioteca sempre que houvesse a necessidade ou o desejo da releitura. Embora esse serviço da biblioteca não seja descartado pelo leitor, a internet surge como uma alternativa viável ao seu modo de ler:

P: [...] você costuma ler na internet?

L-133: costume... e quando eu me... me a:: assim eu... eu admiro um livro um determinado tema eu sempre gosto de salvar aquele conteúdo... converto em PDF jogo pro word e lá eu salvo numa pastinha e quando eu quero... vou lá e:: [releio]

Antes de possuir serviço de internet em sua residência, ele tentava aliar seu modo de ler à forma de acesso à leitura possível naquele momento, ou seja, através dos empréstimos possibilitados pela BPMCG. Ele descreve assim sua prática de então:

L-133: [...] como eu não tinha internet... em domicílio eu recorria sempre à... à internet municipal... mas a parte de livros muitas vezes eu... renovava a locação... porque lá era dado o prazo de dez dias às vezes quando extrapolava os dez dias eu ia lá e... alongava mais um pouco... porque como eu já te falei eu gosto muito de fazer anotações em certos casos de leitura... que é pra poder assimilar melhor o trabalho... ter assim uma:: melhor noção do que tá lendo... você anotar e depois redigir e salvar aquilo lá.... salvar em arquivo

O leitor, então, associa uma forma mista de ler: ele usa uma prática antiga de apropriação dos textos, pois a cópia com objetivo de melhor assimilação do que foi lido se aproxima dos livros de *lugares-comuns*, muito frequentes na Renascença (DARNTON, 2010b), mas ao mesmo tempo esse modo de ler é atualizado pelas novas ferramentas que a leitura na tela oferece. Os *lugares-comuns* eram uma forma particular de assimilar a palavra impressa, pois os leitores

Sempre que encontravam uma passagem interessante, copiavam o trecho num caderno, sob um título apropriado, acrescentando observações sobre a vida cotidiana. [...] Dividiam os textos em fragmentos, que agrupavam em novos padrões ao transcrevê-los em seções diferentes de seus cadernos. Então reliam o que tinham copiado e recombinaavam os padrões à medida que adicionavam mais excertos. (DARNTON, 2010b, p. 164-165)

O novo suporte do texto na era digital facilita esse processo para aqueles que estão familiarizados com seus recursos, pois o leitor não precisa, por exemplo, anotar o que leu – basta recortar, copiar e colar em um novo arquivo, para compor, assim, sua versão da obra lida. É o que confirma essa afirmação de **L-133**:

P: e já se habituou a esse modo de ler na tela do computador? não se sente incomodado?

L-133: já... não porque justamente quando eu converto aí eu posso aumentar ou diminuir a fonte... tem vários recursos... várias... várias formas de utilizar a mesma ferramenta

P: uhum... e como é que você costuma ler? você gosta de fazer anotações? você gosta de:: destacar aquilo que você achou importante?

L-133: gosto de fazer anotações... inclusive deste trabalho⁷⁸ que eu te mostrei tem várias anotações... coisas que eu destaquei... então são textos que... despertaram minha curiosidade e:: eu procurei registrar

P: uhum... mesmo a leitura na internet você usa as ferramentas do:: dos programas pra fazer isso?

L-133: sim... copiar... recortar... colar...

P: então pra você não mudou em nada o supo/mudando o suporte continuou usando da mesma forma?

L-133: da mesma forma

Esse não é o único leitor, entre os entrevistados, a elaborar uma espécie de livros de *lugares-comuns* com as leituras que realiza. A prática de anotar ou selecionar trechos do que leu foi citada por quatro dos leitores entrevistados (a exceção fica por conta de **L-266**, que não copia nem costuma grifar partes do texto, e **L-195**, que prefere apenas grifar ou destacar trechos dos livros – sejam aqueles em formato digital ou os impressos). Vejamos o que diz **L-149** sobre esse seu modo de ler:

⁷⁸ Esse “trabalho” a que ele se refere é uma espécie de livro, em formato de arquivo do *Word*, no qual ele compilou trechos de diversas obras lidas, compondo, assim, a sua própria obra.

L-149: é... quando eu quando eu tô lendo eu coloco/quando no caso são livros emprestados eu coloco uma folha ao lado e:: coloco aquelas páginas que são interessantes pra mim... um exemplo... é:: Quincas Borba página:: X... aí quando eu termino a leitura eu tiro a Xerox daquela página e guardo... nessa época... dos livros emprestados né? hoje em dia:: com é:: alguns livros da internet eu/ é:: faço a cópia daquele trecho e deixo arquivado no computador... digital

P: e depois você volta a eles? [...]

L-149: é... basicamente como eu... guardei ou tenho/guardo até hoje alguns trechos eu sempre volto... em alguns/em algumas leituras quando elas fazem relação com... outras obras... por exemplo algumas questões de Machado de Assis... Graciliano Ramos... é:: Raquel de Queiroz por exemplo né? em comparação a Graciliano Ramos... como elas debatem de alguma forma a mesma questão... a questão da seca... eu pego as Xerox alguns trechos que eu guardei pra comparar de que forma é:: essa questão foi debatida nesses autores

Esse leitor também mantém o mesmo modo de ler descrito por **L-133** quanto às obras acessadas através da internet: a criação de um arquivo, onde trechos dessas leituras são copiados para leitura posterior, pois ele “sempre volta” a esses fragmentos. Para os livros impressos que foram tomados de empréstimo, ele se utiliza da cópia xerox, pois, durante a leitura, anota as páginas que achou interessantes e posteriormente as xerocopia. Seu objetivo com essa prática é o confronto das ideias apresentadas por autores que abordam os mesmos temas.

Mas de que forma realiza esses registros aquele leitor que não está familiarizado com os recursos do computador ou da xerocópia, e que também tem o hábito de anotar trechos que considerou, por alguma razão, importantes nas obras lidas? Entre os leitores entrevistados, **L-130** se utiliza da máquina de datilografar para fazer suas anotações; ele mantém um bloco de papel com trechos de obras que foram datilografados por ele e identificados pelas informações sobre o título, o autor e a página. Esse modo de ler apresenta características do método de leitura escolástico, muito comum na Idade Média europeia, o qual se valia de anotações de partes dos textos e de comentários feitos em cadernos de notas.

De acordo com Manguel (1999, p. 97). “O mérito desse tipo de leitura não estava em descobrir uma significação particular no texto, mas em ser capaz de recitar e comparar as interpretações de autoridades reconhecidas e, assim, tornar-se ‘um homem melhor’”. Esse modo de ler fazendo anotações surge, segundo o autor, com o desenvolvimento das escolas e das universidades e se opõe à prática anterior da memorização e da recitação oral, apresentando ainda a vantagem de facilitar o confronto entre os diferentes textos e seus respectivos comentários. O leitor **L-130** utiliza-se desse

método, que entende a leitura como prática indissociável da escrita, mas seu modo de ler não objetiva (ao menos explicitamente) a realização de comentários e cotejo entre os textos lidos:

L-130: isso todo dia aí eu faço uma revisão

P: ((enquanto analisa o material)) aí depois que o senhor anota o senhor volta a ler?

L-130: ah... quase todo dia eu tô tô recapitulando

P: hum:: e são de livros essas/livros que o senhor leu?

L-130: exatamente... tem até o nome aí

P: tem... tem... é ((lendo)) *pensamento retirado do livro Código da inteligência... autor Augusto Cury...* muito be::m... aí o senhor anota a página né? tô vendo

L-130: exato é... aí diariamente eu faço um/ eu leio um pouquinho do texto né? as frases que eu gosto

P: é o senhor mesmo que datilografa? [...]

L-130: ah eu

Esse leitor apresenta, ainda, outra particularidade relativa ao seu modo de ler, pois, além de trechos das obras, ele anota dados sobre sua própria prática: quanto tempo demorou para completar a leitura de cada obra, média diária de páginas lidas, além de informações completas sobre o livro lido⁷⁹. A leitora **L-266** também realiza esse registro de suas leituras num caderno, mas anotando apenas os dados da obra lida e a data; **L-130**, nesse sentido, apresenta mais detalhes sobre essas leituras:

P: ah você tem tudo organizado ((observando o pequeno bloco de folhas, onde se veem datilografados os dados de todos os livros lidos pelo leitor))

L-130: eu tenho sempre anotado... número de folha... tudo anotado

P: o tempo que demorou pra ler

L-130: o tempo que eu gasto... o tempo que eu gasto na leitura dos livros

P: que interessa::nte

L-130: esse livro aqui A Cabana... eu li em nove dias... o tempo de leitura setecentos e cinquenta minutos... a média diária ((risos)) tudo... só pra só pra fazer exercício com a ma/com a cabeça né? ((risos))

P: aí a média diária de leitu::Ra mais ou menos uma hora e vinte e três::s

L-130: por dia... [...] mas só pra só pra fazer exercício com a ma/com a cabeça sabe?

P: mas aí é bom porque fica registrado o que o senhor leu...

L-130: exato é

P: *Alma de poeta* ((lendo))... todos esses foram pegos na biblioteca?

L-130: todos

P: *O canto do muro* ((lendo))... veja... em dois mil/por exemplo/o senhor tem aqui o seu próprio registro de empréstimos da biblioteca

L-130: ((gargalhada))

P: ((risos)) o seu particular porque

L-130: [...] eu me dedico mais ou menos de dez horas a meio dia lendo

⁷⁹ Semelhantemente às práticas de Raymond Queneau, antes de se tornar leitor da Biblioteca Nacional Francesa, descritas por Goulemot (2011, p. 139): “Queneau anota muito cedo sua frequência diária da biblioteca municipal, chegando às vezes a indicar suas horas de chegada, o tempo passado e o detalhe de suas leituras.”

P: [...] o senhor relê? volta a ler aquele livro que o senhor gostou ou não?

L-130: normalmente não sabe? agora eu gosto muito de/como eu te mostrei ali eu gosto muito de anotar essas/esses pensamentos úteis... e aí eu gosto de anotar pra todo dia ficar lendo

Esse leitor tem um método definido sobre como ler, que orienta, inclusive, a duração dessa leitura e o momento do dia (sempre pela manhã) em que ela deve acontecer. As anotações, para ele, complementam a função que ele atribui à leitura de forma geral e que foi a causa para que ele buscasse a biblioteca: a necessidade de “exercitar a mente”, reforçada pela repetição dessa informação em sua fala. Ele reproduz na sua forma de ler o estilo de vida de outra atividade, anterior ao hábito de ler: a prática de esportes. De certa maneira, guardadas as peculiaridades de cada atividade, ele as trata como passíveis de serem submetidas à mesma estratégia: lidando com metas, com tarefas baseadas na repetição, no treinamento e na distribuição disso em um tempo preciso de execução. O leitor, então, não deixa de trazer um pouco do atleta para as suas práticas.

Os recursos para fazer as anotações variam, mas a prática, em sua essência, se assemelha. Como demonstravam os livros de lugares-comuns, na época da Renascença, “[...] ler e escrever eram atividades inseparáveis. Pertenciam a um esforço contínuo de compreender as coisas, pois o mundo era cheio de sinais: era possível navegar por ele utilizando a leitura, e, ao manter um registro do que lia, você criava o seu próprio livro, um livro com a marca da sua personalidade” (DARNTON, 2010b, p. 165). Pelo que indicam as práticas dos leitores da BPMCG, essa não é uma forma de ler tão antiga como possa parecer, uma vez que ainda está presente. Atualizaram-se as ferramentas e com elas as possibilidades de intervenção no texto copiado (CHARTIER, 1999a), mas a tentativa de tornar o texto lido mais próximo de si, mais familiar, e mesmo de garantir que ele seja bem assimilado, permanece.

Então, pelo que pudemos observar a partir dos dados até o momento, as formas de acesso à leitura disponíveis, atualmente, para esses leitores da BPMCG são as mais variadas: compra (em diversos locais), presentes, empréstimos por amigos, consulta a acervos de outras instituições, internet, entre outras. Apesar dessa atual disponibilidade de materiais para ler, é interessante observar que a BPMCG segue exercendo um papel relevante para os leitores, de maneira que essas formas de acesso se mostram complementares na história de leitura dos entrevistados e cada uma delas parece atender a interesses específicos.

4.3.2. Velhas e novas leituras: as escolhas sobre *o que* ler e sua relação com a Biblioteca

Ao longo de todo esse capítulo, a partir dos trechos das entrevistas citados, tivemos conhecimento, direta ou indiretamente, sobre *o que* e *como* os leitores da BPMCG leem. A respeito do *como*, pudemos observar a descrição dos seus lugares de leitura, dos seus gestos e da forma com que se apropriam dos textos. Em relação a *o que* liam, foi possível verificar que algumas das leituras permaneceram as mesmas ao longo da vida desses leitores e outras foram acrescentadas, de acordo com seu momento de vida pessoal ou atuação profissional. Para citar exemplos, os leitores que inicialmente estavam habituados à leitura de jornais e revistas, continuaram lendo esse tipo de material, contudo, acrescentaram outros, como os livros e os e-books. Nos trechos de fala desses leitores, tivemos também algumas pistas sobre que critérios utilizam para escolher suas leituras: relação com sua área de formação, indicação de amigos, entre outros. Observaremos agora de que forma eles escolhem suas leituras no acervo da BPMCG, pois isso revela mais diretamente o uso que eles fazem desse espaço de leitura e permite que possamos estabelecer relações com os empréstimos analisados no Capítulo 3.

Ao serem perguntados sobre de que forma escolhiam suas leituras ao chegarem à biblioteca, todos os leitores mencionaram, em princípio, que o faziam aleatoriamente, circulando entre as estantes. Essa prática é favorecida pelo fato de que a BPMCG permite o acesso direto aos livros (conforme comentado no Capítulo 2), possibilitando que o leitor descubra obras que desconhecia antes desse contato com o acervo. No decorrer da entrevista, contudo, algumas declarações dos leitores revelaram que essa busca pelos livros atendia, na verdade, a alguns critérios bem particulares para cada um deles. Para **L-153**, por exemplo, essa escolha era realizada considerando aquela que “chamava mais a atenção” ou por indicação anterior, relacionada ao âmbito escolar:

L-153: era::: a que me chamava mais a atenção e também eram obras indicadas já... que era... por exemplo pra estudar pra o vestibular... a obra literária... aí me chamava mais a atenção

P: aí você levava emprestado?

L-153: sim

L-195 responde a essa questão da seguinte forma:

P: e como é que você/quando você chega à biblioteca como é que você:: escolhe suas leituras? por exemplo você já vai com uma indicação ou você vai:: circula pelas estantes

L-195: é aleatória completamente

P: é aleatória?

L-195: escolha aleatória

P: e o que é que te faz escolher um livro?

L-195: hã:::

P: quando você chega lá e você vai passeando pelas estantes

[
L-195: acho que nome de autor... eu me baseio muito por questão de autor... é... se é um autor desconhecido/isso é até um preconceito que eu tenho... se é um autor... desconhecido eu não/nem olho

P: uhum

L-195: isso é uma bobagem né? porque tem gente que escreve:: tem tem grandes obras aí que ainda faltam ser descobertas né? mas um do::s critérios é nome de autor

Embora afirme que a escolha se dá de maneira aleatória, para este leitor o critério mais importante é o nome do autor, ou seja, ele escolhe obras de autores cuja qualidade já tenha sido referendada de alguma forma (pela crítica literária, pela escola ou por outras instâncias), fazendo com que sejam reconhecidos como *grandes autores que valem a pena ser lidos*. Os desconhecidos sequer merecem sua atenção. Seu olhar, portanto, está orientado para a busca de autores que pertencem a um cânone composto por autores nacionais (aqueles indicados como clássicos pela escola) e autores estrangeiros:

P: e quais são esses nomes que você procura? Fora Machado de Assis que eu já vi que::

[
L-195: VOU/eu vou me lemb/me lembrar dos livros que que eu li... Tolstoi... Kafka né? Franz Kafka... hã::: Voltaire... hã::: quem mais? Voltaire.... Shakespeare né? também cheguei a ler alguma coisa de Shakespeare... hã:: outro outro autor que/mas também um livro que me:: me despertou muito/chamou bastante atenção é de::: ai se eu lembrar o nome dele... é um francês... num é Victor Hugo não... eu cheguei a ler acho que Victor Hugo que é Volta ao Mundo em 80 Dias... eu confundo...

P: hum... Julio Verne né? [...]

L-195: bom esses foram os autores e quê mais? AH... José de Alencar... José de Alencar::r... li também Álvares de Azevedo... hã::: Álvares de Azevedo...

P: e os critérios sempre eram os autores?

[
L-195: SIM... nomes de autores... nomes famosos... ficavam na mente... exatamente.... os mais conhecidos

Seu critério, portanto, é a notoriedade dos autores: aqueles “nomes famosos”, que, por serem “mais conhecidos”, “ficavam na mente”. O leitor, assim, exerce sua relativa

“liberdade” diante do acervo, seguindo padrões pré-estabelecidos a respeito do que é leitura válida, leitura que merece ser feita.

Outro leitor, que se refere a essa relação entre a escolha dos livros na biblioteca e certa tradição que define quais autores são mais representativos, é **L-149**. Ao comentar seus empréstimos na biblioteca e explicar porque optou por aquelas leituras em detrimento de outras, ele diz:

L-149: é é... a a literatura nacional é o que me interessa... mas considerando aqui:: essas obras é:: algumas partiram de indicação de colegas... é:: que já tinham uma grande vivência na literatura e... me indicaram a pegar tais obras porque fa/faziam parte do:: crescimento literário necessário... não sei se você tá me entendendo... pra crescer em relação à leitura você tinha que ter... é:: a leitura de determinados autores

Há, portanto, a ideia de que certas leituras, de determinados autores, são mais importantes que outras, pois “para crescer em relação à leitura” seria necessário ler esses autores. Embora o leitor tenha realizado seus empréstimos a partir da indicação de amigos, essas indicações eram permeadas por essa noção de que há leituras mais importantes, mais “válidas”, que outras. Essas afirmações nos colocam diante do primeiro recalque da leitura, formulado por Barthes (2012). Segundo ele, esse recalque

[...] resulta de todas as injunções sociais ou interiorizadas por mil processos de substituição, que fazem da leitura um *dever* em que o próprio ato de ler, ou melhor, se assim se pode dizer, o ato de *ter lido*, a marca quase ritual de uma iniciação. [...] falo das leituras “livres”, que, no entanto, é necessário ter feito: *é preciso ter lido*. (BARTHES, 2012, p. 34, grifos do autor)

Nessa perspectiva adotada pelo leitor e pelos seus amigos, há autores que *precisam ser lidos*, para alcançar certo *status* de leitor. A imposição desse dogma de que é preciso ler certos autores pode ser determinante na forma como os leitores lidam com a leitura e com a biblioteca. Outro leitor, **L-195** – estudante de Direito, e por isso mesmo orientado por outro tipo de cânon que determinava o que era preciso ler na sua área de formação –, afirma que se sentia “com peso na consciência” ao ler obras de literatura. Para minimizar os efeitos dessa sensação, por vezes ele tentava aliar os dois tipos de leitura, lendo obras literárias que de alguma forma tivessem um aspecto em comum com o universo do Direito. O tempo gasto com outras leituras diferentes daquelas impostas era, portanto, um tempo “roubado” das leituras ditas “úteis”.

L-195: [...] eu tentava fazer um:::/uma mistura que no início:: até que tava dando certo mas depois né? ((risos))

P: ((risos)) Por quê? depois não deu mais certo não?

L-195: é porque eu tentava/eu ficava com um peso na consciência... em vez/ao invés de eu tá lendo livros da minha área né? da minha are/do meu curso né? coisa mais responsável... eu ficava lendo literatura pra relaxar... aí eu tentava fazer essa compensação... mas

P: você sentia como se fosse um desperdício de tempo?

L-195: é... exato

P: mas não conseguia deixar de ler literatura?

L-195: não...

Os leitores **L-130** e **L-133**, após declararem que escolhiam suas leituras aleatoriamente, revelaram, de maneira indireta, também possuir critérios mais definidos nessa escolha. O primeiro diz ter preferência por biografias; o segundo interessava-se pela seção de psicologia e também buscava os livros por autores:

P: e quando você ia pegar livros aí você ficava mais tempo? você dava uma lidazinha no livro LÁ?... pra poder escolher?

L-133: não eu procurava um livro por seções... seções a exemplo da psicologia... da parte de religiões de ciências ocultas

P: e você já ia co::m um livro certo pra pegar ou você ia passeando pelas esta::ntes e acabava escolhendo aleatoriamente?

L-133: eu passeava pelas estantes... e lá mesmo teve casos de um livro eu locar duas três vezes... pra rever pra::: passar por aqueles parágrafos todos... compreender mais um pouco

P: e alguma/algum livro por indicaçã::o de algum ami::go de alguém ou não?

L-133: não... era mais por impulso mesmo

P: por impulso? você ia/então você acha importante essa/esse acesso do leitor a/às estantes? pra que ele possa escolher?

L-133: acho... porque::: a busca de cada um tem a ver com cada um... muitas vezes o que:: o remédio que serve pra mim num serve pra você... o que às vezes nossa ((incompreensível)) pode ser a mesma mas o efeito pode ser inverso

Prevalecia, então, naquele momento a escolha desse leitor com base na preferência por uma seção – a de Psicologia – em cujas prateleiras ele selecionava “por impulso” a obra a ser lida. Ele é bastante enfático ao afirmar que não contava com a indicação de amigos, pois considera a leitura, e a decisão sobre *o que* ler, bastante pessoal e por isso deve estar necessariamente relacionada à história de cada indivíduo. O leitor faz, inclusive, uma comparação entre a leitura e um remédio, que deve ser cuidadosamente escolhido para ter o efeito desejado. Essa metáfora não é, de forma alguma, aleatória e está em concordância com o modo como esse leitor alia suas leituras à sua vida prática. Ele, que se denomina um autodidata, afirma gostar de leituras que tenham uma relação “com o nosso dia a dia... com o cotidiano... coisas que já passou pelo estudo de grandes homens da antiguidade”; essas obras de estudiosos como Carl

Jung e Sigmund Freud são citadas por ele como referência para a construção de reflexões que orientam o agir no mundo. Outro estudo citado por ele nesse sentido é o de Johann Heinrich Pestalozzi: “Pestalozzi trabalhava muito com::: seus alunos em termos de experiência... aprender fazer fazendo a coisa... dos quais/dentre os quais Alan Kardec foi um dos seus alunos... e eu creio que foi isso aí que deu um impulso a/alavancou a Alan Kardec a buscar algo mais... que estava fora do::: [...] que ele via”.

Essa relação, portanto, entre o conhecimento e a possibilidade de colocá-lo em prática, bem como a importância dada às reflexões elaboradas por grandes pensadores que têm essa relação como princípio de seus trabalhos, é o que faz com que esse leitor procure/selecione suas leituras. É preciso que se leia, para se aprender a como conduzir a vida; é preciso também que se coloque em prática o que se leu, pois o conhecimento só é completamente assimilado com a experiência e só se completa com ela:

P: uhum... e de que forma você lida com essas leituras? por exemplo você lê... e tenta de alguma forma trazer esses ensinamentos que você aprende lá nas leituras pro seu dia a dia?... ou não é uma coisa que você lê pra você conhece::r e... não tem relação com o seu dia a dia?

L-133: é na verdade a gente peca um pouco porque:: como já dizia o autor... o saber sem essa é::... a experiência sem:: não *o saber sem a experiência não é verdadeiramente saber* né? tem que ter a prática pra que a coisa seja evidenciada... mas muitas coisas eu busco mais assim pra fazer associações... comparações [...] pra estudar

Essa descrição do seu modo de ler e de lidar com a leitura o aproxima do leitor de Jean-Jacques Rousseau, descrito por Darnton (1996, p. 162-163): “[...] o essencial para Ranson era desfrutar dos textos, integrá-los em seu foro interior e tirar daí as linhas de conduta para orientar sua vida. [...] A leitura não participa mais da literatura, mas da vida, sobretudo a familiar”. Não há como saber ao certo de que maneira **L-133** alia a sua vida prática às leituras que faz, mas essa relação entre leitura e vida prática é uma concepção muito presente em toda a sua entrevista.

A partir do caso particular do leitor rousseauista Jean Ranson, Darnton (1996, p. 166) defende que foi criada uma nova relação entre leitor e leitura, que “[...] consistia em ‘digerir bem’ os livros de tal maneira que entrassem profundamente no tecido da vida cotidiana. Lia-se para viver”. Contudo, para este autor, essa atitude frente ao livro “não é mais concebível”, pois “pertence a um mundo que perdemos”. De fato, não podemos dizer que a forma de leitura realizada por **L-133** seja idêntica à de Jean Ranson – em parte pelo fato de que o mundo hoje é bem diferente do mundo do Antigo Regime francês –, mas não podemos negar a existência de pontos de contato relevantes.

O autodidatismo declarado de **L-133**, e as práticas decorrentes dessa posição na qual ele se coloca, também revela semelhança com os modos de ler dos autodidatas ingleses do século XIX, cuja história é recuperada por Lyons (1999). Segundo este autor, esse grupo de leitores se impunha uma “severa disciplina em matéria de leitura” (p. 193) e utilizavam-na como “instrumento necessário para a educação de si mesmo” (p. 194). Tendo em vista esse objetivo, sua forma de se apropriar da leitura obedecia a práticas metódicas de repetição, anotação e leitura em voz alta, a fim de que o texto lido e recitado pudesse ser gravado na memória. Em vários momentos da entrevista, esse leitor recita “de memória” trechos de obras lidas e as coloca em diálogo, confrontando as ideias de diferentes pensadores, a partir dos quais seu ponto de vista pessoal é formulado. Um exemplo desse mosaico de citações de autores em sua fala pode ser visto no trecho a seguir, no qual obras diferentes são retomadas pelo leitor a fim de formular sua opinião e justificar os motivos que levaram um livro a ser considerado marcante em sua vida:

P: eu vejo que você lê bastante não é? e:: eu queria pergunta::r se teve algum livro... que você leu.. ou pode ser alguma outra obra também como você lê quadri::nhos como você lê revis::tas... algo que você tenha lido que mudo::u a sua forma de agir a sua forma de pensar... você diga assim a partir de hoje... eu vou agir diferente por causa disso que eu li

L-133: acho que não tá aqui o livro mas o Eckhart Tolle... ele é um alemão que ele:: lançou/publicou um livro chamado *O poder do agora*... posteriormente o livro *O poder do silêncio* só que eu tive o o acesso... eu sempre gosto de citar como referência esse livro que eu li *O poder do agora*

P: uhum... foi marcante pra você?

L-133: foi

P: e você poderia dizer por quê::? [...]

L-133: porque no meu ponto de vista na minha forma de compreender... é a única certeza que nós temos... o ontem tá na história gravado na memória... e o amanhã... é utopia... este jamais nunca vem... aqui e agora... este dia... é o que na vida contém... e ULTIMAmente tá sendo muito:: importante na minha história de vida... só que ele jamais se repetirá... como já diz o ((incompreensível)) nada do que foi será... então esse livro *O poder do agora* foi/me marcou muito porque:: a vida ela é sempre vai estar presente... e foi a parte que mais::: me impressionou nesse livro foi a presença do do... do momento... aquilo que se está vivendo

Outra semelhança entre **L-133** e os autodidatas é o fato de esse leitor também utilizar a prática de fazer anotações de suas leituras. De acordo com Lyons (1999, p. 196), para os autodidatas britânicos, por exemplo, “o caderno de anotações era outro método pessoal de apropriar-se da cultura literária e manter um diálogo pessoal com os textos. [...] era não apenas um auxílio na memorização; também servia para conduzir um debate pessoal com o texto, para assimilá-lo e para refutá-lo”. Uma vez que, nas

palavras do próprio **L-133**, o texto é lido com o objetivo de “fazer associações... comparações”, as anotações auxiliam essa construção de si a partir do que se lê.

Ao contrário de **L-133**, a leitora **L-266** não teve, inicialmente, uma postura tão autônoma na sua busca de livros na BPMCG, precisando da ajuda das funcionárias para escolher os livros, o que ela justifica: “porque tem muito”. Vejamos:

P: e quando a senhora chega lá... a senhora... já vai com o livro certo de pegar?

L-266: [já... vou com um livro pra entrega::r...

P: sim

L-266: e vou pra pegar... aí eu fico lá no coisa lá olhando né?

P: então a senhora passeia pelas esta::ntes até decidir qual

[
L-266: é... passeio pelas estantes até decidir qual é o que quero... porque tem muito a gente fica meio... né? Às vezes elas ia comigo... pra me ajudar assim a procurar né? um livro que eu que eu queria assim aí... elas ia... mas depois num foram mais não... *vá pode ir procurar seu livro* ((risos))... aí eu ia... e ficava procurando assim na prateleira ia pra o::utra

P: e o que é que chama mais a atenção da senhora pra senhora escolher um livro? a senhora vai procura::ndo aí diz *ah esse aqui eu gostei*... o que é que:: chama a atenção pra senhora escolher?

L-266: é... é... fico olhando os nomes né?

Depois, quando a leitora já estava mais familiarizada com o acervo, a própria funcionária sugeriu que ela fosse sozinha buscar as obras. Quando se vê nessa situação, ela afirma que escolhe o livro com base no título; depois dessa primeira seleção a partir do título “que chama a atenção” e que já oferece algumas pistas sobre o conteúdo (se vai interessar a ela ou não):

P: hum.... e pra escolher... o que é que um livro tem que ter pra conquistar a senhora? pra dizer assim *ah esse aqui eu vou levar pra casa*

L-266: pelo nome mais ou menos a gente sabe né?

P: já sabe

L-266: né? aí eu dou uma olhada também né? folheio ele assim... aí eu... vejo que dá pra mim

P: a senhora já lê um pouquinho

L-266: um pouquinho é é

P: pra decidir?

L-266: pra decidir... é

A leitora também folheia a obra e lê algumas partes para se certificar de que suas expectativas de leitura, suscitadas a partir do título, vão se confirmar e comprovar que o livro “dá” para ela. Algumas poucas vezes nas quais essa leitora foi até a BPMCG em busca de um título específico, a indicação tinha surgido através da televisão,

especialmente das novelas. Foi o que aconteceu com o livro *A cabana de Pai Tomás*, que ela afirma ter buscado porque viu a referência à obra nas novelas televisivas.

Como afirmamos, predomina nas respostas dos leitores a alegação de que escolhem aleatoriamente as obras a serem lidas, após circularem observando o acervo disponível nas estantes. Contudo, ao seguirem descrevendo suas práticas, como vimos, outros critérios podem ser percebidos, como a escolha por autor, por indicação de terceiros ou por seção. Ao serem confrontados com a sua lista de obras lidas⁸⁰, elaborada a partir dos cadernos de empréstimos da biblioteca, outros critérios também podem ser percebidos. A seguir, recuperamos alguns trechos de suas falas enquanto analisavam sua própria lista de empréstimos, pois os comentários realizados pelos leitores revelam outros critérios de escolha e também um pouco da história dessas leituras e das motivações que os levaram até elas.

L-130, por exemplo, que disse anteriormente não ter o hábito de ler romances, se viu obrigado a reconhecer esse gênero entre suas leituras, ao analisar sua lista:

P:[...] aí eu queria que o senhor desse uma olhadinha... e me dissesse o que o senhor lembra dessas leituras/como foi que o senhor chegou até elas... se alguém indicou

L-130: não indicação não... sabe? [...] indicação não... eu ((incompreensível)) intuição assim de... pegar um livro que me chamava a atenção [...]

P: nessa época o senhor estava mais para os romances, né?

L-130: é... eu vou dizer uma coisa a você... eu gosto muito muito do... também dos livros históricos né? ((volta a ler a lista))... é mas a escolha mesmo foi... foi baseada sempre procurando livros históricos

P: sim... que contem um pouco da história ((incompreensível)) é isso? da história da paí::s

L-130: é exato é... por aí

Esse leitor, que havia colocado o gênero biografia como sua leitura preferencial na BPMCG, reconhece os romances como uma leitura bastante presente naquele período de empréstimos recoberto pela pesquisa, mas atribui a escolha desses livros à temática histórica e não ao gênero.

Paralelamente à escolha a partir dos autores consagrados, **L-149** revela que outros critérios foram adotados ao realizar os empréstimos registrados na biblioteca:

L-149: foram as que me foram escadas né? por exemplo... é:: João Ubaldo Ribeiro... é:: Gabriel Garcia Marques... é:: Carlos Drummond de Andrade... essas foram as escadas pra:: eu crescer literariamente falando... em relação a essas de... de literatura nacional foi a partir de leituras previamente

⁸⁰ A mesma lista exposta e analisada no Capítulo 3.

realizadas... por exemplo... é:: Dalton Trevisan... eu já tinha lido algumas coisas e como lá tinha disponível eu aprofundi a leitura em determinados autores... já outros aqui... por exemplo... que se dão em 2011 como eu vejo aqui... Gian Francesco Guarnieri é:: Milton Hatoum... deixa eu ver mais... é:: Nelson Rodrigues... desses que eu citei agora foram indicações do professor de universidade... eu não tinha lido antes... e a partir das discussões em sala do/dos conteúdos que eram ministrados eram indicadas pra pra leitura nossa em casa [...] lá na universidade eu fiz a a monografia é:: na obra *A Bagaceira* de José Américo de Almeida que eu não tinha essa obra na época e não tenho ainda hoje e ela tem na biblioteca pública municipal e foi a partir de lá que eu consegui... a obra... e ainda em relação a essa:: essa *A Bagaceira* lá também encontrei outros livros... é:: fortuna crítica né? em relação a essa obra

Ao citar João Ubaldo Ribeiro, Gabriel Garcia Marquez e Carlos Drummond de Andrade como “escadas”, o leitor reforça a concepção apresentada anteriormente de que a leitura de certos autores representaria uma forma de “crescer literariamente” e as obras desses escritores seriam as ferramentas utilizadas para isso. Essa perspectiva defendida pelo leitor se relaciona também com o discurso de que a leitura é uma ferramenta para a ascensão social.

Esse discurso encontra-se tão enraizado no imaginário dos brasileiros que a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2011) revela dados que seriam aparentemente contraditórios, não fosse a força evidente desse modo de representar a leitura: segundo dados da pesquisa, 64% dos entrevistados declararam concordar *totalmente* com a afirmação de que “ler bastante pode fazer uma pessoa ‘vencer na vida’ e melhorar a sua situação socioeconômica”, apesar de 60% desses mesmos entrevistados declararem que não conheciam *ninguém* que “venceu na vida” por ler bastante. A força do discurso de poder que a leitura representa é tamanha que os entrevistados, guiados por essa ideia difundida e reforçada por séculos, seguem acreditando nele, embora a prática que os rodeia apresente indícios contrários.

É possível perceber outras influências também nas escolhas de **L-149**, a respeito de que livros tomar de empréstimo na BPMCG. Segundo, ele, alguns desses empréstimos foram motivados por outras leituras, que despertaram o desejo de conhecer mais produções de alguns autores nacionais, a exemplo de Dalton Trevisan.

Ele também foi influenciado por sua condição de universitário, em duas situações: através da indicação de um professor da universidade e da necessidade de elaborar a monografia de conclusão de curso. Neste último caso, se observarmos a lista de empréstimos desse leitor, veremos que ele retirou quatro vezes, no segundo semestre de 2009, a obra *A Bagaceira*, objeto de seu estudo. Portanto, a releitura identificada no Capítulo 3, fica assim justificada.

As motivações da leitora **L-153**, cuja fala citaremos a seguir, não ficaram muito claras, pois, em geral, ela apresenta declarações vagas, relacionadas ao fato de que os empréstimos ocorreram porque as obras “chamaram a atenção” e por terem despertado o interesse devido ao tema. Vejamos:

L-153: Macunaíma foi um livro que me chamou a atenção porque:: contava a história da identidade brasileira do índio do branco... o mestiço... foi um livro que me chamou bastante a atenção... e Memórias Póstumas de Brás Cubas era um livro que eu sempre tinha curiosidade em saber a história... porque era um morto contando a sua história de vida né? relembro os tempos... hoje eu tenho esse livro em casa

P: o Memórias Póstumas?

L-153: sim

P: dessa lista você tem mais algum?

L-153: A Dama das Camélias que eu também era... por curiosidade mesmo... que eu quis ler

P: algum desses foi por indicação? de alguém?

L-153: Macunaíma foi... pelo meu irmão que ele já estudava Letras-português... e também caiu até no vestibular um tempo desse

Apenas uma das obras, Macunaíma, foi lida por indicação do seu irmão e por ter sido adotada por um dos vestibulares das instituições de ensino superior locais. As duas obras lidas “por curiosidade” são aquelas que, atualmente, a leitora possui em casa: *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, e *Dama das Camélias*, de Alexandre Dumas.

Vejamos o que diz **L-195** sobre seus empréstimos:

L-195: ah Nelson Rodrigues... ((comentando um item da lista de empréstimos))... Crime e Castigo... Clarice Lispector... eu posso ir pela ordem aqui... TV... TV Cultura... eu assistia muito e o pessoal falava muito nela... então... acho que o que me fez despertar buscar essa autora foi justamente pela televisão... através da televisão

P: uhum...

L-195: há:: Crime e Castigo... interessante... aí não foi nem pelo autor... Dostoiévski... embora ele seja bastante famoso... mas foi... porque... tem um pouco

P: da área jurídica

L-195: se volta exatamente... tem essa relação... eu não cheguei a ler:: por inteiro... esse livro... mas é bom... gostei desse livro do pouco que li... Nelson Rodrigues... também pela televisão... eu lembro d/uma/teve uma época – não é do meu tempo não... num é querendo me fazer de jovem não... ((risos)) eu tenho vinte e sete anos e não tenho problema com isso não –

P: ((risos))

L-195: MAS eu lembro d/uma época na televisão que tava/passava A Vida Como Ela É que inclusive acho que o Fantástico vai voltar a apresentar... VOLTOU só que não acompanho... e tinha tinha uma cena que me desesperou/ficou na minha mente... ficou marcado... acho que é um cara com livros se joga... se suicida... tem muito disso na obra dele

P: aí você

L-195: e foi mais pela televisão também... eu tinha::: muito acesso também à informação através da televisão... Lima Barreto:: tinha o filme... ou eu tô confundindo? não é... é isso mesmo... isso... e esse também foi por indicação de um amigo meu... Juramento de Hipócrates também voltado pra área jurídica... eu tentava fazer um:::/uma mistura que no início:: até que tava dando certo mas depois né? ((risos))

Ao comentar seus empréstimos feitos no período analisado, **L-195** revela ter sofrido influência da televisão e do cinema na seleção de suas leituras. A recorrência com que determinado canal de TV mencionava as obras de Clarice Lispector, por exemplo, despertou o interesse do leitor e o fez buscar essa autora na BPMCG. Nelson Rodrigues também passa a figurar na sua lista de empréstimos, a partir da adaptação televisiva de uma de suas obras para um programa dominical. Outro leitor que menciona a influência da televisão em suas leituras é **L-133**, que assiste às transmissões de programas voltados para a temática da Filosofia, exibidos pela TV Cultura, e assim toma conhecimento de obras relacionadas ao tema.

O cinema também foi apontado pelo leitor **L-195** como o responsável por sua busca pela leitura de uma obra específica: *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, que foi adaptada para o formato cinematográfico em 1998, tendo recebido o título de *Policarpo Quaresma, o herói do Brasil*. Por fim, houve ainda a confirmação de outro critério citado em trecho anteriormente analisado: a leitura de obras literárias que mantivessem alguma relação com a área jurídica, área de formação do leitor. Essa tentativa de unir os dois interesses o leva a ler *Crime e Castigo*, de Dostoiévsky, que, no entanto, ele não leu por inteiro.

Esses leitores demonstram, portanto, que suas outras práticas e o contato com outros objetos culturais, longe de afastá-los da leitura, apenas os aproximam dela e guiam suas escolhas dentro desse universo.

L-266 não oferece muitas pistas sobre seus critérios de seleção das obras emprestadas através da BPMCG. Mas, caminhando entre as estantes do acervo dessa instituição, leu Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade e Érico Veríssimo, entre outros:

P: todos esses au/esses livros... a senhora escolheu... procurando na prateleira?

L-266: na prateleira

P: ou alguém que indicou?

L-266: nã::o... procurando na prateleira... Machado de Assis ((voltando para a lista))... é [...] Mundo dos Coronéis... li tudinho esses livros... e eu gostava visse? falando do sertão

P: e teve algum aí que a senhora começou e não gostou aí depois deixou pra lá:?

L-266: [...] dos que tem aqui eu li tudinho... li do começo até o fim...o que eu não gostava eu levava e trocava por outro mas num lia quase nada

P: uhum.... já trocava logo?

L-266: já trocava logo era...

Para além dessa afirmação, sabemos que essas escolhas da leitora obedecem a critérios aleatórios, mas nem tanto, já que ela parece ter muito claro que leituras são mais adequadas para si e qual gênero ela prefere – o romance. Outro fator sugerido na sua fala é o tema, pois lhe agradam obras que falam sobre o sertão.

É interessante observar que, apesar de se colocar sempre como uma leitora inexperiente – que não lê os livros do marido porque os acha difíceis ou que tem dificuldade em alguns temas – ela demonstra estar muito segura quanto às suas escolhas e também ao seu direito de *não ler* (PENNAC, 1994). Nesse sentido, ela é mais autônoma que os leitores presos nas teias do *é preciso ter lido* certos autores e obras consagrados (BARTHESES, 2012). Ela se permite simplesmente voltar à biblioteca e trocar de livro, caso não goste. Já os livros com os quais ela se identifica, ela lê “tudinho [...] do começo ao fim”.

Em uma das afirmações iniciais desse trabalho, discutimos que as representações que os leitores têm, da leitura e da biblioteca, podem interferir no modo como eles utilizam essas instituições, pois as representações sugerem práticas, modos de agir. As questões discutidas até aqui, relacionadas aos usos que os entrevistados fazem da BPMCG, revelaram que esses leitores têm sua própria percepção sobre o que é a leitura, o que é ser leitor e sobre a biblioteca – o que ela significa na sua história de leitura particular. Contudo, apesar de ser possível identificar essa compreensão de cada um no decorrer de suas falas, inserimos quatro perguntas, explicitamente relacionadas a esse aspecto: a primeira delas era se eles consideravam a si mesmo como leitores; a segunda diz respeito à primeira impressão que a BPMCG lhes causou; a terceira se voltava para o modo como eles avaliavam a frequência dos campinenses, observada na biblioteca; e a quarta abordou a importância dessa instituição, na opinião deles.

Quando perguntados se eles se consideravam leitores, 05 (cinco) entrevistados responderam que sim; apenas **L-266** disse que “não” e justificou da seguinte maneira:

P: [...] a senhora se considera uma leitora?

L-266: acho que não visse ((risos))

P: por quê?

L-266: ai não mulher é diferente

P: a senhora pega tanto livro

L-266: eu gosto de ler... eu gosto... assim os livros que eu tenho eu gosto de ler... mas leitura mesmo é outra coisa né?

P: a senhora acha que faltaria o que pra senhora ser uma leitora?

L-266: saber MA:is gostar de todos os livros... entendeu?

Apesar de, entre os entrevistados, ela ter apresentado o maior número de empréstimos no período analisado (63 no total), ela não considera que o volume de livros lidos e o seu gosto confesso pela leitura sejam critérios suficientes para torná-la uma leitora. Segundo ela, para ser incluída nessa categoria, seria preciso “saber MA:is” e “gostar de todos os livros”, ou seja, o papel de leitor é entendido como sinônimo de sabedoria – para ser um leitor, é necessário ser sábio, além de se mostrar capaz de ler e compreender todos os livros, sem distinção. Como vimos anteriormente, em suas declarações, **L-266** se coloca sempre numa posição de insegurança em relação à leitura (não se sente capaz de enfrentar toda e qualquer leitura), a despeito de suas práticas demonstrarem o contrário.

Diferentemente de **L-266**, os outros entrevistados se reconheceram como leitores e utilizaram suas próprias práticas como justificativa. **L- 133**, por exemplo, afirma: “já que eu leio... sou leitor”. **L-153** disse considerar-se uma leitora porque a leitura é a forma encontrada por ela para buscar informações, satisfazer suas curiosidades ou seu desejo de aprender:

P: é::: você se considera uma leitora?

L-153: me considero

P: por quê?

L-153: porque eu acho que uma pessoa que sempre busco informações... é:: algo que eu tenha curiosidade em aprender eu sempre vou em busca

P: e aí você busca isso através da leitura?

L-153: através da leitura

Essa declaração revela uma perspectiva bastante utilitária a respeito das funções da leitura: “lê-se para” realizar alguma atividade – resolver um problema, se informar, aprender, etc.

L- 149 atribui sua condição de leitor à “bagagem de leitura” acumulada ao longo dos anos, embora considere estar em falta, por não ser ainda o “leitor que gostaria”. A leitura é vista por ele como um ganho, como algo que se acumula e, implicitamente, transforma o indivíduo em alguém melhor – com mais “bagagem”, portanto, mais preparado. Lembremos que em outro momento da entrevista esse mesmo leitor se refere à leitura de certos autores consagrados como uma “escada” que permite o crescimento de quem lê.

Por fim, **L-195** não apenas se coloca na posição de leitor, como também defende que, atualmente, todos podem ser considerados leitores, uma vez que vivemos cercados por “informação” a ser obrigatoriamente lida. Ao ser perguntado se ele se considera um leitor, ele responde:

L-195: sim... bom a a leitura tá/se fo::r/se a gente for analisar... qualquer pessoa é: alfabetizada pode ser considerada um leitor porque a gente tá:: é::... envolvido por por anúncios por por informações no dia a dia né? e::: de certa forma a gente tem o::/pode ser considera/qualquer pessoa pode ser considerada... um leitor... eu... me incluo nisso mesmo nesse nesse grupo de pessoas

Em relação à segunda pergunta, nem todos os entrevistados conseguiram lembrar-se de sua primeira visita à BPMCG, a ponto de descrever suas impressões acerca daquele espaço de leitura. Três leitores, no entanto, comentaram esse momento e, entre estes, dois deles destacaram os aspectos positivos que lhes chamaram a atenção logo no início. A leitora **L-153** destacou a quantidade de opções de livros disponíveis para a realização de suas pesquisas, como podemos ver no trecho de fala a seguir: “ah... eu achei interessante porque tinha:: um número grande né? de opção... de:: pesquisar... era uma fonte grande... porque em casa eu não tinha esses livros... só encontrava lá”. A BPMCG se mostrou, assim, um lugar útil à realização de suas leituras também úteis.

O leitor **L-195**, por sua vez, se disse deslumbrado com o espaço da biblioteca, que funcionava, naquele período, no prédio onde atualmente funciona a Câmara Municipal, no Bairro do São José:

L-195: ah fica/uma palavra que me/que uma amiga do trabalho gosta de usar muito é vislumbre né? porque... vislumbrado com aquilo e::: o cheiro né? que:: é bem interessante e eu ACHava aquela a/um espaço bem bem mais amplo do que essa atual... então a a a impressão que tinha era de de de vislumbre mesmo... encantamento mesmo

P: uhum... o cheiro que você diz dos livros?

L-195: é dos/do espaço mesmo

Apenas **L-149** fez uma avaliação mais detalhada sobre as condições nas quais encontrou a BPMCG, apontando a desorganização da instituição como um aspecto negativo; segundo ele, essa desorganização poderia ser observada quanto à disposição dos materiais de leitura nas estantes e também no espaço, em relação aos móveis:

L-149: em relação à biblioteca pública municipal assim/ uma das principais características desde o início que me chamou a atenção foi a

desorganização... não havia divisões claras entre os livros... como ela ainda estava num local antigo... as mesas de estudo eram entre/bem dizer... no meio do salão perto dos livros é:: de:: de consul:ta... os jornais também ficavam... próximos dessas bancas/ou seja havia uma desorganização quase que total... é... no entanto... por outro lado essa mesma... fato:r... chamou a atenção outro que foi a/o quesito acessibilidade... assim... você/o fato de ser um pouco desorganizado ninguém tava lhe controlando – como até hoje ninguém controlou – é:: no acesso à biblioteca pra ver no que você tava mexendo ou o que/ou no que deixou de mexer... a questão é pura e basicamente essa... a desorganização... mas ao mesmo tempo... vamos dizer assim... o livre acesso que você tinha a todas as obras e a todos os locais da biblioteca

Por outro lado, o leitor aponta como aspecto positivo o livre acesso aos materiais de leitura e a liberdade com que os leitores podiam circular e usufruir do espaço, sem que os funcionários fizessem o papel de fiscais sobre *o que* se lia ou *como* se lia. Esse é um aspecto importante para **L-149**, pois em outro trecho de sua entrevista ele menciona o fato de ter deixado de frequentar outra biblioteca, por, entre outras razões, ela funcionar de maneira oposta à BPMCG nesse aspecto do controle exercido pelos funcionários sobre os leitores:

L-149: [...] outro espaço também que eu... procurei frequentar foi a biblioteca:: da Embrapa... que é perto da minha casa... mas pelo fato dela se:r... extremamente voltada pra área técnica... que é uma empresa né? que... trabalha com agropecuá::ria... aí não me me sentia atraído a voltar àquele espaço e lá também era extremamente difícil o acesso aos livros... como... tinham as bibliotecárias ficavam lá a todo momento assim... “olhe não pode pegar... não pode tirar... não pode:: é::: mexer”/porque eu até compreendo... porque como era voltado pra empresa elas não estavam muito aberto aos/à comunidade... eu tava lá como intruso

P: mas era permitido à comunidade

L-149: era permitido mas não era bem aceito né? elas diziam que era aberto mas... era só um:: *migué*

P: e esse controle você não encontrava na:: biblioteca municipal?

L-149: não não... como eu falei era sempre livre né? [...]

A BPMCG representava, portanto, um lugar onde ele poderia exercer sua liberdade de leitor, em oposição ao modelo de biblioteca que tudo proíbe – onde o livro é um objeto precioso/sagrado, a ser protegido das imprudências dos leitores. Segundo Petit (2001), a biblioteca precisa ser um lugar onde o leitor possa encontrar-se consigo e com o outro através da leitura. Uma vez que, para a autora, esta prática é entendida como a reconquista de uma posição de sujeito,

[...] lo que ofrece una biblioteca, lo que ofrece la lectura, es precisamente eso: un espacio, en el sentido real y metafórico, en donde sentirse suficientemente protegido para poder ir y venir deliberadamente, sin peligro, y abandonarse a la fantasía, y tener la mente en otra parte. La biblioteca ofrece un espacio, y propone objetos, objetos culturales, que podemos apropiarnos, que podemos probar. (PETIT, 2001, p. 71)

L-130 e **L-266** destacaram, nesses seus primeiros contatos com a BPMCG, apenas a organização e o bom atendimento das funcionárias. O primeiro afirma: “eu achei muito bem organizado distribuído/os livros bem distribuídos... e... nada a criticar ali ((risos))”. Vale lembrar que quando esses dois leitores iniciaram suas respectivas histórias com a Biblioteca, o prédio onde ela funcionava já era o Anésio Leão, no atual endereço, na Rua Maciel Pinheiro; não era, portanto, o mesmo que o leitor **L-149** havia considerado desorganizado. Por essa razão, não estamos diante de duas percepções diferentes sobre a “mesma” biblioteca, mas de duas percepções sobre momentos distintos da história da instituição, representativas das inúmeras mudanças de endereço pelas quais ela passou, permanecendo, ainda assim, na vida de tantos e tão diferentes leitores.

A respeito da frequência de outros leitores, observada pelos entrevistados na BPMCG, todos afirmaram ser ela bem frequentada. **L-130**, por exemplo, defende que, apesar de suas visitas durarem pouco tempo, percebe que há muitos usuários naquele espaço: “ah eu não posso nem dizer porque eu vou eu entro e saio entro e saio ((risos))... na verdade quando eu vou lá... eu noto uma boa frequência tem muitas pessoas lendo lá sabe? às vezes até num sobra cadeira pra eu sentar ((risos))”.

Os leitores **L-133** e **L-149** destacam, entre os frequentadores, a predominância de estudantes (mais especificamente concurseiros):

P: [...] as pessoas costumam dizer que as bibliotecas elas são muito pouco frequentadas... você acha que isso se aplica à biblioteca municipal de Campina?

L-133: não... toda regra tem exceção... e a biblioteca como você já pode::: é... investigar Outras fontes que não só a locação de livros... ela tem uma vasta frequência diária... principalmente:: os concurseiros falados né? as pessoas que estão se preparando pra concurso eles buscam muito muitas fontes... e a biblioteca pública municipal de Campina Grande Félix Araújo... continua sendo uma fonte de referência... mesmo na/dentro da área da tecnologia né? nós estamos aí no dia a dia com com... a net presente em tudo... mas que:: a biblioteca ainda é uma:: uma grande fonte de de... informações

Como foi possível perceber nas discussões anteriores, os leitores entrevistados oscilaram no seu modo de usar a BPMCG, no que diz respeito ao tempo que passavam na instituição a cada visita: os *estudantes*, quando realizavam as pesquisas, passavam

mais tempo lendo presencialmente na biblioteca; em outros momentos, esse tempo se viu reduzido e eles iam até a biblioteca para realizar os empréstimos, passando naquele espaço apenas as horas ou minutos necessários à escolha das leituras. Entre os *não estudantes*, apenas **L-133** se demorava mais na biblioteca, devido ao uso que fazia da internet; os outros dois leitores, entre os quais se encontra **L-130** (cuja fala foi citada mais acima), afirmaram nunca terem se demorado para ler nas salas da instituição, permanecendo naquele espaço apenas o tempo de escolher e registrar o empréstimo. Assim, essa observação de que há muitos frequentadores na biblioteca, mas sobretudo estudantes, está refletida/representada entre as práticas dos próprios leitores entrevistados.

Outro leitor, **L-149**, destaca a presença de alunos fazendo pesquisa na biblioteca, de estudantes que se preparam para algum exame específico (como os vestibulares ou concursos públicos) e, entre estes, de um público constante, formado por pessoas “que já frequentam aquele lugar há muito tempo”. Esse reconhecimento da existência de rostos já conhecidos⁸¹ demonstra que é comum uma relação de permanência dos leitores na biblioteca, ao longo do tempo:

L-149: é... é::: até este ano... quando eu/antes da biblioteca ser fechada né? por causa de alguns problemas estruturais... o que você via lá era basicamente visitas esporádicas de alunos... da rede básica de ensino que estavam à procura de fazer alguma pesquisa... e o outro público já era algumas figuras... é::: que já frequentam aquele lugar há muito tempo/assim... então estudantes de concurso... é:: estudantes de vestibular que já:: desenvolvem a frequência naquele lugar há um bom tempo né? tem outros também como eu e alguns colegas que se dedicam é::: à leitura de periódicos naquele espaço né? então hoje o que eu posso dizer são... pessoas já que frequentam aquele espaço... é muito difícil você... ver ou presenciar alguém indo à biblioteca porque se sentiu atraído... assim... nesse sentido ali elas são extremamente pouco frequentadas

É importante observar, no entanto, a impressão desse leitor de que a BPMCG tem se mostrado pouco atrativa para o público; na sua opinião, é reduzido o número de pessoas que procurou a biblioteca porque se sentiu atraída por algum dos serviços oferecidos: “nesse sentido ali elas são extremamente pouco frequentadas”. Em outras palavras, como alguém que utiliza há muitos anos aquele espaço, ele percebe que a instituição é muito procurada por leitores que precisam realizar algum tipo de atividade

⁸¹ Em outro momento de sua entrevista, essa ideia reaparece, quando ele afirma: “quem sempre:: frequenta a biblioteca periodicamente vai encontrar sempre:: os mesmos rostos as mesmas caras que estão ali:: ou... estudando pra:: vestibular ou concurso... são sempre as mesmas pessoas”

(geralmente vinculada aos estudos) e estes costumam permanecer na biblioteca com o passar dos anos; mas, segundo **L-149**, é reduzido o número daquelas que buscam a instituição atraída por outros interesses. Entre os entrevistados, temos o exemplo dos três leitores *não estudantes*, que buscaram a biblioteca por razões desvinculadas de alguma prática escolar, como vimos anteriormente.

Por fim, os entrevistados foram perguntados sobre a importância que a BPMCG tem/teve para sua vida como leitores e para a cidade, de forma geral. Como era de se esperar, todos defenderam a importância da instituição, mas alegaram razões diferentes para isso. **L-130**, por exemplo, destacou a importância da biblioteca para promover o acesso aos livros: “ah:: é muito importante... é muito importante porque ela dá acesso a quem pode comprar e a quem não pode compra::r... e serve de preparação cultural para... pra o po/pra o povo em geral né?”. Esse acesso, para L-133, foi a obras que ele não “sabia nem que existia”, apesar de toda a sua familiaridade com outras práticas, como a leitura na internet; nesse caso, as duas formas de ter acesso aos livros se complementaram. Ele define assim a importância da BPMCG na sua história particular como leitor:

L-133: em conhecer obras que não não tinha acesso... num sabia nem que existia... tipo eu tive a oportunidade de conhecer a obra completa de Fernando Pessoa... conhecer seus hetero/heterônimos ((sic))... coisa que eu nem sabia que existia... e foi surgindo nas pesquisas de internet e fui buscando na::s estantes e encontrei Fernando Pessoa... Eça de Queiroz... José de Alencar... Augusto dos Anjos com seu mundo lírico

Para alguns leitores, como **L-266**, a biblioteca é a principal fonte de acesso à leitura, de maneira tão intensa que, ao fechar para reforma, a instituição obrigou mudanças nas suas práticas de leitura: de uma leitura mais *extensiva*, alimentada pelo acervo daquele espaço, a leitora passou a uma leitura *intensiva* dos livros que possuía em casa:

P: certo... então considerando isso que a senhora me falou a senhora considera que a biblioteca... é um lugar::r importante pras pessoas que gostam de ler?

L-266: mu::::ito importante... é... muito importante

P: é o... no caso da senhora é o único:: acesso né?

L-266: é o único acesso

P: fora os de casa... os livros que têm

L-266: fora os de casa é... fora é... o único acesso... eu acho muito importante [...] aí ela tá em reforma né? a daí?

P: tá [...] e agora a senhora tá fazendo como?

L-266: agora eu tô relendo ((gargalhando))

P: ((risos))

L-266: tô relendo ((risos))...

P: os livros que tem em casa?

L-266: os livros que tem em casa... aí eu tô cutucando ali nos de Geniva::ldo pra ver se eu acho um

P: algum que agrade

L-266: é... algum que agrade

P: mas ele também tem algum romance aí guardado?

L-266: te::m

Sua vida de leitora *com* a BPMCG é um mundo de possibilidades de leitura, um universo no qual ela pode escolher o que ler entre as obras que lhe agradam e às quais ela não teve acesso durante boa parte de sua história. *Sem* a Biblioteca, sua vida se resume aos livros – seus e do marido – guardados nas estantes de casa e já tantas vezes lidos e relidos. Nesse sentido, a biblioteca não é apenas “o espaço dos substitutos de desejo”, como afirma Barthes (2012, p. 35); ela é também o espaço onde o desejo de ler nasce e encontra o seu lugar.

Diante da diversidade de práticas desses leitores e da insuficiência do vínculo escolar como critério para descrevê-las e agrupá-las, foi necessário, ao longo desse percurso analítico, recorrer à observação de outros indícios. Estes nos revelaram, ao menos, dois perfis predominantes entre os leitores: um deles relacionado à faixa etária (pois esta determina os interesses e necessidades relacionados a cada momento de vida) e o outro relacionado às influências decisivas para que eles buscassem a leitura e a biblioteca (dividindo, de um lado, aqueles que passam a utilizar a BPMCG para cumprir atividades escolares, daqueles que, de outro lado, o fazem por interesses pessoais variados). No entanto, sem dúvida, outros agrupamentos poderiam ser feitos, considerando, por exemplo, os gêneros predominantemente escolhidos para a leitura ou os modos de ler. Na existência de todas essas práticas, uma constante indubitável é a importante contribuição da biblioteca para que o encontro desses leitores com a leitura se torne possível e para que estes construam, assim, sua própria história de leitura.

CONCLUSÃO

A conclusão à qual cheguei é que a leitura consiste numa operação sem objeto ou que seu verdadeiro objeto é ela própria. O livro é um suporte acessório ou, mesmo, um pretexto.

Ítalo Calvino, *Se um viajante numa noite de inverno*.

Segundo Manguel (2006, p. 11), “o ponto de partida é uma pergunta”. A presente pesquisa começou com, pelo menos, duas: uma delas voltada para a história da Biblioteca Pública Municipal de Campina Grande-PB e outra para os seus leitores. Não tardou para que essas duas, a cada novo documento (ou a cada ausência de um registro), se multiplicassem e formassem uma rede de questões quase tão intrincada e infinita quanto a biblioteca descrita por Borges (2007). De maneira que a sensação, ao final, é que há mais perguntas que respostas nesse percurso.

A própria natureza dupla das nossas perguntas centrais de pesquisa, que ora focalizam a biblioteca como instituição e ora os leitores que a tornam viva, resultou, espontaneamente, numa divisão do nosso trabalho em duas partes: uma, compreendida pelos Capítulos 1 e 2, que procurou recuperar como esse espaço de leitura se constituiu e se foi consolidando ao longo do tempo; e outra parte, referente aos Capítulos 3 e 4, que discutiu os modos de apropriação da biblioteca pelos leitores contemporâneos, bem como a inserção da biblioteca na história de leitura destes. Cabe-nos, agora, a tarefa de retomar e sistematizar as descobertas, procurando atar as pontas dessa história.

As referências sobre a BPMCG, encontradas no jornal *A Voz da Borborema*, revelaram que a fundação dessa instituição se insere numa tradição que vincula a criação desses espaços de leitura e o objetivo de promover as autoridades responsáveis, convertendo a biblioteca num símbolo. Estas autoridades passariam a ser vistas, através do seu gesto, como *benfeitores*, ao promover o acesso à leitura às camadas populares. A filiação a essa tradição pode ser observada, por exemplo, no teor dos textos publicados no referido jornal, os quais exaltavam a decisão do prefeito Bento Figueiredo, que passou a ser descrito como alguém cujo gesto “muito o recommenda ao apreço daqueles que não são alheios às coisas da intelligencia” (*A Voz da Borborema*, 09/03/1938).

Contudo, essas referências publicadas no jornal mencionado também demonstraram que a palavra que melhor descreve a história da BPMCG é *descontinuidade*. Esta é percebida em vários aspectos: na quase total inexistência de registros oficiais da história da instituição (é significativo, por exemplo, que nem a própria biblioteca possua a documentação referente à sua fundação e às diferentes

decisões relacionadas a ela ao longo do tempo); e também descontinuidade das próprias decisões, pois foram muitas alterações de endereço, períodos de fechamento, reinaugurações, mudanças de nome e até mesmo novos atos de fundação para efetivar a existência de um espaço que já existia de direito, mas não funcionava de fato.

Essa descontinuidade está associada, entre outros aspectos, à ausência de investimentos constantes na BPMCG, fazendo com que o gesto de sua fundação, tão carregado de simbologias, não tenha correspondido à manutenção e ao fortalecimento posteriores. Logo após a sua inauguração, por exemplo, a comunidade campinense foi chamada a colaborar com a biblioteca, através da doação de livros. A campanha não é falha em si mesma, pois, como atestam as listas de doadores e obras doadas, promove até certo ponto a participação do público na constituição do espaço de leitura; o problema é que esta prática da doação passou a ser, com o tempo, a fonte quase exclusiva de aquisição de obras para o acervo da biblioteca, como revelou a funcionária mais antiga, entrevistada nesta pesquisa.

Não sabemos se a escassez de registros oficiais preservados, acerca da biblioteca, gerou a informalidade no seu funcionamento ou se, inversamente, a informalidade é a causa para essa escassez; o fato é que, no funcionamento mais recente, também se pode verificar a ausência de registro escrito das decisões internas relacionadas à biblioteca⁸². A instituição não conta, sequer, com um documento que regule suas normas de funcionamento e as explicita para funcionários e frequentadores: supomos que estas são transmitidas oralmente entre os sujeitos que utilizam aquele espaço de leitura – a funcionária entrevistada disse que, por exemplo, o leitor é informado, no momento do empréstimo, a respeito do tempo que ele pode permanecer com o livro, mas afirmou desconhecer a existência de um texto relativo às normas, ao longo dos vinte e seis anos de trabalho na instituição. Não há também um catálogo sistematizado ou lista das obras que compõem o acervo, e até mesmo os registros de empréstimos (feitos precariamente em cadernos comuns) são regularmente descartados, dificultando a realização de qualquer levantamento estatístico sobre a biblioteca.

Entre tantas faltas, uma presença nem sempre reconhecida: a dos leitores. Conforme discutido no Capítulo 1, o movimento para a criação de uma Biblioteca

⁸² Vale lembrar que a diretora atual, Mabel Amorim, assumiu a BPMCG no primeiro semestre de 2013, ou seja, pouco depois que esta instituição entrou em reforma e foi transferida para o prédio da atual Secretaria de Cultura (antigo Museu Assis Chateaubriand), onde funciona parcial e precariamente. Acreditamos que tão logo a reforma seja finalizada e a biblioteca volte a funcionar em sua sede oficial, no Edifício Anésio Leão, a direção deverá realizar uma reestruturação no setor administrativo, com vistas à reorganização da biblioteca.

Pública em Campina Grande foi iniciado por um grupo pertencente à elite cultural campinense (composta por jornalistas, professores, juristas, entre outros). Essa mesma elite, segundo consta nas listas de doações publicadas em *A Voz da Borborema*, se encarregou de prover a biblioteca de livros, garantindo a formação do seu acervo inicial e, também, certa publicidade em torno de seus nomes, divulgados na imprensa. No entanto, apenas a partir da década de 1950 teremos notícias, através de jornais diversos, sobre os leitores e suas práticas no interior daquele espaço, que contava com pouco mais de uma década de existência.

Quando os leitores aparecem nos jornais, é apenas para ter decretada a sua “inexistência”, ela mesma apontada como um sintoma do abandono enfrentado pela BPMCG naquele período. Após dez anos de funcionamento, a biblioteca é descrita depreciativamente, como uma instituição que não possuía instalações adequadas, nem acervo atualizado e, talvez, por isso mesmo (segundo os jornais), nem leitores. Entretanto, esses mesmos periódicos que alardeiam a precariedade do funcionamento da biblioteca e a total ausência de leitores, por vezes, deixam-nos entrever alguns deles, descritos nas salas de leitura da biblioteca, lendo “histórias da carochinha”. Quando o leitor, aparece, portanto, é para ter suas práticas rejeitadas.

Ainda a partir desses jornais, tomamos conhecimento da relação histórica da BPMCG com os estudantes, apresentados como o público efetivo desse espaço. No entanto, há certo aborrecimento ou reprovação ao constatar que os frequentadores da biblioteca são, predominantemente, estudantes “folgadões”. Parece haver, nesse caso, um conflito entre a representação de biblioteca como ferramenta para a educação, de um lado, e, de outro, como símbolo de progresso e cultura (portanto, um templo que não deve ser profanado com leituras e práticas ilegítimas). Embora a biblioteca campinense tenha surgido com o intuito declarado de contribuir para a formação do povo, é principalmente como símbolo (de cultura, poder, progresso e modernidade) que ela é festejada nos textos dos jornais locais. Assim, com o passar dos anos, sua apropriação por parte dos estudantes, em detrimento de sua utilização para o “sadio deleite”, é entendida, pelos autores dos textos publicados nos jornais, como uma subtilização desse espaço, uma decadência que prova o desamor dos cidadãos pelos livros.

No entanto, como não encontramos meios de verificar *o que e como*, de fato, liam esses usuários da BPMCG nos seus primeiros anos de existência, demos um salto no tempo para encontrar seus leitores contemporâneos. No primeiro ano da história da biblioteca, verificamos que havia uma relação desta com a elite letrada de Campina

Grande (cujos membros foram seus idealizadores e benfeitores); mas o que encontramos atualmente, a partir dos empréstimos realizados na biblioteca, é um público formado, predominantemente, por estudantes. Se confrontarmos esse dado com os textos jornalísticos da década de 1950, veremos que esta relação entre BPMCG e leitores vinculados à educação formal é, portanto, uma tendência histórica.

Apesar de, nos cadernos de empréstimos analisados, haver um predomínio quantitativo de leitores *estudantes*, verificamos que, proporcionalmente, os *não estudantes* apresentam uma porcentagem de empréstimos mais elevada, tanto no que diz respeito à média de livros emprestados no período, quanto à quantidade de leitores inseridos na faixa de empréstimos mais alta (acima de 10 livros). Ao observarmos as leituras realizadas por alguns desses leitores – *estudantes* e *não estudantes* –, a partir do serviço de empréstimos da BPMCG, verificamos que o vínculo com a escola parece não ter sido determinante para a escolha das leituras dos *estudantes*, assim como o afastamento da escola não impediu que os leitores do outro grupo optassem por obras clássicas, que costumam estar mais associadas ao ensino. Assim, se há uma palavra que pode ser associada aos leitores da BPMCG e às suas leituras é *diversidade*. Esta mesma palavra se aplica também às suas histórias de leituras particulares e suas práticas na biblioteca ou a partir dela.

Foram diversas as suas formas de contato iniciais com a leitura, embora haja regularidade quanto à dificuldade de acesso a ela; foram diversas as estratégias usadas por eles para driblar essa dificuldade; foram diversos os seus percursos e os materiais escolhidos para ler ao longo do tempo, bem como as razões para lê-los; eram diversos também os locais escolhidos para ler, embora seja possível perceber certo predomínio do gosto pela leitura feita em casa, especialmente na intimidade do quarto; assim como também foram diversos os fatores que os levaram até a BPMCG, mas, nesse caso, a regularidade mais latente: todos o fizeram pelo desejo de ler – livros, revistas, jornais ou mesmo textos na internet – quer esse desejo tenha nascido espontaneamente ou por imposição/necessidade escolar. Em cada uma das histórias de leitura reveladas pelos leitores, a biblioteca se inseriu para suprir uma lacuna entre esse desejo e a dificuldade de acesso através de outros meios e, qualquer que tenha sido a motivação inicial, a instituição permaneceu fazendo parte da vida dos leitores por um período relevante (alguns, inclusive, seguiram utilizando-a até bem pouco antes de ela ser fechada para reforma, em 2012).

A palavra *diversidade* também se aplica, como dissemos, às práticas desses leitores, descritas no capítulo 4. O *como* e os *porquês* de suas leituras, contudo, em algum momento convergiram para a biblioteca e, mais especificamente, para os empréstimos de livros. Esse serviço garante aos leitores o prazer de passear entre as estantes, escolher a obra que mais lhe agrada ou mesmo se permitir a surpresa de descobrir livros e autores que sequer imaginavam existir, para levá-los para ler onde e quando desejarem – o que, no caso dos entrevistados, significa que esse livro será levado para a intimidade da casa (e às vezes do quarto) e será lido num momento de entrega em que todas as demais atividades são suspensas (como a hora que antecede o sono, por exemplo). Mas esse mesmo serviço delimita as leituras possíveis, o tempo de permanência com o livro e a adaptação de práticas, como o hábito de fazer anotações – uma vez que o livro não pode ser marcado pelo leitor e que precisará ser devolvido, alguns leitores desenvolveram estratégias para garantir que a parte da obra que lhes interessa permaneça consigo, mesmo após a devolução no prazo determinado.

Alguns dos entrevistados, com o passar dos anos, tiveram acesso também a outras instituições de leitura (como as bibliotecas universitárias) ou outras fontes de acesso (como a internet), mas essas possibilidades de contato com a leitura não afastaram definitivamente o leitor da BPMCG. Esta pesquisa nos revela que não podemos falar da leitura a partir de categorias como *estudantes* e *não estudantes*, pois o vínculo com a educação formal se mostrou um fator limitado na descrição das práticas dos leitores; também não é possível abordar a leitura apenas a partir das comunidades de leitores, como propunha Chartier (1999a), uma vez que, embora seja possível reconhecer certas regularidades nas práticas realizadas pelos leitores no interior dessas comunidades, o que há, predominantemente, é a diversidade. A pesquisa revelou também que a leitura está na ordem do amor, pois ao falarem de suas leituras, os leitores falam também de seus afetos e do quanto eles foram essenciais para que se criasse (ou não) um vínculo com a leitura.

Os dados apresentados confirmam nossa tese de que não apenas há leitores na BPMCG, como estes têm sua forma particular de se apropriar da instituição e têm nela um importante apoio para a construção da sua história de leitura. A existência desses leitores na biblioteca é, por vezes, negada e suas práticas são historicamente rejeitadas, condição esta que os condena a uma invisibilidade que não corresponde à apropriação efetiva desse espaço de leitura por parte de seus frequentadores.

É verdade que, se comparado aos índices nacionais, o volume de empréstimos nessa instituição ainda é baixo, o que demonstra que há muito trabalho por ser feito, não apenas na promoção da leitura, mas também da própria biblioteca, para que esta se torne conhecida dos campinenses e possa atraí-los mais efetivamente. Esperamos, nesse sentido, que a reforma em andamento apresente resultados positivos na reestruturação do espaço físico e na reorganização da biblioteca como instituição, gerando, assim, maior eficiência nas ações de incentivo à leitura e de acesso à cultura de forma geral. Contudo, esse número de leitores e de empréstimos, embora possa ser considerado reduzido, não pode ser ignorado; da mesma forma como também não pode ser ignorada a importância da BPMCG para muitos leitores que a buscam, por não encontrarem outra forma de acesso à leitura, sobretudo aos livros.

Para finalizar, é preciso ponderar que a presente pesquisa apresenta reflexões apenas parciais sobre a história da BPMCG e de seus leitores. Várias décadas dessa história foram silenciadas na análise apresentada. Alguns dos silenciamentos foram decorrentes das opções metodológicas, necessárias para tornar a pesquisa viável, e, outros, pelas lacunas provenientes de registros que comprovem as etapas pelas quais passou essa instituição ao longo do tempo. Um acompanhamento minucioso, por exemplo, sobre a abordagem feita pelos jornais escritos e/ou falados, a respeito da biblioteca e de seus leitores, em outros períodos de tempo não abordados aqui, seria relevante para observar se a perspectiva adotada na década de 1950 (discutida no capítulo 2) permanece ou se altera ao longo dos anos. Por outro lado, um estudo que aborde as práticas dos leitores que utilizam a biblioteca de maneira predominantemente presencial (para consulta ao acervo ou simplesmente como local de estudo, levando seus próprios livros), ainda está por ser feito.

Em resumo, a análise desenvolvida neste trabalho nos permitiu observar como a BPMCG foi concebida e recebida pelos campinenses; como ela foi percebida e avaliada pela imprensa anos depois (na década de 1950) e, por fim, como ela vem sendo usada mais recentemente, na primeira década do século XXI. Mas, obviamente, a história dessa biblioteca, como a de tantas outras, não cessa: ela continua a ser escrita pelos leitores, aqueles que foram e são os grandes responsáveis para que *resistência* seja outra das palavras que cabem tão bem a esse espaço de leitura.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. História dos textos, história dos livros e história das práticas culturais: ou uma revolução da leitura. In: CHARTIER, R. (Org.) *Formas e sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2003.

_____. (org.). *Leitura, História e História da leitura*. 1ª. reimpressão. São Paulo: Fapesp, 2002.

_____. Diferença e desigualdade: preconceitos em leitura. In: MARINHO, M. (org.). *Ler e navegar: espaços e percursos da leitura*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2001. p. 139-157.

AGUIAR, V. T. de (coord.). *Era uma vez... na escola: formando educadores para formar leitores*. Belo Horizonte: Formato, 2001.

AMORIM, Galeno (org.). *Retratos da Leitura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Pró-Livro, 2008.

ARAÚJO, Érika Larissa da Mota. *Leitores de ontem e hoje: as práticas de leitura na Biblioteca Municipal de Monteiro-PB*. Relatório de Pesquisa do Programa da Iniciação Científica. UEPB/CNPq. 2010.

_____. *Biblioteca Pública de Monteiro-PB: buscando os leitores e suas práticas*. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Letras. Universidade Estadual da Paraíba (CCHE/Campus VI). 2011.

ARAÚJO, Marta Maria de; MEDEIROS, Maria das Dôres. O encontro do leitor com o livro na Biblioteca Olegário Vale (Caicó-RN, 1918-1920). In: *IV Congresso Brasileiro de História: A educação e seus sujeitos na História*. Realizado na Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, de 05 a 08 de Nov/2006. Publicado em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03.htm. Acesso em 18 de novembro de 2014.

BÁEZ, F. *História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARBOSA, S. de F. P. Os intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Unesp, 2010.

_____. Travessia do gênero ficção em Perdas & Ganhos de Lya Luft. In: *Letra Viva* (UFPB), V.6, n.1. João Pessoa, 2005. p. 155-200.

_____. Das leituras proibidas às leituras corretas: esse desconhecido, que é o prazer de ler. In: SOUSA, M. E. V. de (org.). *Leitura: entre proibições, desejos e encantamentos*. João Pessoa-PB: Editora da UFPB 2013.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

BARTHES, R. *O rumor da língua*. 3. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

BATISTA, A. A. G. de.; GALVÃO, A. M. de O. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2009.

BATTLES, M. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta, 2003.

BORDIEU, P.; CHARTIER, R. A leitura: uma prática cultural. Debate dentre Pierre Bordieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, R. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORGES, Jorge Luís. A Biblioteca de Babel. In: BORGES, L. A. *Ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRANDÃO, Cataline Alves. A energia elétrica em Campina Grande: o desejo do conforto nos limites do espaço público e privado. 2008. In: *VI Simpósio Nacional de História Cultural: Escritas da História – ver, sentir, narrar*. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina-PI. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/>, acesso em dezembro/2013.

BRASÃO, I. et al. *Leitores de bibliotecas públicas: inquérito à rede de leitura pública na região de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2. Ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CABRAL FILHO, Severino Cabral. Campina Grande (1930-1950): modernização, cotidiano e cultura material. In: *Patrimônio e Cultura Material* – Projeto História, n. 40. Junho/2010.

_____. A cidade desejada: Campina Grande: imagens e história. In: ANDRADE, J. C. de S. *et alii* (orgs.). *Cultura e Cidades*. Campina Grande: EDUFCG, 2009.

CALVINO, I. *Palomar*. Lisboa: Editorial Teorema, 1987.

CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande-PB: Caravelas, 1988.

CENSO NACIONAL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: estudo quantitativo (2010). Relatório de Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Getúlio Vargas e Ministério da Cultura. Disponível em: http://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/Censo_Nacional_das_Bibliotecas_Publicas_Municipais_1.pdf. Acesso em janeiro/2011.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. (org.) *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, R. *O mundo como representação*. Revista Estudos Avançados, vol 5, n.11. São Paulo, 1991.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2ª. ed. Brasília: Editora UnB, 1999a.

_____. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP, 1999b.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. Ed. Algés - Portugal: DIFEL, 2002.

_____. *Formas e Sentido: Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas-SP: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ABL), 2003.

_____. As práticas da escrita. In: ARIÈS, P. e DUBY, G. *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Fernanda Pires da. *A Livraria Pedrosa – Casa do Saber: a emergência de uma cidade letrada e de leitores*. Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação de mestrado. Setembro/2012.

COSTA, Keila Matilda de Melo. Bibliotecas Públicas em notícias no interior de Goiás. In: *Leitura: Teoria & Prática* (suplemento), n. 58, Campinas-SP: ALB, jun/2012.

DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

_____. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

_____. A leitura rousseauista e um leitor “comum” do século XVIII. In: CHARTIER, R. (org.) *Práticas da leitura*. 1a. reimpressão. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da História Cultural Francesa*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DENIPOTI, Cláudio. Decência imperial, silêncio republicano: normas e gestualidades da leitura em regimentos e estatutos de bibliotecas (1821-1918). In: *Vária História*. Belo Horizonte, vol. 23, n. 38. Jul/Dez 2007. p. 597-614.

ERMEL, T. de F.; BASTOS, M. H. C. Ingresso ao ginásio: os manuais de preparação ao exame de admissão (1950-1970). In: *VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania*. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina . Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

EL FAR, A. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ESPÍNDULA, D. V. I., SANTOS, Adélia Dayane dos
A biblioteca municipal de Monteiro-PB: seus leitores e leituras. In: II Semana Acadêmica do CCHE/UEPB (II SEMAC), 2009, Monteiro-PB. *II SEMAC - Anais*. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2009. ISSN: 2175-9952.

FAILLA, Zoara (org.). *Retratos da Leitura no Brasil 3*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Pró-Livro, 2012.

FARIA FILHO, L. M. de. Cultura e prática escolares: escrita, aluno e corporeidade. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 103. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Março/1998. p. 136-149.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. A Biblioteca do Lyceu provincial e seus compêndios: as primeiras configurações da formação de uma biblioteca pública na província da Parahyba do Norte. In: *Anais eletrônicos*. IX Seminário de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012. ISBN: 978-85-7745-551-5.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2007.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.

FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional. *Bibliotecas Públicas: princípios e diretrizes*. Rio de Janeiro: FBN, 2000.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. *Da academia ao bar: círculos intelectuais, cultura impressa e repercussões do Modernismo em Campina Grande - PB (1913-1953)*. Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação de mestrado. Março/2012.

GIARDINELLI, M. *Voltar a ler: propostas para ser uma nação de leitores*. São Paulo: Editora Nacional, 2010.

GINZBURG, C. *O Queijo e os Vermes*. 4ª. Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. 2. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GOMES, S. de C. *Bibliotecas e sociedade na primeira república*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983.

GOULEMOT, J. M. *O amor às bibliotecas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.

GRINGS, L. *Catálogo na Biblioteca Nacional do Brasil: do catálogo de fichas ao Consórcio Eletrônico de Bibliotecas*. 2011. In: VII Encontro Internacional e III Encontro Nacional de Catalogadores. Disponível em: <http://www.bn.gov.ar/descargas/catalogadores/encuentro2011/ponencia-23-F-Grings.pdf>. Acesso em 27/05/2014.

HÉBRARD, J. *As bibliotecas escolares: entre leitura pública e leitura escolar na França do II Império e da III República*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2009.

_____. O autodidatismo exemplar. Como Jamerey-Duval aprendeu a ler? In: CHARTIER, R. (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 35-74.

HORELLOU-LAFARGE, C.; SEGRÉ, M. *Sociologia da leitura*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2010.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br>, acesso em novembro/2010.

JACOB, C. Ler para escrever. IN: BARATIN, M.; JACOB, C. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

KIDDER, D. P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2001. (Coleção o Brasil visto por estrangeiros). Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1050>, acesso em 27/05/2014.

LACERDA, L. de. *Álbum de leitura: memórias de vida, histórias de leitoras*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LAJOLO, M. *Literatura: leitores & leitura*. São Paulo: Moderna, 2001.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Ática, 2001.

_____. *A formação da leitura no Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 2009.

LATÂNCIA, Lara Elisa. Biblioteca Municipal de Valinhos: uma história possível de ser escrita. *Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica*. Universidade Estadual de Campinas. FAPESP. 2011.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. *Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar*. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.

LYONS, M. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, G. e CHARTIER, R. *História da leitura no mundo ocidental*. Vol 2. São Paulo: Ática, 1999. p. 165-202.

MANGUELL, A. *Uma história da leitura*. 3ª. reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

_____. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, A. L. Gabinetes de leitura do império: casas esquecidas da censura?. In: ABREU, M. (org.). *Leitura, História e História da leitura*. 1ª. reimpressão. São Paulo: Fapesp, 2002.

MARTINS, W. *A palavra escrita: História do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 2001.

MCKITTERICK, David. A biblioteca como interação. IN: BARATIN, M.; JACOB, C. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MENEZES, J. R. de. *História do Lyceu Parahybano*. Editora Univeristária/UFPB: João Pessoa, 1983.

MILANESI, L. *O que é biblioteca*. 3. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo – Ensaio sobre História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MORAES, R. B. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. 2. Ed. Brasília-DF: Briquet de Lemos, 2006.

NAUDÉ, G. *Advis pour dresser une bibliothèque (1627)*. VEB Edition Leipzig: Berlim, 1963.

OLIVEIRA, A. de A. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Alfabetizando a Rainha com o bisturi do progresso: práticas médico-higienistas e educação primária em Campina Grande (1920-1940). In: ANDRADE, J. C. de S. *et alii* (orgs.). *Cultura e Cidades*. Campina Grande: EDUFCG, 2009.

OLIVEIRA, Z. C. P. de. *A biblioteca “fora do tempo”*: políticas governamentais de Bibliotecas Públicas no Brasil (1931-1989). Tese de doutorado. Curso de pós-graduação em Ciência da Comunicação. Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, 1994. 221p.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. Ed. Campinas-SP: Fontes, 1997.

PENNAC, D. *Como um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PEREIRA, Chico. *Paraíba – memória cultural*. João Pessoa: Grafset, 2011.

PETRUCCI, A. Ler por ler: um futuro para a leitura. In: CAVALLO, G. e CHARTIER, R. *História da Leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.

PETIT, M. *Lecturas: del espacio íntimo al espacio público*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

PIGLIA, R. *El último lector*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2005.

PINHEIRO, J. H. Reflexões sobre o livro didático de literatura. In: BUNZEN, C. e MENDONÇA, M. (orgs.). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

POSSENTI, S. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar, 2002.

RAZZINI, M. de P. G. *O espelho da nação: a antologia nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)*. Tese de doutorado. UNICAMP, 2000. 247p.

RETRATOS da Leitura no Brasil. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2011. Disponível em: www.prolivro.org.br. Acesso em outubro/2011.

RETRATOS da Leitura no Brasil. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2008. Disponível em: www.prolivro.org.br. Acesso em outubro/2011.

ROMANCINI, R. Paulo Coelho e seus predecessores: um capítulo da história da leitura no Brasil. In: ABREU, M. e BRAGANÇA, A. (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 599-614.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na biblioteca da corte imperial. In: ABREU, M. (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. 1ª. Reimpressão. São Paulo: Fapesp, 2002. p. 273-311.

SCHOPENHAUER, A. *A arte de escrever*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SCHWARCZ, L. M. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. *A Bibliotheca Nacional em 1909: Relatório*. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Bibliotheca Nacional, 1914.

SOARES, Francisco Sergio Mota. et. al. *A biblioteca pública da Bahia: dois séculos de história*. Salvador-BA: Fundação Pedro Calmon, 2011. 204p.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Territórios de confrontos: Campina Grande 1920-1945*. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

SOUSA, Maria Ester Vieira de. Histórias de pesquisas em leitura. In: SOUSA, Maria Ester Vieira de, ASSIS, Maria Cristina (orgs.). *Pesquisa em Língua Portuguesa: da construção do objeto à perspectiva analítica*. João Pessoa: Editora da UFPB/UFPB virtual, 2011. p. 137-168.

_____. Desnaturalizando o discurso sobre a leitura. In: *ANAIIS do VI Congresso Internacional da ABRALIN*. João Pessoa: Idéia, 2009

_____. Leitura de professores e alunos: entre o prazer e a obrigação. In: *Encontro Internacional de Texto e Cultura*. Fortaleza: UFC, 2008.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. Os clubes sociais em Campina Grande: espaços de sociabilidade, lugares de exclusão. In: ANDRADE, J. C. de S. *et alii* (orgs.). *Cultura e Cidades*. Campina Grande: EDUFPG, 2009. p. 69-98.

VILLALTA, L. C. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, M. (org.) *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Mercado de Letras, 2002. p. 183-212.

_____. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. 1999. 442p. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

ZILBERMAN, R. *Fim do livro, fim dos leitores?* São Paulo: Editora SENAC, 2001.

WITTMANN, R. Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII? In: CAVALLO, G. e CHARTIER, R. *História da leitura no mundo ocidental*. Vol 2. São Paulo: Ática, 1999.

APÊNDICES E ANEXOS